



## Sumário

### Municípios

Ascurra .....	1
Atalanta .....	18
Biguaçu .....	18
Braço do Trombudo .....	18
Campo Alegre .....	20
Canoinhas .....	50
Catanduvas .....	64
Erval Velho .....	66
Forquilha .....	66
Garopaba .....	88
Garuva .....	91
Gaspar .....	91
Herval D' Oeste .....	91
Imbituba .....	93
José Boiteux .....	93
Massaranduba .....	94
Meleiro .....	96
Paulo Lopes .....	96
Porto Belo .....	97
Porto União .....	104
Rio do Sul .....	106
Salto Veloso .....	122
São Lourenço do Oeste .....	122
São Pedro de Alcântara .....	132
Schroeder .....	135
Turvo .....	201
Videira .....	201

### Consórcios Públicos

CIS - AMUREL .....	202
--------------------	-----

## Ascurra

### Prefeitura Municipal

#### Lei N° 1145

LEI N.º 1145, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica criado na estrutura da Secretaria Municipal de Educação,

Cultura, Desporto e Promoção Social o Conselho Municipal de Cultura, órgão de representação paritária e deliberativa do Poder Público e da Sociedade Civil e de assessoramento da Administração Pública, no que diz respeito a Política Municipal de Cultura.

Art. 2.º Ao Conselho Municipal de Cultura compete:

- I – elaborar diretrizes para política municipal de cultura;
- II – participar, seguindo o calendário nacional ou ainda daquelas que poderão ser convocadas extraordinariamente, da coordenação das Conferências Municipais de Cultura organizadas para avaliar a política do setor e elaborar propostas para o seu aperfeiçoamento;
- III – acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas, programas, projetos e ações do Poder Público na área cultural;
- IV – realizar audiências públicas ou outras formas de comunicação, para prestar contas de suas atividades ou tratar de assuntos da área cultural;
- V – receber e dar parecer sobre consultas de entidades da sociedade ou de órgãos públicos;
- VI – elaborar diretrizes que visem à proteção e à preservação de obras e manifestações de valor cultural, histórico e artístico;
- VII – elaborar diretrizes que visem à proteção e à preservação de bens arquitetônicos e paisagístico da cidade;
- VIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho elaborará seu Regimento Interno, a ser publicado por Decreto do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 3.º O Conselho será integrado por seis representantes da sociedade civil e seis representantes do Poder Público, nomeados pelo Prefeito, sendo que, três titulares e três suplentes dos dois referidos segmentos.

§1.º A representação da sociedade civil se dará de forma diversificada, garantido-se a indicação paritária de representantes de segmentos culturais e sociais.

§ 2.º Caberá à Presidência do Conselho, em caso de empate, o voto de Minerva.

§ 3.º Os representantes da sociedade civil, e seus respectivos suplentes, serão eleitos em Conferência Municipal de Cultura.

§ 4.º Poderão participar da Conferência, com direito a voto:

- I - entidades de representação de movimentos e segmentos sociais e culturais, registradas e sediadas no Município de Ascurra, que tenham mais de dois anos de atuação e realizem, comprovadamente, atividades de interesse da cultura;
- II - entidades representativas dos moradores e trabalhadores do Município de Ascurra;
- III – pessoas físicas com notória atuação no segmento cultural.

§ 5.º Poderão ser votados na Conferência os representantes indicados pelas entidades representativas elencadas nos incisos I e II, do § 4.º, do art. 3º, desta Lei, assim como as pessoas físicas com notória atuação no segmento cultural, citadas no inciso III, daquele parágrafo.

§ 6.º A Conferência Municipal de Cultura elegerá, como reserva de contingência, quatro membros suplentes extraordinários, que poderão substituir vacâncias de qualquer um dos segmentos previstos na representação da sociedade civil.

§ 7.º A representação do Poder Público será constituída por representantes das secretarias municipais ou órgãos vinculados, e seus respectivos suplentes, e será nomeada pelo Prefeito, sendo certo que caberá ao Diretor Cultural do município de Ascurra o exercício da presidência do Conselho.

§ 8.º Caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, até que sejam escolhidos em Conferência Municipal de Cultura os representantes da sociedade civil que irão compor o Conselho, designar, em caráter transitório, por escolha direta, os membros dessas representações.

Art. 4.º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura será de dois anos, permitida apenas uma recondução por igual período e será considerado de relevante serviço público, sem remuneração de qualquer espécie.

Art 5.º O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á ordinariamente mensalmente.

§ 1.º O Conselho se reunirá extraordinariamente por decisão do seu Presidente, por deliberação de reunião anterior ou a requerimento de um terço dos conselheiros.

§ 2.º A convocação das reuniões será feita pelo Presidente, com antecedência mínima de sete dias.

§ 3.º O conselheiro que faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas será destituído do Conselho, sendo substituído por seu suplente ou em caso de impedimento deste, por uma das suplências extraordinárias, previstas no § 7.º, do art. 3º, desta Lei.

§ 4.º As justificativas às faltas, deverão ser submetidas a análise do Conselho que decidirá por maioria simples, aceitá-las ou rejeitá-las.

Art. 6.º Poderão participar, a convite e sem direito a voto, das reuniões do Conselho, técnicos, especialistas, representantes de órgãos públicos, representantes de entidades da sociedade e outras pessoas envolvidas com as matérias em discussão com o objetivo de prestar esclarecimento ou manifestar sua opinião sobre elas.

Parágrafo único . O Conselho poderá criar comissões técnicas, sem ônus para o Município, subsidiárias em assuntos de natureza técnica ou específica.

Art. 7.º Será assegurado ao Conselho, infraestrutura, material e pessoal necessários para o seu funcionamento.

Art. 8.º O Conselho Municipal de Cultura será apoiado por uma Secretaria Executiva, cujo os integrantes serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto nesta Lei.

Art 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2009.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 07 de outubro de 2009.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

## Lei Nº 1146

LEI Nº 1146, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Ascurra para o exercício de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I. as metas fiscais;

II. as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;

III. a estrutura dos orçamentos;

IV. as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V. as disposições sobre dívida pública municipal;

VI. as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII. as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII. as disposições gerais.

### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterà ainda:

I. Anexo I.1 – Demonstrativo das Metas Anuais;

II. Anexo I.2 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.

III. Anexo I.3 – Demonstrativo do Resultado Primário.

IV. Anexo I.4 – Demonstrativo do Resultado Nominal.

V. Anexo I.5 – Demonstrativo do Montante da Dívida.

VI. Anexo I.6 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.

VII. Anexo I.7 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

VIII. Anexo I.8 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

IX. Anexo II – Prioridades e Metas.

X. Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

XI. Anexo IV – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação.

XII. Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II a V, de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II. ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo

de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI. unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII. receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII. execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX. execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X. execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta nº 03/2008.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta nº 02/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III. Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV. Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V. Programa de Trabalho;

VI. Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções,

Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

X. Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes;

XI. Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII. Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII. Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica;

XIV. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

XV. Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI. Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2010;

XVII. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII. Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2010.

Parágrafo Único: Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º - Os Orçamentos para o exercício de 2010 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 10 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação.

Art. 11 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12 - Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos



oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.8, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III.

Parágrafo Único: Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 18 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de

recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, constantes do ANEXO I.7 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 22 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 23 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 24 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 26 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta lei.

Art. 28 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2010, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2010, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 34 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Acurra, ou ainda, atividades próprias

da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 38 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Os créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, serão inicialmente cobrados de forma amigável.

§ 2º Os executivos fiscais serão ajuizados somente após frustrada a tentativa de cobrança amigável na forma estabelecida no § 1º.

Art. 39 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 40 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2009.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2010.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de outubro de 2009.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 26 de outubro de 2009.  
MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Metodologia e Memória Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Total das Receitas**  
**Ano LDO: 2010**

Especificação	Previsão - R\$		
	2010	2011	2012
Receita Correntes	10.650.790,00	11.290.192,40	11.967.357,97
Receita Tributária	1.216.600,00	1.289.688,00	1.367.049,28
Impostos	815.700,00	864.642,00	916.520,52
Taxas	263.100,00	278.978,00	295.696,68
Contribuição de Melhoria	137.800,00	146.068,00	154.832,08
Receita Contribuições	265.000,00	281.000,00	297.700,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	8.896.240,00	9.430.185,40	9.995.952,52
Transferências Intergovernamentais	8.758.440,00	9.284.117,40	9.841.120,44
Transferências de Convênios	137.800,00	146.068,00	154.832,08
Outras Receitas Correntes	272.950,00	289.319,00	306.656,17
Multa e Juros de Mora	145.750,00	154.487,00	163.734,25
Indenizações e Restituições	21.200,00	22.472,00	23.820,32
Receitas da Dívida Ativa	90.100,00	95.506,00	101.236,36
Receitas Diversas	15.900,00	16.854,00	17.865,24
Receita de Capital	5.293.800,00	9.537.432,00	6.456.167,92
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	5.293.800,00	9.537.432,00	6.456.167,92
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Receita Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-1.464.390,00	-1.552.253,40	-1.645.388,61
<b>Total</b>	<b>14.480.200,00</b>	<b>19.275.371,00</b>	<b>16.778.137,28</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**F M DE SAUDE DE ASCURRA**  
**Lei das Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração**  
**Ano LDO: 2010      Versão LDO: 1**

Página 1 de 58  
Impresso em: 29/set/ 2009  
As 04:39:14 Horas

Programa:	70 -DESENVOLVIMENTO DA SAUDE		
Diagnóstico:	O município possui um centro de saúde, postos de atendimento e laboratório clínico. Com o aumento da demanda de serviços prestados na área da saúde, faz-se necessário a ampliação de estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim a ampliação dos serviços ofertados. Aquisição de materiais, equipamentos e utensílios.		
Diretrizes:	Manter o funcionamento da estrutura existente em prestação de serviços, recursos humanos e físicos, ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde. Proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informações em saúde através do sistema de saúde, serviços próprios contratados ou conveniados.		
Objetivo:	Atender e ou encaminhar a demanda referenciada e espontânea que se dirige à unidade de saúde e ou prestadora de serviço do sistema único de saúde. Firmar convênios com o governo Federal, Estadual e suas Entidades. Manter os programas do PSF e PACS.		
Ação:	1018 -CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE SAÚDE		Valor: 525.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
REFORMA E AMPLIACAO HOSPITAL			Meta Prevista
			UND
Elemento		Vínculo	Valor
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		10000 -Recursos Ordinários	25.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		12354 -Transf. de Convênios da União Saude	500.000,00
Total			525.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**Ano LDO: 2010**

Valores - R\$

Especificação	Metas Previstas Em 2008 (A)	% PIB	Metas Realizadas Em 2008 (B)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.132.440,40	0,0000 %	8.518.087,62	0,0000 %	1.385.647,22	19,43
Receita Primária I	7.078.440,40	0,0000 %	8.452.698,75	0,0000 %	1.374.258,35	19,41
Despesa Total	5.229.440,60	0,0000 %	8.788.193,05	0,0000 %	3.558.752,45	68,05
Despesa Primária II	5.186.440,60	0,0000 %	8.750.433,65	0,0000 %	3.563.993,05	68,72
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.891.999,80	0,0000 %	(297.734,90)	0,0000 %	(2.189.734,70)	(115,74)
Resultado Nominal	(280.240,81)	0,0000 %	510.891,62	0,0000 %	791.132,43	(282,30)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,0000 %	74.624,26	0,0000 %	74.624,26	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0000 %	(278.901,67)	0,0000 %	(278.901,67)	0,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Riscos Fiscais**  
**Demonstrativo de Riscos Fiscais**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art 4°, § 3°

R\$

Restos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
INTERPERIES E SETENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAS APARTIR DA RESERVA DE	10.000,00
<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art. 4°, § 2°, Inciso V

Tributo	Modalidade	Setor/Programa/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista - R\$			Compensação
			2010	2011	2012	
	DESCONTO DE PAGAMENTO A VISTA	DESCONTOS CONCEDIDOS NO PAGAMENTO DE IMPOSTOS.	0,00	0,00	0,00	RENUNCIA DE RECEITA JA ESTA IMPACTADA NOS VALORES DO ORÇAMENTO.
<b>Total</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Evolução do Patrimônio Líquido**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art 4°, § 2°, Inciso III

Valores - R\$

Patrimônio Líquido	2006	%	2007	%	2008	%
Patrimônio Capital	3.080.782,06	100,00 %	2.651.092,64	100,00 %	2.071.931,54	100,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>Total</b>	<b>3.080.782,06</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.651.092,64</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.071.931,54</b>	<b>100,00 %</b>

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2006	%	2007	%	2008	%
Patrimônio Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**  
**Ano LDO: 2010**

Valores - R\$

Evento	Valor Previsto 2010
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-)Transferências Constitucionais	0,00
(-)Transferências do FUNDEF	0,00
Saldo Aumento Permanente (I)	0,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Liq. Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Metas Fiscais**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art 4°, § 1°

Valores - R\$

Especificação	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB * 100)	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB * 100)	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB * 100)
Receita Total	14.480.200,00	14.480.200,00	0,0105 %	19.275.371,00	19.275.371,00	0,0135 %	16.778.137,28	16.778.137,28	0,0114 %
Receita Primária I	14.480.200,00	14.480.200,00	0,0105 %	19.275.371,00	19.275.371,00	0,0135 %	16.778.137,28	16.778.137,28	0,0114 %
Despesa Total	14.480.200,00	14.480.200,00	0,0105 %	19.275.371,00	19.275.371,00	0,0135 %	16.778.137,28	16.778.137,28	0,0114 %
Despesa Primária II	14.437.200,00	14.437.200,00	0,0105 %	19.229.791,00	19.229.791,00	0,0135 %	16.729.822,48	16.729.822,48	0,0113 %
Resultado Primário (I-II)	43.000,00	43.000,00	0,0000 %	45.580,00	45.580,00	0,0000 %	48.314,80	48.314,80	0,0000 %
Resultado Nominal	(105.000,00)	(105.000,00)	(0,0001 %)	(38.800,00)	(38.800,00)	0,0000 %	(29.628,00)	(29.628,00)	0,0000 %
Dívida Pública Consolidada	86.338,09	86.338,09	0,0001 %	61.338,09	61.338,09	0,0000 %	46.338,09	46.338,09	0,0000 %
Dívida Consolidada Líquida	(143.661,91)	(143.661,91)	(0,0001 %)	(182.461,91)	(182.461,91)	(0,0001 %)	(212.089,91)	(212.089,91)	(0,0001 %)

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Três Exercícios Anteriores**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art 4°, § 1°

Especificação	Valores a Preços Correntes - R\$										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	6.881.141,54	8.518.087,62	23,79 %	9.234.500,00	8,41 %	14.480.200,00	56,81 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Receita Primária I	6.818.567,96	8.452.698,75	23,97 %	9.209.500,00	8,95 %	14.480.200,00	57,23 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Despesa Total	6.513.217,90	8.788.193,05	34,93 %	15.002.905,97	70,72 %	14.480.200,00	-3,48 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Despesa Primária II	6.475.924,78	8.750.433,65	35,12 %	14.937.551,77	70,71 %	14.437.200,00	-3,35 %	19.229.791,00	33,20 %	16.729.822,48	-13,00 %
Resultado Primário (I - II)	342.643,18	(297.734,90)	-186,89 %	(5.728.051,77)	1823,88 %	43.000,00	-100,75 %	45.580,00	6,00 %	48.314,80	6,00 %
Resultado Nominal	(29.628,00)	510.891,62	-1824,35 %	241.578,90	-52,71 %	(105.000,00)	-143,46 %	(38.800,00)	-63,05 %	(29.628,00)	-23,64 %
Dívida Pública Consolidada	101.671,86	74.624,26	-26,60 %	111.338,09	49,20 %	86.338,09	-22,45 %	61.338,09	-28,96 %	46.338,09	-24,45 %
Dívida Consolidada Líquida	(773.928,65)	(278.901,67)	-63,96 %	(38.661,91)	-86,14 %	(143.661,91)	271,59 %	(182.461,91)	27,01 %	(212.089,91)	16,24 %

Especificação	Valores a Preços Constantes - R\$										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	6.881.141,54	8.518.087,62	23,79 %	9.234.500,00	8,41 %	14.480.200,00	56,81 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Receita Primária I	6.818.567,96	8.452.698,75	23,97 %	9.209.500,00	8,95 %	14.480.200,00	57,23 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Despesa Total	6.513.217,90	8.788.193,05	34,93 %	15.002.905,97	70,72 %	14.480.200,00	-3,48 %	19.275.371,00	33,12 %	16.778.137,28	-12,96 %
Despesa Primária II	6.475.924,78	8.750.433,65	35,12 %	14.937.551,77	70,71 %	14.437.200,00	-3,35 %	19.229.791,00	33,20 %	16.729.822,48	-13,00 %
Resultado Primário (I - II)	342.643,18	(297.734,90)	-186,89 %	(5.728.051,77)	1823,88 %	43.000,00	-100,75 %	45.580,00	6,00 %	48.314,80	6,00 %
Resultado Nominal	(29.628,00)	510.891,62	-1824,35 %	241.578,90	-52,71 %	(105.000,00)	-143,46 %	(38.800,00)	-63,05 %	(29.628,00)	-23,64 %
Dívida Pública Consolidada	101.671,86	74.624,26	-26,60 %	111.338,09	49,20 %	86.338,09	-22,45 %	61.338,09	-28,96 %	46.338,09	-24,45 %
Dívida Consolidada Líquida	(773.928,65)	(278.901,67)	-63,96 %	(38.661,91)	-86,14 %	(143.661,91)	271,59 %	(182.461,91)	27,01 %	(212.089,91)	16,24 %

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo Das Metas Fiscais**  
**Montante da Dívida**  
**Ano LDO: 2010**

Valores - R\$

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada I	101.671,86	74.624,26	111.338,09	86.338,09	61.338,09	46.338,09
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	48.114,64	24.286,17	65.000,00	40.000,00	15.000,00	0,00
Precatórios Posteriores à 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 Meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	53.557,22	50.338,09	46.338,09	46.338,09	46.338,09	46.338,09
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções II	875.600,51	353.525,93	150.000,00	230.000,00	243.800,00	258.428,00
Ativo Disponível	892.804,29	354.865,07	150.000,00	230.000,00	243.800,00	258.428,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto a Pagar Processados	17.203,78	1.339,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Consol. Líquida (III) = (I-II)	(773.928,65)	(278.901,67)	(38.661,91)	(143.661,91)	(182.461,91)	(212.089,91)

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo Metas Fiscais**  
**Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores R\$

Receitas Realizadas	2008 (a)	2007 (b)	2006 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	37.200,00	44.487,17	0,00
Alienação de Bens Móveis	37.200,00	44.487,17	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>37.200,00</b>	<b>44.487,17</b>	<b>0,00</b>

Despesas Liquidadas	2008 (d)	2007 (e)	2006 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	37.200,00	44.487,17	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	37.200,00	44.487,17	0,00
Investimentos	37.200,00	44.487,17	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>37.200,00</b>	<b>44.487,17</b>	<b>0,00</b>

Saldo Financeiro	(g) = ((Ia-IIId) + h)	(h) = ((Ib-IIe) + i)	(i) = (Ic-IIf)
	0,00	0,00	0,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Principais Despesas**  
**Ano LDO: 2010**

**Pessoal e Encargos Sociais**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	3.055.168,55	0,00 %
2008	3.878.627,13	26,95 %
2009	6.931.689,37	78,72 %
2010	4.541.800,00	-34,48 %
2011	4.814.308,00	6,00 %
2012	5.103.166,48	6,00 %

**Juros e Encargos da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	11.930,94	0,00 %
2008	10.711,80	-10,22 %
2009	17.045,07	59,12 %
2010	12.500,00	-26,66 %
2011	13.250,00	6,00 %
2012	14.045,00	6,00 %

**Outras Despesas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	2.924.905,93	0,00 %
2008	3.735.673,59	27,72 %
2009	6.400.500,34	71,33 %
2010	3.894.791,40	-39,15 %
2011	4.128.478,88	6,00 %
2012	4.376.187,61	6,00 %

**Investimentos**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	495.850,30	0,00 %
2008	1.136.132,93	129,13 %
2009	1.595.362,06	40,42 %
2010	5.990.608,60	275,50 %
2011	10.276.404,12	71,54 %
2012	7.239.232,39	-29,55 %

**Inversões Financeiras**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
	0,00	0,00 %

**Amortização Financeira**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	25.362,18	0,00 %
2008	27.047,60	6,65 %
2009	48.309,13	78,61 %
2010	30.500,00	-36,86 %
2011	32.330,00	6,00 %
2012	34.269,80	6,00 %

**Reserva de Contingência**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	0,00	0,00 %
2008	0,00	0,00 %
2009	10.000,00	0,00 %
2010	10.000,00	0,00 %
2011	10.600,00	6,00 %
2012	11.236,00	6,00 %

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Principais Fontes de Receita**  
**Ano LDO 2010**

**Receita Tributária**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	699.978,99	0,00 %
2008	865.268,69	23,51 %
2009	955.000,00	10,37 %
2010	1.216.600,00	27,39 %
2011	1.289.688,00	6,01 %
2012	1.367.049,28	6,00 %

**Cota-Parte FPM**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	3.201.317,36	134,18 %
2008	3.984.109,28	24,45 %
2009	4.180.000,00	4,92 %
2010	4.430.800,00	6,00 %
2011	4.896.648,00	6,00 %
2012	4.978.446,88	6,00 %

**Transferências de Recurso do SUS - FMS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	376.770,11	-92,43 %
2008	420.573,88	11,63 %
2009	442.000,00	5,09 %
2010	493.700,00	11,70 %
2011	523.500,00	6,04 %
2012	555.000,00	6,02 %

**Cota-Parte ICMS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	1.833.999,96	230,45 %
2008	2.205.062,72	20,23 %
2009	2.300.000,00	4,31 %
2010	2.438.000,00	6,00 %
2011	2.584.280,00	6,00 %
2012	2.739.336,80	6,00 %

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	212.984,54	-92,22 %
2008	372.249,83	74,78 %
2009	257.500,00	-30,83 %
2010	272.950,00	6,00 %
2011	289.319,00	6,00 %
2012	306.656,17	5,99 %

**Receitas de Capital**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	282.237,17	-7,96 %
2008	107.200,00	-62,02 %
2009	750.000,00	599,63 %
2010	5.293.800,00	605,84 %
2011	9.537.432,00	80,16 %
2012	6.456.167,92	-32,31 %

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

## Planilhas Planejamento

## Programas

Versão LDO: 1

Ano LDO: 2010

Página 1 de 2  
 Impresso em: 29/Set/ 2009  
 As 04:37:02 Horas

Ação	Descrição	Objetivo	Valor
70	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE	Atender e acompanhar a população necessitando a atenção básica que se dirige à unidade de saúde e ou prestadora de serviço do sistema Único de Saúde. Fazer convênios com o governo Federal, Estadual e outras Entidades. Manter os programas no LIL e LAL.	2.808.591,40
10	PROCESSO LEGISLATIVO	DA FUNÇÃO FUNDAMENTAL: FUNÇÃO DA FUNÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR DE ACORDO COM AS DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.	278.500,00
20	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO	Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar sempre os serviços para a população dos usuários.	331.500,00
25	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO	Diminuir o nível de desemprego, promover o crescimento econômico e a arrecadação de recursos.	278.800,00
30	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL	Manter e melhorar a segurança, a mobilidade urbana e a conservação das vias municipais, através da pavimentação, modernização, conservação, limpeza e manutenção de infraestrutura, saneamento e assegurar a qualidade de vida, estimulando o desenvolvimento econômico do município.	5.364.250,00
40	DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	Universalizar o atendimento do ensino fundamental e infantil desenvolvendo ações que garantam o direito de vagas para todas as crianças da cidade escolar, com o também aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola em idade regular, oportunizando o desenvolvimento social e físico, possibilitando a permanência e o sucesso do aluno na escola. Manter convênios como: Salário Educação, Merenda Escolar e Transporte Escolar.	2.566.708,60
50	APÓIO AO INICIANTE PROFISSIONALIZANTE	Melhorar a qualificação profissional e a competitividade de nossos jovens perante atual mercado de trabalho.	108.000,00
60	APOIO AO ESPORTE E CULTURA	Apoiar projetos e atividades relacionadas com formação artística cultural e esportiva do município, manter as tradições, a cultura de nosso antepassados e principalmente de nossos cidadãos nas escolas e outros ambientes culturais. Incentivar a prática de esportes pelas nossas crianças e jovens para um melhor desenvolvimento físico psicológico e comunitário.	157.300,00
80	ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	Realizar, manter e melhorar as ações relacionadas à política municipal de assistência social. Fazer convênios com o Governo Federal e Estadual e organizações não governamentais.	164.950,00
90	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	Atender as necessidades dos produtores rurais, possibilitando o desenvolvimento sustentável da agricultura e o fortalecimento da agricultura familiar, preservação do meio ambiente.	461.000,00
100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Integração e controle das Unidades Urbanas na Administração e Finanças, contribuir a uniformização de procedimentos administrativos, redução de custos, aumento da produtividade funcional e da eficiência, atendimento da coletividade, aumento da capacidade de investimentos, criação de novas alternativas de coleta e implementação de ações estratégicas e preventivas, manutenção do superávit orçamentário financeiro, correta execução orçamentária etc. Evidar mensalmente os parâmetros das dívidas.	1.843.100,00
110	DESEJO DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	Contribuir com o desenvolvimento nas famílias principalmente as crianças carentes tendo integralidade com o resto da sociedade. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, fazer convênios na forma da Lei com o governo Federal e Estadual, suas entidades e Organizações não governamentais.	107.500,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Destinar a comunidade dos programas que, por natureza de tal natureza, qualquer que a eventualidade, se a priorizar em seus recursos.	10.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Planilhas Planejamento**  
**Receitas (LDO)**

Página 1 de 5  
 Impresso em: 29/set/ 2009  
 As 04:37:40 Horas

Versão LDO: 1      Ano LDO: 2010

1000000000000	RECEITAS CORRENTES	10.650.790,00
1100000000000	RECEITA TRIBUTARIA	1.216.600,00
1110000000000	IMPOSTOS	815.700,00
1112000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	614.300,00
1112020000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	450.000,00
10000	Recursos Ordinários	270.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	112.500,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	67.500,00
1112040000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	84.800,00
1112043100000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	74.200,00
10000	Recursos Ordinários	44.520,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	18.550,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	11.130,00
1112043400000	I.R.RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENT	10.600,00
10000	Recursos Ordinários	5.936,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.862,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.802,00
1112080000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	79.500,00
10000	Recursos Ordinários	47.700,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	19.875,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	11.925,00
1113000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	201.400,00
1113050000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	201.400,00
1113050100000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	201.400,00
10000	Recursos Ordinários	120.840,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	50.350,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	30.210,00
1120000000000	TAXAS	263.100,00
1121000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	81.300,00
1121170000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	15.900,00
10000	Recursos Ordinários	15.900,00
1121220000000	TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS -	12.400,00
10000	Recursos Ordinários	10.600,00
11200	Serviços de Saúde	1.800,00
1121250000000	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	31.800,00
10000	Recursos Ordinários	31.800,00
1121290000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	8.480,00
10000	Recursos Ordinários	8.480,00
1121310000000	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOM.PUBLIC	530,00
10000	Recursos Ordinários	530,00
1121320000000	TAXA APROV. PROJETO DE CONSTR. CIVIL	5.300,00
10000	Recursos Ordinários	5.300,00
1121350000000	TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	2.650,00
10000	Recursos Ordinários	2.650,00
1121990000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	4.240,00
10000	Recursos Ordinários	4.240,00
1122000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	181.800,00
1122900000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	150.000,00
10000	Recursos Ordinários	150.000,00
1122990000000	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	31.800,00
10000	Recursos Ordinários	31.800,00
1130000000000	CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	137.800,00
1130040000000	CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS COMPLEMENTARES	137.800,00
10000	Recursos Ordinários	137.800,00
1200000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	265.000,00
1220000000000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	265.000,00
1220290000000	CONTRIB. P/ O CUSTEIO DO SERV. DE ILUM.P	265.000,00
11700	Contribuição para o COSIP	265.000,00
1700000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.896.240,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**  
**Ano LDO: 2010**

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a

R\$

Receitas Previdenciárias	2006	2007	2008
Receita Corrente	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciárias entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Repasse Previdenciários Pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Repasse Previd. Para Cobertura de Déficit	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	2006	2007	2008
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de pensões entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciários (I - II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidades Financeiras do RPPS	0,00	0,00	0,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Resultado Nominal**  
**Ano LDO: 2010**

Valores - R\$

Especificação	2007 (b)	2008 (c)	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)	2012 (g)
Dívida Consolidada (I)	101.671,86	74.624,26	111.338,09	86.338,09	61.338,09	46.338,09
Deduções (II)	892.804,29	354.865,07	150.000,00	230.000,00	243.800,00	258.428,00
Ativo Disponível	892.804,29	354.865,07	150.000,00	230.000,00	243.800,00	258.428,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Resto A Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	(791.132,43)	(280.240,81)	(38.661,91)	(143.661,91)	(182.461,91)	(212.089,91)
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI)=(III+IV-V)	(791.132,43)	(280.240,81)	(38.661,91)	(143.661,91)	(182.461,91)	(212.089,91)
<b>Receita Nominal</b>	<b>(b-a)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>
	(29.628,00)	510.891,62	241.578,90	(105.000,00)	(38.800,00)	(29.628,00)

Fonte: Prefeitura Municipal de Ascurra

**Lei N° 1147**

LEI N° 1147, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

**AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n° 1113, de 08/12/2008,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 58.150,00 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta reais), conforme quadro abaixo:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2024	MANUT. PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	40.000,00
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2026	MANUT. PROGR. EPIDEM. E CONT. DOENÇAS	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
010200	Rec. De Impostos e Transf. Imp-Saúde	3.150,00
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2028	MANUT. PROGR. FARMACIA BASICA MUNICIPAL	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010200	Rec. De Impostos e Transf. Imp-Saúde	15.000,00
TOTAL		58.150,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2031	MAN. PROGR. ASSIST. MÉDICA SANITÁRIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010200	Rec. De Impostos e Transf. Imp-Saúde	18.150,00
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2031	MAN. PROGRAMA ASSIST. MÉDICA SANITÁRIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	40.000,00
TOTAL		58.150,00

Art. 3º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais), conforme quadro abaixo:

03.001	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.	
	MAN. ATIV. ADMINST. FINANC. E ORÇAM.	

30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	11.521,00
04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	MANUT. PREESCOLAR	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
	Recursos de Imp. E de Transf. De Imp. Educ.	10.000,00
010100		
04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	MANUT. PREESCOLAR	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	12.000,00
04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	MANUT. TRANSP. ECOLAR – NUCLEADO	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
	Recursos de Imp. E de Transf. De Imp. Educ.	13.000,00
010100		
06.001	SECRET. AGRIC. ABAST. E MEIO AMBIENTE	
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRIC.	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	30.000,00
	SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS	
07.001		
	MAN. DEPTO. DE OBRAS E ESTR. DE ROD.	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	14.600,00
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL	
	ATENDIMENTO CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	15.000,00
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL	
	Manut. Geral da Assistência Social	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	4.879,00
10.001	SECRET. DESENVOLV. ECON. E TURISMO	
	Manut. Ativi. Desenv. Econ. e Turismo	
40000000000000	Despesas de Capital	



44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	5.000,00
10.001	SECRET. DESENVOLV. ECON. E TURISMO	
	Manut. Ativi. Desenv. Econ. e Turismo	
30000000000000	Despesas de Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL		121.000,00

Art. 4º - Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

01.001	CAMARA DE VEREADORES	
01.301.0001.2001	MAN. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	26.000,00
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.	
04.121.0010.0003	MANUT. ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	2.000,00
04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
	MAN. ENS. FUNDAMENTAL E VAL. MAGISTÉRIO	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010100	Recursos de Imp. E de Transf. De Imp. Educ.	23.000,00
04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
	MAN. DE CRECHES	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	70.000,00
TOTAL		121.000,00

Art. 5º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 86.850,00 (oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta reais), conforme quadro abaixo:

03.001	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.	
	MAN. ATIV. ADMINST. FINANC. E ORÇAM.	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	86.850,00

Art. 6º - Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, através de transposição de dotações, a seguir especificadas:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	MANUT. PROG. ASSIT. MÉDICA SANITÁRIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	86.850,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de outubro de 2009.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 26 de outubro de 2009.  
MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### Lei Nº 1148

LEI Nº 1148, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1113, de 08/12/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme quadro abaixo:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0090.1035	CONSTRUÇÕES E REFORMAS	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
012355	Trasf. De Convênios do Estado da Saúde	300.000,00
TOTAL		300.000,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2031	MAN. PROGR. ASSIST. MÉDICA SANITÁRIA	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
012355	Trasf. De Convênios do Estado da Saúde	300.000,00
TOTAL		300.000,00

Art. 3º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme quadro abaixo:

04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR/BOL-SAS ESTUDO	
12.364.0045.2012		
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	10.000,00





04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
27.812.0036.2008	MANUT. ATIVIDADES ESPORTIVAS	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	41.000,00
07.002	SECRETARIA DE TRANSP. E SERV. URBANOS	
015.452.0020.2018	MAN. CONVENIO CONSORCIO – LIXO	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	4.000,00
08.001	FUNDO MUNI. CRIANÇA E ADOLESCENTE	
008.243.0080.2041	MAN. FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	10.000,00
08.001	FUNDO MUNI. CRIANÇA E ADOLESCENTE	
008.243.0080.2041	MAN. FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 4º - Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.	
04.121.0010.2003	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33500000000000	Transf. a Inst. Privadas S/F.	
010000	Recursos Ordinários	39.000,00
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.	
04.121.0010.2006	MANUT. CONV. RÁDIO PATRULHA	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	1.000,00
04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
012.361.0035.2009	MAN. ENS. FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL		70.000,00

Art. 5º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme quadro abaixo:

07.001	SECRETARIA DE TRANSP. E SERV. URBANOS	
015.452.0020.2016	MAN. DEPTO. DE OBRAS E ESTR. RODAGEM	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	90.000,00
TOTAL		90.000,00

Art. 6º - Os recursos anulados no artigo terceiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, através de transposição de dotações, a seguir especificadas:

05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2031	MANUT. PROG. ASSIT. MÉDICA SANITÁRIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	50.000,00
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0090.2031	MANUT. PROG. ASSIT. MÉDICA SANITÁRIA	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
010000	Recursos Ordinários	40.000,00
TOTAL		90.000,00

Art. 7º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 94.974,20 (noventa e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), conforme quadro abaixo:

07.001	SECRETARIA DE TRANSP. E SERV. URBANOS	
015.451.0015.1035	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
012255	Transf. de Convênios do Estado	94.974,20
TOTAL		94.974,20

Art. 8º - Os recursos anulados no artigo sétimo da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
012.361.0035.2009	MAN. ENS. FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
012255	Transf. de Convênios do Estado	40.463,20
04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
012.361.0035.2009	MAN. ENS. FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	

44900000000000	Aplicações Diretas	
012255	Transf. de Convênios do Estado	9.075,00
04.001	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
012.361.0035.2011	MANUT. TRANSP. ESCOLAR (NUCLEADO)	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
012255	Transf. de Convênios do Estado	20.436,00
10.001	SECRETARIA DE DESEN. ECONOMICO E TURISMO	
023.691.0025.2017	MANUT. ATIV. DESEN. ECON. E TURISMO	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
012255	Transf. de Convênios do Estado	25.000,00
TOTAL		94.974,20

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2009.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 18 de novembro de 2009.  
MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## Atalanta

### Prefeitura Municipal

#### Aviso de Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 01/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
AVISO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO nº 01/2009

BRAZ BILCK, O PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura de inscrições para o Concurso Público para Emprego Público nº 01/2009 para as seguintes categorias: Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Técnico em Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Odontológico, Motorista e Agente de serviços gerais. As inscrições deverão ser efetuadas na Prefeitura Municipal de Atalanta, em Atalanta, SC, sita a Avenida XV de Novembro, 1.030, Centro, em Atalanta - SC, no período compreendido entre os dias 04 (quatro) de dezembro de 2009 até 04 (quatro) de janeiro de 2010, no horário de expediente das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) horas. As provas escritas serão realizadas nas dependências Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, sita à rua Constâncio Krummel, s/n, Centro, em Atalanta - SC., no horário das 9:30 (nove horas e trinta minutos) até 12:00 (doze) horas do dia 31 (trinta e um) de janeiro de 2.010. As provas práticas ocorrerão no dia 31 (trinta e um) de janeiro de 2010, com início às 13:30 (treze e trinta) horas, na Garagem Municipal situada a Rua Ernesto Becker, s/n, Atalanta - SC. A íntegra do presente Edital está à disposição dos interessados no Mural Público Municipal da Prefeitura Municipal de Atalanta, e no site [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br), a partir do dia 30 de novembro de 2.009

Atalanta, 27 de novembro de 2.009  
BRAZ BILCK  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### Prefeitura Municipal

#### Aviso de Suspensão de Licitação 124 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 124/2009 – PMB

Fica suspenso o referido pregão presencial 124/2009, que temo como objeto "contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços especializados de auditoria, consultoria técnica – administrativa na área do gênero tributos e contribuições previdenciárias na sua espécie, especialmente no que concerne ao instituto da compensação", por base da decisão liminar dada pelo Juiz da Comarca do Município de Biguaçu nos autos do processo numero 007.09.005.398-0.

Biguaçu, 26 de Novembro de 2009.

NABEL ANA M. DE CAMPOS  
Pregoeira

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Pregão Presencial 67/2009 - Aquisição de implementos agrícolas

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 67/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 horas do dia 11.12.2009, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição implementos agrícolas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 27 de novembro de 2009.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Homologação do Processo Seletivo 005/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2009

Professor em Caráter Temporário (ACT Creche Férias)

Ficam homologadas as seguintes inscrições, conforme edital de processo Seletivo nº 0005/2009 que abre inscrições e baixa normas para a seleção e contratação de Professor, em caráter temporário.

Nome	Nº de inscrição
Joelma da Silva Zick	001



Elza Niquelatti	002
Roseli Prochnow Koerich	003
Deiziane de Souza Probst	004
Gislaine Schwamback	005
Simone Schaffer	006
Nilvo da Silva	007
Kerolin Duane Bilk	008
Taciane Alessandra Bilk Schenkel	009
Juliana Kurtz	010
Josiane Fátima Gembro Lang	011
Neuza Aparecida Branco Meurer	012
Tatiana da Silva Zwicker	013
Josemara Bill de Souza	014
Silvana Aparecida Correa da Costa	015
Joice Muniz da Costa Marangoni	016
Andréia Araldi	017
Eliani Pontizelli	018
Diuvana Corrêa	019
Isolete Aparecida Dias Meyer	020
Ana Carolina da Veiga Corrêa	021
Vanessa Campegger	022

Braço do Trombudo, 26 de novembro de 2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

LISTA DOS CLASSIFICADOS  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 005/2009  
Professor em Caráter Temporário

N. de Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
012	Neuza Aparecida Branco Meurer	193,5	1º
002	Elza Niquelatti	98,5	2º
003	Roseli Prochnow Koerich	98	3º
015	Silvana Aparecida Correa da Costa	93,5	4º
009	Taciane Alessandra Bilk Schenkel	93,5	5º
006	Simoni Schafer	91	6º
004	Deiziane de Souza Probst	86,5	7º
018	Eliani Pontizelli	83,5	8º
008	Kérolin Duane Bilk	80,5	9º
017	Andréia Araldi	78,5	10º
022	Vanessa Campregger	74,5	11º
011	Josiane Fátima Gembro Lang	57	12º
001	Joelma da Silva Zick	52,5	13º
020	Isolete Aparecida Dias Meyer	51,5	14º
019	Diuvana Corrêa	48,5	15º
014	Jocemara Bill de Souza	47	16º
013	Tatiana da Silva Zwicker	43	17º
010	Juliana Kurtz	39	18º
021	Ana Carolina da Veiga Corrêa	37,5	19º
016	Joice Muniz da Costa Marangoni	33,5	20º
007	Nilvo da Silva	18,5	21º
005	Gislaine Schwambach	13,5	22º

Braço do Trombudo, 26 de novembro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

### Homologação Processo Seletivo 006/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 006/2009

Professor em Caráter Temporário (ACT)

Ficam homologadas as seguintes inscrições, conforme edital de processo Seletivo n° 0006/2009 que abre inscrições e baixa normas para a seleção e contratação de Professor, em caráter temporário.

Nome	Nº de inscrição
Joelma da Silva Zick	001
Elza Niquelatti	002
Roseli Prochnow Koerich	003
Juliana Kurtz	004
Ineuzir Aparecida Kiebler Kramel	005
Deiziane de Souza Probst	006
Gislaine Schwamback	007
Simoni Schaefer	008
Nilvo da Silva	009
Glauceia Alma Larsen	010
Kerolin duane Bilck	011
Taciane Alessandra Bilck Schenkel	012
Josiane Fatima Gembro Lang	013
Nardy Bechtold Junior	014
Renato Schroeder Júnior	015
Elaine Cristina Barth	016
Márcia Montagna Ferrari	017
Neuza Aparecida Branco Meurer	018
Tatiana da Silva Zwicker	019
Jocemara Bill de Souza	020
Tatiane Kurtz Bechtold	021
Greicy Danielly Duarte Prochnow	022
Silvana Aparecida Correa da Costa	023
Elenir de Melo Hasse	024
Joice Muniz da Costa Marangoni	025
Arcia de Oliveira	026
Silvani Defrein Alves Paes	027
Carla Eliane Marangoni Corrêa	028
Andréia Araldi	029
Eliani Pontizelli	030
Diuvana Corrêa	031
Maria Ivonete Meurer	032
Luciana Meurer	033
Isolete Aparecida Dias Meyer	034
Ivonete Stüpp	035
Márcio Geovani Niquelate	036
Ana Carolina da Veiga Corrêa	037
Vanessa Campregger	038
Daiana Schmitz	039



Braço do Trombudo, 26 de novembro de 2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
LISTA DOS CLASSIFICADOS  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 006/2009  
Professor em Caráter Temporário - ACT

N. de Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
032	Maria Ivonete Meurer	326,5	1º
035	Ivonete Stüpp	198	2º
018	Neuza Aparecida Branco Meurer	193,5	3º
005	Ineuzir Aparecida Keibler Kramel	106,5	4º
002	Elza Nichelatti	98,5	5º
003	Roseli Prochnow Koerich	98	6º
023	Silvana Aparecida Correa Da Costa	93,5	7º
012	Taciane Alessandra Bilk Schenkel	93,5	8º
027	Silvani Defrein Alves Paes	92,5	9º
008	Simoni Schafer	91	10º
006	Deiziane de Souza Probst	86,5	11º
030	Eliani Pontizelli	83,5	12º
011	Kérolin Duane Bilk	80,5	13º
029	Andréia Araldi	78,5	14º
028	Carla Eliane Marangoni Corrêa	77,5	15º
026	Árcia de Oliveira	76,5	16º
038	Vanessa Campregheer	74,5	17º
010	Gláucea Alma Larsen	73,5	18º
022	Greicy Danielly Duarte Prochnow	62,5	19º
039	Daiana Schmitz	60	20º
013	Josiane Fátima Gembro Lang	57	21º
001	Jolema da Silva Zick	52,5	22º
034	Isolete Aparecida Dias Meyer	51,5	23º
031	Diovana Corrêa	48,5	24º
020	Jocemara Bil de Souza	47	25º
016	Elaine Cristina Barth	43,5	26º
019	Tatiana da Silva Zwicker	43	27º
004	Juliana Kurtz	39	28º
037	Ana Carolina da Veiga Corrêa	37,5	29º
036	Marcio Giovani Nichelate	36	30º
033	Luciana Meurer	35,5	31º
025	Joice Muniz da Costa Marangoni	33,5	32º
017	Márcia Montagna Ferrari	18,5	33º
009	Nilvo da Silva	18,5	34º
007	Gislaine Schwambach	13,5	35º
024	Elenir de Melo Hasse	4,5	36º
015	Renato Schroeder Júnior	1,5	37º
021	Tatiane Kurtz Bechtold		Eliminada
014	Nardy Bechtold Júnior		Eliminado

Braço do Trombudo, 26 de novembro de 2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Campo Alegre

### Prefeitura Municipal

#### Portaria N° 6.431

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.431 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Odontóloga – VERA LUCIA BARCOS OLIVER, matrícula n° 0243, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2007 à 28 de fevereiro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 18/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Portaria N° 6.432

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.432 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II – ZURITA MARIA PACHECO, matrícula n° 282, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2006 à 14 de abril de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal





ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.433**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.433 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II – GRAZIELA FABIOLA LLANO CABRERA, matrícula nº 000539, referente ao período aquisitivo 02 de abril de 2008 a 01 de abril de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.434**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.434 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Assistente Social – IMELDA JULIA WATZKO, matrícula nº 000453, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.435**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.435 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Psicólogo – MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, matrícula nº 000486, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.436**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.436 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Terapeuta Ocupacional – MARIO CÉSAR DEUNISIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.437**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.437 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo I – VERONICA GORNIACK SCHROEDER, matrícula nº 0203, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2006 à 31 de março de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.438**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.438 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 338, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal – Agente Administrativo II – ZURITA MARIA PACHECO, matrícula nº 282, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação ou aperfeiçoamento na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 42 Referência D para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência E no valor de R\$ 1.011,70 (um mil, onze reais, setenta centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de junho de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 18 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.439**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.439 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA OLÍVIA DOS SANTOS, matrícula nº 0223, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2008 à 02 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 18 de dezembro de 2008 à 16 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2008



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.440**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.440 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de um terço de férias ao Técnico Processamento de Dados – ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, matrícula n° 438, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2007 á 10 de maio de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.441**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.441 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Motorista – LUIS CARLOS COTHOVISCKY, matrícula n° 000040, referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2007 á 03 de janeiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria N° 6.442**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.442 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Enfermeira – KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, matrícula n° 954702, referente ao período aquisitivo 25 de setembro de 2008 á 24 de janeiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.443**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.443 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Técnica de Enfermagem – ELAIR PINHEIRO HACH, matrícula n° 000442, referente ao período aquisitivo 17 de novembro de 2006 á 16 de novembro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.444**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.444 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Médico – RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, matrícula n° 000549, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2008 á 05 de maio de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.445**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.445 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, matrícula n° 356, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2007 á 07 de junho

de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.446**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.446 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, matrícula n° 356, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2007 á 07 de junho de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.447**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.447 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.





**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – LARA BELANDRINO, matrícula n° 000556, referente ao período aquisitivo 17 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.448**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.448 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – LEONILDA PETSCHOW, matrícula n° 954672, referente ao período aquisitivo 17 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.449**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.449 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – ANA CLAUDIA MACEDO, matrícula n° 954671, referente ao período aquisitivo 17 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.450**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.450 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – LAURO STAROWIKI, matrícula n° 000554, referente ao período aquisitivo 17 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.451**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.451 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – TEREZINHA BAECHTOLD DE OLIVEIRA, matrícula n° 000555, referente ao período aquisitivo 17 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.452**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.452 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – MARIA CLAUDETE DE MELO, matrícula n° 954673, referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.453**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.453 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – NEUSA APARECIDA ERO, matrícula n° 954675, referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.454**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.454 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – INÊS MICKUS CANDIDO, matrícula n° 954676, referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.455**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.455 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – NILDA VIEIRA DE LIMA, matrícula n° 954664, referente ao período aquisitivo 02 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.456**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.456 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – MARTA RAMTHUN, matrícula n° 954674, referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.457**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.457 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – JOCELINE S. LINZMEYER, matrícula n° 000529, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.458**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.458 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, matrícula nº 000530, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.459**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.459 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – JAQUELINE DOS SANTOS, matrícula nº 000534, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.460**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.460 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – DIRCELIA DOS SANTOS, matrícula nº 000533, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria N° 6.461**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.461 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, matrícula n° 000531, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.462**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.462 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde – ELIZABETE PERPÉTUA DOS SANTOS, matrícula n° 000532, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.463**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.463 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal n° 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal n° 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, à Agente Operacional I – TEREZINHA SIMÕES F. FUCHNER, matrícula n° 358, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 07 de julho de 2003 à 07 de julho de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.464**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.464 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Professora – MAURENE TEREZA CUBAS, matrícula n° 000056, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2008 à 31 de janeiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.465**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.465 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Assistente Social – IMELDA JÚLIA WATSKO, matrícula nº 000453, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

#### **Portaria N° 6.466**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.466 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional III – ADILSON MANOEL CANDIDO, matrícula nº 0162, referente ao período aquisitivo 09 de julho de 2006 á 08 de julho de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de

2008 á 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.467**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.467 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional I – ANTONIO CHICÓVIS, matrícula nº 000116, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2007 á 02 de fevereiro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.468**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.468 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional I – ANTONIO MIGUEL GORNIACK, matrícula nº 323, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2008 à 25 de janeiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.469**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.469 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional I – CARLOS GUILHERME STOLBERG, matrícula nº 368, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2006 à 28 de fevereiro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.470**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.470 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2007 à 16 de abril de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.471**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.471 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CÉSAR ELOIR MOURA, matrícula nº 000320, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2007 à 12 de março de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 à 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.472**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.472 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – CLAUDIO CARDOSO, matrícula nº 000142, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2007 a 15 de setembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.473**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.473 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional IV – CLAUDIO DE SOUZA, matrícula nº 000254, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2007 a 30 de setembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.474**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.474 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional I – CRISTIANO CUNHA, matrícula nº 000501, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.475**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.475 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS, matrícula nº 000510, referente ao período aquisitivo 22 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro



de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.476**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.476 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III – GIOVANI JOSÉ TOMAZ, matrícula nº 000477, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2007 á 02 de outubro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.477**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.477 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Professor – NILSON FELICIANO, matrícula nº 954623, referente ao período aquisitivo 26 de fevereiro 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.478**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.478 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista – JARBAS JORGE CATONI, matrícula nº 000182, referente ao período aquisitivo 20 de março de 2007 á 19 de março de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.479**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.479 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional I – JOÃO FRANCISCO DE LIMA, matrícula n° 000032, referente ao período aquisitivo 01 de maio de 2007 á 30 de abril de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.480**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.480 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIASE AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Técnico em Nível Médio – JOÃO SAMUEL CUBAS, matrícula n° 000384, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2007 á 02 de março de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.481**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.481 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Professora – HÉLIA DE FÁTIMA E. P. WALTER, matrícula n° 954698, referente ao período aquisitivo 20 de agosto de 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em:  
19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.482**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.482 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Agente Operacional I – JOSÉ EVILÁRIO ALEXANDRE, matrícula n° 000562, referente ao período aquisitivo 04 de julho de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 12 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.483**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.483 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista – JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula nº 000266, referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2007 á 18 de junho de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.484**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.484 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – JOSÉ SENILDO GODOY, matrícula nº 000037, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2007 á 04 de maio de 2008,

pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.485**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.485 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Engenheiro Civil – LA-ÉRCIO TELLES, matrícula nº 000413, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2006 á 04 de maio de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.486**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.486 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista – LUIS CARLOS COTHOVISCKY, matrícula nº 000040, referente aos períodos aquisitivos: 04 de janeiro de 2006 a 03 de janeiro de 2007 = 10 (dez) dias; 04 de janeiro de 2007 a 03 de janeiro de 2008 = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2007 a 03 de janeiro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.487**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.487 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional III – LUIZ ANTONIO CANDIDO, matrícula nº 000411, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2006 a 14 de abril de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.488**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.488 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional I – MÁRIO OSVALDO ATNER, matrícula nº 000055, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2007 a 31 de outubro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 6.489**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.489 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional III – NEURI NAGEL, matrícula nº 000404, referente aos períodos aquisitivos: 15 de abril de 2006 a 14 de abril de 2007, = 10 (dez) dias; 15 de abril de 2007 a 14 de abril de 2008, = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2007 a 14 de abril de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.490**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.490 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional IV – PAULO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 0267, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2006 á 30 de junho de 2007, = 20 (vinte) dias; 01 de julho de 2007 a 30 de junho de 2008, = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2006 a 30 de junho de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 27 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.491**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.491 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional

I – PEDRO VITOR HORTZ DE ASSUMPÇÃO, matrícula nº 000483, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2007 á 02 de outubro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.492**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.492 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – VENÍCIO NEGHERBON, matrícula nº 000492, referente ao período aquisitivo 04 de dezembro de 2007 á 03 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.493**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.493 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Administrativo II – JOSÉ MAURO SCHWARZ, matrícula n° 000035, referente ao período aquisitivo 17 de agosto de 2007 á 16 de agosto de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 07 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.494**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.494 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Fiscal – LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula n° 000078, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2007 á 26 de janeiro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.495**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.495 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 338, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; e

Considerando a decisão exarada pela Secretária Municipal de Administração, folhas 31 á 33 do Processo Administrativo n° 559/2008; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por capacitação a Servidora Pública Municipal – Técnica em Nível Médio – MARIA ELIANE FRIEDRICH, matricula n° 00046, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação ou aperfeiçoamento na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 53 Referência C para Nível 5 Sub-Nível 53 Referência D no valor de R\$ 1.524,70 (um mil, quinhentos e vinte e quatro reais, setenta centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2006.

§ 1º) Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 1.370,93 (um mil, trezentos e setenta reais, noventa e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2006.

§ 2º) Do valor constante no parágrafo 1º será descontado o valor de R\$ 135,43 (cento e trinta e cinco reais, quarenta e três centavos), referente a Contribuição da Servidora Pública ao IPRECAL, e, o Município deverá repassar ao referido Instituto á título de Contribuição Patronal o valor de R\$ 226,48 (duzentos e vinte e seis reais, e quarenta e oito centavos).

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.496**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.496 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008



**CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Técnica em Nível Médio – MARIA ELIANE FRIEDRICH, matrícula nº 00046, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 5 Sub-Nível 53, Referência D para Nível 5 Sub-Nível 53 Referência E no valor de R\$ 1.570,44 (um mil, quinhentos e setenta reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.497****GABINETE DO PREFEITO****PORTARIA N° 6.497 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008****CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 338, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por capacitação a Servidora Pública Municipal – Técnica em Nível Médio – MARIA ELIANE FRIEDRICH, matrícula nº 00046, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 600 (seiscentos) horas aula, contadas desde o início na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração, passando do Nível 5 Sub-Nível 53 Referência E para Nível 5 Sub-Nível 53 Referência F no valor de R\$ 1.617,56 (um mil, seiscentos e dezessete reais, cinquenta e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.498****GABINETE DO PREFEITO****PORTARIA N° 6.498 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008****DISPÕE SOBRE REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso IX, combinado com o Art. 91, Inciso II, Alínea “b” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 324 e 325, da Lei Municipal Complementar nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; e

Considerando a decisão exarada pela Secretária Municipal de Administração nas folhas 10 e 11 do Processo Administrativo nº 560/2008; Resolve;

Art.1º) Reenquadrar o Servidor Público Municipal: JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, por força dos Artigos 324 e 325 da Lei Complementar nº 006/2002, no cargo de Técnico em Nível Médio, para exercer as funções de Técnico em Contabilidade definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, correspondente ao nível de Vencimento 5, Sub-nível 52, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.168,57 (um mil, cento e sessenta e oito reais, cinquenta e sete centavos), com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) Assegurar na forma da Lei todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas, constante no Anexo Único da Portaria nº 2.519 de 01 de outubro de 2002.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2002.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.499**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.499 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4° da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Assessor Jurídico – PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, matrícula n° 954205, referente ao período aquisitivo 02 de junho de 2004 á 01 de junho de 2005.

Art.2º) O Assessor Jurídico gozará férias no período de 22 de dezembro de 2008 á 31 de dezembro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.500**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.500 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA N° 2.674 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002, SERVIDORA ROSANA EMÍLIA GREIPEL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso IX, combinado com o Art. 91, Inciso II, Alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990 e com fundamento dos Artigos 324 e 325 da Lei Complementar Municipal n° 006/2002 de 19 de setembro de 2002, considerando a Decisão exarada pela Secretária Municipal de Administração no Processo Administrativo n° 558/2008, RESOLVE:

Art.1º) Alterar o Art. 1º da Portaria Municipal n.º 2.674/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Reenquadrar a Servidora Pública Municipal: ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula n° 000146, por força dos Artigos 324 e 325 da Lei Complementar n° 006/2002, no cargo de Agente Administrativo II, para exercer as funções definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, correspondente ao nível de Vencimento 4, subnível 43C, percebendo o valor de R\$ 672,13 (seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos), com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social."

Art.2º) O vencimento atualizado da servidora ROSANA EMÍLIA GREIPEL no cargo de Agente Administrativo II, correspondente ao nível de Vencimento 4, Sub-nível 43C, é de R\$ 1.138,67 (um mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos), em razão das revisões gerais anuais de 2003 à 2008 incidentes sobre o valor constante no artigo anterior.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DECISÃO - Processo Administrativo n° 558/2008

**I - DO PEDIDO**

Trata-se de pedido de revisão do REENQUADRAMENTO funcional da Servidora Pública Municipal, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula n° 000146, ocupante do Cargo de Agente Administrativo II. O Reenquadramento ocorreu em 01 de outubro de 2002, por ocasião da reforma administrativa originada pela Lei Complementar Municipal n° 006/2002. O Requerimento foi protocolizado sob o n° 5795, em 03 de dezembro de 2008.

**II – DOS FATOS**

Conforme documentos que instruem os presentes autos, a Requerente foi admitida em 19 de fevereiro de 1992, através do Concurso Público 01/92 no Cargo de Recepcionista (Decreto n. 1.109/92) e em 1º de abril de 1998, através da Portaria n° 500, foi enquadrada como Agente Administrativo (Nível 12).

Em 1999 fez novo concurso e através da Portaria n° 1.221 de 03 de abril foi admitida no Cargo de Assistente Administrativo (Nível 24). À época do enquadramento e do concurso público referidos, os vencimentos da Requerente eram, respectivamente, os seguintes:

Vencimento do Nível 12 – R\$ 283,83 – Cargo de Agente Administrativo

Vencimento do Nível 24 – R\$ 509,74 – Cargo de Assistente administrativo

Com a Reforma Administrativa de 2002, foi implementado o novo Estatuto do Servidor Público Municipal. Nesta ocasião, cumprindo o comando dos Arts. 324 e 325 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, a Requerente foi reenquadrada através da Portaria n° 2.674/02, passando a ocupar o Cargo de Agente Administrativo II (nível 4, sub-nível 42, referência C), com vencimento mensal de R\$ 562,90.

À época, a Requerente foi equivocadamente reenquadrada na referência "C" do mesmo sub-nível que já ocupava, com vencimento de R\$ 562,90, conforme tabela salarial abaixo:

Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	633.55	652.56	672.13	692.30	713.07	734.46
4	42	530.59	546.51	562.90	579.79	597.18	615.10
	41	444.36	457.69	471.42	485.56	500.13	515.14

Observa-se que no momento do reenquadramento, esta Administração deveria ter observado o salário inicial do cargo para o qual a Requerente prestou concurso público, além de considerar o tempo de serviço público municipal da Requerente, que na época ultrapassava os dez anos referidos no inciso I do Art. 325 da L.C.M. n.º 002/06 (de 19/02/1992 até outubro de 2002).



### III - DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

O Capítulo V, do Título V da Lei Complementar Municipal nº 006/02 trata do Plano de Carreira dos servidores públicos municipais. Os Arts. 322, 324, 325, 327 e 328 tratam especificamente do reequadramento funcional e da correspondência dos cargos, conforme segue:

“Art. 324 Os atuais servidores municipais, excluídos os profissionais do Magistério Público Municipal, serão reequadrados no Plano de Carreira de que trata esta Lei, observada a transposição dos cargos (...)

Art. 325 O reequadramento estabelecido no art. 324 observará ainda a proporção de 1 (um) sub-nível a cada 10 (dez) anos de serviço prestado a Administração Pública do Município de Campo Alegre, nas suas autarquias e fundações, obedecido o seguinte critério: (grifo nosso)

I – Os servidores que possuem entre dez(dez) e 15 (quinze) anos de serviço prestado à Administração Pública do Município de Campo Alegre, suas autarquias e fundações, contados desde a entrada em exercício, serão reequadrados na referência “A” do segundo sub-nível do respectivo nível do cargo ou referência imediatamente superior ao vencimento base atual do servidor. (grifo nosso)

(...)

Art. 327 Para efeitos de reequadramento o tempo de serviço público municipal a ser computado compreende, exclusivamente, aqueles exercidos na Administração Municipal de Campo Alegre, nas seguintes condições:

I – laborado em caráter estatutário, em cargo de provimento efetivo ou em comissão;

II – laborado em caráter celetista;

III – laborado em caráter temporário.

Art. 328 Os cargos efetivos, respeitadas as transposições, obedecerão a nova nomenclatura disposta no anexo I. Parágrafo único:

O reequadramento obedecerá a escolaridade e a complexidade das atribuições do ocupante dos cargos atuais, devendo ser realizado por ato formal do Chefe do Poder Executivo....”

Como se vê, o próprio Estatuto do Servidor Público previu que o Reequadramento deveria levar em consideração a escolaridade, a complexidade e atribuições dos cargos atuais e ainda, o vencimento igual ou imediatamente superior ao que o servidor reequadrado percebia no cargo para o qual prestou concurso público, além de considerar o tempo de serviço público municipal, conforme Arts. 325 e 327.

Desta forma, levando-se em consideração que o salário inicial do cargo para o qual a Requerente prestou concurso era superior ao salário inicial do cargo ao qual a mesma foi reequadrada, apenas por causa da escolaridade, o correto seria na época reequadrá-la no nível 4, sub-nível 43, referência C, com vencimento mensal de R\$ 669,04, ou imediatamente superior.

Este vencimento acima mencionado representa o vencimento inicial do cargo concursado, acrescido da revisão geral concedida em fev/2002, já considerado o tempo de serviço público da Requerente. Isto porque, como já vimos, a lei conferiu à Requerente o direito líquido e certo de ser reequadrada com valor igual ou imediatamente superior ao devido, observado o inciso I do Art. 325 da LC nº 006/02, uma vez que já possuía mais de 10 anos de serviço público.

Uma vez definido o reequadramento correto, vejamos abaixo, para que fique bem compreendido, a demonstração dos reajustes anuais de 2002 à 2008 que incidiram sobre o sub-nível 42, ref. C, onde a Requerente estava equivocadamente reequadrada e o sub-nível 43, ref. C onde a mesma deveria estar, por tratar-se do valor-referência imediatamente igual/superior ao devido.

As tabelas abaixo transcritas, servirão de base para a apuração do valor devido à Requerente:

Tabela salarial do Cargo em que a Requerente foi reequadrada em outubro de 2002:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	633.55	652.56	672.13	692.30	713.07	734.46
4	42	530.59	546.51	562.90	579.79	597.18	615.10
	41	444.36	457.69	471.42	485.56	500.13	515.14
Tabela salarial do Cargo com 14,74% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2003:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	726.94	748.75	771.21	794.35	818.18	842.72
4	42	608.80	627.06	645.88	665.25	685.21	705.77
	41	509.86	525.16	540.91	557.14	573.85	591.07
Tabela salarial do Cargo com 10,38% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2004:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	802.39	826.46	851.26	876.79	903.10	930.19
4	42	671.99	692.15	712.91	734.30	756.33	779.02
	41	562.78	579.66	597.05	614.96	633.41	652.42
Tabela salarial do Cargo com 7,13% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2005:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	859.59	885.38	911.94	939.30	967.48	996.50
4	42	719.89	741.49	763.74	786.65	810.25	834.55
	41	602.90	620.99	639.62	658.81	678.57	698.93
Tabela salarial do Cargo com 8,05% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2006:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	928.80	956.66	985.36	1.014.92	1.045.37	1.076.73
4	42	777.85	801.19	825.22	849.98	875.48	901.75
	41	651.44	670.98	691.11	711.85	733.20	755.20
Tabela salarial do Cargo com 7,00% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2007:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	993.81	1.023.63	1.054.34	1.085.97	1.118.54	1.152.10
4	42	832.30	857.27	882.99	909.48	936.76	964.87
	41	697.04	717.95	739.49	761.67	784.52	808.06
Tabela salarial do Cargo com 8,00% de revisão Geral realizada em fevereiro de 2008:							
Nível	Sub- Nível	A	B	C	D	E	F
	43	1.073.30	1.105.50	1.138.67	1.172.82	1.208.01	1.244.25
4	42	898.87	925.84	953.61	982.22	1.011.69	1.042.04
	41	752.79	775.37	798.63	822.59	847.27	872.69

## IV – DOS VALORES LEVANTADOS

Foram apurados os seguintes valores involuntariamente sonegados à Requerente:

Mês	Vcto. Recebido	Venc Devido	Diferença	Correção	Total
Out/02	562,9	672,13	109,23	1,57	110,94
Nov/02	562,9	672,13	109,23	3,39	227,64
Dez/02	562,9	672,13	109,23	2,7	345,96
13°	562,9	672,13	109,23	2,7	467,48
1terço	187,63	224,04	36,41	2,7	517,50
jan/03	562,9	672,13	109,23	2,47	642,21
fev/03	645,87	771,21	125,34	1,46	778,76
lic. Prêmio	645,87	771,21	125,34	1,46	917,30
mar/03	645,87	771,21	125,34	1,37	1.056,92
abr/03	645,87	771,21	125,34	1,38	1.198,58
mai/03	645,87	771,21	125,34	0,99	1.337,03
jun/03	645,87	771,21	125,34	-0,06	1.461,49
jul/03	645,87	771,21	125,34	0,04	1.587,46
ago/03	645,87	771,21	125,34	0,18	1.715,89
set/03	645,87	771,21	125,34	0,82	1.856,32
out/03	645,87	771,21	125,34	0,39	1.989,39
nov/03	645,87	771,21	125,34	0,37	2.122,56
dez/03	645,87	771,21	125,34	0,54	2.260,04
13°	645,87	771,21	125,34	0,54	2.398,26
1terço	215,29	257,07	41,78	0,54	2.453,21
jan/04	1376,88	1376,88	-	0,83	2.473,57
fev/04	1519,8	1519,8	-	0,39	2.483,22
mar/04	1519,8	1519,8	-	0,57	2.497,38
abr/04	1519,8	1519,8	-	0,41	2.507,62
mai/04	1519,8	1519,8	-	0,4	2.517,65
jun/04	1519,8	1519,8	-	0,5	2.530,23
jul/04	1519,8	1519,8	-	0,73	2.548,70
ago/04	1519,8	1519,8	-	0,5	2.561,45
set/04	1519,8	1519,8	-	0,17	2.565,80
out/04	1519,8	1519,8	-	0,17	2.570,16
nov/04	1519,8	1519,8	-	0,44	2.581,47
dez/04	1519,8	1519,8	-	0,86	2.603,67
13°	1519,8	1519,8	-	0,86	2.626,07
1terço	506,6	506,6	-	0,86	2.648,65
jan/05	1519,8	1519,8	-	0,57	2.663,75
fev/05	1628,16	1628,16	-	0,44	2.675,47
mar/05	1628,16	1628,16	-	0,73	2.695,00
abr/05	1628,16	1628,16	-	0,91	2.719,52
mai/05	1628,16	1628,16	-	0,7	2.738,56
jun/05	1628,16	1628,16	-	-0,11	2.735,55
jul/05	1628,16	1628,16	-	0,03	2.736,37
ago/05	1628,16	1628,16	-	0	2.736,37
set/05	1628,16	1628,16	-	0,15	2.740,47
out/05	1628,16	1628,16	-	0,58	2.756,37
nov/05	1628,16	1628,16	-	0,54	2.771,25
dez/05	1628,16	1628,16	-	0,4	2.782,34
13°	1628,16	1628,16	-	0,4	2.793,47
1terço	542,72	542,72	-	0,4	2.804,64
jan/06	1628,16	1628,16	-	0,38	2.815,30

fev/06	1759,23	1759,23	-	0,23	2.821,77
mar/06	1759,23	1759,23	-	0,27	2.829,39
abr/06	1759,23	1759,23	-	0,12	2.832,79
mai/06	1759,23	1759,23	-	0,13	2.836,47
jun/06	1759,23	1759,23	-	-0,07	2.834,48
jul/06	825,22	985,36	160,14	0,11	2.997,92
ago/06	825,22	985,36	160,14	-0,02	3.157,43
set/06	825,22	985,36	160,14	0,16	3.322,87
out/06	825,22	985,36	160,14	0,43	3.497,99
nov/06	825,22	985,36	160,14	0,42	3.673,50
dez/06	825,22	985,36	160,14	0,62	3.857,40
13°	825,22	985,36	160,14	0,62	4.042,45
1 terço	275,07	328,45	53,38	0,62	4.121,23
jan/07	825,22	985,36	160,14	0,49	4.302,35
fev/07	882,99	1054,34	171,35	0,42	4.492,48
1/3 abono	294,33	351,45	57,12	0,42	4.568,71
mar/07	882,99	1054,34	171,35	0,44	4.760,92
abr/07	882,99	1054,34	171,35	0,26	4.945,09
mai/07	882,99	1054,34	171,35	0,26	5.129,74
jun/07	882,99	1054,34	171,35	0,31	5.317,53
jul/07	882,99	1054,34	171,35	0,32	5.506,44
ago/07	882,99	1054,34	171,35	0,59	5.711,29
set/07	882,99	1054,34	171,35	0,25	5.897,35
out/07	882,99	1054,34	171,35	0,3	6.086,90
nov/07	882,99	1054,34	171,35	0,43	6.285,16
dez/07	882,99	1054,34	171,35	0,97	6.519,14
13°	882,99	1054,34	171,35	0,97	6.755,39
1 terço	294,33	351,45	57,12	0,97	6.878,59
jan/08	882,99	1054,34	171,35	0,69	7.098,58
1/3 abono	294,33	351,45	57,12	0,69	7.205,07
fev/08	953,61	1138,66	185,05	0,48	7.425,59
mar/08	953,61	1138,66	185,05	0,51	7.649,46
abr/08	953,61	1138,66	185,05	0,64	7.884,65
mai/08	953,61	1138,66	185,05	0,96	8.147,17
jun/08	953,61	1138,66	185,05	0,91	8.408,04
jul/08	953,61	1138,66	185,05	0,58	8.642,93
ago/08	953,61	1138,66	185,05	0,21	8.846,52
set/08	953,61	1138,66	185,05	0,15	9.045,12
out/08	953,61	1138,66	185,05	0,5	9.276,32
nov/08	953,61	1138,66	185,05	0,38	9.497,32
13°	953,61	1138,66	185,05	0,38	9.719,17

Valor total sem o desconto previdenciário: R\$ 9.719,17 (nove mil, setecentos e dezenove reais e dezessete centavos).

Observe-se ainda, que no período de janeiro de 2004 a junho de 2006 a Requerente recebia mensalmente o vencimento referente ao Cargo de Provimento em Comissão denominado "Agente de Controle Interno", razão pela qual, não há neste período valores a restituir. Em julho de 2006 a Requerente fez a opção de receber mensalmente o valor do vencimento de seu cargo de carreira, acrescido de 50% do valor equivalente ao salário do cargo comissionado.



**V – DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA**  
Segundo a Lei Municipal n° 2.537/01:

“Art. 62 O custeio do plano será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

I – contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações;

II – contribuições mensais dos segurados-ativos;  
(...)”

A Requerente é servidora efetiva e detentora de estabilidade. Assim sendo, como o reenquadramento altera o valor de seus vencimentos, é por certo devida a contribuição por parte da Requerente e do Município no que tange as verbas permanentes, excluídos os valores relativos a 1/3 de férias e abono pecuniário oriundo da venda de 10 dias de férias e licença prêmio.

Com o pagamento dos valores devidos à Requerente, deve a Administração atentar para o recolhimento previdenciário dos seguintes valores:

a) Contribuição servidor ativo: R\$ 747,55

b) Contribuição patronal: R\$ 1.334,84

**VI – DA DECISÃO**

ANTE O EXPOSTO, com base na documentação anexa, DEFIRO o pedido de revisão de reenquadramento formulado pela servidora Rosana Emília Greipel nos termos a seguir, razão pela qual DETERMINO que o Serviço de Pessoal providencie:

a) a intimação da interessada para manifestar-se acerca desta decisão (acerca da apresentação da base de cálculo);

b) a expedição de Portaria de REENQUADRAMENTO funcional da Requerente, com efeitos retroativos à 1° de outubro de 2002, no Cargo de Agente Administrativo II, para exercer as funções definidas no ANEXO IV do Estatuto do Servidor Público Municipal, correspondente ao nível de Vencimento 4, sub-nível 43, referência C, percebendo mensalmente o valor atual de R\$ 1.138,66 (um mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

c) o pagamento do valor apurado na folha de dezembro de 2008;

d) o recolhimento ao IPRECAL, da cota-parte previdenciária da servidora Requerente, descontada do valor a restituir, bem como o recolhimento da cota-parte Patronal;

e) a juntada aos presente autos de cópia do recibo de pagamento à Requerente; e

f) o arquivamento deste Processo na Pasta Funcional da Requerente.

Registre-se, publique-se, intime-se.

Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria N° 6.501**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.501 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional II – LUIS SILDONIR

CARDOSO, matrícula n° 000041, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência C para Nível 2 Sub-Nível 23 Referência D no valor de R\$ 886,85 (oitocentos e oitenta e seis reais, oitenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.502**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.502 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional II – JOSÉ FERNANDES DA MAIA, matrícula n° 000033, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência B para Nível 2 Sub-Nível 23 Referência C no valor de R\$ 861,00 (oitocentos e sessenta e um reais) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.503**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.503 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Técnica em Nível Médio – ADRIANA APARECIDA PYCKOZ RUSZACK, matrícula n° 000001, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência C para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência D no valor de R\$ 1.276,91 (um mil, duzentos e setenta e seis reais, noventa e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 37,19 (trinta e sete reais, dezenove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

---

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

---

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.504**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.504 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional III – VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, matrícula n° 000074, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria

dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 990,15 (novecentos e noventa reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

---

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

---

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.505**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.505 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional I – JOÃO FRANCISCO DE LIMA, matrícula n° 000032, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 600,90 (seiscentos reais e noventa centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

---

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

---

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria N° 6.506**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.506 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional I – JOSÉ SENILDO GODOY, matrícula n° 000037, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 600,90 (seiscentos reais e noventa centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.507**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.507 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional I – JOSÉ CHAVES VIEIRA, matrícula n° 000029, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência C para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência D no valor de R\$ 1.019,87 (um mil, dezoito reais, oitenta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.508**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.508 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional III – ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, matrícula n° 000005, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência C para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência D no valor de R\$ 1.019,87 (um mil, dezoito reais, oitenta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal n° 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 6.509**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.509 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional III – LUIZ CARLOS COTHOVISKY, matrícula nº 00005, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 829,23 (oitocentos e vinte e nove reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.510**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.510 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho ao Servidor Público Municipal – Agente Operacional III – FRANCISCO OSNI DE LIMA, matrícula nº 000021, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 854,13 (oitocentos e cinquenta e quatro reais, treze centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.511**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.511 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Auxiliar de Enfermagem – MARIA OSNILDA MARTINS DA ROSA, matrícula nº 000050, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência C para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência D no valor de R\$ 982,25 (novecentos e oitenta e dois reais, vinte e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.512**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.512 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Auxiliar de Enfermagem – MARILENA PISKE RUDNICK, matrícula nº 0180, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência B para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência C no valor de R\$ 953,63 (novecentos e cinquenta e três reais, sessenta e três centavos) mensais, do

Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 27,78 (vinte e sete reais, setenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.513**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.513 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – ISABEL MARQUES, matrícula nº 000354, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 474,35 ( quatrocentos e setenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de outubro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 42,72 (quarenta e dois reais, setenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de outubro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.514**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.514 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – ANAZILDA CORDEIRO, matrícula nº 00004, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência D no valor de R\$ 739,04 (setecentos e trinta e nove reais, quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 21,54 (vinte e um reais, cinquenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.515**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.515 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – LADIR KERSCHER, matrícula nº 000039, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria

dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezoito reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 18,03 (dezoito reais, três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.516**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.516 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – RENI FÁTIMA FERREIRA REISER, matrícula nº 000065, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezoito reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 18,03 (dezoito reais, três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.517**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.517 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – EVANILDA TOMAZ DE CARVALHO, matrícula nº 000010, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezoito reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 18,03 (dezoito reais, três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.518**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.518 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal – Professora – SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊS, matrícula nº 000143, lotada na Secretaria Municipal de Educação.



Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão a Servidora pública Municipal ter obtido média igual ou superior a 150 pontos nas duas últimas avaliações de desempenho e experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2 Sub-Nível 21A para Nível P2 Sub-Nível 21B no valor de R\$ 1.118,45 (um mil, cento e dezoito reais, quarenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 32,49 (trinta e dois reais, quarenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.519**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.519 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal – Professora – LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº 000188, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão a Servidora pública Municipal ter obtido média igual ou superior a 150 pontos nas duas últimas avaliações de desempenho e experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.359,15 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, será pago o valor de R\$ 54,64 (cinquenta e quatro reais, sessenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir de 01 de dezembro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.520**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.520 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Professora – VANESSA M. NASCIMENTO, matrícula nº 954689, referente ao período aquisitivo 11 de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008

\_\_\_\_\_  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 6.521**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N° 6.521 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Professora – JULIANA SZCZYGIEL, matrícula nº 954642, referente ao período aquisitivo 11 de março de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 6.522

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.522 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Professora – IRIS SANDRINI KROLL, matrícula nº 954702, referente ao período aquisitivo 20 de outubro de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 04 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 6.523

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.523 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Professor de Educação Física – ANTONIO MAURI CHRISTOFF, matrícula nº 000035, referente ao período aquisitivo 06 de agosto de 2008 a 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 29 de dezembro de 2008 a 09 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2008

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Canoinhas

### Prefeitura Municipal

### Edital de Pregão eletrônico N° FMS 11/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO N.º FMS 32/2009.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 11/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80 realizará no dia 11/12/2009, às 10:00 hs, pregão eletrônico para aquisição de diversos equipamentos médicos hospitalares, laboratoriais, equipamentos de informática, móveis e eletrodomésticos, destinados as Unidades Básicas de Saúde, Vigilância Sanitária, Centro Integrado de Saúde Bucal e Ambulatório Municipal de Epidemiologia. Cadastro de propostas no site até às 09:00 hs do dia 11/12/2009. Informações (47) 3621-7705.

Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo



**Relatório resumido de execução orçamentária 5.º bimestre 2009**

Município de CANOINHAS

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	65.490.183,36
Previsão Atualizada		—	65.490.183,36
Receitas Realizadas		10.407.440,03	46.043.194,91
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	5.265.127,47
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	65.490.183,36
Créditos Adicionais		—	9.118.680,37
Dotação Atualizada		—	74.608.863,73
Despesas Empenhadas		6.182.217,95	50.371.259,65
Despesas Liquidadas		9.128.008,94	42.325.423,42
Superavit Orçamentário		—	3.717.771,49
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>			
Despesas Empenhadas		6.182.217,95	50.371.259,65
Despesas Liquidadas		9.128.008,94	42.325.423,42
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			53.873.273,92
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		806.000,00	-2.936.480,23
Resultado Primário		-5.592.800,00	4.003.569,89
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
<b>POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>			Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		284.848,06	0,00
EXECUTIVO		284.848,06	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		3.838.101,40	1.082.650,73
EXECUTIVO		3.838.101,40	1.082.650,73
<b>TOTAL:</b>		<b>4.122.949,46</b>	<b>1.082.650,73</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		8.421.845,56	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.502.372,74	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito		256.886,56	6.893.113,44
Despesa de Capital Líquida		3.940.157,00	16.048.290,27
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		2009	2017
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		89.520,00	-19.520,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		118.781,38	134.696,99
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.307.081,39	15,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE







Município de CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2008 A OUTUBRO/2009

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.630.407,84</b>	<b>6.075.532,33</b>	<b>4.588.821,48</b>	<b>4.028.236,20</b>	<b>5.944.742,96</b>	<b>4.597.274,17</b>	<b>5.392.652,42</b>	<b>5.161.392,94</b>	<b>4.567.786,67</b>	<b>4.508.253,68</b>	<b>4.757.597,35</b>	<b>5.311.145,43</b>	<b>59.563.843,47</b>	<b>63.129.183,36</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	409.644,97	523.964,84	357.455,84	232.242,50	1.578.895,65	558.608,29	525.050,13	462.736,84	516.426,80	480.121,12	479.088,29	594.912,41	6.719.147,68	8.841.300,00
I.P.T.U.	72.450,77	88.510,55	173,58	2.393,93	914.362,08	193.455,55	129.611,16	86.047,09	96.624,57	88.641,80	103.308,29	87.438,38	1.863.017,75	1.900.000,00
I.S.S.	238.681,16	88.507,42	190.224,10	144.291,88	235.569,53	181.199,15	209.166,08	200.849,99	257.864,80	220.848,31	183.656,72	267.984,44	2.418.843,58	2.500.000,00
I.T.B.I.	21.418,81	50.569,90	26.863,37	26.390,44	33.649,26	42.671,84	42.569,67	43.731,30	45.479,88	52.237,91	83.502,98	140.687,22	609.772,58	400.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	37.909,99	33.326,81	51.037,00	35.674,38	25.914,50	55.492,75	26.626,89	55.346,21	39.261,11	24.819,37	385.409,01	550.000,00
Outras Receitas Tributárias	77.094,23	296.376,97	102.284,80	25.839,44	344.277,78	105.607,37	117.788,72	76.615,71	89.830,66	63.046,89	69.359,19	73.983,00	1.442.104,76	3.491.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	102.436,73	89.896,43	106.689,14	94.381,41	85.378,48	105.188,46	0,00	97.324,81	205.867,38	103.485,39	104.106,76	106.438,36	1.201.193,35	1.910.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	53.163,68	62.701,45	63.283,50	54.366,92	59.077,61	61.257,67	47.626,57	43.136,74	40.919,32	37.871,40	37.236,13	43.385,29	604.026,28	314.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.968.083,13	5.017.123,64	3.957.264,62	3.539.423,76	4.040.959,68	3.745.599,00	4.650.817,30	4.420.071,19	3.704.388,30	3.725.447,89	4.011.975,92	4.446.198,05	49.227.352,48	49.914.083,36
Cota-Parte do F.P.M.	1.282.686,22	1.968.401,48	1.251.232,77	1.166.471,96	932.497,87	1.112.483,74	1.322.247,40	1.140.916,85	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.037.031,28	14.009.299,74	13.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	997.714,14	1.114.784,94	1.029.656,16	907.361,73	1.188.478,73	986.401,28	1.063.816,33	1.086.697,05	998.969,48	915.485,92	1.275.860,70	1.084.777,42	12.650.003,88	14.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	181.215,48	159.812,11	147.792,59	159.988,71	220.747,53	239.087,69	244.214,85	245.795,21	273.369,93	220.207,85	253.349,37	283.876,03	2.629.457,35	2.100.000,00
Cota-Parte do ITR.	3.551,12	571,48	448,74	0,00	2.253,81	3.809,08	1.659,00	2.283,59	473,26	805,48	3.510,96	39.534,58	58.901,10	35.000,00
Transferências da LC 61/1989	34.090,82	33.823,82	28.143,51	22.982,52	18.467,23	19.724,36	18.573,81	17.154,29	15.732,17	16.976,06	17.597,15	22.384,74	265.650,48	380.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.691,96	8.691,96	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	101.413,32	130.000,00
Transferências do FUNDEB	973.207,10	955.022,18	1.117.106,38	943.130,70	944.003,48	741.467,95	1.142.691,24	986.242,90	897.787,96	938.727,76	979.088,25	990.858,91	11.609.334,81	12.000.000,00
Outras Transferências Correntes	486.926,29	776.015,67	374.481,53	331.085,20	726.108,09	634.221,96	849.211,73	932.578,36	634.231,74	606.438,92	572.660,16	979.332,15	7.903.291,80	7.769.083,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.079,33	381.845,97	104.128,38	107.821,61	180.431,54	126.620,75	169.158,42	138.123,36	100.184,87	161.327,88	125.190,25	120.211,32	1.812.123,68	2.149.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>450.586,79</b>	<b>480.032,51</b>	<b>491.049,27</b>	<b>453.041,25</b>	<b>474.169,27</b>	<b>473.069,93</b>	<b>527.988,96</b>	<b>496.818,97</b>	<b>431.327,11</b>	<b>432.660,88</b>	<b>489.100,36</b>	<b>490.724,25</b>	<b>5.690.569,55</b>	<b>6.029.000,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	450.586,79	480.032,51	491.049,27	453.041,25	474.169,27	473.069,93	527.988,96	496.818,97	431.327,11	432.660,88	489.100,36	490.724,25	5.690.569,55	6.029.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>4.179.821,05</b>	<b>5.595.499,82</b>	<b>4.097.772,21</b>	<b>3.575.194,95</b>	<b>5.470.573,69</b>	<b>4.124.204,24</b>	<b>4.864.663,46</b>	<b>4.664.573,97</b>	<b>4.136.459,56</b>	<b>4.075.592,80</b>	<b>4.268.496,99</b>	<b>4.820.421,18</b>	<b>53.873.273,92</b>	<b>57.100.183,36</b>

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	9.392,51	275.455,55	-	275.455,02	9.393,04	68.460,54	3.769.640,86	1.082.650,73	1.556.996,02	1.198.454,65
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.143,83	207.331,17	0,00	207.330,64	9.144,36	9.990,62	3.629.288,08	1.079.514,73	1.421.167,24	1.138.596,73
GABINETE DO PREFEITO	0,00	23.610,64	0,00	23.610,64	0,00	0,00	173,27	0,00	173,27	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.011,70	0,00	1.011,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	0,00	0,00	0,00	3.604,00	0,00	1.097.074,40	0,00	531.419,60	565.654,80
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	9.100,54	0,00	9.100,54	1.782,00	0,00	61.827,50	0,00	32.680,00	29.147,50
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	2.500,50	0,00	2.500,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	253,80	0,00	253,80	0,00	0,00	623.718,35	0,00	149.475,32	474.243,03
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,01	21.356,20	0,00	21.356,17	0,04	0,00	1.077.873,09	1.077.508,65	0,00	364,44
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	11.827,05	0,00	11.827,05	0,00	0,00	35.690,70	1.586,08	8.945,37	25.159,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	0,00	0,00	0,00	3.640,12	5.537,52	0,00	0,00	0,00	5.537,52
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	137.670,74	0,00	137.670,74	117,70	4.453,10	732.930,77	420,00	698.473,68	38.490,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	7.676,61	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	7.676,61	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.875,39	14.385,70
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.875,39	14.385,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>9.392,51</b>	<b>275.455,55</b>	<b>0,00</b>	<b>275.455,02</b>	<b>9.393,04</b>	<b>68.460,54</b>	<b>3.769.640,86</b>	<b>1.082.650,73</b>	<b>1.556.996,02</b>	<b>1.198.454,65</b>

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Ago 2009 (B)	Em 31 Out 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.630.269,15	1.890.859,80	2.099.646,13
DEDUÇÕES (II)	7.912.903,45	9.386.187,58	10.318.760,66
Ativo Disponível	8.164.864,02	9.386.350,80	10.297.389,95
Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados	284.848,06	33.050,71	11.516,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.282.634,30	-7.495.327,78	-8.219.114,53
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-5.282.634,30</b>	<b>-7.495.327,78</b>	<b>-8.219.114,53</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2009 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-723.786,75</b>	<b>-2.936.480,23</b>

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>806.000,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Ago 2009 (B)	Em 31 Out 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS





Município de CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>56.838.383,36</b>	<b>9.014.296,75</b>	<b>43.615.806,28</b>	<b>41.868.495,59</b>
Receita Tributária	8.841.300,00	1.074.000,70	5.785.537,87	5.655.664,11
I.P.T.U.	1.900.000,00	190.746,67	1.702.056,43	1.568.732,93
I.S.S.	2.500.000,00	451.641,16	2.091.655,00	2.177.157,12
I.T.B.I.	400.000,00	224.190,20	537.783,87	509.266,70
I.R.R.F.	550.000,00	64.080,48	385.409,01	407.039,00
Outras Receitas Tributárias	3.491.300,00	143.342,19	1.068.633,56	993.468,36
Receita de Contribuição	1.910.000,00	210.545,12	1.008.860,19	1.222.077,19
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.910.000,00	210.545,12	1.008.860,19	1.222.077,19
Receita Patrimonial Líquida	33.000,00	0,00	14,38	1.290,00
Receita Patrimonial	314.800,00	80.621,42	488.161,15	322.380,12
(-) Aplicações Financeiras	281.800,00	80.621,42	488.146,77	321.090,12
Transferências Correntes	43.905.083,36	7.484.349,36	35.488.195,46	33.325.771,32
F.P.M.	10.800.000,00	1.550.830,23	8.607.169,34	9.300.897,88
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.887.936,09	8.431.243,88	8.302.332,74
Convênios	402.400,00	42.088,96	152.331,87	125.725,54
Outras Transferências Correntes	21.502.683,36	4.003.494,08	18.297.450,37	15.596.815,16
Demais Receitas Correntes	2.149.000,00	245.401,57	1.333.198,38	1.663.692,97
Dívida Ativa	948.000,00	170.996,89	653.355,79	470.240,84
Diversas Receitas Correntes	1.201.000,00	74.404,68	679.842,59	1.193.452,13
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>8.370.000,00</b>	<b>1.312.521,86</b>	<b>1.939.241,86</b>	<b>3.292.442,15</b>
Operações de Crédito (III)	7.150.000,00	256.886,56	256.886,56	209.592,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	89.520,00	120.669,00
Transferências de Capital	1.150.000,00	1.055.635,30	1.592.835,30	2.962.181,15
Convênios	1.150.000,00	1.055.635,30	1.592.835,30	2.262.181,15
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>1.055.635,30</b>	<b>1.592.835,30</b>	<b>2.962.181,15</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>57.988.383,36</b>	<b>10.069.932,05</b>	<b>45.208.641,58</b>	<b>44.830.676,74</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>54.570.416,46</b>	<b>8.233.397,33</b>	<b>38.385.266,42</b>	<b>35.059.227,20</b>
Pessoal e Encargos Sociais	28.851.705,02	4.710.037,96	23.035.981,19	20.862.078,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	30.798,48	323.011,00	399.061,87
Outras Despesas Correntes	25.218.711,44	3.492.560,89	15.026.274,23	13.798.087,15
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>54.070.416,46</b>	<b>8.202.598,85</b>	<b>38.062.255,42</b>	<b>34.660.165,33</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>19.988.447,27</b>	<b>894.611,61</b>	<b>3.940.157,00</b>	<b>5.292.676,59</b>
Investimentos	18.544.447,27	846.511,38	3.142.816,27	3.991.973,53
Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	43.388,42
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	43.388,42
Amortização da Dívida (XIV)	1.314.000,00	48.100,23	797.340,73	1.257.314,64
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>18.674.447,27</b>	<b>846.511,38</b>	<b>3.142.816,27</b>	<b>4.035.361,95</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>50.000,00</b>	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>72.794.863,73</b>	<b>9.049.110,23</b>	<b>41.205.071,69</b>	<b>38.695.527,28</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.806.480,37</b>	<b>1.020.821,82</b>	<b>4.003.569,89</b>	<b>6.135.149,46</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			5.265.127,47	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

-5.592.800,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 27/11/2009



MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	6.402.000,00	6.402.000,00	1.124.241,69	5.559.095,23	86,83
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.650.000,00	2.650.000,00	353.896,24	2.438.277,75	92,01
1.1.1- IPTU	1.900.000,00	1.900.000,00	190.746,67	1.703.473,62	89,66
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	1.911,26	5.155,48	5,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	450.000,00	450.000,00	147.693,22	569.283,86	126,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	13.545,09	161.781,98	80,89
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	402.000,00	402.000,00	224.190,20	537.857,88	133,80
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	224.190,20	537.783,87	134,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	0,00	74,01	3,70
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	482.074,77	2.197.550,59	78,48
1.3.1- ISS	2.500.000,00	2.500.000,00	451.641,16	2.091.655,00	83,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	130.000,00	130.000,00	5.702,87	15.562,98	11,97
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	21.787,09	70.883,33	47,26
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	2.943,65	19.449,28	97,25
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	64.080,48	385.409,01	70,07
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	64.080,48	385.409,01	70,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	30.145.000,00	30.145.000,00	4.936.234,50	23.920.690,34	79,35
2.1- Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	1.938.537,67	10.758.212,04	79,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	1.938.537,67	10.758.212,04	79,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	###0,00	###0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.360.638,12	10.537.504,80	75,27
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	130.000,00	130.000,00	16.805,88	84.029,40	64,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	380.000,00	380.000,00	39.981,89	197.735,84	52,04
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	43.045,54	54.778,50	156,51
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	537.225,40	2.288.429,76	108,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>36.547.000,00</b>	<b>36.547.000,00</b>	<b>6.060.476,19</b>	<b>29.479.785,57</b>	<b>80,66</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.566.000,00	1.566.000,00	290.833,26	1.309.306,93	83,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.050.000,00	1.050.000,00	177.195,38	893.241,85	85,07
5.2- Outras Transferências do FNDE	516.000,00	516.000,00	113.637,88	416.065,08	80,63
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	15.000,00	15.000,00	68.529,58	152.441,43	1.016,28
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.481.000,00</b>	<b>2.481.000,00</b>	<b>359.362,84</b>	<b>1.461.748,36</b>	<b>58,92</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	6.029.000,00	6.029.000,00	979.824,61	4.759.950,25	78,95
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	387.707,44	2.151.042,70	79,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	472.702,03	2.106.260,92	75,22
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.000,00	26.000,00	3.361,16	16.805,80	64,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	76.000,00	76.000,00	0,00	17.472,32	22,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	8.609,06	10.955,53	156,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	107.444,92	457.412,98	108,91
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	12.030.000,00	12.030.000,00	1.973.616,10	9.712.960,53	80,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	1.969.947,16	9.681.105,53	80,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	3.668,94	31.855,00	106,18
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>5.971.000,00</b>	<b>5.971.000,00</b>	<b>990.122,55</b>	<b>4.921.155,28</b>	<b>82,42</b>

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &gt; 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &lt; 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.600.000,00	9.610.020,98	1.670.219,03	7.502.372,74	78,07
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	324.684,26	830.020,53	69,17
13.2- Com Ensino Fundamental	8.400.000,00	8.410.020,98	1.345.534,77	6.672.352,21	79,34
14- OUTRAS DESPESAS	2.430.000,00	2.380.000,00	397.742,01	1.455.643,82	61,16
14.1- Com Educação Infantil	445.000,00	395.000,00	22.386,48	97.415,36	24,66
14.2- Com Ensino Fundamental	1.985.000,00	1.985.000,00	375.355,53	1.358.228,46	68,42
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.030.000,00	11.990.020,98	2.067.961,04	8.958.016,56	74,71
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					77,24
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 ²					0,00

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	9.136.750,00	9.136.750,00	1.515.119,05	7.369.946,39	80,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.505.000,00	4.435.915,89	711.783,62	2.733.318,78	61,62
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.645.000,00	1.595.000,00	347.070,74	927.435,89	58,15
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.860.000,00	2.840.915,89	364.712,88	1.805.882,89	63,57
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.943.160,00	13.541.101,29	2.141.258,21	9.908.847,11	73,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.385.000,00	10.395.020,98	1.720.890,30	8.030.580,67	77,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.558.160,00	3.146.080,31	420.367,91	1.878.266,44	59,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	110.000,00	55.000,00	22.650,77	50.511,01	91,84
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.558.160,00	18.032.017,18	2.875.692,60	12.692.676,90	70,39
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.178.024,35
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					31.855,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					10.020,98
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					420,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.220.320,33
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					8.421.845,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,57

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.050.000,00	1.488.622,97	156.783,58	541.703,98	36,39
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.574.000,00	1.717.858,03	165.998,19	943.447,35	54,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.624.000,00	3.206.481,00	322.781,77	1.485.151,33	46,32
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.182.160,00	21.238.498,18	3.198.474,37	14.177.828,23	66,76

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2009 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	271,48	420,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	128.108,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.681.105,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.638.269,54	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	31.855,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	202.798,99	0,00

CANOINHAS, 27/11/2009

## FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 10.020,98, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de CANOINHAS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.547.000,00	36.547.000,00	29.479.785,57	80,66
Impostos	5.350.000,00	5.350.000,00	4.716.904,31	88,17
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.900.000,00	1.900.000,00	1.702.056,43	89,58
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	400.000,00	400.000,00	537.783,87	134,45
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.500.000,00	2.500.000,00	2.091.655,00	83,67
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	550.000,00	550.000,00	385.409,01	70,07
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.052.000,00	1.052.000,00	842.190,92	80,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	232.000,00	232.000,00	20.792,47	8,96
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	640.167,19	106,69
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	220.000,00	220.000,00	181.231,26	82,38
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	30.145.000,00	30.145.000,00	23.920.690,34	79,35
Da União	13.665.000,00	13.665.000,00	10.897.019,94	79,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	13.500.000,00	13.500.000,00	10.758.212,04	79,69
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	35.000,00	35.000,00	54.778,50	156,51
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	130.000,00	130.000,00	84.029,40	64,64
Do Estado	16.480.000,00	16.480.000,00	13.023.670,40	79,03
Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	10.537.504,80	75,27
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	380.000,00	380.000,00	197.735,84	52,04
Cota-Parte do IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	2.288.429,76	108,97
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.444.058,36	3.444.058,36	3.580.076,90	103,95
Da União para o Município	2.464.735,64	2.464.735,64	2.477.951,36	100,54
Do Estado para o Município	160.138,72	160.138,72	302.238,54	188,74
Demais Municípios para o Município	25.000,00	25.000,00	15.505,00	62,02
Outras Receitas do SUS	794.184,00	794.184,00	784.382,00	98,77
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	31.528.125,00	31.528.125,00	17.743.282,69	56,28
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.029.000,00	-6.029.000,00	-4.759.950,25	78,95
<b>TOTAL</b>	<b>65.490.183,36</b>	<b>65.490.183,36</b>	<b>46.043.194,91</b>	<b>70,31</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.633.326,15	11.838.702,83	9.591.860,22	81,02
Pessoal e Encargos Sociais	6.075.275,99	6.307.524,04	5.423.093,33	85,98
Outras Despesas Correntes	3.558.050,16	5.531.178,79	4.168.766,89	75,37
DESPESAS DE CAPITAL	549.192,20	2.133.109,70	390.315,79	18,30
Investimentos	549.192,20	2.133.109,70	390.315,79	18,30
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>10.182.518,35</b>	<b>13.971.812,53</b>	<b>9.982.176,01</b>	<b>71,45</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	10.182.518,35	13.971.812,53	9.982.176,01	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.444.058,36	6.011.656,65	3.672.339,62	36,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.444.058,36	6.011.656,65	3.672.339,62	36,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>6.738.459,99</b>	<b>7.960.155,88</b>	<b>6.309.836,39</b>	<b>63,21</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	159.036,91	2.755,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <%=² [(V - VI) / I]	21,39
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	10.152.518,35	13.881.812,53	9.909.226,01	99,27
Vigilância Sanitária	0,00	60.000,00	48.200,00	0,48
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	24.750,00	0,25
<b>TOTAL</b>	<b>10.182.518,35</b>	<b>13.971.812,53</b>	<b>9.982.176,01</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 27/11/2009





**Edital N° 003/2009/SMS**

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA ATUAREM NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE NO ANO LETIVO 2010 – EDITAL N° 003/2009/SME.

O Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Professores, visando a manutenção do Convênio AABB COMUNIDADE no ano letivo/2010, conforme o disposto no Art. 2º, inciso VIII, da Lei Municipal 3869/2005, conforme quadro demonstrativo:

**1- DAS VAGAS, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO**

As vagas a serem preenchidas através deste Processo seletivo compreendem:

Vagas	Cargo / Nível	Carga Horária
01	PROFESSOR P/ COMPLEMENTO EDUCACIONAL (APOIO PEDAGÓGICO)	20 HORAS SEMANAIS
01	PROFESSOR DE ARTE ESPECÍFICO PARA MÚSICA E CANTO	30 HORAS SEMANAIS
01	EDUCADOR DE XADREZ	40 HORAS SEMANAIS
01	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECÍFICO PARA TENIS DE MESA	20 HORAS SEMANAIS
01	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECÍFICO PARA EM DANÇA ESCOLAR (HIP HOP, JAZZ, DANÇA DE SALÃO)	20 HORAS SEMANAIS
01	EDUCADOR DE KARATÊ	40 HORAS SEMANAIS

**2 – DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 As inscrições serão realizadas nos dias 30 de novembro/2009 a 04 de dezembro de 2009, das 8 horas às 11 horas 30 minutos e das 13 horas 30 minutos às 15 horas 30 minutos, junto à Secretaria Municipal de Educação, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada na Rua Senador Felipe Schmidt n°. 10, Centro, Canoinhas, SC;

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras, apresentando juntamente a documentação necessária à comprovação de experiência, especificada no Item IV deste Edital, para a atribuição de pontos (cópias e originais). O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos;

2.3 No ato de inscrição o candidato deve apresentar projeto para o Programa de Integração AABB Comunidade, contendo a previsão de todas as atividades a serem desenvolvidas de acordo com a área de atuação;

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação, acompanhado da respectiva fotocópia;

2.5 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto;

2.6 Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Concurso, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas de cada Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior à unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco);

2.7 No ato da inscrição, o portador de deficiência apresentará atestado ou laudo médico, que deverá constar qual a deficiência de que é portador e o respectivo n°. do CID - Código Internacional de Doenças, especificando que o candidato encontra-se apto a desenvolver as atividades compatíveis com a função a ser desempenhada.

**3 – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:**

3.1 No ato da contratação o candidato deverá apresentar as seguintes documentações:

3.1.1 Fotocópia legível da Carteira de Identidade e CPF;

3.1.2 Fotocópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

3.1.3 Idade mínima de 18 anos;

3.1.4 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.1.5 Duas fotos 3x4

3.1.6 Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.1.7 Apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social;

3.2 O prazo de Vigência das contratações será no máximo de 01 (um) ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal n° 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo prazo conforme o parágrafo único do Artigo 4º da Lei 3.869/2005.

**4 – DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO:**

PROFESSOR/ CARGA HORÁRIA	REQUISITOS/ PONTUAÇÃO
01 professor para Complemento Educacional (Apoio Pedagógico – 20horas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento profissional na área da educação – 1 ponto a cada 20horas</li> <li>- Tempo de atuação na área de apoio pedagógico comprovado através de declarações – 1 ponto a cada mês</li> <li>- Tempo de serviço na área do magistério - 0,5 pontos para cada mês</li> <li>- Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de apoio pedagógico.</li> <li>- OBS.: Não será considerada a contagem de tempo de serviço concomitante</li> </ul>
Professor de Arte específico para Música e Canto – 30 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação (Artes): 20 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação (Artes): 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Tocar no mínimo um instrumento (requisito obrigatório). Para cada instrumento, a pontuação será de 10 pontos (comprovado na entrevista e análise)</li> <li>- Apresentar a carteira da Ordem dos Músicos do Brasil (obrigatório)</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento profissional na área de atuação (música e Canto): 10 pontos por curso;</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação: 2 ponto a cada 20 horas</li> <li>- Participação em eventos na área de atuação nos últimos 5 anos: 03 pontos por evento</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de música.</li> </ul>

Educador de Xadrez – 40 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação (Educação Física): 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação (Educação Física): 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação (xadrez) ofertada por instituições oficiais: 5 pontos por curso;</li> <li>- Participação em eventos e competições oficiais, na respectiva área de atuação, expedida por Escola, Federação, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos 05anos: 03 ponto por evento</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação: 2 ponto a cada 20 horas</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de xadrez</li> </ul>
Professor de Educação Física específico para Tênis de mesa – 20horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação (Educação Física): 20 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação (Educação Física): 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação (tênis de mesa) ofertada por instituições oficiais: 5 pontos por curso;</li> <li>- Participação em eventos e competições oficiais, na respectiva área de atuação, expedida por Escola, Federação, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos 05anos: 03 pontos por evento;</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação: 2 pontos a cada 20 horas</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de tênis de mesa</li> </ul>
Professor de Educação Física específico em Dança Escolar (Hip hop, jazz, dança de salão) – 20 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação (Educação Física): 20 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação (Educação Física): 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação (dança) ofertada por instituições oficiais: 5 pontos por curso;</li> <li>- Participação em eventos e competições oficiais, na respectiva área de atuação, expedida por Escola, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos 05anos: 03 pontos por evento;</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação: 2 pontos a cada 20 horas</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- - Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de dança escolar</li> </ul>

Educador de Karatê – 40 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pós-graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando pós-graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Graduação na área da Educação: 20 pontos</li> <li>- Cursando graduação na área da Educação: 10 pontos</li> <li>- Curso de Formação de Educador Social – Programa de Integração – (40 horas)- 20 pontos</li> <li>- Obrigatória apresentação de cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação (karatê) ofertada por instituições oficiais: 5 pontos por curso;</li> <li>- Apresentação obrigatória de certificado profissional de karatê acima de 3º DAM (faixa preta)</li> <li>- Participação em eventos e competições oficiais, na respectiva área de atuação, expedida por Escola, Federação, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos 05anos: 03 pontos por evento</li> <li>- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação: 2 pontos a cada 20 horas</li> <li>- Tempo de atuação em programas sócio-educativos na área de atuação – 0,5 pontos por mês</li> <li>- Apresentar Projeto relacionado ao Programa AABB Comunidade, que deverá conter a previsão de planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas na área de karatê</li> </ul>
-------------------------------	---

## 5- DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

5.1 A divulgação da listagem classificatória será fixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 09 de dezembro/2009 às 15 horas;

5.2 Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos nos dias 10 e 11 de dezembro/2009, encaminhados através de requerimentos à Secretaria Municipal de Educação.

5.3 A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 15 de dezembro/2009 às 17 horas;

5.4 A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

5.5 Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

5.6 Em caso de igualdade de notas na classificação terão preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

## 6 - DA ESCOLHA DE VAGAS

6.1 As vagas serão preenchidas, observando-se ordem de classificação;

6.2 A escolha de vagas deverá ser feita pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração;

6.3 Os selecionados deverão se apresentar no dia 18 de fevereiro/2010, às 10 horas na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Canoinhas, para o preenchimento das vagas;

6.4 O candidato que não apresentar-se no local, data e horário estabelecidos será desclassificado;

6.5 Procedida à escolha de vagas, na mesma ocasião será assinado o contrato de trabalho, sendo imprescindível que o candidato possua idade mínima de 18 anos e esteja de posse dos documentos pessoais: CPF, RG, Título de Eleitor, Comprovante de Quitação Eleitoral, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento de Filhos, Histórico do Ensino Médio ou Diploma de Graduação, Comprovante de Regularização do CPF, e Certificado de Reservista se do Sexo Masculino.

## 7 – DA DISPENSA

7.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) a pedido, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;
- b) de ofício.

7.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação;

7.1.2 Quando for de ofício, a Secretaria de Educação deverá comunicar ao servidor contratado;

7.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando caracterizar uma das situações:

- a) Redução do número de turmas;
- b) Interesse do serviço público;

7.1.4 O profissional contratado no ano letivo/2010 será submetido à avaliação de desempenho após 02 (dois) meses de trabalho;

## 8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos e com firma reconhecida, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

8.2 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Secretaria Municipal de Educação;

8.3 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram a (o) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação dos candidatos;

8.4 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.5 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.

Canoinhas, 24 de novembro de 2009.

Profª MARIA DE LOURDES BREHMER

Secretária Municipal de Educação

## Edital N° 004/2009/SME

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS ANO LETIVO 2010 – EDITAL N° 004/2009/SME.

O Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições para a CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuar no ano letivo de 2010 nas Escolas da Rede Municipal de Ensino localizadas na Área Rural, para trabalhar no Projeto Interdisciplinar de Educação no Campo, com base na Lei Municipal 3869/2005.

### 1. DAS VAGAS, DOS CARGOS E REMUNERAÇÃO:

Vagas	Cargo	Carga Horária	Remuneração
04	TÉCNICO AGRÍCOLA	40 horas	R\$ 1.278,64

### 2. DAS INSCRIÇÕES:

O processo de inscrição dar-se-á no período de 30 de novembro/2009 a 04 de dezembro de 2009, na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 8 horas às 11 h e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos.

2.1 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

2.1.1 Cópia da Carteira de Identidade e CPF;

2.1.2 Cópia do Diploma de Ensino Médio - habilitação em Técnico Agrícola;

2.1.3 Cópia do Histórico Escolar do Ensino Médio - habilitação em Técnico Agrícola;

2.1.4 Cópia dos cursos de aperfeiçoamento na área de atuação (técnico agrícola) dos anos de 2007, 2008 e 2009;

2.1.5 Cópia de tempo de serviço na área de atuação;

2.1.6 Cópia de declarações ou certificados de participação em eventos relacionados com o campo (seminários, dias de campo, palestras) dos anos de 2007, 2008 e 2009;

2.1.7 01 fotografia 3X4;

2.1.8 Cópia do Comprovante de quitação do serviço militar para os candidatos do sexo masculino;

2.1.9 Ter idade mínima de 18 anos;

2.1.10 Comprovante de residência;

2.2 Apresentação de Projeto Interdisciplinar inovador, integrado entre disciplinas e níveis de ensino, de aplicabilidade nas escolas, contextualizado com a educação do campo, contendo as diversas atividades de ensino a serem desenvolvidas nas escolas do campo, com os seguintes pontos básicos: Tema, Objetivos, Justificativa, Metodologia de Trabalho e Plano de Ação.

OBSERVAÇÃO: Serão indeferidas as inscrições que não cumprirem todos os itens solicitados acima.

### 3. DA ATUAÇÃO

3.1 Os candidatos inscritos serão selecionados para exercerem suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico. Diante disso, o Técnico Agrícola terá a sua carga horária fixada em 40 horas semanais, devendo realizar ações relativas à sua formação e em conformidade com o referido projeto, prestando assistência técnica aos demais profissionais da escola, e auxiliando no desenvolvimento das atividades extracurriculares com os alunos.

Os locais de atuação serão as seguintes Unidades Escolares:

- a) Rio do Pinho, junto a Escola Básica Municipal Rio do Pinho;
- b) Felipe Schmidt, junto a Escola Básica Municipal Benedito Thézio de Carvalho;
- c) Salto da Água Verde, junto a Escola Básica Municipal Alberto Wardenski,
- d) Arroios, junto a Escola Básica Municipal Guilhermina Maria Veiga Ferreira
- e) Rio da Areia do Meio, junto a Escola Básica Municipal Maria Izabel de Lima Cubas;
- f) Barra Mansa, junto a Escola Básica Municipal Barra Mansa;
- g) Alto do Frigorífico, junto ao Grupo Escolar Municipal Reinaldo Krüger,
- h) Bairro Boa Vista, junto ao Grupo Escolar Municipal Ney Pacheco de Miranda Lima,
- i) Paula Pereira, junto a Escola Isolada Municipal Profª Edemita da Conceição Rosa,
- j) Fartura de Baixo, junto a Escola Isolada Municipal Menino Jesus.
- i) Localidades do interior, onde se situam Escolas Isoladas Municipais (Campina do Ribeiro, Sítio dos Corrêa).

### 4. DO PROCESSO SELETIVO/ CLASSIFICAÇÃO

4.1 Na classificação dos candidatos serão realizadas análise de toda a documentação solicitada, pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada através de decreto, sendo





observados os seguintes critérios: avaliação do projeto; grau de escolaridade; experiências comprovadas na área de inscrição (através de declarações e certificados); carga horária de cursos de aperfeiçoamento (através de declarações e certificados); participação em eventos na área agrícola dos últimos 03 (três) anos comprovados através de (declarações ou certificados).

4.2 Na classificação dos candidatos a pontuação atribuída será:

4.2.1 Avaliação do Projeto pela comissão avaliadora que emitirá conceito:

OTIMO - 30 PONTOS, BOM - 20 PONTOS E SATISFATÓRIO - 10 pontos

4.2.2 Curso de formação específico e eventos na área de inscrição – 01 PONTO por curso;

4.2.3 Cursos de aperfeiçoamento na área da Educação – 05 PONTOS a cada 20h/aula;

4.2.4 Tempo de serviço a na área de inscrição – 0,5 PONTO a cada mês.

## 5 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A divulgação da listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 08 de dezembro/2009 às 15 horas.

5.2 Somente serão aceitos recursos da classificação final dos candidatos, interpostos nos dias 09 e 10 de dezembro/2009, encaminhados através de requerimentos à Secretaria Municipal de Educação.

5.3 A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 14 de dezembro/2009 às 17h;

## 6 DA ESCOLHA DE VAGAS

6.1 As vagas serão preenchidas, observando-se ordem de classificação.

6.2 A escolha de vagas deverá ser feita pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração;

6.3 Os selecionados deverão se apresentar no dia 05 de fevereiro/2009, às 9 horas na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC, para o preenchimento das vagas;

6.4 O candidato que não apresentar-se no local, data e horário estabelecidos será desclassificado;

6.5 Procedida à escolha de vagas na mesma ocasião será assinado o contrato de trabalho.

6.6 No ato da escolha da vaga o candidato deverá ter ciência do deslocamento até o local de trabalho, pois a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizará pelo transporte.

6.7 Procedida à escolha de vagas, na mesma ocasião será assinado o contrato de trabalho, sendo imprescindível que o candidato possua idade mínima de 18 anos e esteja de posse dos documentos pessoais: CPF, RG, Título de Eleitor, Comprovante de Quitação Eleitoral, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento de Filhos, Histórico do Ensino Médio ou Diploma de Graduação, Comprovante de Regularização do CPF, e Certificado de Reservista se do Sexo Masculino.

## 7 DISPENSA

7.1 O servidor será constantemente avaliado pela Unidade Educacional e Secretaria Municipal de Educação durante o período de atuação, sendo que o seu contrato pode ser suspenso a qualquer tempo, se não corresponder ao proposto pelo Projeto Educação do Campo, mediante apresentação de relatório das atividades apresentado pela direção da Unidade Escolar correspondente.

7.2 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

b) de ofício.

7.2.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação;

7.2.3 Para o profissional contratado no ano letivo/2010 será realizado avaliação de desempenho após 02 (dois) meses de trabalho desenvolvido nas Unidades Educacionais do Campo;

7.2.4 Durante o período de atuação na Rede Municipal de Ensino/2010, o profissional que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios da escola, avaliação de desempenho, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Unidade Educacional onde atua, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado, a qualquer tempo, não podendo optar por outra vaga/escola durante o mesmo ano letivo

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contida, tornando-se após responsável pelas mesmas;

8.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da ação penal cabível;

8.3 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

8.4 Os casos omissos - serão decididos e resolvidos pela Comissão Organizadora e Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Assessoria Jurídica do município de Canoinhas.

Canoinhas, 24 de novembro de 2009.

Profª MARIA DE LOURDES BREHMER

Secretária Municipal de Educação

# Catanduvás

## Prefeitura Municipal

### Aviso de Licitação – Processo Licitatório N° 0078/2009 – Edital de Pregão Presencial 0029/2009

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 0078/2009 – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0029/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 0078/2009.

Edital de Pregão Presencial n° 0029/2009

Objeto: Aquisição de 2 (dois) automóveis novos, zero quilômetro, fabricação nacional, combustível álcool e gasolina – total flex, para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transporte. Abertura das propostas às 09 horas do dia 09 de dezembro de 2009.

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvás – SC, 25 de novembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN





## Câmara de Vereadores

### Câmara Municipal de Vereadores - Execução Orçamentária - Anexo XVI

Município de CATANDUVAS  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Receita de Impostos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2008(e)	Aplic.Apurada em 2008(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2008	Can.em 2009(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2008				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na  
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 0,00

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesas Prórias com Saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC CONT CRC/SC 22.439/0-0  
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



**Erval Velho****Prefeitura Municipal****Decreto 1364/2009**

DECRETO 1364, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 2.012 – MANUTENÇÃO DO TRANSP. ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

47 - 339000.00.00.0013 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.400,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do excesso de arrecadação, na FONTE DE RECURSO – 01.0013 – TRANSFERÊNCIA REC. FUNDO NAC. DESENV. DA EDUCAÇÃO – FNDE – PNATE, no valor de R\$ 7.400,00, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Forquilha****Prefeitura Municipal****Extrato do Termo Aditivo PMF N° 41/2009**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 41/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N° 097/2009

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BORTOLOTTI IND E COM DE LATICÍNIOS ME

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 097/PMF/2009 o valor de R\$ 3.354,11 ( três mil trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 066/PMF/2009:

Item	Quant.	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
42	1.400	LT	Leite Pasteurizado Integral, padrão 3% de gordura	Dona Lúcia	1,4329	2.006,06
44	1.040	LT	Bebida Láctea	Dona Lúcia	1,2962	1.348,05

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -19/11/2009

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Relação de Candidatos Inscritos**

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

SETOR DE CONCURSOS

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Edital 001/2009 da Prefeitura Municipal de Forquilha

## RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS - Ordem Alfabética - com o local de realização da prova

Nº Ordem	Nº Inscr	Nome	Cargo	Nível	Local De Prova
1	287	ADAIANA BRAVO LOURENÇO	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
2	1068	ADAO DA SILVA PEDRO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
3	277	ADELICE CORREA DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
4	554	ADEMAR ARNS BACK	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
5	43	ADEMIR TROMBIN	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
6	922	ADILSON JOSÉ MARTINELLO	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
7	161	ADILSON VENSON	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
8	375	ADRIANA ALTHOFF DE VILLA	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
9	555	ADRIANA APARECIDA CAETANO DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
10	930	ADRIANA BONGALHARDO SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
11	974	ADRIANA DA SILVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
12	168	ADRIANA DE ANDRADE DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
13	47	ADRIANA DE CESARO CAVALER SANGALLETI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
14	1032	ADRIANA ELISA DE MENECH CARDOSO	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
15	1006	ADRIANA FIGUEIREDO CONTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
16	681	ADRIANA MARTINS	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
17	768	ADRIANA VAZ DE VAZ TROMBETTA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
18	158	ADRIANE SANT'ELENA GUZE	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
19	181	ADRIANO BENTO JUSTINO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
20	463	ADRIANO ROCHA SUKENSKI	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
21	928	AGATA ALINE MOTA DAL PONT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
22	206	AGNES PEREIRA FRANCISCO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
23	142	ALAIDE FATIMA BARCELOS FORGIARINI	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
24	1052	ALAIR TEREZA FERNANDES KAULING	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
25	901	ALAN DANIEL MARTINS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
26	371	ALANA BARBOSA FERREIRA CYPRIANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
27	286	ALBERTINA DOS SANTOS DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
28	983	ALBERTINA RAQUEL DIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
29	222	ALCEU RODRIGUES DE LIMA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
30	596	ALECKSSANDRO NUNES FLORES	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
31	485	ALENCAR ARNS PREMOLI	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
32	1028	ALENIR SUZANA PRAXEDES MACHADO GUINZANI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
33	548	ALESSANDRA ARAUJO MARTINS ALVES	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
34	400	ALESSANDRA DE SOUZA MARTINS	PSICOLOGO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
35	719	ALESSANDRA FURLAN FERRARI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
36	328	ALESSANDRA SIMONI	PSICOLOGO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
37	569	ALESSANDRO DA SILVA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
38	321	ALEX PEPLAU KAULING	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
39	94	ALEXANDRA COLOMBO DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
40	1109	ALEXANDRA SERAFIM DE SOUZA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
41	90	ALEXANDRE BONIFACIO PIRES	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
42	541	ALEXSANDER PERITO	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
43	1175	ALEXSANDRA ADRIANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
44	301	ALEXSANDRA APARECIDA IZE	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
45	792	ALEXSANDRA LUIZ BERETTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
46	1038	ALINE BILESIMO DA SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
47	271	ALINE DOS SANTOS JOSE BIF	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
48	821	ALINE GLACI WURDIG MAXIMO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO



49	135	ALINE MARQUES	PSICOLOGO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
50	1023	ALINE NOGUEIRA MARQUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
51	900	ALINE ROMAO SCUSSEL	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
52	904	ALINE TEIXEIRA MAFEI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
53	41	ALINI DONDOSSOLA FORGIARINI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
54	883	ALINI GONÇALVES MINATTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
55	543	ALTAMIR DA SILVA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
56	506	ALVANICE TEREZINHA MINATTO AMBONI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
57	629	ALVANTINO ROCHA	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
58	458	AMANDA DA SILVEIRA TEIXEIRA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
59	971	AMARILDO JOSE DA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
60	306	AMILTON BELETTINI DUARTE	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
61	254	ANA CARLA DA CRUZ	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
62	801	ANA CRISTINA CASAGRANDE MARTINS MARIOTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
63	848	ANA CRISTINA FREITAS DA SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
64	642	ANA DE SOUZA SOCCAS SAZAN	PSICOLOGO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
65	830	ANA KARINA PERUCHI SEHNEM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
66	77	ANA LUCIA DA SILVA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
67	226	ANA MARIA REUS ARCENIO MINOTTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
68	505	ANA PAULA AMBONI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
69	607	ANA PAULA BROGNI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
70	870	ANA PAULA CATALDO AIRES	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
71	467	ANA PAULA DA SILVA COLONETTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
72	372	ANA PAULA DA SILVA DEMETRIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
73	881	ANA PAULA D'ALTOÉ GARBELOTTO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
74	608	ANA PAULA FRACASSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
75	356	ANA PAULA FRASSON DOS SANTOS	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
76	215	ANA PAULA GONÇALVES COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
77	1035	ANA PAULA MARTINS NAZARIO	MÉDICO DO PSF	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
78	146	ANA PAULA TEIXEIRA ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
79	403	ANA UGGIONI CAVANHOLI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
80	795	ANALICE GOULART	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
81	29	ANDERSON COELHO PICOLO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
82	62	ANDERSON CORAL FAGUNDES	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
83	694	ANDERSON DE COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
84	635	ANDERSON LUIZ WERNKE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
85	574	ANDRE ALESSIO BERTI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
86	1095	ANDRE FELIPE FELICIO BONASSINA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
87	986	ANDRE LINO FERNANDES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
88	705	ANDRE ZANONI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
89	1185	ANDREA CANANI AGUIAR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
90	115	ANDREA PATRICIO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
91	144	ANDREA SANTOS ARMINDO DAGOSTIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
92	457	ANDREIA DE SOUZA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
93	1126	ANDREIA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
94	1181	ANDREIA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
95	794	ANDRÉIA GABRIEL DUARTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
96	1066	ANDREIA GOMES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
97	859	ANDREIA MEIRA FERRARY	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
98	1058	ANDREIA MENDONÇA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
99	815	ANDREIA SHARON SALOMAO NETTO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
100	71	ANDRESSA VENSON DAL PONT	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
101	500	ANDREZA BURIN MEDEIROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
102	56	ANDREZA FERNANDES DAGOSTIM DE SOUZA	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
103	469	ANDREZA MARCUCCI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
104	968	ANDREZA TEIXEIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
105	1057	ANDREZA TEIXEIRA MARIANO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO



106	1162	ANDRIELE GONÇALVES MARCON	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
107	527	ANE RONCHI BRUNELLI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
108	314	ANELIZE GOULART ESTEVAM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
109	1088	ANGELA MARIA BURATTI ORTOLAN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
110	348	ANGELA MARIA MACHADO SAGRILLO FURTADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
111	864	ANGELA RABELLO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
112	1060	ANGELICA LORENSON ROSSI	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
113	1183	ANGELITA BORDIGNON MICHELS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
114	720	ANGELO LUIZ ALBERTON	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
115	17	ANTONIO BEJAMIN FERRARI	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
116	261	ANTONIO GONÇALVES DE FREITAS	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
117	888	APARECIDA MENDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
118	939	ARLINDO BUSS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
119	637	ARTUR SEHNEM BORTOLOTO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
120	13	AUGUSTA SALVATICO ROCHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
121	752	AUGUSTINHO SAVI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
122	1203	BARBARA APARECIDA ZILIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
123	1076	BARBARA ARNS BACK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
124	889	BARBARA DAYSE ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
125	780	BARBARA KELI NICOSKI FELTRIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
126	193	BARBARA ROVARIS DE LUCA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
127	852	BEATRIZ DO NASCIMENTO MOTTA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
128	336	BEATRIZ EYNG JOCHEN DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
129	599	BENTO BRAZ URBANO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
130	105	BIANCA NERES DOS SANTOS RAMOS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
131	1099	BRUNA ARIGONI CORNEO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
132	1087	BRUNA AURELIO FORTUNATO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
133	125	BRUNA BORTOLOTO GAVA	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
134	857	BRUNA CECHINEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
135	1115	BRUNA RODRIGUES SARTOR	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
136	473	BRUNA ROHDEN DE LUCCA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
137	709	BRUNA STOLK BORGES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
138	368	BRUNO CONTI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
139	893	BRUNO LOCK FERNANDES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
140	497	BRUNO PEREIRA ZILLI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
141	711	CACILDA DA SILVA CORREA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
142	980	CAMILA BLANCA RODRIGUEZ GARCIA	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
143	689	CAMILA CARDOSO BORGES	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
144	781	CAMILA COLOMBO SCARPATTO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
145	525	CAMILA CONCEIÇÃO COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
146	832	CAMILA MACHADO VIANA	MÉDICO DO PSF	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
147	1054	CAMILA NASCIMENTO GUIDI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
148	820	CAMILA ROCHA DE FREITAS	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
149	383	CAMILA SPILLERE BUSARELLO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
150	489	CARINA DAGOSTIN PAVEI	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
151	116	CARINA MANIQUE FERNANDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
152	985	CARINI CESA DE SOUZA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
153	54	CARLA ANDREIA DAROS MARAGNO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
154	593	CARLA ARNS	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
155	110	CARLA CRISTINE LEITE	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
156	714	CARLA DAIENE RIBEIRO MACEDO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
157	691	CARLINHOS AMARO RIBEIRO	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
158	989	CARLOS ALBERTO MACHADO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
159	109	CARLOS FELIPE MARTINS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
160	1147	CAROLINA CAMPOS DOS SANTOS	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
161	657	CAROLINE ACORDI RAMOS	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
162	777	CAROLINE ARNS DA SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
163	578	CAROLINE BOEING NUERNBERG	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
164	410	CAROLINE COSTA DA ROSA	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
165	833	CATIANE NAZARIO NUERNBERG	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO

166	624	CESAR HENRIQUE MICHELS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
167	684	CHARLENE DA ROSA WITT	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
168	834	CHRISTIAN NUERNBERG	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
169	101	CIBELI PIACENTINI PEREIRA	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
170	898	CICERO ALEXANDRE ALVES LIMA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
171	385	CILNEIDA CARDOSO FIORAVANTE	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
172	307	CINTHIA PRISCILA RIBEIRO WERDUM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
173	962	CINTHIA VIVIANA GRIGIO VIVANCO	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
174	612	CINTIA GABRIELA FERRARI MELLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
175	814	CINTIA LINHARES E SOUZA	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
176	826	CINTIA MOTA DA BOIT	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
177	252	CINTIA NOELI BOESING KULKAMP	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - CENTRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
178	993	CINTIA PEREIRA MARCELO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
179	440	CINTIA VITTO BONGIOLO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
180	999	CLARICE PERUCCHI LOPES	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
181	202	CLARICE TISCOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
182	188	CLARISSA MILANEZ GOULARTE	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
183	267	CLAUCILENE BATISTELA BUSS	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
184	513	CLAUDETE DANIEL DA ROSA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
185	1027	CLAUDETE SANTIAGO DE ARRUDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
186	823	CLAUDIA BEATRIZ DE MEDEIROS	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
187	209	CLAUDIA BERNARDO DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
188	583	CLAUDIA CAROLINE FISCHBORN	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
189	1100	CLAUDIA COLOMBO MADEIRA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
190	851	CLAUDIA DOS SANTOS JOSE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
191	903	CLAUDIA FRANCIELLI CORREA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
192	153	CLAUDIA PASINI RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
193	380	CLAUDIA TOMAZI FABRIS ALEXANDRE	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - MORRO COMPRIDO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
194	483	CLAUDINEI COELHO DE BITENCOURT	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
195	557	CLAUDINEIA FERREIRA RABELO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
196	760	CLAUDIO AGUIAR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
197	651	CLAUDIONOR ESTEVAM	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
198	546	CLEDINÉIA CHINAIDER SAVI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
199	807	CLEIMAR MONDARDO SAVIO	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
200	659	CLEITON MACHADO	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
201	260	CLEIZA MOTTA SPERFELD JOMES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
202	87	CLEMAR DA SILVA CRISTIANO	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
203	846	CLEOPATRA ZANETTE MACHADO	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
204	439	CLESIO ANTONIO SPILERE JUNIOR	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
205	22	CLESIO LUIS COELHO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
206	1103	CONRADO ANTONIO DIAS	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
207	650	CRISLAINE JANUARIO MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
208	1112	CRISLLY DANDOLINI TISCOSKI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
209	52	CRISTIAN NICOSKI NOVACK	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
210	75	CRISTIANA DE BITENCOURT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
211	127	CRISTIANE ALAMINI ZANETTE FERNANDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
212	478	CRISTIANE DUARTE DAMINELLI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
213	298	CRISTIANE PASINI MELLER DE BONA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
214	276	CRISTIANE VAZ FRANCO LOPES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
215	745	CRISTIANI LUCIA DANIEL	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
216	1198	CRISTIANI MEIRA ALVES	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
217	551	CRISTIANO DA ROSA TEREZA	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
218	211	CRISTIANO FLORENCIO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
219	214	CRISTINA ARIMA AKAISHI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
220	879	CRISTINA DA ROZA FRANCISCO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
221	302	CRISTINA FRASSON DA SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
222	732	CRISTINA MICHELS GODINHO DAL MOLIN	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO

223	398	CRISTINA ROSSA PEREIRA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
224	425	CRISTINA VIEIRA MACHADO DE LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
225	474	CUSTODIA DA SILVA GONCALVES CARRADORE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
226	1177	CYNTHIA BERTO DEBIASI	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
227	668	DAIANA BORGES	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
228	155	DAIANA CANDIDO DA SILVEIRA MINATTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
229	166	DAIANA ELEN DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
230	984	DAIANE BATISTA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
231	663	DAIANE DONDOSSOLA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
232	1190	DAIANE DOS SANTOS DA SILVA	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
233	331	DAIANE FERREIRA PEREIRA	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
234	1061	DAIANE MANDELLI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
235	377	DAIANE MARTINS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
236	173	DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
237	376	DAIANE ROMANCINI FELTRIN	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
238	907	DAIANI ACORDI RONCHI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
239	395	DAIANI BONETTI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
240	973	DAIANI MEZZARI	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
241	942	DAMIANE TANIA PACHECO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
242	561	DANIEL BORGES DAMIANI	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
243	682	DANIEL PAULO DAMIN FERRO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
244	149	DANIEL ROSA DOS SANTOS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
245	264	DANIELA BURTET MACHADO	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
246	805	DANIELA DANIEL MINATTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - MORRO COMPRIDO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
247	704	DANIELA DE BONA PINTO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
248	1116	DANIELA FARACO PERUCHI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
249	532	DANIELA FIGUEIREDO DOS SANTOS HENRIQUE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
250	798	DANIELA HOBOLD	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
251	1148	DANIELA KARINE DOS SANTOS ACORDI	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
252	289	DANIELA MASIERO VITALI	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
253	621	DANIELA MIRANDA DO CANTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
254	150	DANIELA PREIS JUVENCIO	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
255	370	DANIELA ROSA ANDRADE	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
256	1026	DANIELA TISCOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
257	1186	DANIELE BERTI DALMOLIN CALDAS	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
258	775	DANIELE DA SILVA GALVAO	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
259	386	DANUZIA CORREA MATIOLA	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
260	379	DARLENE GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
261	1065	DAVID HOEPERS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
262	482	DEBORA ANTUNES BERTI	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
263	790	DEBORA GREGORIO PULCENIO	NUTRICIONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
264	961	DEISE ALANO GUIMARAES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
265	925	DEISE SILVA DO AMARAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
266	610	DEIVIT JANIO COLONETTI	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
267	617	DEJANE MONTEIRO DE RESENDE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 22 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
268	313	DENILSON MARIA LUIZA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
269	960	DENISE ALANO GUIMARAES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
270	241	DENISE MAXIMO MARTINS DA ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
271	987	DEVAIR SERAFIM BORGES	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
272	831	DEYSE LOCATELLI DA SILVA	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
273	963	DIANA RAMOS CHECHETTO BALDISSERA	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
274	185	DIANA TEIXEIRA JUSTINO	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
275	673	DIANDRIA GONÇALVES CARRADORE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
276	472	DIEGO BUZANELLO FABRIS	MÉDICO DO PSF	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
277	1082	DIEGO CASTELAN GUIDI	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
278	186	DIEGO GIUSTI RODOWANSKI	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
279	323	DIEGO HENRIQUE DOS SANTOS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
280	6	DIJALMA JOSE DE LIMA LOURENÇO	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
281	534	DIOGO DILTON SERAFIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
282	476	DIORGES EVANDRO GUESSI	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO

283	255	DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
284	570	DIRLEINE PICKLER PINHEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
285	1024	DOUGLAS TISCOSKI	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
286	23	EDEGAR MINATTO SCARSI	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
287	1182	EDGAR ARCE CARDOZO	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
288	407	EDIANE DACOREGIO ROHLING	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
289	535	EDILAINE MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
290	1120	EDILANE BORGES DE SOUZA	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
291	300	EDILENE DAROS DAGOSTIM	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
292	349	EDILENE LOCH CARDOSO	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
293	48	EDILSON MONDARDO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
294	1091	EDIMAR TORRES ZANONI	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
295	1117	EDINEIA DA ROSA CUNHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
296	5	EDISSON FELISBERTO DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
297	34	EDIVANIA DA SILVA DA ROSA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
298	415	EDJANE HEERDT FELISBERTO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
299	436	EDNA MOTTA GOULART	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
300	288	EDNAMA VIEIRA MEDEIROS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
301	1146	EDNARA SAVIO CAETANO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
302	949	EDRIANA RONCONI BOAROLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
303	461	EDSON ALAMINI ALBINO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
304	442	EDSON ANTONIO SZYMANSKI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
305	884	EDSON LUIZ ROSA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
306	1012	EDSON PEDRO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
307	588	EDUARDA DAL PONT	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
308	818	EDUARDO FRASSÃO	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
309	1114	EDUARDO GAVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
310	577	EDUARDO JOSE DE SOUZA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
311	1167	EDUARDO MELLER MANENTI	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
312	421	EDVAN ROSA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
313	389	EIZABETE VIANA	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
314	886	ELAINE APARECIDA POCAI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
315	1048	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS BITEN-COURT	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
316	151	ELAINE DAGOSTIM MINATTO TRAMONTIN	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - MORRO COMPRIDO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
317	311	ELAINE GOULART DE JESUS FERRARI	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
318	1025	ELAINE KAMMER	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
319	88	ELAINE KULKAMP SILVEIRA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
320	174	ELAINE RABELO DANDOSSOLA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
321	721	ELEN CRISTINA PARIS MIRANDA	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
322	11	ELESSANDRA MEDIANEIRA OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
323	1081	ELIANA DE BITHENCOURT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
324	33	ELIANA GUIMARAES BARTH	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
325	749	ELIANE BRANDAO DA CRUZ	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
326	1140	ELIANE DIMENES	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
327	869	ELIDA DA SILVA CLAUDINO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
328	748	ELIETE ROCHA MINATTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
329	212	ELIETE ROSSO GASPAR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
330	299	ELINEIDE SALETE COLOMBO DALMOLIM	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
331	819	ELIS DENISE DA SILVA LEANDRO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
332	575	ELISABET DAMINELLI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
333	382	ELISABETE PARIS MIRANDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
334	26	ELISABETH HENRIQUE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
335	414	ELISANDRA PREIS	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
336	232	ELISANGELA DE MEDEIROS DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
337	1067	ELISANGELA FELISBERTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO



338	450	ELISANGELA NETO FENALI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
339	1101	ELIZABETE FIRMINO DA SILVA RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
340	873	ELIZANDRA BERETTA	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
341	180	ELIZETE MARIA FERNEDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
342	64	ELIZETE NUNES DA ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
343	365	ELIZIANE MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
344	175	ELTON REINOLDO TIEDE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
345	176	ELVIRA FERREIRA D'AVILA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
346	170	EMANUELA COLOMBO DAL MOLIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
347	838	EMANUELLE CRUZ ALVES	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
348	53	EMILY TREVISOL KULKAMP	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
349	631	ENIVANIA RODRIGUES	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
350	1072	ENY CRISTINY MARCON TESA MATIOLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
351	1014	ERICA DE SOUZA LAURINDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
352	393	ERICA FELTRIN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
353	84	ERICA HENRIQUE RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
354	242	ERICA SAVI ZANETTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
355	840	ERNESTA SILVEIRA MANENTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
356	580	ESTER DAGOSTIN	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
357	740	ESTER TIEDE DOS SANTOS	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
358	117	ESTER ZOCHÉ	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
359	799	ESTEVAM BURIGO E SILVA	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
360	191	EVA MORO BOTELHO HOEPERS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
361	103	EVA ZEGERINO GARLINI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
362	464	EVANDRO JOSE DOS SANTOS BITENCOURT	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
363	972	EVANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA LISBOA CARDOSO	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
364	363	EVANIR SILVEIRA PERITTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
365	216	EVERALDO ENCK	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
366	108	EVERSON GOULART	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
367	122	EVERSON SEMLER MATIAS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
368	172	EVERTON BORBA TEIXEIRA	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
369	1102	EVERTON DOS SANTOS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
370	1195	EVERTON MANOEL DA SILVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
371	746	FABIA DE LUCA TISCOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
372	1125	FABIANA CAETANA FELISBERTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
373	1154	FABIANA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
374	692	FABIANA DA SILVEIRA ÁVILA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
375	537	FABIANA DAGOSTIN STOLK	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
376	59	FABIANA LOCH ROSSO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
377	817	FABIANA ROSA	TELEFONISTA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
378	941	FABIANE VENSON	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
379	1156	FABIANO DE OLIVEIRA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
380	1007	FABIANO DO NASCIMENTO	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
381	357	FABIO COSSA DE SOUZA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
382	921	FABIO FERNANDES PAES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
383	862	FABIO SPILLERE VIANA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
384	724	FABIO VIEIRA LEANDRO	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
385	200	FABIULA FIGUEREDO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
386	1055	FABRICIO DUARTE RONCHI	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
387	4	FABRICIO FERREIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
388	688	FABRICIO GONÇALVES MANGANELLI	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
389	703	FATIMA JOSE LUIZ WESTRUP	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
390	297	FATIMA PEREIRA DELFINO PATRICIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
391	259	FATIMA ZENILDA DAL TOE IGNACIO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
392	343	FELLIPE RIOS CORDEIRO DE ALMEIDA	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
393	542	FERNANDA AMBONI COLONETTI	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
394	477	FERNANDA ANGELONI PIAZZA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO

395	374	FERNANDA CARDOSO DUTRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
396	619	FERNANDA CARVALHO DA ROSA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
397	1145	FERNANDA DAMINELLI	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
398	1077	FERNANDA DE OLIVEIRA BRAZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
399	1085	FERNANDA LOCH LOCATELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
400	402	FERNANDA MAZUCHELI GUIDI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
401	418	FERNANDA MEDEIROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
402	877	FERNANDA MOTA MARCELINO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
403	246	FERNANDA PEREIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
404	179	FERNANDA PERUCHI DA SILVA	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
405	1096	FERNANDA RODRIGUES DE ALMEIDA LUCCA	MEDICO PEDIATRA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
406	602	FERNANDA SARTORI SCHIMITEZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
407	915	FERNANDA SERAFIM FELISBINO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
408	927	FERNANDA TOMASI BITTENCOURT	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
409	772	FERNANDA ZANETTE ALBANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
410	67	FERNANDO COLONETTI	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
411	959	FERNANDO RABELO	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
412	1107	FERNANDO ZILLI SILVESTRI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
413	3	FLAVIA ANGELINA PREIS HERR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
414	809	FLAVIA DA ROSA KAMINSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
415	953	FLAVIA LAZZARIN UGGIONI	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
416	699	FLAVIA MARA WESTRUP	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
417	76	FLAVIO TEIXEIRA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
418	954	FLORENTINA WILLIMANN SILVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
419	955	FRANCELY QUADRO BURIGO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
420	162	FRANCIELE DE MEDEIROS CECHINEL	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
421	262	FRANCIELE FORMIGONI CANEVER	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
422	157	FRANCIELI SCARSI JOAO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 01 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
423	562	FRANCIELI VASSOLER RAFAEL	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
424	1202	FRANCIELLE SILVANO CARDOZO	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
425	1129	FRANCIELY ANDRADE CARDOSO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
426	649	FRANCINE MOTTA ROCHA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
427	1097	FRANCINE NAZARIO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
428	24	FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
429	545	FRANCISCO BRIGIDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
430	622	FRANCISCO HOBOLD	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
431	736	FRANCO CARLOS BECKER	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
432	609	GABRIELA DE BONA NIEHUES	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
433	547	GABRIELA MACIEL ALVES	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
434	195	GABRIELA REJANE VILAÇA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
435	1001	GABRIELA SARTOR CONZER	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
436	438	GABRIELLE DA LUZ	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
437	1184	GEISE RECCHIA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
438	716	GEORGIA ARISIO DE LUCCA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
439	932	GERALDO RONCONI WESTRUP	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
440	213	GERSON AKIO YONEYAMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
441	945	GESEBEL ANDRÉIA MONDARDO MILANEZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
442	707	GESIEL DA SILVEIRA GONCALVES	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
443	1080	GESSICA BATISTA DOS ANJOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
444	281	GIANE DE OLIVEIRA CARVALHO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
445	636	GILBER NICOSKI	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
446	970	GILCARA PEREIRA CORREA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
447	1196	GILIARD SILVEIRA GENEROSO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
448	133	GILMAR DA ROCHA GONÇALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
449	296	GILMAR LUIZ MICHELS	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
450	493	GILSON BONFANTE SALVALAIO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
451	240	GIOMARA LUCIANE MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
452	1070	GIORGI COLOSSI ELIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
453	78	GIOVANA APARECIDA MEZZARI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
454	878	GIOVANA BONGIOLO MAGENIS	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO



455	490	GIOVANA PEDROSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
456	693	GIOVANI FURLANETTO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
457	58	GISELE BERRETA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
458	237	GISELE DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
459	324	GISELE ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
460	1059	GISELE TEIXEIRA MARIANO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
461	766	GISELI DA ROSA SERAFIM	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
462	96	GISELI FELISBERTO MANIQUE BARRETO MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
463	177	GISELI MESSAGGI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
464	169	GISELI PAZINI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
465	810	GISLAINE BRESSAN PEREIRA HONORATO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
466	510	GISLAINE INNOCENTE SAVARIS	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
467	228	GISLAINE MARIA DANIEL STEFENETI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
468	875	GISLAINE MARQUES SERAFIM	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
469	935	GIZELI ZUCHINALI DAL PONTE SAVI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
470	559	GIZELIA DE FIGUEREDO DA SILVA	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
471	916	GLADINA CARDOSO MATHEOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
472	567	GLADINA MINATTO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
473	82	GLADIS SANDRA COLOMBO MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
474	1123	GLAUCY WARMLING MONGUILHOTT PUGEN	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
475	503	GLAZIANA MINATTO COLOMBO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
476	15	GLEDSON FRITZEN DA ROCHA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
477	764	GORETE SAVI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
478	742	GRACI KELLEN ALEXANDRE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
479	1030	GRASIELI FIGUEREDO PASSARELA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
480	887	GRAZIELA AMBONI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
481	675	GRAZIELA CARDOSO MACHADO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
482	10	GRAZIELA FELTRIN DA SILVEIRA MROT-ZKOSKI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
483	1044	GRAZIELA PAVEI PERUCH ROSSO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
484	550	GRAZIELA SCARPARI	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
485	880	GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
486	1164	GREICE BUZZANELLO MANGANELLI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
487	715	GREICE PEPLAU KAULING	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
488	218	GREICI KELLI FIGUEREDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
489	249	GREISE PASSARELA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
490	92	GUILHERME AUGUSTO DE PELEGRINI	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
491	245	GUSTAVO MOSS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
492	683	GUSTAVO PREIS DE ABREU	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
493	648	HELENA JULIANA SYMONE BORGES	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
494	868	HEMELINI HUGEN COLOMBO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
495	685	HENRIQUE GONCALVES	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
496	427	HILDA GUGLIELMI DAROS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
497	123	HILDA JUNKES KALFELD	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
498	763	HIROSHI PERRI ARIMA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
499	430	HOMERO BIAZOTO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
500	1089	HONORIO JAQUES DA SILVA NETO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
501	770	HUGO DANIEL DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
502	1161	IARA ALIXANDRE RAIMUNDO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
503	233	IEDA LEDA MACHADO COLOMBO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
504	604	INGO SCHIMITEZ	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 13 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
505	437	INGRID PREIS DE ABREU	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
506	68	IODETE SARTOR FABRIS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
507	1083	IOLANDA DA SILVA NUNES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - CENTRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
508	744	IRACI BUENAVISTA BRAZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
509	891	IRACI MEDEIROS DA SILVA CLAUDINO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
510	919	IRIONES MARIA PEDRINI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
511	1040	IRMA PELIZZARI SCARPARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
512	449	ISABEL CLEMES DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
513	728	ISALEXON ALEXANDRE FARIAS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
514	42	ISAURO ANTONI SANGALETI	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO



515	329	ISMAEL FERREIRA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
516	1150	ISRAEL SOUZA HORSTMANN	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
517	266	ITAMAR HERR	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
518	679	IVAN DE SOUZA	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
519	1010	IVONETE MIZEESKI	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
520	187	IVONIR CLEMES	VIGIA	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
521	841	IZABEL SILVEIRA MARCELLO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
522	670	IZADORA DAMINELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
523	131	JACI DONIZETE VELHO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
524	426	JACQUELINE PINTO SOLARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
525	293	JADER MICKAEL SOUZA	MEDICO DO TRABALHO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
526	882	JADNA DE STEFANI MILIOLI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
527	666	JALILA MUSA RAHMAN	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
528	1172	JAMARA MONTEIRO DA CUNHA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
529	203	JAMILE CASANOVA MADERES	MEDICO PEDIATRA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
530	855	JAMILE DA SILVA LAURINDO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
531	994	JAMILE SCAINI DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
532	964	JANAINA BENINCA MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
533	723	JANAINA JUST VIEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
534	337	JANAINA NUERNBERG DEMETRIO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
535	504	JANAINA PREIS DA SILVA MOTTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
536	138	JANAINA ROCHA DE OLIVEIRA BASCHI- ROTT	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
537	1074	JANDIR CREPALDI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
538	861	JANE KATE RONCHI SPADER DA ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
539	1169	JANE MARIA CARPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME- RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
540	274	JANEA MACARINI MAGAGNIN	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
541	741	JANETE TIESEM RODRIGUES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
542	737	JANICE GONÇALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
543	735	JANICE MACHADO ALEXANDRE SCAR- PARI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 23 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
544	208	JANICE STOLS FELISBERTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - CENTRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
545	318	JANINE MOREIRA	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
546	479	JAQUELINE DA SILVA TEIXEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
547	435	JAQUELINE DE CAMPOS OLIVEIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
548	152	JAQUELINE FABRIS COLONETTI	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
549	378	JAQUELINE MICHELS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
550	836	JAQUELINE NAZARIO PACHECO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
551	549	JEFERSON LUIS DE AZEREDO	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
552	991	JEFFERSON DIAS DA SILVA	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
553	1166	JEOVANE WARMLING	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
554	409	JERUSA MANOEL ANGELICA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
555	417	JESSICA DAL TOE	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
556	977	JESSICA MICHELS DA ROCHA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
557	858	JESSICA MOREIRA EUGENIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
558	1134	JHONIFER MARCELINO DA SILVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
559	647	JOANA FERREIRA DA SILVA	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
560	661	JOANA MACCARINI TORQUATO	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
561	522	JOANA VALERIA ESPINDOLA CUSTODIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
562	1104	JOÃO BATISTA LOPES	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
563	931	JOÃO CARLOS COSTA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
564	143	JOÃO MATUANI FABRIS	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
565	722	JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
566	1153	JOÃO ROBERTO SEVERINO	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRA- BALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
567	1064	JOEL SCARPARI	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRA- BALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
568	1152	JOELMA RODRIGUES ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
569	369	JOHN ALISSON BORGES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
570	319	JOICE DA SILVA MATTOS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
571	835	JOICE VIVIANE NEVES POERSCHKE VILAR	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
572	672	JONAS DA SILVA DE ARAUJO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO



573	630	JONAS FONTANA DELFINO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
574	1108	JONATAN SCARSI JOÃO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
575	1200	JONATAS RAFAEL DE JESUS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
576	640	JONES MENDES URBANO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
577	856	JORDANA BENTO SCUSSEL	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
578	265	JOSE FONTANA NETO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
579	334	JOSE GERALDO RUIZ QUINTANA	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
580	1013	JOSE LUIZ SILVA	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
581	291	JOSE ROBERTO DO NASCIMENTO JULIAO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
582	27	JOSE ROBERTO HOEPERS	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
583	539	JOSEANE NAZARIO	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
584	824	JOSELI ELISABETE KRUTLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
585	120	JOSEMIR ALCIONI CARDOSO	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
586	285	JOSIANE ANGELONI MONTEIRO	FARMACEUTICO	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
587	309	JOSIANE BOSA DUARTE	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
588	783	JOSIANE BUDNI	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
589	280	JOSIANE EUGENIO PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
590	210	JOSIANE LUZIA SCUSSEL	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
591	391	JOSIANE MONDARDO MILANESI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
592	654	JOSIANE SCHWARTZ PAZETTO	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
593	605	JOSIAS MOTA SOARES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
594	171	JOSINEIA MANDELLI CAMPANHOLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
595	988	JOVANA DA SILVA MOTA HORR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
596	81	JOZEMIR SELVINO MACAN	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
597	616	JOZIANI FERNANDES DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
598	950	JOZIANI TROMBIM	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
599	431	JUANA VILLATORE REUS	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
600	36	JUCELIA MOLINER NAZARIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
601	32	JUCELIA PIZZETTI BENINCA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
602	966	JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
603	765	JUCIENE FERMINO DE CARVALHO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
604	753	JUCILENE DA ROSA GOMES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
605	294	JUCINEIA SERAFIM	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
606	445	JUDITE TORETI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
607	295	JULIANA COSTA MURGUERO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
608	317	JULIANA DA SILVA BIF	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
609	408	JULIANA MANOEL ANGELICA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
610	956	JULIANA NOLLA LAZZARIN	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
611	757	JULIANA OLIVEIRA DA SILVA KREMER NUNES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
612	738	JULIANA PERIN ZANINI	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
613	850	JULIANA RECH	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
614	367	JULIANA RICKEN KAMMER	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
615	589	JULIANA SCHAUOSKI SERAFIM	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
616	995	JULIANA SILVA DE OLIVEIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
617	16	JULIANA ZANONI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
618	606	JULIANE NUNES VIANNA	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
619	910	JULIANO CAMPOS HORACIO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
620	1090	JULIANO ROSSO TROMBIM	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
621	553	JULIANO VITALI DE MATTIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
622	536	JULIO CESAR SILVANO BITTENCOURT	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
623	664	JULLY ANDREA TREVISOL CORREA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
624	416	JUNIER PAESE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
625	1050	JUNIOR SCANDOLARA BOSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
626	587	KAREN ARNS DA SILVA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
627	520	KARINA BRUNEL CASTANHETTI	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
628	519	KARINA DA ROSA KAMINSKI	PSICOLOGO	S	SALA 28 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
629	165	KARINA KESTERING FELISBERTO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
630	316	KARINA LOURENÇO DA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
631	813	KARINA MARTINS FORTUNA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO



632	1002	KARINE BATISTA VICENTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
633	1124	KARINE CAETANA FELISBERTO HEINRICHSON	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
634	342	KARINE FRASSON SILVEIRA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
635	189	KARINE FRESSON SEBASTIAO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
636	424	KARINE PEDRINI SOUZA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
637	653	KARLA ALBINO MACHADO	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
638	223	KAROLINE CITADIN	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
639	137	KASSIO MARTINHAGO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
640	2	KATIA FLORENTINO JUNKES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
641	1194	KATIA FREITAS DE AGUIAR	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
642	1187	KATIA REGINA DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
643	863	KATIA SILENE UBIALI RICKEN	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
644	778	KATIA URBANO GONCALVES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
645	1131	KATIANA APARECIDA WEINERT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
646	284	KATIUCIA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
647	194	KELN DESTRO GENUINO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
648	38	KELI DA SILVA PADILHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
649	351	KELI GRAZIELA MANOEL VIEIRA MARTINS	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
650	1098	KELI GUTERRES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
651	484	KELLEN MARIA VILLAN	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
652	530	KELLI GONÇALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
653	595	KELLY CRISTIANE WINKLER	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
654	1151	KELLY KARITIANA MORO SCUSSEL	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
655	677	KENIA CASTRO MACHADO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
656	303	KRISTHOFFER CLEMES PATRICIO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
657	106	LADIR CORNEO SARTOR	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
658	729	LAILA FELIPE DOAS SANTOS MARTINS	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
659	459	LAIS DELLA VECIA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
660	1039	LARISSA CLEMESS ALVES	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
661	460	LARISSA FERNANDA DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
662	669	LAURA CASTELLER PESCADOR	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
663	892	LEANDRO AGOSTINHO TISCOSKI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
664	93	LEANDRO ARNS BACK	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
665	517	LEANDRO DAL PONT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
666	156	LEANDRO HERR MINATTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
667	37	LEILANE DEMO ROMAGNA	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
668	1022	LEONILDA APARECIDA BRAVO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
669	573	LETICIA DA ROCHA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
670	80	LETICIA GUE GIORDANI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
671	494	LEZI MARIA PEREIRA ZILLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
672	902	LIANA PERUCH ALESSIO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
673	279	LIDIANE DE OLIVEIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
674	95	LILIAN BITENCOURT COLOMBI	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
675	634	LILIAN MULLER COSTA PEREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
676	46	LILIAN PEREIRA DOMINGOS DUARTE	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
677	118	LINDOMAR DA SILVA	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
678	178	LISIANE BERTOLIN VALGA MESSAGGI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
679	480	LIZABET TEREZINHA TOMAZI DA SILVA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
680	514	LIZANDRA DE LUCCA BONGIOLO DA SILVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
681	399	LIZIANE ACORDI ROCHA SALVADEGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
682	1157	LUAN ZANONI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
683	698	LUANA CACIANO FELIX	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
684	1069	LUANA HOEPERS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
685	102	LUANA OLIVEIRA DE SOUZA	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
686	1041	LUANA SCARPARI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
687	958	LUANA SILVEIRA PEREIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
688	111	LUANA SIMAO LAURINDO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
689	247	LUCAS ANTONIO GUSATO	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
690	701	LUCAS COLONETTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
691	572	LUCAS KINDERMANN	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO



692	124	LUCIA GONÇALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
693	335	LUCIA HELENA DAS CHAGAS OLIVEIRA	MEDICO PLANTONISTA	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
694	796	LUCIANA DE OLIVEIRA LEANDRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
695	340	LUCIANA DONDOSSOLA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
696	1062	LUCIANA MANDELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
697	565	LUCIANA SCARPARI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
698	523	LUCIANA TRAMONTIN GONÇALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
699	397	LUCIANA VENSON GONÇALVES	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
700	894	LUCIANA VIEIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
701	544	LUCIANA VIEIRA DE OLIVEIRA DE LEAO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
702	518	LUCIANE IGNACIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
703	845	LUCIANE ZANOLLI BITECOURT CUSTODIO	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
704	405	LUCIANO CONSTANTINO POLA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
705	976	LUCIANO SILVEIRA MARTINS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
706	429	LUCIANO STEFANIAK	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
707	347	LUCIMAR APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
708	512	LUCIMARA DONDOSSOLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
709	786	LUCINARA TRAMONTIN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
710	253	LUDMILA VITALI MONSANI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
711	353	LUIZ CARLOS MARCOLINO	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
712	79	LUIZ RENATO STEINER	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
713	948	LUIZ SILVEIRA JUNIOR	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
714	292	LUZIA RICKEN LEANDRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
715	540	MAIARA CECHELLA DEMETRIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
716	531	MAIARA SCARDUELLI CANELLA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
717	743	MAICON GEAN DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 02 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
718	909	MAIKON GONÇALVES FELTRIN	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
719	362	MANUELA DA ROCHA CORREA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
720	847	MANUELA GOLOMBIESKI BORGES	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
721	1073	MANUELA SANTOS SELAU	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
722	243	MARAISA MEDEIROS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
723	717	MARCELA ZANONI MANENTE PEREIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
724	312	MARCELO BITTENCOURT COLLE	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
725	290	MARCIA AGRIMPHO VIEIRA	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
726	761	MARCIA DA SILVA TOMAZ FELIX	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
727	235	MARCIA DE MATTIA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
728	487	MARCIA VIEIRA DE MEDEIROS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
729	969	MARCIA VITORINO CAMPOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 06 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
730	528	MARCIEL COLOMBO MARTINS	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
731	582	MARCIO SCHUVARTZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
732	406	MARCO ANTONIO GONÇALVES	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
733	91	MARCUS VINICIUS BRAGA RODRIGUES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
734	727	MARGARETE COELHO FARIAS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
735	387	MARGARETI RODRIGUES SIMON	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
736	771	MARI EMILIA MELO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
737	384	MARIA APARECIDA ARAUJO CESARIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
738	455	MARIA APARECIDA FEIFARICK	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
739	502	MARIA APARECIDA MOTA STEINER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
740	99	MARIA APARECIDA STAIRK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
741	248	MARIA AUGUSTA BIAVA DOS SANTOS	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
742	981	MARIA AUGUSTA NAZARIO DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
743	239	MARIA BEATRIZ VIDAL TESTON	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
744	802	MARIA BERNADETE DA SILVA MOTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
745	196	MARIA CECILIA PINTO MOTA	MEDICO PEDIATRA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
746	1015	MARIA CIRLEI DAMAZIO LIBRELATO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
747	1174	MARIA CLARA MARIANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO

748	1137	MARIA CLAUDETI DA SILVA MICHELS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - CENTRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
749	244	MARIA CRISTINA MELLER VITALI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
750	581	MARIA CRISTINA ZEFINO IZE MARIANA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
751	12	MARIA DE FATIMA ALVES KOPITZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
752	107	MARIA DE FATIMA DA BOIT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
753	65	MARIA DE FATIMA DA SILVA ASSUNCAO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
754	45	MARIA DE LOURDES SOUZA FIGUEREDO	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
755	263	MARIA DO CARMO BASCHIROTTO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
756	924	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
757	217	MARIA GORETE DIAS FIGUEREDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
758	871	MARIA HELENA CASAGRANDE	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
759	912	MARIA HELENA PERUCH	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
760	1005	MARIA ISABEL FERNANDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
761	499	MARIA JOSE NANDI FLORENCIO NAZARIO	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
762	997	MARIA JUCELIA KJHELIN TEIXEIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
763	475	MARIA JULIA DEMETRIO PEREGO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
764	618	MARIA LEONIR SPILERE MINATTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
765	341	MARIA LIBERACI MOTTA BRISTOT	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
766	113	MARIA LUCIA LOCH GOULART	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
767	366	MARIA LUCIA RICKEN KAMMER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
768	163	MARIA LUIZA CALEGARI DE MEDEIROS	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
769	1201	MARIA LUIZA ESPINDOLA CAMPOS	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
770	611	MARIA LUIZA FERRARI MELLER	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
771	558	MARIA MARGARETE MARTINELLO FRITZEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
772	20	MARIA SALETE SUMARA BRUNELLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
773	552	MARIA SILVEIRA BORGES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
774	256	MARIA ZELI FABRIS VIEIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
775	204	MARIANA CARDOSO RONCHI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
776	1110	MARIANA GUIDARINI MILANEZ	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
777	849	MARIANA MONTOVANI MANARIN MONTEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
778	767	MARIANA NOLA SCHMOELLER	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
779	944	MARIANA RONCHI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
780	28	MARIANA VIEIRA SOARES	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
781	825	MARIANE GENEROSO RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
782	646	MARIANE PERUCH DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
783	128	MARIANE ROCHA NIEHUES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
784	920	MARICEL ADRIANA SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
785	508	MARIELEN GHEDIN DA SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
786	468	MARILDA BARP NATAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
787	695	MARILDO CACIANO FELIX	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
788	420	MARILEI VIEIRA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
789	498	MARILEIA COLOMBO ALBANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
790	1086	MARILEIA LAURINDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
791	776	MARILEIA PREIS DE FAVERI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
792	229	MARILEIA RONCHI	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
793	381	MARILEIA SEHNEM GHISLERI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
794	1141	MARILENE DIMENES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
795	734	MARILENE MARTINS DE SOUZA BECKER	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
796	221	MARILENE PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
797	373	MARILESIA PASINI DAL PONT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
798	97	MARILI WARMLING	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
799	872	MARILIA AMANDIO GAVA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
800	676	MARILIA PIACENTINI BUOGO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
801	49	MARILIA SILVEIRA ARNS HOMEN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 24 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
802	918	MARILVA WARMLING BEZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO

803	129	MARINA BASTOS DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
804	706	MARINALVA DA SILVA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
805	755	MARINO GONÇALVES	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
806	136	MARISETE BLASIUZ BEZERRA DIAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
807	710	MARISTELA DOS REIS TISCOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
808	1106	MARISTELA FERREIRA FLORIANO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
809	529	MARISTELA PEDRO INACIO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
810	61	MARIVALDO FELIX	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
811	1029	MARIZETE SANTIAGO DE ARRUDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
812	19	MARLENE COELHO VASSOLER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
813	1130	MARLENE FABRIS PREMOLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
814	929	MARLENE PATRICIO MATEUS FERRARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
815	345	MARLON NASPOLINI CUSTODIO	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
816	72	MARTA ELISABETE CHAVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
817	51	MARTA RAFAEL DA ROSA NARDI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
818	597	MARTINHO ROCHA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
819	584	MATEUS JEZIEL BASTOS DA SILVA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
820	199	MAURA LUCIA CHAVEIRO RAMOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
821	686	MAURO ELOISIO FERNANDES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
822	560	MELISSA DOS PASSOS DA SILVA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
823	327	MICHEL DA SILVA BARROS	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
824	346	MICHELA ESMERO MARTINHAGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
825	951	MICHELE BIF MELLER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
826	591	MICHELE DE SOUZA FELISBERTO FER- NANDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
827	638	MICHELE FELISBERTO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
828	198	MICHELE MACHADO DA ROSA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
829	934	MICHELE MARIA PACHECO FOGGIATTO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
830	643	MICHELE MICHELS MOTTA MACHADO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
831	134	MICHELE MONTEIRO DE MATTIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
832	967	MICHELI WARMLING FORMIGONI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
833	55	MILENE JUNIOR CRISPIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
834	390	MILTON GIL GERI JUNIOR	MEDICO DO TRABALHO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
835	207	MILTON RICARDO DE MEDEIROS FER- NANDES	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
836	733	MIRELA DE FAVERI NASPOLINI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
837	1092	MIRELI VENANCIO MENDONCA	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
838	965	MIRELI WARMLING FORMIGONI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
839	816	MIRIAM FERNANDES	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
840	1127	MIRIAM STUPP SERAFIM	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
841	1158	MISLAINE MELO LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
842	1132	MISLENE SCHNEIDER FIGUEREDO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
843	625	MOISES DE SOUZA MICHELS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
844	644	MONIA ELIZA PIETSCH MILIOLI	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
845	844	MONICA BENEDET PISSETE ROSA	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
846	785	MONICA BINATTI BORTOLIN	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
847	680	MONICA INGRID GRIGIO VIVANCO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
848	121	MONIQUE MAFFIOLEI	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
849	495	MORGANA BORGES HOEPERS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
850	897	MORGANA COSTA GAVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
851	665	MORGANA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
852	1105	MORGANA PIROLA BAGIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
853	655	MURIEL COLOMBO MARTINS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
854	1139	MURILO HOBOLD DAL MAGRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
855	1189	NADIA MARCELINO DAROS	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
856	1144	NADIA SIMONE RAMIRO	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
857	140	NADIR KULKAMP TIBES DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
858	1036	NAIANA PEREIRA GUERRA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO





859	145	NAIANE SAVI GHISLERI	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
860	978	NAIR SILVEIRA MARTINS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
861	656	NATACHE BORGES DA SILVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
862	1008	NATALIA RITTER	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
863	620	NATALIA ZANONI FURLAN	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
864	197	NATALINO FRANCISCO LEANDRO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
865	914	NAYANE MENDES ANJO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
866	352	NEIVA APARECIDA FIDELIS LUCIO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
867	1170	NELCA GIORGIANA FIGUEREDO	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
868	615	NELCIANA DAL PONT CONSENÇO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
869	957	NERLI SILVEIRA PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
870	923	NESTOR RANGEL DA SILVA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
871	793	NEUSA VALFRIDE SCHMIDT RABELLO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
872	982	NEZIO LUIS DITADI GONCALVES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
873	899	NIDIA MARIA BROVEDAN	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
874	1121	NILDA FERNANDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
875	412	NILDO CLER ALEXANDRE	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
876	40	NILMA BRANDAO KEJELIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
877	119	NILMA FERNANDES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
878	338	NILZA TUZI MONTEIRO FONSECA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
879	718	NILZETE LOCKS DE SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
880	8	NOELI SAVI WESTRUP	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
881	1071	NOEMIA HOEPERS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
882	1206	ODAIR ROCHA DE OLIVEIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
883	594	PAMELA FRANZEN RECKZIEGEL	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
884	1004	PAMELA ROOS HUNTER PEREIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
885	1135	PATRICIA ALBINO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
886	224	PATRICIA AMANDIO FLORIANO	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
887	926	PATRICIA BONFANTE MACIEL	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
888	448	PATRICIA CARDOSO FRAGA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
889	278	PATRICIA DAL PONT MANDELLI DE ANDRADE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
890	507	PATRICIA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
891	568	PATRICIA DOS SANTOS FRANCO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
892	470	PATRICIA FERNANDES GONÇALVES	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
893	1053	PATRICIA FERREIRA BONASSA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
894	354	PATRICIA FRANCISCA MARTINS	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
895	411	PATRICIA JUNKES ROCHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
896	423	PATRICIA PREIS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
897	238	PATRICIA REINERT SIQUEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
898	585	PATRICIA ROCHA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
899	996	PATRICIA SCHARDOSIM SIMAO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
900	797	PATRICIA SILVESTRE	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
901	130	PATRICIA TOME COSTA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
902	913	PATRICIA VICENZI DA SILVA	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
903	325	PATRICIA VIEIRA MONTINI DALLA LANA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
904	632	PATRICIA VIEIRA SIMIANO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
905	854	PATRICIA VIEIRA TEIXEIRA	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
906	183	PAULA CARNEIRO AMERICO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
907	697	PAULA HILÁRIO ZAPELINI	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
908	696	PAULA LUIZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
909	35	PAULA SPILERE MANGILI	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
910	633	PAULO ROBERTO PEREIRA	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
911	69	PEDRO SCARPARI MACHADO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
912	257	POLIANA GHISI MINATTO	NUTRICIONISTA	S	SALA 20 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
913	516	POLLYANA PAVEI BEZ BATTI	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
914	521	PRISCILA ARTISMO PINTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
915	865	PRISCILA DAROS MELO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
916	31	PRISCILA ELISA NUNES	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
917	231	PRISCILA GUIGUER	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
918	304	PRISCILA JUNKES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO



919	866	PRISCILA SERAFIM LAURENTINO SERAFIM	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
920	917	PROTÁZIO BEZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
921	1009	QUEZIA DA COSTA ALBERTINI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
922	911	RAFAEL BASCHIROTTI DORIGON	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
923	428	RAFAEL BAUER LOUREIRO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
924	592	RAFAEL FONTENA AITA	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
925	533	RAFAEL MARTINS MENEGARO	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
926	486	RAFAEL OLIVEIRA DE AGUIAR	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
927	1019	RAFAEL SOARES MACHADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
928	220	RAFAEL VENSON	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
929	50	RAFAELA FORGIARINI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
930	876	RAMICIELI GAVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
931	1143	RAMIRO FRIEDERICH	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
932	1047	RAPHAEL PEZZI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
933	1043	RAQUEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
934	192	RAQUEL FONTANA DELFINO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 11 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
935	1199	RAQUEL LUIZ	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
936	104	RAQUEL NERES RAMOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
937	822	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
938	564	RAQUEL VISCARDI MENDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
939	452	RAUF JOAO SOUZA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
940	946	REGILANE PICOLO POSSAMAI MONDARDO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
941	751	REGINA VITALI FELISBERTO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
942	250	REGINALDO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
943	601	REGINALDO JUNKES	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
944	496	REGINALDO MACHADO	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
945	333	REGIS QUADROS DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
946	828	RENALDO DA SILVA FABRIS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 14 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
947	947	RENAN FESLISBERTO TRAMONTIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
948	1163	RENAN HOBOLD PREMOLI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
949	812	RENATA AMANCIO TEIXEIRA DE JESUS	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
950	86	RENATA BROCA CELSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
951	466	RENATA DA SILVA MEIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
952	1003	RENATA FORGIARINI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
953	566	RENATA MENEGAO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
954	453	RENATA ROMANCINI GRACIANO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
955	1171	RENATA RONCHI ANTERO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
956	1000	RENATA SANDRINI ALBERTON	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
957	359	RENATA SARTORI MAGAGNIN	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
958	44	RENATA VIANA VITALI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
959	979	RENATO LOCH	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
960	791	RICARDO HIDEIMITSU FUKUSHIMA	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
961	874	RICARDO OLIVEIRA VANUZZI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
962	330	RICHARDI FERREIRA NAZARIO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
963	258	RITA DE CASSIA DE SOUZA DA ROSA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
964	73	RITA DE CASSIA MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
965	447	RITA DE CASSIA WURDIG MAXIMO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
966	1133	RITA DE FATIMA CABRAL	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
967	758	ROBERT DUBRAIR TAMIOKA	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
968	690	ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
969	739	ROBERTO RADAMES NETTO	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
970	1119	ROBSON BELLOLI TOMAZZI	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
971	687	ROBSON FERNANDES MORO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
972	465	RODI FORTUNATO ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
973	524	RODRIGO ANTONIO MATTOS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
974	1188	RODRIGO AUGUSTO ESPINDOLA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
975	662	RODRIGO CAMILO	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
976	890	RODRIGO DA SILVA LEANDRO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
977	332	RODRIGO DIAS MEDEIROS	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
978	940	RODRIGO PEREIRA DE SOUZA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO

979	725	RODRIGO RIBEIRO ALVES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
980	730	ROGERIO DE BEM MADURE	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
981	627	ROGERIO HOMEM	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
982	645	RONALDO CASTRO DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
983	700	RONALDO SALVADOR DE JESUS	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
984	590	RONNIE VASSOLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
985	598	ROSA DE LIMA DUTRA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
986	139	ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
987	1020	ROSA MARIA DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
988	1128	ROSA MARIA ROCHA ELIAS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
989	201	ROSALI NEGREIROS DE OLIVEIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
990	236	ROSALINA VIEIRA FERNANDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
991	422	ROSANA BROGNI RAMPINELLI	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
992	234	ROSANA DE SOUZA COLOMBO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
993	1138	ROSANA OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
994	89	ROSANE CIPRIANO GONÇALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
995	74	ROSANE DA ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
996	1017	ROSANE DIAS DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
997	25	ROSANE IZE DE SOUZA PASINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
998	492	ROSANEA DA SILVA CAVALER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
999	227	ROSANGELA CARDOSO BONETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.000	1021	ROSANGELA CASTRO DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.001	1178	ROSANGELA DA SILVA CRUZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - CENTRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.002	219	ROSANGELA FERNANDES CABRAL RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.003	225	ROSANGELA NAZARIO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.004	1155	ROSANGELA PATRICIO MARCOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.005	1160	ROSANGELA RECALCATTI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.006	98	ROSANGELE PAVAN SALVARO	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.007	789	ROSANIA FERREIRA ALANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.008	251	ROSE MERI NIETTO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.009	808	ROSE SELMA INACIO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.010	1173	ROSELAINÉ SOUZA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.011	320	ROSELI EUGENIO LOPES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.012	39	ROSELY JUNKES GONÇALVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.013	842	ROSEMARI BARBOSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.014	433	ROSENETE FERNANDES MORO DE COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.015	184	ROSENILDA ROCHA ALEXANDRE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.016	283	ROSIANI TAVARES DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.017	60	ROSILAINE LOCH	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.018	388	ROSILANI RICKEN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.019	526	ROSILEA BITENCOURT MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.020	126	ROSILEIA DE CARVALHO VACA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.021	1046	ROSILEIA DOS SANTOS ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.022	268	ROSILENE RABELO HENRIQUE	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.023	538	ROSILENE VIANA	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.024	784	ROSILETE DA SILVA MARCOLINO CARDOSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.025	154	ROSILEY DE SOUZA MOTTA FIGUEREDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.026	30	ROSIMARE TEIXEIRA PICOLO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.027	1179	ROSIMARI ESPINDOLA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.028	491	ROSIMEIRE DE JESUS VICENTE	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.029	908	ROSIMERE BECKER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.030	860	ROSIMERE TEREZINHA RAMPINELLI DALEFFE PEREIRA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.031	885	ROSIMERI ARCEGO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.032	190	ROSIMERI DE OLIVEIRA GUELERE	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO

1.033	1016	ROSIMERI LEANDRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.034	853	ROSIMERI MIZEESKI	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.035	14	ROZANA RONCHI DE ASSIS	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.036	600	RUBIA ANTERO DANIEL	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.037	1049	RUBIA BURATO GARCIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.038	579	RUBIA FURLANETTO DE SOUZA	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.039	1042	RUBIA NARA RABELLO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.040	361	SABRINA DA SILVA UGIONI	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.041	787	SABRINA ROMAGNA BORTOLOTTTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.042	1136	SABRINA TANQUELLA DA ROSA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.043	1063	SABRINA TEODOSIO SILVA	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.044	713	SABRINA VIEIRA ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.045	975	SAIMON BERRETA FUKUSHIMA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.046	315	SALESIO PASINI	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.047	413	SALETE ROSANE SCHELL DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.048	1111	SALETE VALDECI NANDI DAMINELLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.049	896	SAMARA DA SILVA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.050	671	SAMELA MACHADO FRANCISCO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.051	1051	SAMIRA ROUSSENG DE FARIAS	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.052	7	SAMIRA TISCOSKI CORNEO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.053	788	SAMUEL ROMAGNA BORTOLOTTTO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.054	626	SAMUEL TONETTO MARTINS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.055	641	SANAI MEZARI PREIS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.056	811	SANDRA CARLOS BONETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 25 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.057	205	SANDRA DE FATIMA FARIAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.058	147	SANDRA DONDOSSOLA MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.059	708	SANDRA FLORENCIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.060	1149	SANDRA MARIA SOUZA	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.061	623	SANDRA REGINA MANOEL	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.062	1084	SANDRA REGINA ROSA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.063	603	SANDRO CHRISTIAN MEDEIROS	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.064	355	SANIA MOTA MARCELINO TUROSSI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.065	762	SANTINA DA SILVA GONÇALVES	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.066	1205	SANTOS PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.067	990	SARA ESTEFANIA RONCHI ZAPELINI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.068	1079	SARAH DE OLIVEIRA SANTOS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.069	360	SARON MAXIMIANO NAZARENO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.070	1018	SCHARIANE BRAVO DUTRA	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.071	938	SCHEILA BUSS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.072	952	SCHIMENE FELISBERTO PACHECO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.073	712	SELIMAR CARVALHO FORTUNA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.074	481	SELMA MORAES DE OLIVEIRA BITEN-COURT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.075	806	SHEILA ADRIANE JUNGLAUS DE JESUS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.076	454	SIDINEI RONCHI	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.077	1037	SILMARA BLASIUAS DIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.078	628	SILVANA BUZANELO MILANEZ SPADER	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.079	839	SILVANA TEREZINHA DAL LAGO RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.080	660	SILVANIA OLIVEIRA PALADINI	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.081	444	SILVIA BATISTA VON BOROWSKI	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.082	230	SILVIA BORTOLIN	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.083	392	SILVIA FELTRIN CORREA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.084	282	SILVIA FERNANDES LANGER JUNKES	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.085	843	SILVIA MAIHARA TARTARI PEDROSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.086	100	SILVIA MELLER WATERKEMPER	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.087	401	SILVIO GONÇALVES JUNIOR	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.088	576	SILVIO ROBERTO MACARINI	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.089	804	SIMONARA JULIANA MENSCH	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.090	471	SIMONE CRISEL DEL MORO	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.091	305	SIMONE GARCIA CONCEIÇÃO DE SÁ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.092	66	SIMONE ISIDORO INACIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO

1.093	394	SIMONE MARINS DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 03 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.094	613	SINARA FRANCIELLY EDUARDO	FONOAUDIOLOGO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.095	1176	SINARA UGGIONI MADEIRA	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.096	1118	SINDI DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.097	70	SIRLEI FERNANDES SILVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.098	164	SOLANGELA BORDIGNON MEZZARI	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.099	827	SOLANGES FERRARI LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.100	112	SOLIANI MILAK EYNG	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.101	509	SONIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.102	1011	SONIA REGINA ALAMINI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.103	774	SONIA REGINA DA SILVA ROQUE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.104	308	SONIA REGINA DE SA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.105	443	SORAIA BERTI BRIGIDO	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.106	937	SORAIA MARCOMIN RABELO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.107	769	SUELEN DA CONCEIÇÃO GOMES	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.108	933	SUELEN DE SOUZA FERNANDES	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.109	936	SUELEN GOULART MULLER	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.110	747	SUSAN CARLA RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.111	456	SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.112	667	SUZANA BORGES	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.113	563	SUZANA BORGES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.114	837	SUZANA DA SILVA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.115	782	SUZANA DE OLIVEIRA GONCALVES	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.116	1204	SUZANA PIROLA VASSOLER CAVALER	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.117	515	SUZANA ROSSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.118	364	TACIANI PERITTO BATISTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.119	895	TAIS AGDA DA ROSA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.120	731	TAISE ROCHA MACEDO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.121	803	TAMARA DIAS VITÓRIO MARTINHO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.122	779	TAMILIS BORGES	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.123	322	TAMIRES DOS SANTOS TEIXEIRA	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.124	1142	TAMIRES ZAPELINI DALPONTE	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.125	1168	TARCISIO DE SOUZA DA SILVA	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.126	451	TATIANA AMBONI	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.127	270	TATIANA DUMINELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.128	441	TATIANA LOURENCO FELIPE SILVANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.129	674	TATIANE ANGELICA LAURINDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.130	1122	TATIANE ARAUJO MATIAS CECHINEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.131	358	TATIANE CAMILO DA CUNHA	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.132	404	TATIANE CAMILO GONCALVES FIRMINO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.133	1197	TATIANE CANDIDO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.134	1045	TATIANE DA CRUZ PEDRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.135	639	TATIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.136	702	TATIANE GOMES NAZARIO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.137	756	TATIANE GONÇALVES	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.138	434	TATIANE GRIGIO AMERICO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.139	1033	TATIANI MASIERO ONOFRE FERNANDES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.140	339	TAYRINI VITALI FELISBERTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.141	658	TAYSE URBANO DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.142	446	TECLA COLONETTI RIBEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.143	943	TERESINHA CIPRIANO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.144	905	TEREZA GREGORIO	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.145	159	TEREZA IGNACIA VITORINO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.146	867	TEREZINHA GOMES DE SOUZA	PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.147	148	TEREZINHA IVONE DIAS FIGUEREDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.148	269	TEREZINHA NEIDE CRISOLDA FREITAS DE MEDEIROS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.149	432	THAIS ALVES MARTINS	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.150	754	THAISE DE OLIVEIRA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.151	586	THAYS WIGGERS	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO





1.152	678	THAYSE LIESCHESKI CARDOSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.153	1034	THIAGO MICHELS	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.154	141	TIAGO ESTANO DAL PONT	ENGENHEIRO CIVIL	S	SALA 16 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.155	9	TIAGO HEERDT PREMOLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.156	132	TIAGO MADALENA DA SILVA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.157	511	TIAGO MINATTO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.158	18	TICIANE FENALI DIAS DUARTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 07 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.159	310	VALDENIR DONDOSSOLA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.160	829	VALDETE GONCALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.161	85	VALDIR FIGUEREDO	VIGIA	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.162	1075	VALDIRENE DOS SANTOS DE CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.163	1191	VALERIA DANIEL WESSLER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.164	182	VALERIA DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.165	571	VALERIA PICCOLO DE OLIVEIRA	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.166	501	VALERIA VIVIANE MEDEIROS	PROFESSOR DE ARTES	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO
1.167	1159	VALMIR GOMES	TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.168	83	VALMIR NICOLETTI DE COSTA	MOTORISTA	F	SALA 10 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.169	273	VALMIRIA VASSOLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.170	63	VANDA ELIAS PASINI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.171	344	VANDERLEI CELESTINO ALAMINI	FISCAL DE TRIBUTOS	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.172	1078	VANDERLEI DE JESUS SERAFIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.173	275	VANDERLEIA ANA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ	F	SALA 05 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.174	114	VANDERLEIA IZE MARANGONI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.175	396	VANDERLI SAVI FLORENCIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.176	1	VANESSA BACK	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.177	652	VANESSA BAZILIO RAPHAEL	AUXILIAR DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.178	759	VANESSA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.179	272	VANESSA DA SILVA COSTA	TECNICO EM HIGIENE DENTAL	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.180	1093	VANESSA DE OLIVEIRA FIRMINO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.181	419	VANESSA FARIAS DA SILVA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.182	350	VANESSA LOCH CARDOSO	TELEFONISTA	F	SALA 09 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.183	614	VANESSA MANOEL DA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	M	SALA 12 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.184	556	VANESSA MARTINELLO FRITZEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.185	462	VANESSA ROCHA DA COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.186	1031	VANESSA RUTE FRAGA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.187	1180	VANUSA SILVA DA CUNHA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.188	1193	VANUZA MARTINS DA SILVA RAMOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.189	1094	VELANIA DE SOUZA LODETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.190	167	VERA MARIA DA ROSA BINATTI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.191	488	VICENTE ZANINI BONAZZA	MEDICO PEDIATRA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.192	1056	VICTOR NASCIMENTO GUIDI	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.193	21	VINICIUS NUERNBERG BORGES	MEDICO VETERINARIO	S	SALA 19 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.194	750	VIVIAN FERNANDES AVILA	PSICOLOGO	S	SALA 29 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.195	1192	VIVIANE CARDOSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.196	57	VIVIANE FRANCISCO VALENTIM	FARMACEUTICO	S	SALA 17 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.197	906	VIVIANE MAFIOLETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	S	SALA 26 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.198	726	VIVIANE MILIOLI	FISIOTERAPEUTA	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.199	1113	WAGNER FONSECA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	F	SALA 04 - BLOCO XXI-A - 1º PISO
1.200	992	WILLIAM ETCHANDY LIMA	MEDICO DO TRABALHO	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.201	326	WILLIAM JOUBERT DOS SANTOS	MÉDICO DO PSF	S	SALA 18 - BLOCO XXI-B - 1º PISO
1.202	160	WILLIAN ACORDI CARDOSO	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.203	773	WILLIAN WARMLING BEZ	FISCAL SANITARIO AUXILIAR	M	SALA 15 - BLOCO XXI-A - 3º PISO
1.204	800	ZENIR DALPONTE WARMLING	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	S	SALA 27 - BLOCO XXI-B - 3º PISO
1.205	1165	ZOLEIDE DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E ME-RENDEIRA	F	SALA 08 - BLOCO XXI-A - 2º PISO
1.206	998	ZURENE REGINA NUERNBERG	NUTRICIONISTA	S	SALA 21 - BLOCO XXI-B - 2º PISO

# Garopaba

## Prefeitura Municipal

### Lei Municipal N° 1.363/2009

LEI N.º 1.363, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 132.700,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.700,00 (cento e trinta e dois mil e setecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	39.700,00
12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	39.700,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	3.200,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	36.500,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	15.000,00
2884500.061 - Contribuição ao PASEP	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	78.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	68.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 132.700,00 (cento e trinta e dois mil e setecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	49.700,00
12361281.012 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	35.500,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	35.500,00
10306282.017 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12365281.016 - Const., Amp. de Escolas para o Ensino Infantil	1.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361282.020 - Manutenção do Supletivo	3.200,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.900,00
08.01 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	18.900,00
27812302.026 - Func. e Manut. da Secretaria de Esporte	18.900,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	18.900,00
10.01 - SECRET. DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	3.100,00
15451311.032 - Construção do Cemitério Municipal	2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
15451311.036 - Construção do Centro Administrativo Municipal	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00

12.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
08244251.048 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	22.000,00
2884300.059 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	14.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
2884500.060 - Contribuição à GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M.	8.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	8.000,00
16.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL	21.000,00
13392292.066 - Func. e Manut. da Fundação Cultural	21.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	17.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	17.000,00
10301251.044 - Const., Ref. e Aparelhamento de Postos de Saúde	17.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	17.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Novembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

### Lei Municipal N° 1.364/2009

LEI N.º 1.364, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	40.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	40.000,00
013112.001 - Funcionamento e Manut. da Câmara Municipal	40.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Garopaba, 27 de Novembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009, de acordo com a Lei Municipal n°. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

### Decreto N° 134/2009

DECRETO N.º 134, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 132.700,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.363, de 27 de novembro de 2009 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 132.700,00 (cento e trinta e dois mil e setecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	39.700,00
12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	39.700,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	3.200,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	36.500,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	15.000,00
2884500.061 - Contribuição ao PASEP	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	78.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	68.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 132.700,00 (cento e trinta e dois mil e setecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	49.700,00
12361281.012 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	35.500,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	35.500,00
10306282.017 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12365281.016 - Const., Amp. de Escolas para o Ensino Infantil	1.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361282.020 - Manutenção do Supletivo	3.200,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	300,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.900,00
08.01 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	18.900,00
27812302.026 - Func. e Manut. da Secretaria de Esporte	18.900,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	18.900,00
10.01 - SECRET. DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	3.100,00
15451311.032 - Construção do Cemitério Municipal	2.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
15451311.036 - Construção do Centro Administrativo Municipal	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00
12.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
08244251.048 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	22.000,00
2884300.059 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	14.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
2884500.060 - Contribuição à GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M.	8.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	8.000,00
16.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL	21.000,00
13392292.066 - Func. e Manut. da Fundação Cultural	21.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	17.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	17.000,00
10301251.044 - Const., Ref. e Aparelhamento de Postos de Saúde	17.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	17.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Novembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

### Decreto N° 135/2009

DECRETO N.º 135, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.364, de 27 de novembro de 2009 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	40.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL	40.000,00
013112.001 - Funcionamento e Manut. da Câmara Municipal	40.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00



Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Novembro de 2009.  
ILDO DA SILVA LOBO FILHO  
Prefeito Municipal em Exercício

### Decreto N° 136/2009

DECRETO N.º 136, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 78.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.274 de 04/12/2008 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.000,00
0412262.003 – Func. e Manut. do Gabinete do Vice-Prefeito	2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.000,00
0412292.005 - Func. e Manut. da Sec. de Adm e Planejamento	6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	9.000,00
20606482.011 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca	9.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	29.500,00
12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	16.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
12365282.023 - Manutenção do Ensino Infantil	6.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	2.800,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	3.200,00
12367282.024 - Manutenção da Educação Especial	7.500,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.500,00
12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000,00
08244252.049 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social	12.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
10301252.045 - Func. e Manut. do Setor Saúde	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de

R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente.

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.000,00
0412262.003 – Func. e Manut. do Gabinete do Vice-Prefeito	2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.000,00
0412292.005 - Func. e Manut. da Sec. de Adm e Planejamento	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	9.000,00
20606482.011 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca	9.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transferências a Inst. Priv. sem fins Lucrativos	7.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	29.500,00
12361282.018 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	16.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
12365282.023 - Manutenção do Ensino Infantil	6.000,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
12367282.024 - Manutenção da Educação Especial	7.500,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.500,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.000,00
08244252.049 - Func. e Manut. Do Fundo da Assistência Social	12.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
10301252.045 - Func. e Manut. Do Setor Saúde	20.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Novembro de 2009.  
ILDO DA SILVA LOBO FILHO  
Prefeito Municipal em Exercício





## Garuva

### Prefeitura Municipal

#### Aviso de Licitação 020/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n°. 020/2009

Modalidade : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
Tipo de julgamento: Menor valor global, conforme Lei 8666/93.  
Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: 16/12/2009 as 09:00 horas.  
Abertura dos Envelopes: 16/12/2009 as 09:00 horas.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço/horário: Avenida Celso Ramos, n°1614, de Segunda à Sexta-feira, das 07:45 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:15 horas, pelo fone (47) 3445-8200.

Garuva, 30 de novembro de 2009.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### Prefeitura Municipal

#### Aviso de Aditivo ao Pregão Presencial n° 150/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL N° 150/2009

A Prefeitura Municipal de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto a aquisição de veículos automotores novos, que por não haver mais interesse público na aquisição do veículo descrito no item 5 (cinco) do ANEXO IV - Proposta de Preços, o mesmo fica EXCLUÍDO do presente certame. Ficam mantidos a data, o local e os horários para entrega e abertura dos envelopes anteriormente divulgados.

Gaspar (SC), em 27 de Novembro de 2009.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### SAMAE

#### Extrato Dispensa de Licitação n° 63/2009 - SAMAE

E X T R A T O  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO: 63/2009

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos para manutenção das atividades da Autarquia.  
CONTRATADO: LOJAS COLOMBO S/A COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS (89.848.543/0001-77).  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.338,00 (um mil, trezentos e trinta e oito reais).  
DATA VIGÊNCIA: 23/11/2009.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2009.  
BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei n°. 8.666/93.

Gaspar(SC), em 23 de novembro de 2009.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

#### Extrato Dispensa de Licitação n° 64/2009 - SAMAE

E X T R A T O  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO: 64/2009  
OBJETO: Aquisição de camisetas para o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, realizado no Município de Gaspar pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.  
CONTRATADO: VERDE VIVER MODA INFANTIL LTDA. ME (07.062.682/0001-06).  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).  
DATA VIGÊNCIA: 23/11/2009.  
DATA VENCIMENTO: 31/12/2009.  
BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei n°. 8.666/93 e na Lei Municipal n°. 2.264/02.

Gaspar(SC), em 24 de novembro de 2009.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

### Câmara de Vereadores

#### Convite

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente:

- Projeto de Lei n°. 83/2009, que "Dispõe sobre a regularização de obras no Município de Gaspar" e
- Projeto de Lei n°. 85/2009, que "Altera Anexos da Lei n°. 2.803, de 10 de outubro de 2006, que Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar e dá outras providências".

DATA: 02/12/2009.

HORÁRIO: 16h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.  
Avenida das Comunidades, n°. 133, Centro.  
Prédio do GASCIC.

## Herval D'Oeste

### Prefeitura Municipal

#### Ata de Registro de Preços N° 0009/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0113/2009  
PREGÃO NO 0042/2009  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0009/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito, torna público que resolve registrar os preços para o eventual fornecimento de equipamentos de proteção individual, proteção respiratória e capacetes para combater a incêndio destinados para atuação do Corpo de Bombeiros nos atendimentos emergenciais, da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de SC sediado em Herval d'Oeste a ser fornecidos pelas empresas abaixo referidas, conforme descrito no quadro abaixo,

em decorrência do processo licitatório nº 0113/2009, modalidade Pregão - Sistema de Registro de Preços:

01. S.O.S. SUL RESGATE- COM. E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA fornecerá conjunto de EPI (calça e blusão) e capacetes para combate a incêndio pelo valor total de R\$ 45.720,00 (quarenta e cinco mil setecentos e vinte reais):

02. DRÄGER SAFETY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA fornecerá Conjunto de EPR (equipamento de proteção respiratória) pelo valor total de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais):

Os materiais a serem fornecidos pelas empresas deverão obedecer às especificações técnicas previstas no Edital que deu origem a esta ata.

Herval d'Oeste, em 25 de novembro de 2009  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

## Câmara de Vereadores

### Moção de Aplauso nº 006/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE - SC

Os Vereadores que esta subscreve, com fundamento no artigo 169, caput, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja expedido MOÇÃO DE APLAUSO ao piloto de automobilismo ALEXANDRE SIMIONI, nos seguintes termos:  
MOÇÃO DE APLAUSO Nº 006/2009

Apresentamos à Mesa Diretora desta Egrégia Casa Legislativa, ouvido o Plenário e dispensadas as demais formalidades regimentais, MOÇÃO DE APLAUSO, dirigida ao Piloto de automobilismo ALEXANDRE SIMIONI, que se sagrou Campeão Estadual em 2009 na categoria Marcas – N, no Campeonato Catarinense de Automobilismo, em pistas de terra.

ALEXANDRE SIMIONI é piloto de automobilismo pela equipe GT1 – Motor Sports, representando os municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste, correndo na categoria Marcas - N.

O Campeonato Catarinense contou com a participação de 33 pilotos durante a temporada. Foram realizadas corridas em pistas de terra nas cidades de Joaçaba, São Bento do Sul, Lontres e Chapecó.

Nosso brilhante piloto obteve as seguintes colocações: 4 vitórias, dois 2º lugares, um 3º lugar, dois 4º lugares e um 6º lugar. Com este desempenho sagrou-se Campeão do certame em 2009, sendo este resultado obtido através do trabalho efetuado pela equipe e a destacada performance do piloto. Sendo assim, tal desportista merece nosso maior destaque, pois pratica este esporte com empenho, dedicação e garra, e a obtenção do título de campeão representa o coroamento de seus esforços e reconhecimento de sua extrema dedicação a esta modalidade esportiva.

Herval d'Oeste, 24 de novembro de 2009.

ADELAR JOSÉ PROVENCI  
Vereador – PSDB

ARI PARISENTI  
Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA  
Vereador – PSB

JONER MIGUELÃO  
Vereador - PMDB

GESSI APARECIDA CAMARA  
Vereadora - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART  
Vereador – PP

LUIZ ANTONIO FIDELIS  
Vereador - PMDB

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Vereador - PMDB

OLACIR CAVALLI  
Vereador - PSDB

### Moção de Aplauso nº 007/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE - SC

Os Vereadores que esta subscrevem, com fundamento no artigo 169, caput, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja expedido MOÇÃO DE APLAUSO à RÁDIO CATARINENSE, nos seguintes termos:

MOÇÃO DE APLAUSO Nº 007/2009

Apresentamos à Mesa Diretora desta Egrégia Casa Legislativa, ouvido o Plenário e dispensadas as demais formalidades regimentais, MOÇÃO DE APLAUSO, dirigida à RÁDIO CATARINENSE, que se sagrou Campeã do Prêmio Imprensa Embratel de Jornalismo. A RÁDIO CATARINENSE, com sua sede localizada na cidade coirmã de Joaçaba, foi fundada em 1945, integrante da Rede Catarinense de Rádio, é uma das rádios mais modernas do país. A tecnologia de ponta, padronização do sistema operacional, qualificação dos serviços nas áreas artística, comercial e técnica fazem com que a Rádio Catarinense mantenha uma liderança absoluta de audiência e excelente conceito em todas as comunidades onde chega.

Com uma localização geográfica privilegiada, transmite para importantes regiões, alcançando aproximadamente 550 mil habitantes das regiões do meio oeste catarinense e norte do Rio Grande do Sul. Possui 12 quilowatts de potência em suas antenas, atendendo um universo de ouvintes em AM na frequência de 1.270 kHz e via internet, ao vivo.

Participou neste ano da 11ª Edição do Prêmio Imprensa Embratel de Jornalismo. Dos 1.219 trabalhos inscritos em todo o país, dos quais 956 trabalhos nacionais e 263 Regionais que concorreram a 18 premiações, classificando dois trabalhos entre as três finalistas: "OBESIDADE INFANTIL: UMA EPIDÊMIA CONTEMPORÂNEA" e a matéria que ganhou o prêmio: "PERIGO NA TELA: O VÍCIO DO NOVO SÉCULO".

Esta matéria é de autoria e produzida por Marcelo Santos, com a participação de Giane Patrícia, Nilton Silva e Kleiton Silva e foi apontada como a melhor matéria do Rádio Jornalismo Brasileiro em 2009.

A conquista representa um momento histórico para a emissora e funcionários, pois foi apresentado um trabalho de qualidade, voltado ao compromisso com a comunidade e dentro da ética profissional.

Além da grande importância para a emissora, destacamos o reconhecimento do trabalho efetuado no interior do país, pois nesta disputa superou a Rádio CBN de São Paulo, e pode-se afirmar seguramente que se faz um jornalismo de ponta, sendo que os ouvintes estão recebendo um trabalho de qualidade, com uma reportagem mais apurada e dentro dos critérios que a profissão de jornalista que se exige. Destacamos também que nos últimos 10 anos, o talento dos profissionais da Rádio Catarinense tem sido reconhecido em diversas premiações no estado e no Brasil, como: Microfone de Ouro da Acaert, Prêmio Unimed de Jornalismo, Prêmio Fiesc de Jornalismo, GP Airton Senna de Jornalismo, entre outros.

Herval d'Oeste, 25 de novembro de 2009.

ADELAR JOSÉ PROVENCI  
Vereador – PSDB

ARI PARISENTI  
Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA  
Vereador – PSB

JONER MIGUELÃO  
Vereador - PMDB

GESSI APARECIDA CAMARA  
Vereadora - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART  
Vereador – PP

LUIZ ANTONIO FIDELIS  
Vereador - PMDB

MAURO SÉRGIO MARTINI  
Vereador - PMDB

OLACIR CAVALLI  
Vereador - PSDB

## Imbituba

### Prefeitura Municipal

#### Extrato de Publicação Pregão 14/2009 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDESTH  
PROCESSO N° 19/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação comunica que realizará às 14:00 horas do dia 14 de dezembro de 2009, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de material de consumo para manutenção dos grupos de idosos e mulheres. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 27 de novembro de 2009.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Pregoeiro Oficial

#### Extrato de Publicação Pregão 15/2009 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDESTH  
PROCESSO N° 20/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação comunica que realizará às 16:00 horas do dia 14 de dezembro de 2009, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de material de limpeza para manutenção dos grupos de idosos e mulheres. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 27 de novembro de 2009.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Pregoeiro Oficial

#### Extrato de Publicação Pregão 21/2009 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDESTH  
PROCESSO N° 21/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação comunica que realizará às 17:00 horas do dia 14 de dezembro de 2009, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de computadores com impressora e suprimentos de informática. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 27 de novembro de 2009.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Pregoeiro Oficial

## José Boiteux

### Prefeitura Municipal

#### Ata de RG PREÇO 010/2009 - PMJB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BOITEUX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2009

Número do Registro de Preços: 10/2009		Data do Registro: 30/11/2009		Válido até: 30/11/2010		
<b>Objeto da Compra:</b> Referente ao registro de preço para o fornecimento de 120.000 (cento e vinte mil) litros de óleo diesel para o consumo da frota municipal do Município de José Boiteux.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Óleo Diesel (02-01-0002)	LT	SAFRA DIESEL LTDA (1375) RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (1243)	PETOBRA S DIST. S/A PETOBRA S	1,8300 1,8400	1 2

JOSE BOITEUX, 30 de Novembro de 2009.

-----  
Dilson da Silva  
Diretor de Compras

-----  
José Luiz Lopes - Prefeito Municipal



# Massaranduba

## Prefeitura Municipal

### Lei N° 1139/2009

LEI N°. 1139 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.4000.2004 – Manutenção da Assessoria de Planejamento  
0201 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0201 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 120.000,00

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMÔNIO  
0301.028.846.2222.9062 – Contribuição ao PASEP  
0301 – 33904700 – Contribuição ao PASEP  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 5.000,00

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.015.451.1500.1037 – Pavimentação de Vias Urbanas  
0501 – 44905100 – Obras e Instalações  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 30.000,00

0700 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO  
0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES  
0701.027.812.2700.2056 – Apoio ao Esporte Amador  
0701 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
0701 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 20.000,00  
0701 – 44905100 – Obras e Instalações  
0701 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.4000.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
0201 – 45909300 – Indenizações e Restituições  
0201 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 5.000,00

0400 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS  
0401 – SERVIÇO DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA E TRIBUTAÇÃO  
0401.004.123.4200.2009 – Manutenção dos Serviços do Tesouro  
0401 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 2.000,00  
0401 – 33903000 – Material de Consumo  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 4.000,00  
0401 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 3.000,00

0401.028.843.2222.9060 - Amortização da Dívida Pública  
0401 – 46907100 – Principal da Dívida Contratada  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 15.000,00

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.015.452.1510.2040 – Conservação de Vias Urbanas  
0501 – 33903000 – Material de Consumo  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 12.000,00  
0501 – 45906100 – Aquisição de Imóveis  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 140.000,00

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.306.1200.2022 – Fornecimento de Merenda Escolar  
0601 – 33903000 – Material de Consumo  
0601 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 14.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal de massaranduba, em 27 de novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Admin. E Finanças

### Decreto N° 1867/2009

DECRETO N°. 1867 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições de de acordo com a Lei n°. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.850,00 (Hum mil oitocentos e cinquenta reais) conforme dotação e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.304.1001.2073 – Manutenção das Ações de Saúde/ Vigilância Sanitária  
0901 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
0901 – 11415 – Vigilância Sanitária ..... R\$ 1.850,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício no valor de R\$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais) e da anulação no valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.304.1001.2073 – Manutenção das Ações de Saúde/ Vigilância Sanitária  
0901 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0901 – 11415 – Vigilância Sanitária ..... R\$ 450,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 19 de novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Decreto N° 1868/2009

DECRETO N°. 1868 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n°. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:





0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.305.1001.2074 – Manutenção das Ações de Saúde/ Epidemiologia  
0901 – 33903900 – Outros Serviços e Encargos – Pessoa Jurídica  
0901 – 11416 – Vigilância e Controle de Doenças- ECD..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.305.1001.2074 – Manutenção das Ações de Saúde/ Epidemiologia  
0901 – 44905200 – Equipamentos e Material Permanente  
0901 – 11416 – Vigilância e Controle de Doenças- ECD..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 20 de Novembro de 2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### **Decreto N° 1869/2009**

DECRETO N°. 1869 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n°. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMÔNIO  
0301.004.122.4100.2006 – Administração de Recursos Humanos  
0301 – 33903600 – Outros Serviços e Encargos – Pessoa Física  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 2.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMÔNIO  
0301.004.122.4100.2006 – Administração de Recursos Humanos  
0301 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 1.500,00  
0301 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 25 de Novembro de 2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### **Decreto N° 1870/2009**

DECRETO N°. 1870 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n°. 1061 de 16 de Dezembro

de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.305.1001.2074 – Manutenção das Ações de Saúde/ Epidemiologia  
0901 – 33903200 – Material de Distribuição Gratuita  
0901 – 11416 – Vigilância e Controle de Doenças- ECD..... R\$ 1.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.305.1001.2074 – Manutenção das Ações de Saúde/ Epidemiologia  
0901 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
0901 – 11416 – Vigilância e Controle de Doenças- ECD..... R\$ 1.500,00

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 25 de Novembro de 2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### **Contrato N° 24/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°. 24/1

PROCESSO: Carta Convite N°. 20/2009

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: ROLF HILBERT ME

OBJETO: 1º. Termo aditivo ref. M.D.O. mecânica (160 hs) e serviços de solda (34 hs) para suprir as necessidades da Frota dos Serviços Rodoviários do Município de Massaranduba

VALOR: R\$ 6.620,00 (Seis mil, seiscentos e vinte reais)

DATA DA VIGÊNCIA: 13/11/2009 a 31/12/2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

#### **Contrato N° 67/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°. 67/1

PROCESSO: Convite n°. 67/2009

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA ME

OBJETO: 1º Termo aditivo ref. obra de reforma da EBM Ministro Pedro Aleixo

VALOR: R\$ 6.833,25 (Seis mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 17/11/2009 a 08/12/2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Meleiro

### Prefeitura Municipal

#### Portaria N° 277/2009

PORTARIA n° 277/2009

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 3% (TRÊS POR CENTO) REFERENTE A TRIÊNIO A SERVIDORA PÚBLICA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

#### CONCEDER

Artigo 1.º A servidora pública municipal relacionado no Anexo Único, o adicional de 3% (três por cento) referente ao triênio previsto nos artigos 75 e 76 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos a partir de 01/11/2009.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### ANEXO ÚNICO

Matrícula	Nome Do(A) Servidor(A)	Adicional Total
575	ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO	6%

Meleiro, 27 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### Portaria N° 278/2009

PORTARIA N.º 278/2009

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 3% (TRÊS POR CENTO) REFERENTE A TRIÊNIO A SERVIDORAS PÚBLICA DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

#### CONCEDER

Artigo 1.º A servidoras pública municipal do magistério relacionados no Anexo Único, o adicional de 3% (três por cento) referente ao triênio previsto nos artigos 75 e 76 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos a partir de 01/11/2009.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal de Meleiro

Registrada e publicada na data supra.

#### ANEXO ÚNICO

Matrícula	Nome do(a) Servidor(a)	Adicional Total
287	ELIANE ALEXANDRE C. PIROLA	15%
286	JANE ZANETTE FERNANDES	15%

Meleiro, 27 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal de Meleiro

Registrada e publicada na data supra.

## Paulo Lopes

### Prefeitura Municipal

#### Decreto N° 48/2009

DECRETO N°48/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000,00 ( mil reais) de acordo com as dotações abaixo relacionadas:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....R\$ 2.000,00

04.122.0009.2.004 – Manutenção da Sec. de Administração .. R\$ 1.000,00

3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 610,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 150,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas..... R\$ 240,00

Art. 2º - Para atender o disposto no art. 1º , fica anulado o valor de R\$ 1.000,00 de acordo com as seguinte dotação:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ..... R\$ 2.000 00

04.122.0009.2.004 – Manutenção da Sec. de Administração ....R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 27 de novembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de novembro de 2009.



**Edital - Audiência Pública 002/2009****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2009**

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – convida a população para realização da Audiência Pública, integrante do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Paulo Lopes e Execução de Planejamento Macro da Faixa Lindeira da BR 101, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2009**

Data: 11/12/2009. às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Sagrado Coração de Jesus, Centro, Paulo Lopes – SC.

Paulo Lopes, 26 de novembro de 2009.

ZENON BERTO BORGES

Coordenador da Equipe Técnica

Informações: Contato com Zenon Berto Borges

Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

Endereço: Rua Santa Catarina, 196, Centro, Paulo Lopes – SC

Tel: (48) 3253-0161

E-mail: prefeitura@paulolopes.sc.gov.br

## Porto Belo

### Prefeitura Municipal

#### Anexo I - Balanço Orçamentário

Município de PORTO BELO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>27.210.000,00</b>	<b>27.210.000,00</b>	<b>3.965.440,27</b>	<b>14,57</b>	<b>20.851.584,13</b>	<b>76,63</b>	<b>6.358.415,87</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.364.486,05</b>	<b>18.364.486,05</b>	<b>3.667.240,27</b>	<b>19,97</b>	<b>19.800.947,63</b>	<b>107,82</b>	<b>-1.436.461,58</b>
RECEITA TRIBUTARIA	4.454.987,25	4.454.987,25	746.904,87	16,77	5.838.249,17	131,05	-1.383.261,92
IMPOSTOS	3.360.000,00	3.360.000,00	662.167,69	19,71	4.925.530,22	146,59	-1.565.530,22
TAXAS	994.987,25	994.987,25	84.737,18	8,52	912.718,95	91,73	82.268,30
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.310.000,00	1.310.000,00	185.393,05	14,15	883.137,72	67,42	426.862,28
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	410.000,00	410.000,00	83.888,35	20,46	343.714,10	83,83	66.285,90
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	900.000,00	900.000,00	101.504,70	11,28	539.423,62	59,94	360.576,38
RECEITA PATRIMONIAL	135.064,23	135.064,23	122.529,35	90,72	678.840,98	502,61	-543.776,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	135.064,23	135.064,23	122.529,35	90,72	678.840,98	502,61	-543.776,75
RECEITA DE SERVIÇOS	340.000,00	340.000,00	52.637,44	15,48	296.564,75	87,22	43.435,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.146.834,57	11.146.834,57	2.424.753,38	21,75	11.410.998,70	102,37	-264.164,13
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.916.369,37	10.916.369,37	2.126.184,03	19,48	10.891.879,54	99,78	24.489,83
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	58.332,67	0,00	58.332,67	0,00	-58.332,67
Transf. de Conv.	230.465,20	230.465,20	240.236,68	104,24	450.786,49	195,60	-220.321,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	977.600,00	977.600,00	135.022,18	13,81	693.156,31	70,90	284.443,69
Multas e Juros de Mora	127.748,80	127.748,80	7.650,14	5,99	114.204,13	89,40	13.544,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	2.275,69	0,00	12.592,10	0,00	-12.592,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.851,20	849.851,20	125.684,21	14,79	559.093,90	65,79	290.757,30
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	-587,86	0,00	7.266,18	0,00	-7.266,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.845.513,95</b>	<b>8.845.513,95</b>	<b>298.200,00</b>	<b>3,37</b>	<b>1.050.636,50</b>	<b>11,88</b>	<b>7.794.877,45</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	-59.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	-59.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.545.513,95	7.545.513,95	298.200,00	3,95	991.636,50	13,14	6.553.877,45
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.545.513,95	7.545.513,95	298.200,00	3,95	991.636,50	13,14	6.553.877,45
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>690.000,00</b>	<b>690.000,00</b>	<b>101.656,26</b>	<b>14,73</b>	<b>473.278,45</b>	<b>68,59</b>	<b>216.721,55</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>690.000,00</b>	<b>690.000,00</b>	<b>101.656,26</b>	<b>14,73</b>	<b>473.278,45</b>	<b>68,59</b>	<b>216.721,55</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	690.000,00	690.000,00	101.656,26	14,73	473.278,45	68,59	216.721,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	690.000,00	690.000,00	101.656,26	14,73	473.278,45	68,59	216.721,55
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>4.067.096,53</b>	<b>14,58</b>	<b>21.324.862,58</b>	<b>76,43</b>	<b>6.575.137,42</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>4.067.096,53</b>	<b>14,58</b>	<b>21.324.862,58</b>	<b>76,43</b>	<b>6.575.137,42</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.900.000,00	27.900.000,00	4.067.096,53	14,58	21.324.862,58	76,43	6.575.137,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	9.374.263,05	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>27.210.000,00</b>	<b>14.691.787,23</b>	<b>41.901.787,23</b>	<b>4.648.423,94</b>	<b>22.129.113,03</b>	<b>3.656.757,24</b>	<b>18.776.583,71</b>	<b>44,81</b>	<b>23.125.203,52</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.303.529,40</b>	<b>3.854.312,38</b>	<b>19.157.841,78</b>	<b>2.199.117,85</b>	<b>16.862.835,99</b>	<b>2.777.120,97</b>	<b>15.839.151,80</b>	<b>82,68</b>	<b>3.318.689,98</b>
Pessoal e Encargos Sociais	569.000,00	0,00	569.000,00	89.364,88	449.438,66	89.606,68	449.438,66	78,99	119.561,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.675.957,00	865.263,21	9.541.220,21	1.640.148,09	8.195.202,67	1.640.148,09	8.195.202,67	85,89	1.346.017,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	371.000,00	70.000,00	441.000,00	70.000,00	441.000,00	49.154,88	330.975,03	75,05	110.024,97
Outras Despesas Correntes	44.000,00	8.509,00	52.509,00	3.779,29	41.031,63	6.495,83	33.158,27	63,15	19.350,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.643.572,40	2.910.540,17	8.554.112,57	395.825,59	7.736.163,03	991.715,49	6.830.377,17	79,85	1.723.735,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11.345.470,60</b>	<b>10.837.474,85</b>	<b>22.182.945,45</b>	<b>2.449.306,09</b>	<b>5.266.277,04</b>	<b>879.636,27</b>	<b>2.937.431,91</b>	<b>13,24</b>	<b>19.245.513,54</b>
Investimentos	10.000,00	-8.509,00	1.491,00	0,00	1.491,00	0,00	1.491,00	100,00	0,00
INVESTIMENTOS	10.819.470,60	9.560.283,85	20.379.754,45	2.519.306,09	4.718.786,04	783.289,26	2.431.419,95	11,93	17.948.334,50
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.255.700,00	1.255.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.255.700,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	516.000,00	30.000,00	546.000,00	-70.000,00	546.000,00	96.347,01	504.520,96	92,40	41.479,04
RESERVA LEGAL DO RPPS	475.000,00	0,00	475.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	86.000,00	0,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>690.000,00</b>	<b>-45.537,80</b>	<b>644.462,20</b>	<b>111.567,26</b>	<b>533.535,89</b>	<b>111.567,26</b>	<b>533.535,89</b>	<b>82,79</b>	<b>110.926,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	688.000,00	-45.537,80	642.462,20	111.567,26	533.535,89	111.567,26	533.535,89	83,05	108.926,31
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>14.646.249,43</b>	<b>42.546.249,43</b>	<b>4.759.991,20</b>	<b>22.662.648,92</b>	<b>3.768.324,50</b>	<b>19.310.119,60</b>	<b>45,39</b>	<b>23.236.129,83</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>14.646.249,43</b>	<b>42.546.249,43</b>	<b>4.759.991,20</b>	<b>22.662.648,92</b>	<b>3.768.324,50</b>	<b>19.310.119,60</b>	<b>45,39</b>	<b>23.236.129,83</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.014.742,98	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.900.000,00	14.646.249,43	42.546.249,43	4.759.991,20	22.662.648,92	3.768.324,50	21.324.862,58	45,39	23.236.129,83

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 382.839,58

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 27/11/2009

ALBERT STADLER  
Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA  
Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR  
Controle Interno - Mat.: 1079-01

GIOVANI MOSER - Contador  
CRC/SC 026780/O-1 Matrícula:368601







# Anexo XVI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PORTO BELO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.660.000,00	12.660.000,00	13.697.165,86	108,19
Impostos	3.360.000,00	3.360.000,00	4.929.433,23	146,71
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.350.000,00	2.350.000,00	3.214.165,56	136,77
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	550.000,00	550.000,00	831.629,49	151,21
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	400.000,00	400.000,00	784.916,68	196,23
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	60.000,00	60.000,00	98.721,50	164,54
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	810.000,00	810.000,00	565.989,42	69,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.000,00	10.000,00	30.695,94	306,96
Dívida Ativa dos Impostos	750.000,00	750.000,00	500.014,63	66,67
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	50.000,00	50.000,00	35.278,85	70,56
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.490.000,00	8.490.000,00	8.201.743,21	96,60
Da União	4.940.000,00	4.940.000,00	4.914.867,23	99,49
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.900.000,00	4.900.000,00	4.890.096,38	99,80
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	5.522,55	55,23
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	30.000,00	30.000,00	19.248,30	64,16
Do Estado	3.550.000,00	3.550.000,00	3.286.875,98	92,59
Cota-Parte do ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.591.698,04	86,39
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	50.000,00	50.000,00	21.170,21	42,34
Cota-Parte do IPVA	500.000,00	500.000,00	674.007,73	134,80
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16.938.000,00	16.938.000,00	9.267.519,52	54,71
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.698.000,00	-1.698.000,00	-1.639.822,80	96,57
<b>TOTAL</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>27.900.000,00</b>	<b>21.324.862,58</b>	<b>76,43</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.527.330,56	3.767.521,98	3.075.456,72	81,63
Pessoal e Encargos Sociais	2.759.852,80	2.756.367,80	2.310.841,04	83,84
Outras Despesas Correntes	767.477,76	1.011.154,18	764.615,68	75,62
DESPESAS DE CAPITAL	102.029,00	628.922,69	228.143,48	36,28
Investimentos	102.029,00	628.922,69	228.143,48	36,28
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>3.629.359,56</b>	<b>4.396.444,67</b>	<b>3.303.600,20</b>	<b>75,14</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.629.359,56	4.396.444,67	3.303.600,20	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.097.359,56	1.291.834,88	1.099.137,74	33,27
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.097.359,56	1.291.834,88	962.637,74	29,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	136.500,00	4,13
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>2.532.000,00</b>	<b>3.104.609,79</b>	<b>2.204.462,46</b>	<b>66,73</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00



**PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL  $\leq \frac{V - VI}{I}$** 

16,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.595.387,44	4.334.497,23	3.257.828,84	98,61
Vigilância Sanitária	9.875,88	9.875,88	7.519,30	0,23
Vigilância Epidemiológica	24.096,24	52.071,56	38.252,06	1,16
<b>TOTAL</b>	<b>3.629.359,56</b>	<b>4.396.444,67</b>	<b>3.303.600,20</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 27/11/2009

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA

Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR

Controle Interno - Mat.: 1079-01

GIOVANI MOSER - Contador

CRC/SC 026780/O-1 Matrícula:368601

**Anexo X - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.170.000,00	4.170.000,00	773.671,17	5.495.422,65	131,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.052.000,00	3.052.000,00	406.815,42	3.771.977,88	123,59
1.1.1- IPTU	2.350.000,00	2.350.000,00	298.878,33	3.214.165,56	136,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.000,00	7.000,00	2.023,59	28.627,40	408,96
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	650.000,00	650.000,00	105.022,13	494.450,22	76,07
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	45.000,00	45.000,00	891,37	34.734,70	77,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	551.000,00	551.000,00	198.777,10	831.946,66	150,99
1.2.1- ITBI	550.000,00	550.000,00	198.715,55	831.629,49	151,21
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	61,55	317,17	31,72
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	507.000,00	507.000,00	145.387,45	792.776,61	156,37
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	142.809,47	784.916,68	196,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	40,03	1.751,37	87,57
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	2.537,95	5.564,41	5,56
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	0,00	544,15	10,88
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	22.691,20	98.721,50	164,54
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	22.691,20	98.721,50	164,54
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.490.000,00	8.490.000,00	1.605.500,36	8.201.743,21	96,60
2.1- Cota-Parte FPM	4.900.000,00	4.900.000,00	881.153,49	4.890.096,38	99,80
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.900.000,00	4.900.000,00	881.153,49	4.890.096,38	99,80
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	604.064,98	2.591.698,04	86,39
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	2.138,70	19.248,30	64,16
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	0,00	21.170,21	42,34
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	4.109,16	5.522,55	55,23
2.6- Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	114.034,03	674.007,73	134,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.660.000,00</b>	<b>12.660.000,00</b>	<b>2.379.171,53</b>	<b>13.697.165,86</b>	<b>108,19</b>



RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	250.000,00	250.000,00	52.517,88	263.575,70	105,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	52.517,88	261.334,71	104,53
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	2.240,99	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	144.550,00	144.550,00	39.302,00	177.049,67	122,48
6.1- Transferências de Convênios	144.550,00	144.550,00	39.302,00	177.049,67	122,48
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	192.346,61	192.346,61	39.501,03	111.361,43	57,90
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	586.896,61	586.896,61	131.320,91	551.986,80	94,05

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.698.000,00	1.698.000,00	321.099,74	1.639.822,80	96,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	980.000,00	980.000,00	176.230,61	978.069,98	99,80
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	600.000,00	600.000,00	120.812,97	536.510,29	89,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	427,74	3.849,66	64,16
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	0,00	4.234,02	42,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	821,80	1.104,42	55,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	22.806,62	116.054,43	116,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	571.283,31	2.815.872,35	112,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	570.561,46	2.801.210,93	112,05
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	721,85	14.661,42	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	802.000,00	802.000,00	249.461,72	1.161.388,13	144,81

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &gt; 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &lt; 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.630.000,00	2.067.473,64	414.415,08	1.760.525,03	85,15
13.1- Com Educação Infantil	850.000,00	847.500,00	164.804,63	760.968,55	89,79
13.2- Com Ensino Fundamental	780.000,00	1.219.973,64	249.610,45	999.556,48	81,93
14- OUTRAS DESPESAS	870.000,00	1.019.504,76	144.644,54	837.807,38	82,18
14.1- Com Educação Infantil	140.000,00	222.500,00	28.416,34	193.008,45	86,75
14.2- Com Ensino Fundamental	730.000,00	797.004,76	116.228,20	644.798,93	80,90
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.500.000,00	3.086.978,40	559.059,62	2.598.332,41	84,17

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

VALOR

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	62,52

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 2	0,00

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.165.000,00	3.165.000,00	594.792,88	3.424.291,47	108,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.534.030,00	1.606.530,00	233.351,68	1.452.506,01	90,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	990.000,00	1.070.000,00	193.220,97	953.977,00	89,16
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	544.030,00	536.530,00	40.130,71	498.529,01	92,92
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.671.170,00	3.362.448,40	532.524,53	2.831.982,87	84,22
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.510.000,00	2.016.978,40	365.838,65	1.644.355,41	81,53
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.161.170,00	1.345.470,00	166.685,88	1.187.627,46	88,27
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.220.200,00	4.968.978,40	765.876,21	4.284.488,88	86,22

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

VALOR

30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	800.552,81
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	14.661,42
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	78.978,40
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>3</sup>	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,60
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	894.193,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	3.390.295,65
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	24,75



**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	250.000,00	289.878,37	39.973,37	270.018,57	93,15
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	162.569,81	257.016,81	9.773,18	201.464,73	78,39
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	412.569,81	546.895,18	49.746,55	471.483,30	86,21
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.632.769,81	5.515.873,58	815.622,76	4.755.972,18	86,22
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2009 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	11.007,09		0,60		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	133.268,58	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.801.210,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.351.914,65	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	14.661,42	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	597.226,28	0,00

PORTO BELO, 27/11/2009

ALBERT STADLER  
Prefeito MunicipalJOSÉ IRINEU SERPA  
Secretário da FazendaGILMARA MONTEIRO BALTAZAR  
Controle Interno - Mat.: 1079-01GIOVANI MOSER - Contador  
CRC/SC 026780/O-1 Matrícula:368601

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 78.978,40, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



# Porto União

## Prefeitura Municipal

### Processo Licitatório 140/2009 Revogação

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 140/2009

Convite 028/2009

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de novembro de 2009.

NILTON CÉSAR HOLOVATY

Prefeito Municipal em exercício

### Processo Licitatório 142/2009 Homologação

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 142/2009

Pregão Presencial 055/2009

Homologa-se o aludido processo licitatorio e adjudica a empresa Tod Papelaria e Moveis Ltda.

Porto União SC, 26 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### Processo Licitatório 138 2009 Homologação

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 138/2009

Convite 027/2009

Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal torna publica a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudica a empresa João Lorensini & Filho Ltda.

Porto União SC, 20 de novembro de 2009.

NILTON CÉSAR HOLOVATY

Prefeito Municipal em exercício

### Processo Licitatório 141/2009 Homologação

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 141/2009

Pregão presencial 054/2009

Termo de Homologação

Homologa-se o aludido processo licitatorio e adjudica-se a empresa Bitur Transportes Turísticos Ltda, DDS Promoções e Eventos Ltda, Margareth Lucy Bahr, Nayara Furlan, Rubiane Chagas.

Porto União SC, 23 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### Processo Licitatório 138/2009 Extrato de Contrato 252/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 252/2009

Partes: Município de Porto União e João Lorensini & Filho Ltda.

Objeto: Fornecimento de Produtos para Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Valor: R\$ 69.339,29 (sessenta e nove mil trezentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos).

Vigência: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal : cc 027/2009 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 20 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

João Lorensini & Filho Ltda

Contratada

### Processo Licitatório 134/2009 Extrato de Contrato 234/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 234/2009

Partes: Município de Porto União e Ispae Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos

Objeto: prestação de serviços de assistência e orientação técnica para realização de concurso publico

Base legal art 24 inciso II da lei 8.666/93

Valor total : R\$ 7.995,00 ( sete mil novecentos e noventa e cinco reais)

Vigência:120 dias

Porto União SC, 26 de outubro de 2009

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Ispae Inst. Sul Paranaense de Altos Estudos

Contratada

### Extrato de Contrato 253/2009 4º Termo Aditivo ao contrato 027/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 253/2009

Quarto Termo aditivo ao contrato de fornecimento 027/2009

Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguaçu Ltda

Clausula Primeira: O valor do litro de gasolina passa a 2,44 ( dois reais e quarenta e quatro centavos) e o litro de álcool a R\$ 1,80 ( hum real e oitenta centavos). As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 20 de novembro de 2009.

Reunidas SA

Contratada

NILTON CÉSAR HOLOVATY

Prefeito Municipal em exercício

### Processo Licitatório 137/2009 Extrato de Contrato 248/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 248/2009

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda

Objeto: Fornecimento de Produtos para Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Valor: R\$ 346,65 ( trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento



Base legal : tp 027/2009 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 12 de novembro de 2009.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

Mercado Koseira Ltda  
Contratada

### **Extrato de Contrato 254/2009 3º Termo Aditivo ao 003/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 254/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato de fornecimento 003/2009

Partes: Município de Porto União e Reunidas SA

Clausula Primeira: Adita-se ao aludido contrato superior 25% (vinte e cinco) por cento, sobre o valor total contratado. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 20 de novembro de 2009.  
Auto Posto Iguaçu Ltda  
Contratada

NILTON CÉSAR HOLOVATY  
Prefeito Municipal em exercício

### **Extrato de Contrato 251/2009 4º Termo Aditivo ao contrato 243/2007**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 251/2009

Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda

Quarto termo aditivo ao contrato 243/2007

Clausula Primeira: Do valor contratual

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 332,16 ( trezentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos) mensais referente a contratação dos serviços de recursos humanos, conforme proposta de preços parte integrante do processo Licitatorio 077/2007 Tomada de Preços 011/2007. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de novembro de 2009.  
NILTON CÉSAR HOLOVATY  
Prefeito Municipal em exercício

Betha Sistemas Ltda  
Contratada

### **Ata de Registro de Preços N° 005 2009**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N ° 005/2009

Ao 01 (primeiro) dias do mês de outubro do ano de 2009, autorizado junto ao Processo Licitatório 126/2009, Pregão presencial 051/2009, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n ° 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n ° 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA:.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Décio Pacheco & Cia Ltda - ME, CNPJ/MF n ° 76.986.702/0001-58, representado pelo senhor Décio Pacheco.

1.1 Descrição do Item:

Registro de Preços para prestação de serviços de horas máquinas trabalhadas conforme segue: Horas máquina trabalhadas

de retroescavadeira, equipamento com no máximo 10 anos de uso, para atender aproximadamente 1.100 (hum mil e cem) produtores rurais no município de Porto União, ao valor de R\$ 69,70 (sessenta e nove reais e setenta centavos/hora).

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 051/2009, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 051/2009.

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 2 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente – trimestralmente – pelos com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 – Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal n firmar para um o 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 051/2009.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão 051/2009, a com os termos aditados e a proposta detentora da Ata na qual o que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Décio Pacheco, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

DECIO PACHECO & CIA LTDA ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

# Rio do Sul

## Prefeitura Municipal

### Decreto nº 988/09

DECRETO N° 988, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009  
"NOMEIA CINTIA DAGNONI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares n.º 098 e 099, ambas de 24/04/2003, e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CINTIA DAGNONI, para a partir de 11/11/2009, exercer em comissão o cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

12 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Municipal de Administração

Vlrn

### Decreto nº 990/09

DECRETO N° 990, DE 12 DE NOVEMBRO 2009  
"CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 37, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal n° 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa n° 10, de 30 de junho de 2009, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Seplan N° 001, de 19 de agosto de 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica convocada a 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul, a se realizar no dia 19 de novembro de 2009, em Presidente Getúlio, na Sociedade Desportiva Camioneiros, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente.

Art.2º - A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul desenvolverá seus trabalhos a partir do lema " Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e sobre o tema "Avanços, Dificuldades e Desafios na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano".

Art.3º - A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul será presidida pelo Prefeito ou Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário Adjunto de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art.4º - O Prefeito ou Secretário Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente expedirá, mediante portaria, o regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art.5º - As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Rio do Sul correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art.6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

12 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Decreto nº 991/09

DECRETO N° 991, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 101/2009."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto n° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 101 de 29/10/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA, MAURI EISMANN-ME e PANIFICADORA COELHO NETO LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrn

### ANEXO AO DECRETO N° 991/2009

Pregão Presencial n° 101 de 29/10/2009

Objeto da Licitação: Aquisição de 06 (seis) itens de frutas, verduras e pães francês para atender alunos da rede municipal de ensino, setor merenda escolar – Sec. de Educação.

Preço: por item

Participantes: COMECIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA, MAURI EISMANN-ME, PANIFICADORA COELHO NETO LTDA-EPP e COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes MAURI EISMAN-ME nos itens 001,002; COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS RIOSUL LTDA nos itens 003,004,005 e PANIFICADORA COELHO NETO LTDA no item 006.

### Decreto nº 992/09

DECRETO N° 992, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR ÁREA DE TERRA."



O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º – Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Eduardo Aragão Silva, Sérgio Vassellai e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão procederem a avaliação da seguinte área de terra:

- uma área de terra com 1.205,30m<sup>2</sup>, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, bairro Progresso, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob nº 11826, pertencente a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com as seguintes confrontações: frente em 26,00m com o lado par da Rua Mafalda Lingner Porto; fundos em 26,00m com terras da Prefeitura Municipal; lado direito em 46,30m com terras da Prefeitura Municipal e lado esquerdo em 46,30m com a área remanescente da Prefeitura Municipal.

Art. 2º – A área descrita no art. 1º deste decreto será doada ao 7º Pelotão da Polícia Militar Ambiental.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 960/09.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

16 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

**Decreto nº 993/09**

DECRETO Nº 993, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2009."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 100 de 30/10/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

18 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

**ANEXO AO DECRETO Nº 993/2009**

Pregão Presencial nº 100 de 30/10/2009

Objeto da Licitação: Aquisição de 25 ton. de emulsão asfáltica RM 1C para aplicação em diversas ruas do município (tapa buraco) – Sec. de Obras.

Preço: global

Participantes: CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA.

**Decreto nº 994/09**

DECRETO Nº 994, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido do dia 05 de dezembro até o dia 23 de dezembro de 2009, o veículo Mercedes Benz/608, placa ABQ-5585, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 146, a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL para a realização do Natal Feliz em parceria com esta Prefeitura.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do veículo cedido por este Decreto, é de responsabilidade da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

18 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

**Decreto nº 995/09**

DECRETO Nº 995 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação proveniente de receitas próprias recebidas pela Fundação Cultural, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.201	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		



3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	36.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>46.000,00</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Decreto nº 998/09

DECRETO N° 998, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 105/2009-REGISTRO DE PREÇO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto n° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 105 de 05/11/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 998/2009

Pregão Presencial n° 105 de 05/11/2009-REGISTRO DE PREÇO

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 600.000 litros de óleo diesel comum para equipamentos das Secretarias de Agricultura, Educação e Obras.

Preço: global

Participantes: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA e SAFRA DIESEL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

### Decreto nº 999/09

DECRETO N° 999, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009.

"CONCEDE APOSENTADORIA AO Sr. ABEL ALVES DO ROSÁRIO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar n° 099 de 24/04/2003, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar n° 073 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do artigo 19º e seguintes do Decreto

n° 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional n° 47/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Senhor Abel Alves do Rosário, brasileiro, no cargo de casado, inscrito na ficha funcional n° 7315/01, residente na Rua Guilherme Laubstein n° 333, Bairro Sumaré, centro, na cidade de Rio do Sul, no cargo de Pintor de Construções, nível 30, faixa 33, com proventos integrais a partir de 01 de dezembro de 2009.

Parágrafo Único – A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

### Decreto nº 1000/09

DECRETO N° 1000, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009

"HOMOLOGA O REGIMENTO DO CONSELHO DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – CODIM".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal n° 4.888, de 03 de julho de 2009,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho de Dirigentes Municipais de Educação – CODIM, criado pela Lei n° 4.888, de 03 de julho de 2.009 como de caráter consultivo com a finalidade de orientar, consensuar, propor, discutir, promover e articular sobre assuntos vinculados à educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art.2º - O CODIM será composto por representantes titulares e suplentes das seguintes áreas:

- Secretário Municipal de Educação como membro nato;
- 01(hum) representante de cada Centro Educacional e Centro de Educação Infantil;
- 01(hum) representante do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
- 01 (hum) representante do Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Os representantes titulares dos Centros Educacionais e Centros de Educação Infantil serão obrigatoriamente os Diretores;

§ 2º Os representantes suplentes serão indicados pelos Diretores das Unidades Educacionais, podendo ser a qualquer tempo substituído a pedido ou mediante solicitação daquele que o indicou;



§ 3º Os representantes titulares e suplentes dos Departamentos Pedagógico e Administrativo da Secretaria Municipal de Educação serão indicados pelo secretário da pasta;

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS

Art.3º - As competências do CODIM são as seguintes:

I – Discutir, fomentar, planejar, avaliar, fiscalizar, monitorar e acompanhar o desenvolvimento e a execução das atividades relacionadas a política educacional do município;

II – Propor para a comunidade educacional, medidas de acompanhamento, controle e avaliação do planejamento educacional, aperfeiçoando e reorganizando ações e serviços;

III – Solicitar a Secretaria Municipal de Educação informações de caráter técnico- administrativo, econômico-financeiro, operacional e pedagógico a fim de obter subsídios para o estudo, análise, acompanhamento e proposição das políticas públicas;

IV – Elaborar o seu Regimento Interno do Conselho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e encaminhar ao chefe do Poder executivo para a homologação mediante Decreto;

V – Promover debates, fóruns de discussão, seminários e congressos dos assuntos discutidos no CODIM, no intuito de socializar com os demais educadores, servidores, família, comunidade em geral e entidades parceiras;

VI – Editar Resoluções sobre as matérias deliberadas no Conselho, as quais deverão ser encaminhadas e apreciadas pelo Conselho Municipal de Educação;

VII – Formar comissões temáticas com vistas a estudos de assuntos pedagógicos, administrativos, financeiros e de gestão de pessoas com vistas a implantação de políticas que atendam às reais necessidades da comunidade educacional, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.

### CAPÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO

Art.4º- O Conselho dos Dirigentes Municipais de Educação - CODIM tem a seguinte estrutura:

I – Presidente

II- Vice- Presidente

III – Comissões Temáticas

IV – Secretária Executiva

§ 1º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Secretário Municipal de Educação e nos seus impedimentos pelo Vice-Presidente.

§ 2º O Vice- Presidente será indicado pelo titular da Pasta da Educação, escolhido entre os membros integrantes do CODIM.

### CAPÍTULO V

#### DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E TRANSITÓRIAS

Art.5º- Ficam instituídas no âmbito do CODIM, 03 (três) Comissões Temáticas, a seguir identificadas, de caráter permanente com o objetivo de elaborar estudos e emissão de parecer acerca da implantação de ações administrativas que atendam as necessidades da comunidade educacional da Rede Pública Municipal de Ensino:

I - Comissão de Assuntos Pedagógicos;

II- Comissão de Assuntos Administrativos Orçamentários e Financeiros;

III- Comissão de Assuntos de Gestão de Pessoas.

§ 1º Compete a Comissão de Assuntos Pedagógicos promover estudos e parecer sobre questões educacionais, assuntos ligados a APP'S, Conselhos Escolares, Programas de Ensino, encaminhadas pelo (a) Presidente do CODIM.

§ 2º Compete a Comissão de Assuntos Administrativos, Orçamentários e Financeiros promover estudos sobre aplicação de recursos orçamentários e financeiros e especificamente desenvolver estudos, análises, e avaliações em caráter preliminar, de matérias relacionadas ao impacto financeiro de construção, ampliação, locação, compra ou reformas da rede física, bem como nos projetos pedagógicos e de gestão de pessoas que impliquem em impacto no orçamento e finanças da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Compete a Comissão de Assuntos de Gestão de Pessoas, promover estudos e propor ações que objetivem o auxílio na valorização dos profissionais da educação, e no cumprimento de metas estabelecidas, bem como o cumprimento das atribuições descritas para os cargos inerentes da área da educação municipal.

§ 4º Poderão ainda serem instituídas Comissões Transitórias sempre que os assuntos a serem deliberados nas Comissões de caráter permanente exigirem exame e acompanhamento preliminares.

§ 5º Se as matérias encaminhadas às Comissões Temáticas para estudo e análise, for considerada pelo grupo como de alta complexidade e que exija conhecimentos de profissionais de notório saber, é facultado aos Membros mediante parecer fundamentado sugerir a contratação de Assessorias

Art. 6º- Os estudos e os pareceres circunstanciados elaborados pelas respectivas Comissões Temáticas serão encaminhados ao CODIM para deliberação da matéria.

Art. 7º- As Comissões Temáticas de caráter permanente reunir-se-ão ordinariamente na primeira semana de cada mês e as comissões transitórias previamente designadas pelo Presidente, sempre que os assuntos a serem deliberados, exigirem exame e acompanhamento preliminares.

§ 1º - As comissões serão compostas, cada uma, pela metade dos membros integram o CODIM, à exceção do Presidente.

§ 2º – O membro que for eleito para integrar uma comissão de caráter permanente do CODIM, não poderá fazer parte de outra da mesma espécie.

§ 3º - O mandato dos membros da Comissão Permanente é de 01 (um) ano, podendo ser re-eleitos apenas uma vez para cumprimento de igual período.

§ 4º Os membros que irão compor as Comissões Temáticas serão eleitos anualmente, na primeira reunião do CONSELHO, mediante voto em aberto.

### CAPÍTULO VI

#### DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Art.8º- Compete à Secretaria Executiva apoiar os trabalhos desenvolvidos pelo CODIM e Comissões Temáticas e, mais especificamente :

I – expedir os atos de convocação para as reuniões do CODIM e das Comissões;

II – preparar o material necessário às reuniões;

III – secretariar e elaborar as atas das reuniões;

IV – controlar a frequência dos membros do CODIM às reuniões;

V – receber, expedir e arquivar documentos de interesse do CODIM e das Comissões;

VI – desempenhar outras tarefas de apoio administrativo que lhe forem delegadas.

Parágrafo Único – Compete ao Presidente do CODIM designar servidor ligado a Secretaria

Municipal de Educação para exercer as atribuições previstas no caput deste artigo.

**CAPÍTULO VII****DO FUNCIONAMENTO DO CODIM****Seção I****Das Reuniões do Conselho Diretor**

Art.9º- O Conselho Diretor reunir-se-á na Sede da Secretaria Municipal de Educação, ou em outro local pré-estabelecido pelo Conselho, ordinariamente na primeira semana de cada mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

Art.10- A pauta das reuniões poderá ser composta por assuntos definidos pela Presidência do Conselho e/ou por proposta de, pelo menos, três Conselheiros, encaminhada até três dias úteis antes da data agendada para a reunião.

§ 1º - Nas reuniões ordinárias poderão ser discutidas matérias não incluídas na pauta, por solicitação, devidamente justificada, de algum de seus membros e aprovada pela maioria dos presentes.

§ 2º - Nas reuniões extraordinárias não poderão ser discutidos e deliberados assuntos estranhos à pauta.

§ 3º - Os itens da pauta que por qualquer motivo não tenham sido objeto de apreciação deverão constar necessariamente da pauta da sessão ordinária seguinte ou extraordinária, se assim deliberar a maioria dos Conselheiros presentes.

Art.11- O CODIM somente pode deliberar, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - Não havendo quorum na primeira convocação, a reunião realiza-se, em segunda convocação, uma hora depois, deliberando então com qualquer número.

§ 2º - Em caso de empate nas votações o Presidente do CODIM, além do seu próprio voto, terá direito ao voto de desempate.

**Seção II****Das Reuniões das Comissões Temáticas**

Art.12- As reuniões das Comissões Temáticas, serão iniciadas com qualquer número e serão presididas por membro escolhido dentre os presentes.

Art.13- Os assuntos estudados e analisados com os respectivos pareceres emitidos pelas Comissões Temáticas serão apresentados nas reuniões do Conselho Diretor por Relator designado pela própria Comissão.

Art.14- As Comissões no exercício de suas competências, por decisão da maioria de seus membros, poderá solicitar informações complementares ao exame das matérias que lhes forem atribuídas.

**CAPÍTULO VIII****DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CODIM**

Art.15- Ao Presidente do Conselho Diretor incumbe:-

I – representar o Conselho ou designar um de seus membros para representá-lo;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

III – elaborar a pauta da reunião do Conselho, a ser publicada com 72 horas de antecedência;

IV - subscrever e fazer executar as deliberações do Conselho mediante Resolução;

V – despachar às Comissões de Temáticas os assuntos pertinentes às respectivas áreas de atuação.

Art.16- Aos membros do Conselho Diretor incumbe:-

I – comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor e das Comissões de Temáticas, comunicando a impossibilidade do comparecimento a tempo de permitir a convocação

do respectivo suplente.

II – propor aos demais membros do Conselho Diretor a inclusão de assuntos na pauta e/ou a convocação de reunião extraordinária;

III – solicitar diligências ou esclarecimentos adicionais em assuntos que não estejam suficientemente esclarecidos;

IV – propor a contratação de assessorias e auditorias quando for o caso;

V – propor alterações desse Regimento, mediante o quorum de 2/3 da totalidade de seus membros;

VI – apresentar projetos de resolução e formular moções ou proposições no âmbito da competência do Conselho;

VII – exercer outras atribuições inerentes à função de Conselheiro.

**Parágrafo único** - O membro que, sem justificativa, faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, perderá o mandato.

Art.17- Ao Secretário Executivo incumbe praticar os atos administrativos inerentes às competências previstas no artigo 8º deste Instrumento.

Art.18- Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente “ad-referendum” do CODIM.

Art.19- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PPREFEITO MUNICIPAL**

23 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto nº 1001/09**

DECRETO Nº 1002, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2009-REGISTRO DE PREÇO-FMS.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 064 de 11/11/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO R4 LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

24 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**LUIZ CARLOS ZANIS**

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Virm

**ANEXO AO DECRETO Nº 1002/2009**

Pregão Presencial nº 064 de 11/11/2009-REGISTRO DE PREÇO

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 60.000





litros de gasolina comum e 60.000 litros de óleo diesel comum para uso dos veículos da frota da Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: POSTO VERDE LTDA e POSTO R 4 LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes POSTO VERDE LTDA no item 001 e POSTO R4 LTDA no item 002.

### **Resolução N°. 008/2009**

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - FAP

RESOLUÇÃO N°. 008/2009

Em cumprimento a Resolução n°. 3790/2009 de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 60, da Lei 073/2001

#### **R E S O L V E**

Artigo 1º - Fica aprovada a Política de Investimentos para o exercício financeiro de 2010, de que trata a Resolução BACEN 3790/2009 – CMN como segue:

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – F A P

#### **1) DOS OBJETIVOS:**

A Política de Investimentos do FAP tem por objetivo a maximização da rentabilidade dos seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos, tratando ainda da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no exercício 2010.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc.; visando, igualmente, a maximização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação mediante proposição e aprovação do Conselho de Administração do FAP, conforme legislação em vigor.

#### **2) COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO:**

Os órgãos envolvidos na gestão são a Diretoria Executiva como órgão executor, o Conselho de Administração como órgão fiscalizador e de deliberação, segundo suas competências.

#### **3) ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:**

##### **3.1 – Objetivos da gestão de alocação**

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através do alcance da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano, para todas as aplicações realizadas.

As aplicações dos recursos financeiros do FAP serão realizadas através de gestão mista, ou seja, diretamente pelo FAP e por

instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao instituto, considerando os critérios estabelecidos pela resolução 3.790/09 de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, além dos demais critérios, como solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos terceiros.

##### **3.2 – Da Metodologia de Gestão da Alocação**

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

#### **4) DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS:**

Os Recursos deverão ser aplicados em carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, distribuídos nos seguintes segmentos, observado o disposto na legislação em vigor:

##### **a) Segmento de Renda Fixa:**

As aplicações dos recursos do FAP em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos. Os fundos de investimentos abertos, nos quais o FAP vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor dos RPPS.

##### **b) Segmento de Renda Variável:**

As aplicações dos recursos do FAP em ativos de renda variável serão feitas através dos fundos de investimentos, de acordo com a legislação aplicada aos RPPS.

##### **c) Segmento de Imóveis:**

Não há exposição neste segmento, entretanto, poderá ocorrer única e exclusivamente mediante integralização de cotas de fundos de investimentos imobiliários.

Os recursos em moeda corrente serão alocados exclusivamente nos segmentos de renda fixa e variável.

#### **4.1 – COMPOSIÇÃO E LIMITES:**

A alocação das aplicações do FAP deverá ser distribuída na seguinte composição e limites constantes nos quadros abaixo, sendo sempre calculados os limites de exposição em relação ao total dos recursos em moeda corrente da Previdência Social.

Para efeito desta política de investimento em consonância a resolução 3790/09, é considerada recursos em moeda corrente às disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social.

#### **4.2. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS:\_\_\_\_\_**

Segmento	Limite Mínimo	Ponto Ótimo	Limite Superior	Limite Res. 3790/09
Renda Fixa			100%	100%
Títulos Públicos Federais	20%		100%	100%
FI exclusivo TPF			100%	100%
Operações Compromissadas			15%	15%
FI referenciado RF			80%	80%
FI / FIC previdenciário.			80%	80%

FI de renda fixa			30%	30%
Poupança com RATING de baixo risco de crédito.	-	-	20%	20%
FIDC abertos com RATING baixo risco crédito.			15%	15%
FIDC fechados com RATING baixo risco crédito.			5%	5%
Renda Variável			30%	30%
FI / FIC previdenciário classificado como ações			30%	30%
FI de índices referenciado em ações			20%	20%
FI em ações			15%	15%
FI MULTIMERCADO			5%	5%
FI em participações			5%	5%
FI imobiliário			5%	5%

#### 4.2.1. Segmentos de Aplicação – Títulos Públicos Federais:

As aplicações do segmento de renda fixa em Títulos Públicos Federais ou em FI – Fundos de Investimentos exclusivos de títulos públicos poderão ser de até 100% dos recursos do FAP, observado a exigência de manutenção do limite mínimo de 20% em títulos públicos, durante o exercício 2010 e de até 15% em operações compromissadas em títulos públicos federais.

#### 4.2.2. Segmentos de Aplicação – Fundos de Investimentos – Renda Fixa:

As aplicações em FI ou FIC no segmento de renda fixa poderão ser de até 100% do limite de 80% estabelecido pela Resolução BACEN 3790/09, distribuídos da seguinte maneira:

- Até 80% em fundos de investimentos referenciados DI;
- Até 80% em fundos de investimentos previdenciários;
- Até 20% em poupança com RATING de baixo risco de crédito;
- Até 30% em fundos de investimentos de renda fixa;
- Até 15% em fundos de investimentos de direito creditórios (FIDCS) abertos com RATING de baixo risco de crédito;
- Até 5% em fundos de investimentos de direito creditórios (FIDCS) fechados com RATING de baixo risco de crédito;

#### 4.2.3. Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

As aplicações em FI ou FIC no segmento de renda variável poderão ser de até 30% do total dos recursos do FAP, distribuídos da seguinte maneira:

- Até 30% em fundos de investimentos previdenciários;
- Até 20% em fundos de investimentos de índices referenciados em ações de condomínio aberto;
- Até 15% em fundos de investimentos de ações de condomínio aberto;
- Até 5% em fundos de investimentos MULTIMERCADOS de condomínio aberto;
- Até 5% em cotas de fundo de investimento em participações;
- até 5% em cotas de fundos de investimento imobiliário.

#### 4.3. Ativos Autorizados:

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do FAP no segmento de Renda Fixa deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites:

I - até 100% (cem por cento) em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);
- b) cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos;

II - até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;

III - até 80% (oitenta por cento) em:

- a) cotas de fundos de investimento referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
- b) cotas de fundos de investimento previdenciários classificados como renda fixa ou referenciado em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

IV - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito;

V - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado, desde que, cumulativamente com os recursos aplicados no inciso VI deste artigo, não excedam o limite de 15% (quinze por cento).

§ 1º As aplicações previstas na alínea "a" do inciso I deste artigo deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

§ 2º As aplicações previstas nos incisos III e V deste artigo subordinam-se a que o regulamento do fundo determine que os títulos privados que compõem suas carteiras sejam considerados de baixo risco de crédito e estejam limitados a 30% (trinta por cento) da composição da carteira do fundo.

§ 3º Na hipótese das carteiras dos fundos de que tratam os incisos III e V deste artigo ter em suas composições depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos, admite-se a alteração das limitações previstas no § 2º, também deste artigo, desde que o regulamento do fundo determine:

I - que o somatório desses depósitos e o limite previsto no § 2º deste artigo não ultrapassem 80% (oitenta por cento) da composição da carteira do fundo; e

II - que o valor do principal somado aos rendimentos previstos fique limitado ao valor máximo garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos para aplicações em um mesmo conglomerado financeiro.

§ 4º As aplicações previstas nos incisos VI e VII deste artigo deverão ser consideradas como de baixo risco de crédito, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

§ 5º Parcela mínima de 70% (setenta por cento) de cada uma das aplicações previstas nos incisos I, alínea "b", III e V deste artigo deverá ter como parâmetro de rentabilidade um dos sub-índices do Índice de Mercado Andima (IMA) ou composição de mais de um deles, com exceção de qualquer sub-índice atrelado à taxa de juros de um dia.

#### 4.4 – Segmento de Renda Variável

Meta (Benchmark)

O FAP adota como meta (benchmark) para seus investimentos no segmento de renda variável, índices referenciados em ações, IBOVESPA, IBRX e IBRX-50.

**Tipo de Gestão**

Ativa, com o objetivo de superar a meta (o benchmark) no longo prazo.

**Ativos Autorizados**

No segmento de renda variável, estão autorizados investimentos nos instrumentos autorizados pela legislação e subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento previdenciários classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

II - até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem, cumulativo com o limite do inciso II;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado, cumulativo com o limite do inciso II;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas na bolsa de valores.

Parágrafo único. As aplicações previstas neste artigo, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência social.

**5) DIRETRIZES PARA SELEÇÃO DOS INVESTIMENTOS:**

As aplicações poderão ser operacionalizadas diretamente pelo FAP, através de Fundos de Investimentos ou carteiras próprias de títulos públicos ou ainda carteiras administradas por empresas especializadas na administração de recursos e selecionadas através dos critérios definidos nesta Política de Investimentos.

A seleção dos fundos que deverão abrigar os investimentos do FAP será feita sempre com base em análises quantitativas de desempenho, contemplando desempenho mensal e semestral (1ª medição) e também histórico de 12 meses (2ª medição). Tais análises se basearão sempre em metodologias que utilizem medidas de risco e de retorno.

**5.1 – Segmento de Renda Fixa.****Meta (Benchmark)**

O mínimo atuarial (INPC + 6,00% a.a.).

**Tipo de Gestão**

Passiva com objetivo desejado de superar o CDI

**Nível de Risco Admitido e VAR**

O risco de mercado máximo admitido para os fundos de renda fixa onde o FAP efetua suas aplicações, exceto para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIC de FIDC), está associado ao seguinte Valor em Risco (confiabilidade de 95%):

**Prazo Valor em Risco**

21 dias úteis – 1,10% do PL

Não se utilizará o VAR para controle de risco de mercado dos FIDCS, uma vez que este tipo de veículo de investimento baseia-se quase que exclusivamente em risco de crédito.

**Restrições por Emissores**

O FAP segue os limites definidos pela legislação vigente do RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social.

**Controle de Risco de Crédito**

Os fundos de investimento em que o FAP manterá aplicações deverão ter carteiras que obedeçam aos normativos legais aplicáveis aos investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social com relação ao risco de crédito.

**Crédito FIDC e FIC de FIDC**

Com relação a este tipo de investimento, somente serão efetuadas aplicações em fundos com "RATING" mínimo "A", atribuído por agências em funcionamento no país.

Entende-se por Risco como sendo a igual probabilidade de que ameaças ao valor da carteira se concretizem em perdas efetivas.

Os principais tipos de Risco a serem tratados são:

- RISCO DE LIQUIDAÇÃO
- RISCO DE CRÉDITO
- RISCO DE MERCADO
- RISCO DE LIQUIDEZ
- RISCO DE PREÇO OU TAXA
- RISCO OPERACIONAL

**RISCO DE LIQUIDAÇÃO**

É o risco que decorre da possibilidade de uma das partes de uma negociação não cumprir com o combinado. Pode acontecer tanto pela negociação com Ativos de Balcão (Câmbio, Forward, Swaps, Títulos Públicos, Ações) como pelas Bolsas de Valores e da "Clearing Houses" das Bolsas de Derivativos.

Os critérios de escolha, bem como a própria escolha das corretoras de valores e de mercadorias e a contraparte das operações de balcão, bancos e distribuidoras, devem ser discutidos com o Administrador / Gestor do Fundo.

Nesse sentido, alguns critérios devem ser observados:

As operações efetuadas pelas carteiras devem ser, obrigatoriamente, na modalidade "Com Garantia", ou seja, o risco de contraparte passa a ser das Bolsas e de suas Câmaras de Compensação.

**RISCO DE CRÉDITO**

O controle de risco de crédito é feito com base em RATINGS de crédito realizado por, no mínimo, uma agência classificadora de risco, devidamente autorizada a operar no Brasil, mesmo que por intermédio de fundos de investimentos. São permitidas aplicações em títulos de emissores através de fundos de investimentos que obtiverem classificação de baixo risco de crédito.

Os limites de aplicações são aqueles definidos na Resolução nº 3790/09 do Conselho Monetário Nacional.

**RISCO DE MERCADO**

O controle de risco de mercado deve ser feito por cada Gestor de Investimentos, separadamente, como se os portfólios fossem independentes.

Como acompanhamento da política de risco será elaborado relatórios mensais de risco de mercado para cada fundo ou carteira, para os segmentos de renda fixa e de renda variável e também para a carteira consolidada da Previdência Social.

**RISCO DE LIQUIDEZ**

A liquidação de uma carteira gerando alterações significativas nos preços de mercado pode ser controlada através de limites aprovados para a composição de cada carteira.

Devem ser tomadas medidas de forma a garantir que as carteiras sempre possuam ativos líquidos que possam ser utilizados para fazer frente a resgates/outras necessidades de saídas das carteiras (pagamentos de ajustes, compras, etc.).



**RISCO DE PREÇOS / TAXAS DE JUROS**

Deve ser avaliado tendo como benchmark estabelecido o mínimo atuarial (INPC + 6,00% a.a.).

Alguns cuidados adicionais devem ser tomados:

A precificação dos ativos deve ser feita de forma independente da Mesa de Operações da Instituição gestora;

A precificação deve-se dar de acordo com o método mark to market;

As taxas de juros e outras devem ser tomadas de fontes de mercado: BM&F, ANDIMA, etc.;

Os preços dos ativos não negociados devem ser valorizados de acordo com critérios previamente estabelecidos, conforme contrato de Custódia;

As instituições financeiras contratadas para administrar o Fundo e a que fará a Custódia/Controladoria dos recursos da entidade devem comprovar para a o FAP a utilização de sistema de controle de risco, e os procedimentos que proporcionem o enquadramento dos investimentos dentro dos limites de risco.

**RISCO OPERACIONAL**

Decorre de falhas nos registros das operações, ou contas "erradas". Esse risco deverá ser anulado com sistemas de controles internos.

**5.2 – Segmento de Renda Variável.****Meta (Benchmark)**

O FAP adota como meta (benchmark) para seus investimentos em carteiras de ações, o índice IBOVEPA e o IBrX.

**Tipo de Gestão**

Ativa, com o objetivo de superar a meta (o benchmark) no longo prazo.

**Restrições por Emissores**

O FAP obedecerá aos limites presentes na legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Todos os ativos dos fundos que recebem investimentos do FAP devem ser valorizados a mercado, sendo aceito pelo FAP que os gestores estabeleçam critérios específicos, desde que tais critérios sejam adequadamente embasados e aceitos pelo mercado financeiro.

**5.3 – Diretrizes para Seleção dos Fundos.**

A seleção de um fundo para compor a carteira de investimentos do FAP passa por duas abordagens:

- a) a aprovação da uma instituição gestora;
- b) a avaliação de desempenho do fundo sob análise.

A seleção do(s) gestor (s) após seleção dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social será feita com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados a seguir e com respectiva apreciação do Conselho Administrativo do FAP:

**Critérios qualitativos**

- a. Segurança;
- b. Rentabilidade;
- c. Solvência;
- d. Liquidez;
- e. Transparência
- f. Solidez e imagem da instituição;
- g. Volume de recursos administrados;
- h. Experiência na gestão de recursos de EFPPS – RPPS;
- i. Qualidade da equipe;
- j. Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

**Critérios quantitativos**

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade

de desejada pelo FAP em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de dois anos;

A seleção de um fundo deve se basear em seu desempenho medido em bases de retorno ajustado por risco, na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos do FAP, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

O FAP efetuará resgate imediato de fundos que tenham seu regulamento alterado de forma a ficar em desacordo com a Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho administrativo.

O número de fundos e gestores na carteira de investimentos do FAP dependerá da diversificação de ativos que possa ser atingida e dos custos associados à contratação de mais de um gestor, ficando, entretanto, limitado a 10 (DEZ) instituições financeiras.

Nenhum gestor poderá receber mais do que 25% (vinte e cinco por cento) do total dos recursos do FAP, entendido este volume como a soma de recursos aplicados em fundos de um mesmo gestor, à exceção da CEF e BB os quais poderão receber até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total dos recursos.

O critério principal para resgate de recursos de um fundo da carteira do FAP é o desempenho, sendo que será resgatado o investimento de qualquer fundo que, sem que as condições de mercado tenham se alterado drasticamente, apresente retorno inferior à meta de desempenho (benchmark) em períodos significativos de acordo com as análises da diretoria executiva, que considere que tenha sofrido degradação substancial em seu desempenho, ainda que os limites de risco não tenham sido rompidos.

Tal degradação pode ser uma elevação expressiva na volatilidade da carteira, ou retornos muito inferiores aos obtidos por carteiras semelhantes no mercado, ou outros critérios semelhantes que a Diretoria Executiva considere pertinentes.

Deverá ser efetuado resgate de recursos de fundo cujo gestor ou grupo financeiro do qual faça parte passe a ser considerado como de comportamento ético duvidoso. Neste caso, os recursos não poderão ser transferidos para outro fundo do mesmo gestor, devendo este ser considerado inapto para gerir recursos do FAP.

**5.4 – Avaliação de Desempenho.**

Os fundos onde o FAP mantém seus investimentos serão objeto de avaliação de desempenho mensal, além das medições semestrais, com apoio de metodologia que considere risco, retorno e índices de retorno ajustado pelo risco.

**6) DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CORRETORAS**

Para a seleção de corretoras que possam vir a intermediar a compra de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional ou Banco Central, diretamente pelo FAP, serão estas escolhidas dentro do respectivo procedimento legal dos Regimes Próprios de Previdência Social e devidamente registrada junto ao Banco Central, Bolsa de Valores e BM&F.

No caso da gestão terceirizada, o processo de escolha de corretoras fica a critério do(s) gestor (s) terceirizado, entretanto, o FAP considera uma prática inadequada, por parte de qualquer gestor, a concentração de operações em corretora que pertença a seu grupo econômico.

A percepção deste tipo de prática desencadeará avaliação a respeito da conveniência de efetuar resgate de recursos dos fundos desse gestor.

**7) PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS GESTORES:**

Durante o período de gestão a instituição deve apresentar ao regime próprio de previdência social, no mínimo mensalmente,



relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

Na análise dos gestores de recursos devem ser observados os requisitos de desempenho diferenciado para as gestões Passiva e Ativa, devendo a avaliação proceder-se semestralmente através de relatórios detalhados que levem em conta as informações abaixo:

#### 7.1 – GESTÃO ATIVA.

Neste caso devem ser utilizados critérios quantitativos de aferição de eficiência da gestão, tais como:

Rentabilidade X benchmark

Risco ocorrido no período

Índice de Sharpe

#### 7.2 – GESTÃO PASSIVA.

Neste caso devem ser utilizados indicadores de adequação do desempenho da carteira ao seu benchmark, tais como:

Erro quadrático médio (desvio médio das variações das cotas do Fundo em relação ao benchmark)

Tracking erro (desvio padrão do excesso do retorno)

#### 7.3 – OUTROS (inclusive Custodiante e Controlador)

Transparência

Fornecimento de Relatórios

Qualidade da equipe técnica

Gerenciamento de risco

Cumprimento da Política de Investimentos

#### 8) DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE:

O FAP poderá se utilizar dos serviços de Auditor Independente externo, com reconhecida experiência, capacitação técnica, extensa relação de clientes, comprometido com o cumprimento de normas e prazos dos trabalhos exigidos, escolhido dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social.

#### 9) DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONSULTORIAS:

No exercício, o FAP poderá contar com o auxílio das empresas de consultoria para avaliar de forma sistemática o desempenho, exposição a risco e adequação à Política de Investimento dos Fundos que formam a Carteira de Ativos da Entidade, bem como avaliar novos Fundos para aplicação no mercado.

#### 10) DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA:

A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2010, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação. Rio do Sul/SC, 18 de novembro de 2009.

Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP

Aldo Nestor Siebert	Presidente
Eligio Luis Pessoa	Vice-Presidente
Márcia Eliana Chiquetti	Secretária
Giovani Nascimento	Membro
José Deola	Membro
Jean Claudio de Oliveira	Membro
Leonice Witte	Membro
Rubens A.S. Meslin	Membro

#### Portaria N°. 0927/RH

PORTARIA N°. 0927/RH, 19 DE OUTUBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 40 e §§, da Lei Complementar n°. 176, de 18/03/2008, instituir nova comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Agricultura. A mesma será composta pelos seguintes membros: Ilói Antunes dos Santos, matrícula 35642/01, Secretário Municipal de Agricultura, Darcy Vicari, matrícula 17124/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária, Natal Marchi, matrícula 15601/01 e, como suplente: Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula 2142302, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhando e monitorando dos servidores lotados na Secretaria supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 04 de Maio de 2009.

Parágrafo Único – Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as portarias de n°. 1117/2008 e 1431/2008.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
19 de Outubro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

#### Portaria N° 0953/RH

PORTARIA N° 0953/RH, 13 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 20/10/2009 a 18/12/2009, ao servidor municipal VALSONIR JOAO JASPER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
13 de Novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0954/RH**

PORTARIA N° 0954/RH, 13 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/10/2009 a 10/12/2009, ao servidor municipal MANOEL MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 11.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
13 de Novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0969/RH**

PORTARIA N° 0969/RH, 13 DE NOVEMBRO DE 2009.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1°. Designar o servidor Farley de Ávila, matrícula 2372/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, nível 30, faixa 31 para substituir, na qualidade de presidente da Sindicância Administrativa n° 003/2009, instaurada pela Portaria n° 0342/RH, de 18/03/2009 o servidor Fernando Araújo do Valle, matrícula 28258/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado, nível 80, faixa 81, em virtude do pedido de exoneração do mesmo.

Art.2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
13 de novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

**Portaria N°. 0974/RH**

PORTARIA N°. 0974/RH, 17 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Com fundamento ao disposto no Art. 40 e §§, da Lei Complementar n°. 176, de 18/03/2008, instituir a comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Fundação Cultural de Rio do Sul. A mesma será composta pelos seguintes membros: Fábio Joceli Carara, matrícula 1406/01, Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, Isabel Cristina da Costa, matrícula 639/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III e Marisa dos Santos, matrícula

779/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 2° Esta comissão será responsável pelo acompanhando e monitorando dos servidores lotados na Fundação supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3° O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 18 de maio de 2008.

Parágrafo Único – Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
17 de Novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N°. 0975/RH**

PORTARIA N°. 0975/RH, 17 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Com fundamento ao disposto no Art. 40 e §§, da Lei Complementar n°. 176, de 18/03/2008, instituir a comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Histórico, Memorial e Documentação, da Fundação Cultural de Rio do Sul. A mesma será composta pelos seguintes membros: Fábio Joceli Carara, matrícula 1406/01, Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, Catia Dagnoni, matrícula 680/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e Marisa dos Santos, matrícula 779/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 2° Esta comissão será responsável pelo acompanhando e monitorando dos servidores lotados no Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3° O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 18 de maio de 2008.

Parágrafo Único – Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
17 de Novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N° 0979/RH**

PORTARIA N° 0979/RH, 23 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/10/2009 a 28/11/2009, ao servidor municipal JOSE LINO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 12.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
23 de Novembro de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0980/RH**

PORTARIA N° 0980/RH, 23 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 15/11/2009 a 29/11/2009, concedida através da Portaria N° 0933/RH de 04/11/2009 ao servidor municipal HELMUT LINDNER FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível III, classe "B".

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
23 de Novembro de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0981/RH**

PORTARIA N° 0981/RH, 23 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 12/11/2009 a 11/12/2009, concedida através da Portaria N° 0924/RH de 19/10/2009, ao servidor municipal JELINO FRANCISCO HEIDERSCHIEDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 43.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
23 de Novembro de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0982/RH**

PORTARIA N° 0982/RH, 23 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 06/11/2009 a 05/12/2009, a servidora municipal MARILENE BACK ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível III, classe "B".

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
23 de Novembro de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria N° 0983/RH**

PORTARIA N° 0983/RH, 23 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1° Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/11/2009 a 14/02/2010, concedida através da Portaria N° 0737/RH de 10/08/2009, ao servidor municipal IRES BRUNO APOLINARIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 42.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
23 de Novembro de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Extrato de edital 66/2009 FMS****E D I T A L**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 66/2009 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE 300 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER NECESSIDADE DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO AO DESEMPREGO (PEAD)

**QUE ATUAM NESTA SECRETARIA.**

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/12/2009, às 09:00 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 11/12/2009.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437 e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Divisão de Recursos Humanos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.401.3.3.90

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Setor de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, n° 154, Centro,, ou fax (47) 3531-1427, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

**Publicação do Resultado Final da Progressão Funcional do Magistério**

Publicação do Resultado Final da Progressão Funcional do Magistério, referente aos títulos, avaliação de desempenho e prova de conhecimentos, conforme disposto no Edital Interno de Avaliação de Progressão n° 002/2009 de 19 de outubro de 2009.

**EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nome Candidato	Média Final
Eliana Virgínia Philippi	8,53
Luciane Adelaide da Rocha	8,5
Maria angélica Marques	6,7

**INGLÊS**

Nome Candidato	Média Final
Margarete Maria Eissmann	8,73

**EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nome Candidato	Média Final
Helmut Lindner Filho	8,31

Rio do Sul, 24 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração

**Câmara de Vereadores****Portaria N° 510**

PORTARIA NO 510, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
AUTORIZA O GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR GIOVANI NASCIMENTO

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro de 2010, ao servidor Giovani Nascimento, Assessor Jurídico/ Diretor Geral da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar no 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

**Portaria N° 511**

PORTARIA No 511, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias à Servidora Heliana Duarte Prim

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro de 2010, à servidora Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa/Diretora Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar n° 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

**Portaria N° 512**

PORTARIA No 512, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Fernando Guedes

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro





de 2010, ao servidor Fernando Guedes, Contador da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 513**

PORTARIA No 513, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Luis Ricardo Erckmann

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro de 2010, ao servidor Luis Ricardo Erckmann, Assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 514**

PORTARIA No 514, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Luis Fernando Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro de 2010, ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico em Informática da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único

da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 515**

PORTARIA No 515, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Amauri Abe

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 23 de janeiro de 2010, ao servidor Amauri Abe, Agente Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2008 – 2009, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 71 e Parágrafo único da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 516**

PORTARIA No 516, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Servidora Jenifer Aline Passing

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, à servidora Jenifer Aline Passing, Atendente Legislativo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 517**

PORTARIA No 517, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Servidora Sandra Regina Orlando

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...



Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 21 de janeiro a 19 de fevereiro de 2010, à servidora Sandra Regina Orlando, Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2008 – 2009, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 518**

PORTARIA No 518, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Funcionária Patrícia Claudino dos Santos

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, à funcionária Patrícia Claudino dos Santos, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 519**

PORTARIA No 519, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Funcionária Neusa Judite Stofela

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, à funcionária Neusa Judite Stofela, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 520**

PORTARIA No 520, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Funcionária Karine Aparecida Sabino

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, à funcionária Karine Aparecida Sabino, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 521**

PORTARIA No 521, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias à Funcionária Sueli Terezinha de Oliveira

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, à funcionária Sueli Terezinha de Oliveira, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 522**

PORTARIA No 522, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Lairto Wolsteiner

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Lairto Wolsteiner, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 523**

PORTARIA No 523, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Ataíde Fernandes Filho

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Ataíde Fernandes Filho, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 524**

PORTARIA No 524, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Rômulo da Rosa Ouriques

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Rômulo da Rosa Ouriques, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 525**

PORTARIA No 525, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Mario Ponticelli Junior

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Mário Ponticelli Junior, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente

ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 526**

PORTARIA No 526, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Vanderlei Zanis

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Vanderlei Zanis, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

#### **Portaria N° 527**

PORTARIA No 527, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009  
Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Cristian Caê Seemann Stassun

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Cristian Caê Seemann Stassun, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.  
ROBERTO SCHULZE  
Presidente da Mesa

**Portaria N° 528**

PORTARIA No 528, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Zilmo Pedro de Souza

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2010, ao funcionário Zilmo Pedro de Souza, Assessor Administrativo/Contábil/Financeiro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2009 – 2010, de acordo com a Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo do benefício acima descrito estará contemplado com as vantagens estabelecidas no art. 53 da Lei Complementar 099/2003, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Mesa

**Salto Veloso****Prefeitura Municipal****I Errata de Edital de Licitação Pregão Presencial N. 0007/2009**

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 0007/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC  
I ERRATA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 0007/2009-FMS  
PROCESSO N°. 0048/2009-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de Data referente ao objeto do Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 0007/2009-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para abastecimento da farmácia da secretaria municipal de saúde de Salto Veloso/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

LEIA-SE:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 18 de dezembro de 2009
- b) Local: Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC. Setor de Licitações, localizado Sede da Prefeitura Municipal, sito à travessa das flores, 058 Centro, Salto Veloso/SC
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08:00h.
- d) Abertura do processo: às 08h30min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 18 de dezembro de 2009 às 08h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente na recepção desta Prefeitura.

Os demais itens ficarão inalterados.

Salto Veloso, 27 de Novembro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**São Lourenço do Oeste****Prefeitura Municipal****Lei N° 1.838**

LEI N° 1.838, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.

PROÍBE O CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim, considerados, entre outros:

- I - os elevadores de prédios públicos ou residenciais;
- II - o interior dos meios de transporte coletivo urbanos;
- III - os corredores, salas e enfermarias de hospitais, casas de saúde, prontos-socorros, creches e postos de saúde;
- IV - os auditórios, salas de conferências ou de convenções;
- V - as casas de música e de espetáculos, bem como quaisquer salas ou auditórios em que se realizem espetáculos de entretenimento;
- VI - os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas, salas de exposições de qualquer natureza e locais onde se realizam espetáculos circenses;
- VII - nas dependências dos órgãos e repartições da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;
- VIII - o interior de estabelecimentos comerciais;
- IX - os estabelecimentos escolares do ensino fundamental e médio;
- X - as garagens de prédios públicos e edifícios comerciais e residenciais;
- XI - o interior de veículos destinados a serviços de táxi;
- XII - os locais por natureza vulneráveis a incêndios, especialmente os depósitos de explosivos e inflamáveis, os postos distribuidores de combustíveis, as garagens e estacionamentos e os depósitos de material de fácil combustão;
- XIII - o interior de ginásios esportivos, academias de ginástica, e locais destinados à prática de exercícios físicos e desportivos;
- XIV - o interior das agências bancárias e estabelecimentos de créditos;
- XV - o interior das agências de correios e telégrafos;
- XVI - casas lotéricas, barbearias, institutos de beleza;
- XVII - templos de igrejas e casas de culto religioso;
- XVIII - o interior dos velórios;
- XIX - consultórios médicos e odontológicos do serviço público de saúde; e
- XX - o interior das floriculturas e consultórios veterinários.

Art. 2º O responsável pelo recinto de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 3º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

Art. 4º Esta lei não se aplica:

- I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;





II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;  
 III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;  
 IV - às residências; e  
 V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

§ 1º Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

§ 2º É proibida a comercialização de cigarros, cigarrilhas, charutos e produtos de fumo dentro dos estabelecimentos escolares da rede de ensino pública e privada.

Art. 5º As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta lei serão impostas por autoridades competentes e pelo órgão de vigilância sanitária municipal que poderá fazer advertência verbal e, na reincidência, os infratores sujeitar-se-ão à multa de 6,79 (seis vírgula setenta e nove) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Parágrafo único. O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Poder Executivo e Secretaria Municipal de Saúde, nos meios de comunicação local, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostas por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo por meio de Decreto regulamentar a presente lei e através dos órgãos competentes, efetuar a fiscalização.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de novembro de 2009.  
 TOMÉ FRANCISCO ETGES  
 Prefeito Municipal

### Lei Nº 1.839

LEI Nº 1.839, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ALTERA A LEI Nº 1.628, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE REGULAMENTA O USO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTABELECE PREÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 1.628, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º Os cadáveres a inumar serão envoltos por invólucros absorvedores de necrochorume e serão encerrados em urnas constituídas por materiais biodegradáveis.

Parágrafo único. As urnas devem ser hermeticamente fechadas perante o funcionário responsável, que realizará a conferência do uso do invólucro absorvedor.” (NR)

“Art. 9º.....

§ 1º Quando não haja necessidade de realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação ou encerramento em urnas de zinco, antes de decorrido o prazo previsto no caput deste artigo.” (NR)

“Art.15.....

§ 2º A urna deteriorada, encerrar-se-á noutra urna de madeira, contendo obrigatoriamente o invólucro absorvedor de necrochorume ou será removido, à escolha dos interessados ou por decisão do Governo Municipal, tendo esta, lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.” (NR)

“Art. 21.....

a) comprimento: 2m e 40 cm (dois metros e quarenta centímetros);

c) altura: 40 cm (quarenta centímetros) acima do nível do terreno;” (NR)

“Art. 36. A transladação de cadáver será efetuada em urna de madeira.

§ 1º A transladação de ossadas é efetuada em caixa de madeira.....” (NR)

“Art. 74.

IV - proceder a abertura de urnas fora das situações previstas nesta Lei;

VI - utilizar urnas não contendo invólucro absorvedor de necrochorume;

.....” (NR)

Art. 2º Ficam revogados o art. 14, o inc. I do §1º do art. 22, o inc. I do §1º do art. 36, ambos da Lei nº 1.628, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.  
 TOMÉ FRANCISCO ETGES  
 Prefeito Municipal

### Lei Nº 1.840

LEI Nº 1.840, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Orçamentária nº 1.778/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, Crédito Suplementar – Anulação de Dotação, no montante de recursos de R\$ 694.388,66 (seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos), criando as modalidades de aplicação abaixo descritas e suplementando-as:

I – Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

02.01.04.122.4502.2.002.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 01 - Aplicação R\$ 4.000,00

II – Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.004 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

02.01.02.062.4518.2.004.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 52 - Aplicação R\$ 35.000,00



III – Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
 2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento  
 05.01.04.122.4503.2.005.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 55 -  
 Aplicação R\$ 167.000,00

IV – Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
 2.009 – Manutenção da Secretaria de Fazenda  
 06.01.04.123.4504.2.009.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 63 -  
 Aplicação R\$ 10.000,00

V – Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 2.011 – Manutenção da Educação Básica do Município  
 07.01.12.361.4506.2.011.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001 – 65 -  
 Aplicação R\$ 60.000,00

1.003 – Edificações para a Educação Básica  
 07.01.12.361.4506.1.003.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 81 -  
 Aplicação R\$ 38.000,00

VI – Órgão: 09 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Unidade: 09 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.028 – Manutenção da Sec. Do Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio  
 09.01.15.451.4516.2.028.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 12 -  
 Aplicação R\$ 20.000,00

VII – Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 2.015 – Manutenção da Saúde Pública  
 11.01.10.301.4508.2.015.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 01 -  
 Aplicação R\$ 330.000,00

VIII – Órgão: 14 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 0.004 – Obrigações Tributárias e Contributivas  
 14.01.28.846.0000.0.004.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 46 -  
 Aplicação R\$ 30.388,66

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

I – Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
 2.028 – Qualificação dos Servidores Municipais  
 05.01.04.128.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 60 -  
 Aplicação R\$ 33.400,00

II – Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar  
 07.01.12.361.4506.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001 – 76 -  
 Aplicação R\$ 60.000,00  
 2.046 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal  
 07.01.13.392.4506.2.046.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 42 -  
 Aplicação R\$ 38.000,00

III – Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 2.026 – Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Social  
 08.01.08.244.4514.2.026.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 03 -  
 Aplicação R\$ 40.000,00

IV – Órgão: 09 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Unidade: 09 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 1.046 – Abrigos de Passageiros  
 09.01.26.782.4516.1.046.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 10 -  
 Aplicação R\$ 10.000,00

2.034 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Município  
 09.01.22.661.4516.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 19 -  
 Aplicação R\$ 22.000,00  
 2.040 – Manutenção e Conservação de Prédios Públicos  
 09.01.15.451.4516.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 21 -  
 Aplicação R\$ 144.012,93  
 09.01.15.451.4516.2.040.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 40 -  
 Aplicação R\$ 10.000,00

V – Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR E AGRICULTURAL  
 Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR E AGRICULTURAL  
 1.018 – Construção e Manutenção de Pontes, Pontilhões e Bueiros  
 10.01.26.782.4510.1.018.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 27 -  
 Aplicação R\$ 53.250,73  
 10.01.26.782.4510.1.018.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 28 -  
 Aplicação R\$ 20.000,00

VI – Órgão: 14 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 0.002 – Aposentados e Pensionistas  
 14.01.28.846.0000.0.002.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 39 -  
 Aplicação R\$ 90.000,00  
 0.003 – Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais  
 14.01.28.846.0000.0.003.3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 41 -  
 Aplicação R\$ 73.725,00  
 14.01.28.846.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 83 -  
 Aplicação R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Lei N° 1.841

LEI N° 1.841, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2010, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais;



II - Anexo de Metas Fiscais – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;  
III - Metas Fiscais para os exercícios de 2010, 2011 e 2012;  
IV - Estimativa e compensação da renúncia de receita;  
V - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;  
VI - Demonstrativo de riscos fiscais e providências;  
VII - Montante da dívida;  
VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;  
IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;  
X - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas;  
XI - Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de despesas;  
XII - Demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações;  
XIII - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2010;  
XIV - Relatório das metas e prioridades das despesas por programas.

### CAPÍTULO III

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2010 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;  
II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;  
III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;  
IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;  
VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;  
VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;  
VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;  
IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;  
X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir

os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000 (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF);





XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2010 (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2010 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2010 (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, Portaria nº 303, de 28 de Abril de 2005, Portaria 869, de 15 de dezembro de 2005 e outras legislações pertinentes.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2007, 2008 e fixada para 2009 e 2010;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2008 a 2010.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

## CAPÍTULO V

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2010 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a servidor municipal;

§ 2º As Autarquias Municipais – Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço serão gerenciadas pelos respectivos Gerentes Executivos.

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2010, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as

alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento para o exercício de 2010, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.



Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal, estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. A renúncia de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2010, previsto nesta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e volta-da para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso I, c/c com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2010 a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da receita estimada para o exercício de 2010 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo Único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapas-

sem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2009, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação

de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2010.

Art. 46. Ficam alteradas no PPA 2010-2013 e nesta LDO 2010, de 9.9.0.0.0.00.00.00.00 - DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE, para 9.1.0.0.0.00.00.00.00. - DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE, em conformidade com a PORTARIA CONJUNTA Nº1, DE 30/06/2009, DA SOF/STN, DOU DE 02.07.2009 e suas alterações.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## Lei Nº 1.842

LEI Nº 1.842, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2010, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 31.073.798,00,00 (trinta e um milhões, setenta e três mil, setecentos e noventa e oito reais) e considerando-se as transferências financeiras, em R\$ 37.027.653,00 (trinta e sete milhões, vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais).

§ 1º As Transferências Financeiras totalizam R\$ 5.953.855,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), as quais serão repassadas para o Fundo Municipal de Saúde, Instituto Cultural de São Lourenço, Comitê Desportivo Municipal e Câmara Municipal de Vereadores.

§ 2º Integra a consolidação do Orçamento Geral do Município as entidades: Prefeitura Municipal, Comitê Desportivo Municipal, Instituto Cultural de São Lourenço, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Vereadores. Também integram o Orçamento Geral do Município, na forma de Unidades Orçamentárias, os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, de Habitação e de Saneamento.

§ 3º A Receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor,

discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.0	RECEITA CORRENTE	R\$	27.573.797,00
1.1	Receita Tributária	R\$	3.491.580,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	650.000,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	360.200,00
1.6	Transferências Correntes	R\$	22.242.617,00
1.7	Outras Receitas Correntes	R\$	829.400,00
2.0	RECEITA DE CAPITAL	R\$	3.500.001,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	3.500.000,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	1,00
	RECEITA TOTAL	R\$	31.073.798,00

§ 4º A Despesa do Município de São Lourenço do Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
a)	Câmara de Vereadores	R\$	1.100.000,00
b)	Gabinete do Prefeito Municipal - GPM	R\$	520.000,00
c)	Procuradoria Geral do Município - PGM	R\$	196.000,00
d)	Controladoria Geral do Município - CGM	R\$	140.000,00
e)	Contadoria Geral do Município - CCM	R\$	226.000,00
f)	Secretaria Mun. da Administração e Planejamento - SAP	R\$	2.091.500,00
g)	Secretaria Municipal da Fazenda - SMF	R\$	355.000,00
h)	Secretaria Municipal de Educação - SME	R\$	6.192.086,00
i)		R\$	7.828.000,00
j)	Secretaria Mun. do Desenvolvimento Rural - SDR	R\$	2.402.200,00
k)	Secretaria Mun. do Desenvolvimento Social - SDS	R\$	1.735.000,00
l)	Secretaria Mun. Do Desenvolvimento Econômico - SDE	R\$	333.500,00
m)	Encargos Gerais do Município	R\$	1.175.000,00
n)	Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
o)	Fundo Municipal de Saúde	R\$	5.948.512,00
p)	Instituto Cultural de São Lourenço	R\$	341.000,00
q)	Comitê Desportivo Municipal	R\$	485.000,00
	DESPESA TOTAL	R\$	31.073.798,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	24.482.597,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	13.510.355,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	150.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$	10.822.242,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	6.586.201,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	6.286.201,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	R\$	300.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
	DESPESA TOTAL	R\$	31.073.798,00

## CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2010 estima a receita em 29.153.141,00 (vinte e nove milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e quarenta e um reais), e fixa a despesa em R\$ 23.199.286,00 (vinte e três milhões, cento e noventa e nove mil e duzentos e oitenta e seis reais) e de Transferências Financeiras para as demais entidades, no valor de R\$ 5.953.855,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

§ 1º A Receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.0	RECEITA CORRENTE	R\$	25.653.140,00
1.1	Receita Tributária	R\$	3.491.580,00
1.2	Receita de Contribuições	R\$	650.000,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$	326.200,00
1.6	Transferências Correntes	R\$	20.355.960,00
1.7	Outras Receitas Correntes	R\$	829.400,00
2.0	RECEITA DE CAPITAL	R\$	3.500.001,00
2.1	Operações de Crédito	R\$	3.500.000,00
2.3	Transferências de Capital	R\$	1,00
	RECEITA TOTAL	R\$	29.153.141,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
a)	Gabinete do Prefeito Municipal - GPM	R\$	520.000,00
a)	Procuradoria Geral do Município - PGM	R\$	196.000,00
b)	Controladoria Geral do Município - CGM	R\$	140.000,00
c)	Contadoria Geral do Município - CCM	R\$	226.000,00
d)	Secretaria Mun. da Administração e Planejamento - SAP	R\$	2.091.500,00
e)	Secretaria Municipal da Fazenda - SMF	R\$	355.000,00
f)	Secretaria Municipal de Educação - SME	R\$	6.192.086,00
g)	Secretaria Mun. do Desenvolvimento Urbano - SDU	R\$	7.828.000,00
h)	Secretaria Mun. do Desenvolvimento Rural - SDR	R\$	2.402.200,00
i)	Secretaria Mun. do Desenvolvimento Social - SDS	R\$	1.735.000,00
j)	Secretaria Mun. Do Desenvolvimento Econômico - SDE	R\$	333.500,00
k)	Encargos Gerais do Município	R\$	1.175.000,00
l)	Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
	DESPESA TOTAL	R\$	23.199.286,00

## CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2010 estima a receita em 1.920.657,00 (um milhão, novecentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e sete reais); fixa a despesa em R\$ 5.948.512,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e doze reais) e transferências financeiras recebidas do Município em R\$ 4.027.855,00 (quatro milhões, vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.0	RECEITA CORRENTE	R\$	1.920.657,00
1.1	Receita Patrimonial	R\$	34.000,00
1.6	Transferências Correntes	R\$	1.886.657,00
	RECEITA TOTAL	R\$	1.920.657,00
	Transferências Financeiras	R\$	4.027.855,00
	TOTAL GERAL	R\$	5.948.512,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
a)	Fundo Municipal de Saúde	R\$	5.948.512,00
	TOTAL GERAL	R\$	5.948.512,00

## CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Art. 4º O Orçamento do Instituto Cultural de São Lourenço para





o exercício de 2010 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais).

Transferências Financeiras	R\$	341.000,00
----------------------------	-----	------------

Parágrafo único. A Despesa do Instituto Cultural de São Lourenço será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
a) Instituto Cultural de São Lourenço	R\$	341.000,00

## CAPÍTULO V

### DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA – COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Art. 5º O Orçamento do Comitê Desportivo Municipal para o exercício de 2010 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais).

Transferências Financeiras	R\$	485.000,00
----------------------------	-----	------------

Parágrafo único. A despesa do Comitê Desportivo Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
a) Comitê Desportivo Municipal	R\$	485.000,00

## CAPÍTULO VI

### DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 6º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2010 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Transferências Financeiras	R\$	1.100.000,00
----------------------------	-----	--------------

Parágrafo único. Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
a) Câmara Municipal de Vereadores	R\$	1.100.000,00

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçada ou orçada à menor.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Durante o exercício de 2010 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, nos termos da legislação aplicável, mediante autorização legislativa através de lei específica.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas correntes decorrentes de convênios, acordos ou ajustes e as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. O excesso de arrecadação será apurado em cada fonte de recurso, observada a tendência do exercício.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 16. Os anexos da despesa que integram a presente Lei foram elaborados até o nível de Modalidade de Aplicação, sendo que a execução orçamentária será realizada em nível de Elemento de Despesa.

Art. 17. O Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso de arrecadação verificado na forma do § 1º, 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos na forma do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64;

III - o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 1º e 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## Decreto N° 3.964

DECRETO N° 3.964, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

DETERMINA A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 103/2009 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 013/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

Considerando que, após revisão prévia à sessão de abertura do Certame (designada para a data de 26 de novembro de 2009), referente ao Processo Licitatório nº 103/2009, Modalidade Tomada de Preços nº 013/2009, a Gerência de Licitações e Compras constatou divergência entre os valores constantes na solicitação



encaminhada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e os valores constantes na planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, o que ocasionou equívoco no Edital do Processo Licitatório referido;

Considerando que tal divergência impede o regular prosseguimento do certame, eis que impossibilita o Município a realizar a pretensa contratação pelos valores efetivamente orçados, tornando-se impositiva a anulação do Processo;

Considerando que a anulação não acarretará prejuízos aos interessados, eis que determinada antecipadamente à abertura do Certame.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 103/2009 Modalidade Tomada de Preços nº 013/2009, cujo objeto consiste na "contratação de empresa para edificação da estação de recalque de água bruta, a ser edificada na estação de tratamento de água (ETA), do Distrito de Presidente Juscelino no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com área total de 28,31 m².

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES,

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 3.965**

DECRETO Nº 3.965, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

cria o Núcleo de Tecnologias Educacionais da Rede Municipal de Ensino – NTM de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a tecnologia, seus avanços e suas consequências significativas, eis que a Escola precisa oferecer a sua clientela uma educação mais atrativa e produtora de conhecimentos mais amplos e ágeis, sendo que o professor, o aluno e, evidentemente, a comunidade precisam estar inseridos nesse processo que a atualidade exige, a fim de que sejam promovidos, social e profissionalmente, a cidadãos participativos e críticos.

CONSIDERANDO uma nova maneira de buscar o conhecimento, favorecida pela grande velocidade com que estão surgindo os meios de comunicação, a evolução e o convívio com a informática presente em todos os segmentos de sociedade, fez gerar a socialização das informações e uma nova interação humana, homem – máquina, partindo de forma diferente de refletir e de transmitir conhecimentos, ou seja: Indivíduos e técnicas não são mais meios, mas verdadeiros sujeitos para o pensamento.

CONSIDERANDO que a Rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Oeste - SC está nesse contexto, necessita-se de mudanças no fazer pedagógico escolar. Assim sendo, se faz necessária à implantação de um Núcleo Tecnológico Municipal – NTM, em que alunos, professores e comunidade escolar possam interagir com as novas tecnologias, buscando formas diferentes de refletir e transmitir conhecimentos, além de ter a formação necessária para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação Social – TICs.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Núcleo de Tecnologias Educacionais da Rede Municipal de Ensino – NTM, de São Lourenço do Oeste - SC.

Parágrafo único. O Núcleo de Tecnologia Educacional – NTM é

uma estrutura municipal de apoio permanente ao processo de introdução a tecnologia nas escolas públicas, e responsável pela implementação e pelo acompanhamento da utilização das tecnologias da informática nas escolas da área de abrangência do município na área urbana e rural.

Art. 2º São objetivos do Núcleo de Tecnologias Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Oeste - SC:

I - capacitar todos os professores da Rede Municipal de Ensino no uso das tecnologias;

II - possibilitar a utilização dos espaços informatizados disponíveis nas escolas, com recursos tecnológicos que auxiliem na formação e inclusão digital dos profissionais da educação e comunidade escolar, buscando familiarizá-los, motivá-los e prepará-los para a correta e significativa utilização dos recursos tecnológicos;

III - proporcionar aos professores encontros, cursos de aperfeiçoamento profissional, a fim de que façam uso adequado dessa nova ferramenta de trabalho;

IV - adequar a prática à teoria informatizada;

V - utilizar adequadamente os recursos tecnológicos no desenvolvimento da prática pedagógica como instrumento de conhecimento e comunicação;

VI - tornar o Núcleo de Tecnologia Municipal um espaço adequado para a formação e para o uso das diferentes mídias;

VII - conscientizar os profissionais a respeito da necessidade de conhecer e manusear os equipamentos de informática, para facilitar o trabalho e auxiliar nos processos de ensino e aprendizagem.

Art. 3º Os Recursos Humanos para o funcionamento do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTM serão organizados da seguinte forma:

I - Coordenador: Habilitação - Curso de Pedagogia e Especialização na área de Mídias ou Informática Educacional completo ou em curso; profissional efetivo do quadro do magistério, ocupante do cargo de Professor ou Assistente Técnico Pedagógico.

II - Multiplicador: Habilitação - Curso Superior na área de Informática; profissional lotado na Diretoria de Tecnologia da Informação.

III - Técnico: Habilitação - Curso Superior na área de Informática, completo ou em curso; profissional ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Compete ao Coordenador realizar as seguintes funções:

I - trabalhar com a formação dos professores da Rede Municipal de Ensino a fim de introduzir a informática na sua prática pedagógica;

II - acompanhar e incentivar o trabalho com as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs, realizado nas escolas;

III - prestar suporte pedagógico e técnico às escolas;

IV - pesquisar, desenvolver e disseminar experiências educacionais;

V - fazer um acompanhamento no planejamento dos professores a fim de que sejam inseridas as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs no currículo escolar;

VI - ajudar os professores na realização de atividades envolvendo as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs;

VII - articular projetos visando motivar professores e alunos a trabalharem com as mídias na educação;

VIII - publicar em sites específicos, bem como em outras mídias como rádio e jornais locais, os eventos e trabalhos desenvolvidos nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação;

IX - manter sempre ativa a comunicação entre coordenação, gestores e professores a fim de disseminar as informações e possibilidades.

X - oportunizar através de espaço virtual um local de pesquisa, produção e aprendizagem colaborativa.

§ 2º Compete ao Multiplicador realizar as seguintes funções:

I - pesquisar e divulgar ferramentas em software livre que podem ser utilizadas por professores e alunos;

II - criação de páginas e sites para alimentar dados das escolas;  
 III - construir juntamente com o coordenador um espaço on-line entre a coordenação e os professores da Rede Municipal de Ensino.

§ 3º Compete ao Técnico realizar as seguintes funções:

I - prestar suporte técnico e manutenção dos equipamentos de informática ao setor.

§ 4º Os profissionais para atuarem no Núcleo de Tecnologia Educacional - NTM de São Lourenço do Oeste serão designados por Portaria e não sofrerão prejuízos ou acréscimos no seu plano de carreira.

Art. 4º Para fins de funcionamento do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTM, serão disponibilizados os seguintes recursos tecnológicos:

I - 01 Computador, com acesso a Internet, vídeos, fone de ouvido, web can, leitor de CD, DVD, pendrive e placa de captura de vídeo;  
 II - 01 Aparelho de DVD com possibilidades de gravar fitas e programas de televisão;  
 III - 01 televisor LCD 20 polegadas, conectada com antena SKY;  
 IV - 01 aparelho de rádio com CD;  
 V - 01 aparelho vídeo cassete;  
 VI - 01 câmera digital;  
 VII - 01 filmadora.

Art. 5º Fica limitada a área de abrangência do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTM, nos seguintes termos:

I - 04 (quatro) Escolas Básicas Municipais situadas na Zona Urbana;

II - 02 (dois) CEIMs (Centros de Educação Infantil);

III - 01 (uma) Escola Isolada - Ensino do Pré-Escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental; e 01 (uma) Escola Básica - Ensino do Pré-Escolar ao 9º ano do Ensino fundamental, ambas situadas na Zona Rural; e

IV - Os Pré-Escolares que funcionam nas dependências das Escolas Estaduais, situadas nas Comunidades de Três Voltas, Presidente Juscelino e Frederico Wastner.

Parágrafo único. A área de abrangência também contemplará o Programa de Educação Tutorial - PET, cujo programa didático pedagógico é de cunho permanente e objetiva trabalhar a cidadania em oficinas educacionais e a Biblioteca Pública Municipal.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará o espaço físico para instalação do Núcleo de Tecnologia Municipal - NTM, junto às atuais instalações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 3.966

DECRETO N° 3.966, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 9º da Lei Municipal n° 1.778, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal n° 1.788, de 20/03/2009 e Lei Federal n° 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - superávit financeiro, adicionando-se as modalidades a seguir descritas, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

I - Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Funcional Programática: 05.01.04.122.4503.2.005

Acrescentar: Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.0.210 - 98 R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do superávit financeiro, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 e Leis Municipais n° 1.778/2008, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal n° 1.788, de 20/03/2009:

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### Prefeitura Municipal

### Decreto N° 463/2009

DECRETO N° 463/2009

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/08.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2.006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental ..... R\$ 5.408,81

ANULA:

3.1.91.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.408,81

SUPLEMENTA:

3.3.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.408,81

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

### Decreto N° 464/2009

DECRETO N° 464/2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 6º da Lei 513 de 10/12/2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 47.500,00 ( Quarenta e sete mil e quinhentos reais ) por conta do excesso de arrecadação do FUNDEB, na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2.006 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental .....  
..... R\$ 47.500,003.1.90.00.00.00.00.00.00.0053 – Aplicações Diretas ..... R\$ 27.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0053 – Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2009.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Balanço Orçamentário**Município de SAO PEDRO DE ALCANTA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>7.970.469,00</b>	<b>7.970.469,00</b>	<b>1.306.237,60</b>	<b>16,39</b>	<b>5.944.273,37</b>	<b>74,58</b>	<b>2.026.195,63</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.160.469,00</b>	<b>7.160.469,00</b>	<b>1.306.237,60</b>	<b>18,24</b>	<b>5.926.669,37</b>	<b>82,77</b>	<b>1.233.799,63</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	524.004,00	524.004,00	122.988,99	23,47	584.872,77	111,62	-60.868,77
IMPOSTOS	489.631,00	489.631,00	119.368,16	24,38	551.091,83	112,55	-61.460,83
TAXAS	34.373,00	34.373,00	3.620,83	10,53	33.780,94	98,28	592,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	251.330,00	251.330,00	47.239,15	18,80	225.541,93	89,74	25.788,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	134.000,00	134.000,00	10.811,32	8,07	99.380,69	74,16	34.619,31
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	117.330,00	117.330,00	36.427,83	31,05	126.161,24	107,53	-8.831,24
RECEITA PATRIMONIAL	209.000,00	209.000,00	37.153,88	17,78	196.676,44	94,10	12.323,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	209.000,00	209.000,00	37.153,88	17,78	196.676,44	94,10	12.323,56
RECEITA DE SERVIÇOS	7.690,00	7.690,00	1.240,01	16,12	3.512,61	45,68	4.177,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.599.722,00	5.599.722,00	1.060.731,15	18,94	4.791.529,78	85,57	808.192,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.599.722,00	5.599.722,00	986.433,65	17,65	4.714.926,88	84,35	874.795,12
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	4.297,50	0,00	5.002,50	0,00	-5.002,50
Transf. de Conv.	10.000,00	10.000,00	70.000,00	700,00	71.800,40	716,00	-61.800,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	568.723,00	568.723,00	36.884,42	6,49	124.535,84	21,90	444.187,16
Multas e Juros de Mora	241.857,00	241.857,00	3.131,63	1,29	8.322,67	3,44	233.534,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	10.845,92	0,00	37.085,38	0,00	-37.085,38
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	260.466,00	260.466,00	8.789,39	3,37	29.535,73	11,34	230.930,27
RECEITAS DIVERSAS	66.400,00	66.400,00	14.117,48	21,26	49.592,06	74,69	16.807,94
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>810.000,00</b>	<b>810.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.604,00</b>	<b>2,17</b>	<b>792.396,00</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	730.000,00	730.000,00	0,00	0,00	17.604,00	2,41	712.396,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	730.000,00	730.000,00	0,00	0,00	17.604,00	2,41	712.396,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>205.000,00</b>	<b>205.000,00</b>	<b>16.584,43</b>	<b>8,09</b>	<b>145.371,68</b>	<b>70,91</b>	<b>59.628,32</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>205.000,00</b>	<b>205.000,00</b>	<b>16.584,43</b>	<b>8,09</b>	<b>145.371,68</b>	<b>70,91</b>	<b>59.628,32</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	205.000,00	205.000,00	16.584,43	8,09	145.371,68	70,91	59.628,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	205.000,00	205.000,00	16.584,43	8,09	145.371,68	70,91	59.628,32
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>1.322.822,03</b>	<b>16,18</b>	<b>6.089.645,05</b>	<b>74,49</b>	<b>2.085.823,95</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>1.322.822,03</b>	<b>16,18</b>	<b>6.089.645,05</b>	<b>74,49</b>	<b>2.085.823,95</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>1.322.822,03</b>	<b>16,18</b>	<b>6.089.645,05</b>	<b>74,49</b>	<b>2.085.823,95</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>317.364,98</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>7.958.269,00</b>	<b>2.999.019,51</b>	<b>10.957.288,51</b>	<b>987.985,72</b>	<b>4.699.226,13</b>	<b>1.071.501,64</b>	<b>4.408.825,62</b>	<b>40,24</b>	<b>6.548.462,89</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.961.789,00</b>	<b>346.540,40</b>	<b>6.308.329,40</b>	<b>972.113,91</b>	<b>4.587.944,93</b>	<b>1.053.672,83</b>	<b>4.299.044,42</b>	<b>68,15</b>	<b>2.009.284,98</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.793.828,75	220.570,65	3.014.399,40	489.479,49	2.340.633,09	494.605,28	2.337.809,70	77,55	676.589,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.166.960,25	125.969,75	3.292.930,00	482.634,42	2.247.311,84	559.067,55	1.961.234,72	59,56	1.331.695,28
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.914.480,00</b>	<b>2.652.479,11</b>	<b>4.566.959,11</b>	<b>15.871,81</b>	<b>111.281,20</b>	<b>17.828,81</b>	<b>109.781,20</b>	<b>2,40</b>	<b>4.457.177,91</b>
INVESTIMENTOS	1.880.480,00	2.652.479,11	4.532.959,11	11.323,87	83.157,50	13.280,87	81.657,50	1,80	4.451.301,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	34.000,00	0,00	34.000,00	4.547,94	28.123,70	4.547,94	28.123,70	82,72	5.876,30
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>82.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>217.200,00</b>	<b>1.376,97</b>	<b>218.576,97</b>	<b>31.162,58</b>	<b>161.108,88</b>	<b>31.162,58</b>	<b>161.108,88</b>	<b>73,71</b>	<b>57.468,09</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	217.200,00	1.376,97	218.576,97	31.162,58	161.108,88	31.162,58	161.108,88	73,71	57.468,09
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>3.000.396,48</b>	<b>11.175.865,48</b>	<b>1.019.148,30</b>	<b>4.860.335,01</b>	<b>1.102.664,22</b>	<b>4.569.934,50</b>	<b>40,89</b>	<b>6.605.930,98</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>3.000.396,48</b>	<b>11.175.865,48</b>	<b>1.019.148,30</b>	<b>4.860.335,01</b>	<b>1.102.664,22</b>	<b>4.569.934,50</b>	<b>40,89</b>	<b>6.605.930,98</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.519.710,55</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>3.000.396,48</b>	<b>11.175.865,48</b>	<b>1.019.148,30</b>	<b>4.860.335,01</b>	<b>1.102.664,22</b>	<b>6.089.645,05</b>	<b>40,89</b>	<b>6.605.930,98</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 294.139,36

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTARA, 22/11/2009

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
PREFEITO MUNICIPALANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM  
CONTADORA CRC/SC 19.469MARIA DELENE S. JUNCKES  
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.MICHELE MAIA DA SILVA  
CONTROLE INTERNO**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

# Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.958.269,00	10.957.288,51	987.985,72	4.699.226,13	1.071.501,64	4.408.825,62	96,47	40,24	6.548.462,89
Legislativa	282.000,00	282.000,00	41.194,42	204.374,23	41.684,42	203.393,23	4,45	72,13	78.606,77
Ação Legislativa	282.000,00	282.000,00	41.194,42	204.374,23	41.684,42	203.393,23	4,45	72,13	78.606,77
Administração	1.241.000,00	1.050.000,00	110.796,30	684.520,45	128.253,34	637.965,04	13,96	60,76	412.034,96
Administração Geral	1.241.000,00	1.050.000,00	110.796,30	684.520,45	128.253,34	637.965,04	13,96	60,76	412.034,96
Segurança Pública	20.000,00	20.000,00	280,00	631,00	280,00	631,00	0,01	3,16	19.369,00
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00	280,00	631,00	280,00	631,00	0,01	3,16	19.369,00
Assistência Social	204.351,00	177.851,00	14.892,25	81.816,44	15.701,25	78.817,85	1,72	44,32	99.033,15
Assistência ao Idoso	13.652,00	13.652,00	3.058,28	10.850,67	2.405,24	10.197,63	0,22	74,70	3.454,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.699,00	95.699,00	11.833,97	70.965,77	13.296,01	68.620,22	1,50	71,70	27.078,78
Assistência Comunitária	100.000,00	68.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.500,00
Previdência Social	476.000,00	476.000,00	12.238,54	58.926,70	11.982,38	57.970,54	1,27	12,18	418.029,46
Previdência do Regime Estatutário	476.000,00	476.000,00	12.238,54	58.926,70	11.982,38	57.970,54	1,27	12,18	418.029,46
Saúde	1.262.540,05	1.320.412,00	245.520,94	1.036.178,16	241.555,40	955.997,18	20,92	72,40	364.414,82
Atenção Básica	1.262.540,05	1.320.412,00	245.520,94	1.036.178,16	241.555,40	955.997,18	20,92	72,40	364.414,82
Educação	1.248.936,75	1.456.777,10	207.345,65	1.115.758,33	240.828,64	1.076.273,96	23,55	73,88	380.503,14
Alimentação e Nutrição	52.296,00	67.296,00	14.011,44	58.319,69	13.235,65	52.847,48	1,16	78,53	14.448,52
Ensino Fundamental	915.840,75	952.481,10	122.927,88	695.113,77	150.359,15	663.653,51	14,52	69,68	288.827,59
Educação Infantil	275.800,00	423.000,00	67.291,33	350.879,87	74.118,84	348.327,97	7,62	82,35	74.672,03
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	14.000,00	3.115,00	11.445,00	3.115,00	11.445,00	0,25	81,75	2.555,00
Cultura	266.000,00	490.787,21	99.119,95	289.804,18	111.311,18	280.010,08	6,13	57,05	210.777,13
Difusão Cultural	266.000,00	490.787,21	99.119,95	289.804,18	111.311,18	280.010,08	6,13	57,05	210.777,13
Urbanismo	620.000,00	440.000,00	88.445,25	376.006,75	95.844,17	359.217,29	7,86	81,64	80.782,71
Serviços Urbanos	620.000,00	440.000,00	88.445,25	376.006,75	95.844,17	359.217,29	7,86	81,64	80.782,71
Saneamento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Gestão Ambiental	121.000,00	121.000,00	15.689,84	48.189,21	15.902,24	47.351,61	1,04	39,13	73.648,39
Preservação e Conservação Ambiental	121.000,00	121.000,00	15.689,84	48.189,21	15.902,24	47.351,61	1,04	39,13	73.648,39
Agricultura	248.000,00	248.000,00	16.459,59	153.949,91	25.590,28	127.337,79	2,79	51,35	120.662,21
Extensão Rural	248.000,00	248.000,00	16.459,59	153.949,91	25.590,28	127.337,79	2,79	51,35	120.662,21
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	2.294,06	11.893,60	1.544,06	11.143,60	0,24	20,26	43.856,40
Transporte	1.471.441,20	4.399.461,20	103.292,45	443.490,63	104.754,80	382.506,91	8,37	8,71	4.009.954,29
Transporte Rodoviário	1.471.441,20	4.399.461,20	103.292,45	443.490,63	104.754,80	382.506,91	8,37	8,71	4.009.954,29
Desporto e Lazer	195.000,00	180.000,00	12.422,29	104.188,76	18.275,29	100.711,76	2,20	55,95	79.288,24
Desporto Comunitário	195.000,00	180.000,00	12.422,29	104.188,76	18.275,29	100.711,76	2,20	55,95	79.288,24
Encargos Especiais	115.000,00	115.000,00	17.994,19	89.497,78	17.994,19	89.497,78	1,96	77,82	25.502,22
Serviço da Dívida Interna	35.000,00	35.000,00	4.547,94	28.123,70	4.547,94	28.123,70	0,62	80,35	6.876,30
Transferências	80.000,00	80.000,00	13.446,25	61.374,08	13.446,25	61.374,08	1,34	76,72	18.625,92
Reserva de Contingência	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
Reserva de Contingência	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	217.200,00	218.576,97	31.162,58	161.108,88	31.162,58	161.108,88	3,53	73,71	57.468,09
Administração	43.000,00	37.000,00	3.557,21	24.990,89	3.557,21	24.990,89	0,55	67,54	12.009,11
Administração Geral	43.000,00	37.000,00	3.557,21	24.990,89	3.557,21	24.990,89	0,55	67,54	12.009,11
Assistência Social	5.500,00	5.500,00	810,04	3.953,75	810,04	3.953,75	0,09	71,89	1.546,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.500,00	5.500,00	810,04	3.953,75	810,04	3.953,75	0,09	71,89	1.546,25
Saúde	40.000,00	40.000,00	5.187,15	26.430,46	5.187,15	26.430,46	0,58	66,08	13.569,54
Atenção Básica	40.000,00	40.000,00	5.187,15	26.430,46	5.187,15	26.430,46	0,58	66,08	13.569,54
Educação	82.200,00	91.576,97	15.215,09	75.067,29	15.215,09	75.067,29	1,64	81,97	16.509,68
Ensino Fundamental	38.000,00	51.076,97	8.587,17	42.150,30	8.587,17	42.150,30	0,92	82,52	8.926,67
Educação Infantil	44.200,00	40.500,00	6.627,92	32.916,99	6.627,92	32.916,99	0,72	81,28	7.583,01
Cultura	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	13.000,00	13.000,00	2.094,85	9.955,95	2.094,85	9.955,95	0,22	76,58	3.044,05
Serviços Urbanos	13.000,00	13.000,00	2.094,85	9.955,95	2.094,85	9.955,95	0,22	76,58	3.044,05
Gestão Ambiental	4.000,00	4.000,00	656,05	2.297,62	656,05	2.297,62	0,05	57,44	1.702,38
Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00	4.000,00	656,05	2.297,62	656,05	2.297,62	0,05	57,44	1.702,38
Agricultura	10.000,00	10.000,00	1.438,24	7.134,13	1.438,24	7.134,13	0,16	71,34	2.865,87
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	1.438,24	7.134,13	1.438,24	7.134,13	0,16	71,34	2.865,87
Comércio e Serviços	1.500,00	1.500,00	195,63	1.032,85	195,63	1.032,85	0,02	68,86	467,15
Turismo	1.500,00	1.500,00	195,63	1.032,85	195,63	1.032,85	0,02	68,86	467,15
Transporte	16.000,00	16.000,00	2.008,32	10.245,94	2.008,32	10.245,94	0,22	64,04	5.754,06
Transporte Rodoviário	16.000,00	16.000,00	2.008,32	10.245,94	2.008,32	10.245,94	0,22	64,04	5.754,06
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>8.175.469,00</b>	<b>11.175.865,48</b>	<b>1.019.148,30</b>	<b>4.860.335,01</b>	<b>1.102.664,22</b>	<b>4.569.934,50</b>	<b>100,00</b>	<b>40,89</b>	<b>6.605.930,98</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 22/11/2009

ERNEI JOSE STAHELIN	ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM	MARIA DELENE S. JUNCKES	MICHELE MAIA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 19.469	SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJ.	CONTROLE INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.





# Schroeder

## Prefeitura Municipal

### Lei Complementar N°080/2009

LEI COMPLEMENTAR N°080/2009

REESTRUTURA O PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reestruturar o Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder (PD-S).

Art. 2º O Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município e é parte do processo de planejamento municipal.

#### CAPÍTULO II

##### DA POLÍTICA URBANA

###### Seção I

###### Dos Objetivos e Diretrizes

Art. 3º O Plano Diretor Físico Territorial de Schroeder é o instrumento básico para a prática da política de desenvolvimento urbano do Município, bem como de orientação do desempenho dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão do espaço urbano e visa atingir o desenvolvimento pleno das funções sociais da cidade e da propriedade garantindo um uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de todo o seu território, assegurando aos cidadãos condições de bem-estar e segurança, conforme disposto nos Artigos 143, 144, 145 e 147 da Lei Orgânica do Município de Schroeder e da Lei Federal nº10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 4º Os critérios que asseguram o cumprimento dos objetivos expressos no Art. 3º desta Lei são:

I - a preservação, proteção e recuperação do meio-ambiente e da paisagem urbana, garantindo qualidade de vida para a população e incentivando o desenvolvimento da atividade turística;

II - a distribuição igualitária dos ônus e bônus advindos das obras e serviços de infraestrutura urbana e a recuperação e a reversão, para a coletividade, da valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos;

III – racionalização e adequação da utilização da infraestrutura urbana instalada evitando que esta seja sobrecarregada ou subutilizada;

IV – o desenvolvimento de planos e projetos que permitam a produção de novas unidades habitacionais, em condições sanitárias adequadas e socialmente dignas;

V – a otimização do sistema de transporte público conferindo boas condições de mobilidade urbana;

VI – boas condições de acessibilidade física aos equipamentos urbanos a todos os cidadãos;

VII – estimular o envolvimento da iniciativa privada em investimentos que visem à implantação de programas e projetos de urbanização dos espaços de uso coletivo e/ou comunitário;

VIII - a gestão participativa, ou seja, a participação do cidadão no processo de construção da cidade.

Parágrafo único. Entende-se por boas condições de acessibilidade física a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos.

Art. 5º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para atingir os objetivos citados no parágrafo anterior:

I - o uso e ocupação do solo deverão respeitar a capacidade da infra-estrutura urbana instalada. Esta deverá ser compatível com as condições de sustentabilidade ambiental, permitindo o adensamento populacional em áreas com capacidade de suporte para tal, coibindo a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou cujos solos possuam qualidades consideráveis quanto à sua fertilidade e de áreas cujo solo e/ou subsolo tenha sido utilizado em atividades que ofereçam riscos ou danos à saúde e/ou à integridade física;

II – listagem, cadastramento e mapeamento das áreas passíveis de receber tratamento especial em função de apresentarem condições de fragilidade ambiental, valor cênico-paisagístico, importância histórica e/ou cultural e que sejam de interesse social;

III - a concessão de incentivos especiais à produção de habitação de interesse social mediante o aumento da oferta e disponibilidade de utilização do solo urbano;

IV - a utilização de instrumentos que permitam a regularização de assentamentos populares;

V - o incentivo à convivência de múltiplos usos em todas as áreas da cidade, observando-se as diferentes características e funções do sistema viário, as características da vizinhança e as condições ambientais e de salubridade;

VI – a definição de mecanismos e instrumentos que possibilitem a atuação integrada entre a iniciativa privada e o poder público em empreendimentos que gerem impactos e /ou transformações profundas no ambiente e no tecido urbano;

VII - a utilização de instrumentos urbanísticos que acompanhem a dinâmica da cidade;

VIII – o estabelecimento de práticas de planejamento que possibilitem e ordenem à participação do cidadão no processo de gestão da cidade;

IX - a adoção de procedimentos operacionais que garantam o controle e a revisão sistemática deste plano e da Política de Desenvolvimento Urbano;

X – a implantação de bens públicos que atendam realmente às necessidades das comunidades em que se inserem;

XI – normas urbanísticas claras, inteligíveis e aplicáveis.

###### Seção II

###### Da Função Social da Propriedade

Art. 6º O Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder indica através de legislação própria os princípios de desenvolvimento urbano que devem orientar as entidades públicas e privadas, visando o desenvolvimento integrado da comunidade e garantindo o cumprimento da função social da propriedade urbana, conforme previsto no Art. 144, § 1º da Lei Orgânica do Município de Schroeder.

§ 1º Entende-se por adequada à sua função social a propriedade urbana que seja dotada, no mínimo, das seguintes características:

I – que seja utilizada para atividades de caráter urbano em compatibilidade com a capacidade de infraestrutura urbana instalada;

II – que seja utilizada de acordo com o grau de sustentabilidade do ambiente em que esteja inserida;

III – que não ofereça riscos à segurança e à saúde dos habitantes de suas unidades vizinhas.

§ 2º Entende-se por atividades de caráter urbano aquelas que

estejam ligadas às funções de habitar, circular, produzir, comercializar bens e serviços, prestar serviços e atividades que visem ou contribuam para a preservação do meio ambiente natural e construído.

Art. 7º Compete à Diretoria de Planejamento Urbano orientar e controlar a aplicação do PD-S e dos instrumentos de regulação urbanística nele elencados, bem como executar e supervisionar o desenvolvimento das proposições indicadas tendo em vista os dispositivos desta Lei, da Lei de Parcelamento do Solo, da Lei Orgânica do Município de Schroeder e de outras normas que venham a ser estabelecidas.

Art. 8º O Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder, devidamente aprovado e sancionado, poderá ser modificado, no todo ou em parte, obedecendo-se ao devido processo legislativo determinado no Art. 50 da Lei Orgânica do Município de Schroeder, atendendo-se, para esse fim, as determinações do Art. 144, §2º do mesmo diploma legal.

### Seção III

#### Das Definições

Art. 9º Para os fins desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I – Adensamento: intensificação do uso do solo;

II – Área Edificada ou Construída: soma das áreas de todos os pavimentos de uma edificação;

III – Área Especial: porção do território Municipal delimitada por lei, que se sobrepõe às zonas em função de peculiaridades que exigem tratamento especial;

IV – Área Líquida: área total do bairro, excluídas as áreas verdes, as de preservação e os arruamentos;

V – Área útil: área construída do lote utilizada para o desenvolvimento das atividades predominantes do uso;

VI – Concessão de Direito Real de Uso: contrato pelo qual a administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, com direito real resolúvel, para que dele se utilize com fins específicos para urbanização, industrialização e edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social;

VII – Estoque de Área Edificável: a totalidade em que é possível edificar em uma determinada área acima daquela correspondente ao Coeficiente de Aproveitamento e Densidade Básicos;

VIII – Favela: comunidade com situação fundiária total ou parcialmente ilegal, com infra-estrutura básica precária e com tempo de existência igual ou superior a 02 (dois) anos;

IX – Habitação de Interesse Social: aquela de família que vive em favelas, vilas ou loteamentos irregulares ou a que aufera renda inferior a 03 (três) salários mínimos;

X – Lote padrão: menor lote admitido para parcelamento com exceção daqueles passíveis de intervenções em áreas definidas no Art. 26 desta Lei.

XI – Sistema Viário: conjunto de vias, logradouros, acessos e travessias, destinado à circulação de veículos e pedestres, operacionalizado com elementos de fiscalização, sinalização e controle de tráfego;

XII – Sistema Viário Principal: sistema constituído pelos principais acessos do município, permitindo articulações, deslocamentos, distribuições e apoios a suas vias;

XIII – Uso do solo: é a utilização de uma determinada área para determinada finalidade.

XIV – Vila: conjunto de casas contíguas no mesmo lote, destinadas predominantemente à habitação de aluguel caracterizada pela implantação encravada no interior dos quarteirões ou no fundo de quintais;

XV – Zonas: porções do território do município delimitadas por lei e caracterizadas por suas funções sociais e físico-ambientais diferenciadas.

### CAPÍTULO III

#### ZONEAMENTO E USO DO SOLO

Art. 10. O zoneamento define o perímetro urbano do Município, entendido como o limite entre a Zona Urbana e a Zona Rural.

§ 1º Entende-se por Zona Urbana a porção do território destinada às funções de habitação, circulação, recreação e trabalho.

§ 2º Entende-se por Zona Rural a porção do território destinada às atividades agrícolas, pecuárias, minerárias, ao turismo, às atividades de apoio à agricultura e à agroindústria, e à conservação das áreas de interesse ambiental.

Art. 11. A alteração das Zonas Urbana e Rural deverá ser precedida de estudos técnicos e de parecer conclusivo comprovando sua necessidade, com consulta prévia ao Conselho da Cidade e ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Parágrafo único. O mapa da área rural, com seu respectivo zoneamento será elaborado num prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de aprovação desta lei, devendo a aprovação de tal mapa ser objeto de Decreto do Poder Executivo.

Art. 12. São diretrizes para o zoneamento rural de Schroeder:

I – assegurar a proteção do patrimônio ambiental da cidade e dos mananciais de interesse para abastecimento, com base na identificação de usos adequados às áreas ambientalmente frágeis;

II – assegurar a extração de minerais com vistas às questões sócio-econômicas, permitindo a ocorrência de Áreas de Interesse Social, observado o disposto na alínea d, inciso II do Art. 2º da Resolução CONAMA nº369/2006.

Art. 13. A área urbana da sede municipal ficará dividida nas seguintes zonas:

I – Zona Residencial (ZR), subdividida em 03 tipos:

- a) Zona Residencial 1 (ZR-1)
- b) Zona Residencial 2 (ZR-2)
- c) Zona Residencial 3 (ZR-3)

II – Zona de Comércio e Serviços (ZCS)

III – Zona Especial (ZE)

IV – Zona Industrial (ZI)

V – Zona Industrial Preestabelecida (ZIPE)

VI – Zona de Preservação (ZP)

Art. 14. Os usos de solo possíveis e as diferentes atividades permitidas serão classificados em cada zona, de acordo com o estabelecido no Anexo III - Quadro de Usos Admitidos.

Art. 15. As construções serão classificadas conforme os seguintes usos:

R – Residencial;

C – Atividades Econômicas de Nível C;

S – Atividades Econômicas de Nível S;

E – Atividades Institucionais;

I – Atividades Econômicas de Nível I.

Art. 16. Serão mantidos os usos e edificações existentes ou licenciados até a data de publicação desta Lei, observando-se o seguinte:

I - As ampliações, reformas ou substituições de uso de edificações existentes ou licenciadas anteriormente à vigência desta Lei, mas que a contrariem, serão objeto de análise do Conselho da Cidade de Schroeder.

II - Os usos que contrariem esta Lei não poderão ser restabelecidos após 06 (seis) meses de descontinuidade.

Art. 17. A autorização de uso novo em prédio existente fica condicionada à observância das normas desta Lei e do Código de Obras do Município.

Art. 18. Para pleitear sua instalação no Município, os proprietários de empreendimentos industriais deverão submeter à Prefeitura Municipal, uma Consulta de Viabilidade, informando a produção industrial e a planta de situação, os quais serão encaminhados à Diretoria de Planejamento Urbano, e ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os casos de expansão, por aumento de produção ou ampliação da área construída, de estabelecimentos industriais localizados no Município, somente poderão ser licenciados após prévia apreciação e pronunciamento das mesmas autoridades, com o aval do Conselho da Cidade de Schroeder.

Art. 19. Uma vez aprovado o pedido de instalação, a Diretoria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal indicará a adequação industrial à área sugerida pelo interessado, de acordo com as determinações do Quadro de Usos Admitidos que acompanha esta Lei.

Art. 20. A caracterização e a delimitação das Zonas previstas no Art. 13 da presente Lei será a seguinte:

I - Zona Residencial (ZR): ocupa maciçamente o espaço urbano, e se caracteriza pelas densidades a serem atingidas, pela relação entre habitação, terreno e sistema viário, pela disponibilidade atual de infra-estrutura e pela coexistência entre o uso residencial e outros usos, sendo estabelecidas três zonas residenciais no Município de Schroeder: ZR-1; ZR-2 e ZR-3.

a) A ZR-1 atinge a área do Bracinho e Itoupava-Açú, limitando-se ao sul pelo eixo imaginário da ponte Trindade sobre o Rio Itapocuzinho, e o prolongamento imaginário deste eixo em direção leste, até encontrar o ponto afastado 100,00 (cem) metros do lado esquerdo da esquina das Ruas Paulo Lindner e Brusque; limita – se a oeste pela linha da faixa de preservação permanente do Rio Itapocuzinho; limita – se ao norte pela linha limite do perímetro urbano (final da Rua 300 – 23 de Março); limita – se a leste pela linha limite do perímetro urbano (trecho entre o final da Rua 300 – 23 de Março e o ponto afastado 100,00 (Cem) metros do lado esquerdo da esquina das Ruas Paulo Lindner e Brusque);

b) A ZR-2 atinge duas áreas distintas, sendo uma em Schroeder I, e outra englobando Centro Sul, Rio Eram, Centro e Centro Leste;

1. Em Schroeder I, limita-se ao norte pelo limite do perímetro urbano (cota 100), pelo eixo da Rua Otto Hackbarth e pela linha da divisa entre os imóveis de CSM Máquinas e Equipamentos Para Construção Ltda. e Juarez Slomp, seguindo por esta até encontrar a Rua Erich Froehner; limita-se a oeste pelo eixo da Rua Erich Froehner, seguindo por esta em direção sul até encontrar a servidão de passagem que atende ao imóvel de Afonso Ristau, seguindo por esta na direção oeste numa extensão de 200,00 (duzentos) metros, a partir do eixo da Rua Erich Froehner, seguindo em direção sul numa linha equidistante 200,00 (duzentos) metros do eixo da Rua Erich Froehner, até encontrar a faixa de preservação do Rio Oriente; seguindo por esta em direção leste até a divisa com o município de Guaramirim. Limita-se ao sul pela linha limite do perímetro urbano/(cota 100); limita-se a leste pela linha limite do perímetro urbano (cota 100);

2. No Centro, limita-se ao norte pela faixa de preservação permanente do rio Duas Mamas, pela linha imaginária do prolon-

gamento da Rua Clara Borinelli; pela linha afastada em 350,00 (trezentos e cinquenta) metros do lado ímpar da Rua Barão do Rio Branco; pela linha equidistante 200,00 (duzentos) metros do prolongamento projetado da Rua Francisco Weiss, pela faixa de preservação do Rio Braço São José; ao sul pela linha limite do perímetro urbano (cota 100), divisa dos imóveis de Gosvino Zoz e herdeiros de Erich Froehner; a leste pela linha limite do perímetro urbano (cota 100); a oeste pela linha imaginária equidistante 100,00 (cem) metros do alinhamento predial das Ruas Marechal Castelo Branco (lado par) e Erich Froehner (lado ímpar) até encontrar o Rio Braço São José;

c) A ZR-3 limita-se ao sul pelas linhas das faixas de preservação dos Rios Braço São José e Duas Mamas, até a linha do limite do perímetro urbano; limita-se a leste pela linha do limite do perímetro urbano (cota 100); limita-se ao norte seguindo a linha do limite do perímetro urbano até encontrar com o ponto afastado 100,00 metros do lado esquerdo da esquina das Ruas Paulo Lindner e Brusque, seguindo a partir deste ponto em direção oeste, uma linha reta imaginária, até encontrar com a linha imaginária do eixo da ponte trindade sobre o Rio Itapocuzinho, equidistante 100,00 metros do alinhamento predial da Rua Marechal Castelo Branco (lado direito); limita-se a oeste, a partir da linha imaginária do eixo da Ponte Trindade sobre o Rio Itapocuzinho, equidistante 100,00 metros do alinhamento predial da Rua Marechal Castelo Branco (lado direito) em direção sul, seguindo a linha equidistante 100,00 metros do alinhamento predial da Rua Marechal Castelo Branco (lado direito) até encontrar com a faixa de preservação do Rio Braço São José;

II – A Zona de Comércio e Serviços (ZCS) é a área em que as atividades comerciais e de serviços precisam ser consolidadas de modo que a região torne-se centro efetivo da hierarquia dos espaços urbanos, funcionando como área em torno da qual se organizam as demais atividades. A Zona de Comércio e Serviços (ZCS), está limitada ao norte pelo eixo da ponte trindade sobre o rio Itapocuzinho, e seu prolongamento imaginário até a distância de 100,00 (cem) metros do alinhamento predial da Rua Marechal Castelo Branco (lado direito); limitada ao sul pelo eixo da Rua Jaraguá; pelo eixo da Rua Erich Froehner, e pela divisa dos imóveis de Gosvino Zoz e herdeiros de Erich Froehner numa distância de 100,00 (cem) metros do alinhamento predial da Rua Marechal Castelo Branco; limitada a leste pela linha imaginária equidistante 100,00 (cem) metros do alinhamento predial das Ruas Marechal Castelo Branco (lado direito) e Erich Froehner (lado esquerdo); limitada a oeste pela faixa de preservação permanente do Rio Itapocuzinho;

III - Zona Especial (ZE), tendo por finalidade limitar o crescimento da cidade de forma mais rígida em determinadas direções, preservar áreas necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico e assegurar convenientes condições de salubridade, limitando-se ao norte pela faixa de preservação do rio Braço São José; limitando-se ao sul pela linha imaginária distante 150,00m do eixo da Rua Barão do Rio Branco (lado esquerdo); limitando-se a oeste por uma linha imaginária equidistante 200,00 metros do prolongamento projetado da Rua Francisco Weiss, no trecho entre a faixa de preservação do Rio Braço São José e a linha imaginária distante 150,00 (cento e cinquenta) metros do eixo da Rua Barão do Rio Branco (lado esquerdo); limitando-se a leste por uma linha imaginária do prolongamento projetado da Rua Clara Borinelli entre o Rio Duas Mamas e a linha imaginária distante 150,00 metros do eixo da Rua Barão do Rio Branco (lado esquerdo);

IV – Zona Industrial (ZI), cujas atividades destinam-se ao uso industrial de grande porte e de grande potencial poluidor/degradador, complementado pelo uso residencial, comercial, de prestação de serviços e outros compatíveis. A Zona Industrial (ZI), limitando-se ao sul pelo eixo da Rua Otto Hackbarth, pela linha da divisa entre os imóveis de CSM Máquinas e Equipamentos para Construção Ltda. e de Juarez Slomp, pelo eixo da Rua Erich Fro-



ehner, pelo eixo da servidão de passagem que atende o imóvel de Afonso Ristau, pela linha equidistante 200,00 (duzentos) metros do eixo da Rua Erich Froehner (lado direito) e faixa de preservação do Rio Oriente; limitando-se a oeste pela linha da faixa de preservação do Rio Itapocuzinho; limitando-se ao norte pelo eixo da Rua Jaraguá, eixo da Rua Erich Froehner e linha da divisa dos imóveis de Gosvino Zoz e herdeiros de Erich Froehner; limitando-se a leste pela linha limite do perímetro urbano (cota 100);

V – Zona Industrial Preestabelecida (ZIPE), destina-se ao uso industrial já instalado, de pequeno, médio e grande porte e de pequeno, médio e grande potencial poluidor/degradador, complementado pelo uso residencial, comercial, de prestação de serviços e outros compatíveis; sendo essa restrita aos imóveis das empresas discriminadas no Anexo V da presente Lei.

Art. 21. A Zona de Preservação (ZP) é destinada à proteção dos cursos de água, elevações e áreas com declividades impróprias à ocupação e visam à valorização da paisagem urbana e a conservação do meio ambiente natural e localizam-se em todo o perímetro do Município de Schroeder.

§ 1º A realização de movimentos de terra (corte e aterro) que alterem o perfil das elevações e forma dos acidentes naturais ou a supressão de vegetação nativa e de porte da área dependerá da aprovação prévia conjunta dos órgãos ambientais competentes, do Conselho da Cidade de Schroeder e da Municipalidade.

§ 2º A ZP – 1 compreende os terrenos de cota 100 acima do nível do mar.

§ 3º A ZP – 2 compreende as áreas que não poderão ser parceladas devido à declividade ser maior ou igual a 30% (trinta por cento), independente da marcação do mapa em anexo.

§ 4º As ZP – 3 são faixas ao longo das margens dos rios destinadas à proteção dos cursos da água, tendo para sempre resguardadas o livre e franco acesso ao público, já que não se admite a sua privatização. Essas faixas têm largura definida conforme legislação federal vigente.

§ 5º As Zonas de Preservação não poderão ser parceladas nem desmatadas exceto quando comportarem reservatórios de água, torres telefônicas ou linhas de transmissão de energia elétrica.

§ 6º Os proprietários dos imóveis que contêm Áreas de Preservação serão avisados de sua situação através de comunicado do Poder Executivo Municipal para que tomem conhecimento da Lei.

§ 7º As Zonas de Preservação não poderão conter Áreas Especiais.

Art. 22. Fica a cargo do Poder Executivo Municipal a delimitação específica das Zonas de Preservação, incluindo seu mapeamento quando tais zonas não estiverem delimitadas e caracterizadas no Mapa de Zoneamento que acompanha esta Lei, e que dela faz parte.

Art. 23. Os usos admitidos e os índices urbanísticos para cada uma das Zonas descritas no artigo anterior estão listados no Anexo III - Quadro de Usos Admitidos.

Art. 24. A criação de novas zonas fica restrita à revisão do Plano Diretor de Schroeder, no prazo estabelecido no Art. 126, V, da presente Lei.

Parágrafo único. Fica previsto que as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) serão criadas por lei específica.

Art. 25. O Poder Executivo Municipal diligenciará junto ao órgão estadual responsável pelo desenvolvimento urbano e pelo meio ambiente e à Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI para que as legislações dos municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim e Joinville, não consagrem, em relação aos terrenos contíguos às divisas com Schroeder, usos e intensidades de usos conflitantes com aqueles previstos na presente Lei.

## CAPÍTULO IV

### DAS ÁREAS ESPECIAIS

Art. 26. Áreas Especiais são porções da Zona Urbana situadas em zonas adensáveis ou não, com destinação específica ou normas próprias de uso e ocupação do solo, compreendendo:

I - Área de Controle de Gabarito;

II - Área de Operação Urbana;

III - Zona Especial de Interesse Social.

Parágrafo único. As áreas especiais estarão demarcadas em mapa específico que será elaborado num prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de aprovação desta lei, devendo a aprovação de tal mapa ser objeto de Decreto do Poder Executivo.

Art. 27. Área de Controle de Gabarito são aquelas que, mesmo passíveis de adensamento, visam à proteção do valor cênico paisagístico de trechos da cidade, compreendendo:

I – descrição da área;

II – delimitação da área, conforme estabelecido em Mapa específico a ser elaborado pelo Poder Público Municipal.

Art. 28. Área de Operação Urbana é aquela que, por suas características de ocupação, aspectos sócio-econômicos e culturais da população residente, ou por sua fragilidade ambiental, necessita de operações ou transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e/ou planos de recuperação.

§ 1º Entende-se por Operação Urbana o conjunto integrado de intervenções e medidas a ser coordenado pelo Poder Público através de plano específico, com a participação da iniciativa privada e comunidade local;

§ 2º O Poder Público definirá as transformações e operações necessárias para cada Operação Urbana prevista nesta Lei.

§ 3º As especificações referidas no parágrafo anterior serão previstas em lei específica para cada Operação Urbana, assim como o programa de alterações de índices urbanísticos, destinação dos recursos auferidos, estoques de terra, transferências de potencial construtivo, potencial adicional de construção, alteração do uso e ocupação do solo, termos de consórcios celebrados entre Poder Público e iniciativa privada, entre outros instrumentos previstos na Lei Federal nº10.257/2001.

§ 4º As leis de que trata o parágrafo anterior deverão conter plano que preveja, no mínimo:

I - definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança.

Art. 29. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinam-se primordialmente à produção, manutenção e recuperação de habitações de interesse social e compreendem:

I - terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas, vilas ou loteamentos irregulares delimitados em Mapa específico a ser elaborado pelo Poder Público Municipal, em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização e regularização jurídica;

II - glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificados, subutilizados ou não utilizados, com área superior a 400m<sup>2</sup> necessários para implantação de programas habitacionais destinados a grupos sociais de renda familiar de até 03 (três) salários mínimos ou seu sucedâneo legal.

Art. 30. O Poder Executivo deverá elaborar plano de urbanização



para cada uma das Zonas Especiais de Interesse Social, que deverá ser aprovado pela Diretoria de Planejamento Urbano, ouvido o Conselho da Cidade de Schroeder, devendo o mesmo estabelecer:

I - padrões específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo para as edificações;

II - formas de participação dos moradores, proprietários e empreendedores na viabilização do plano;

III - a fixação do preço, forma de financiamento, transferência ou aquisição das unidades habitacionais a serem produzidas.

Art. 31. Para promover a regularização jurídica dos assentamentos situados em ZEIS, o Poder Executivo poderá:

I - utilizar a Concessão do Direito Real de Uso;

II - assegurar a assistência jurídica gratuita para a promoção de ações de Usucapião para população de até 03 (três) Salários Mínimos ou seu sucedâneo;

III - promover ações discriminatórias cabíveis, quando for o caso.

§ 1º Em nenhum caso previsto neste artigo poderá ser utilizada a doação de imóveis públicos;

§ 2º A delimitação da ZEIS não anistia os loteadores irregulares das penalidades previstas em lei.

Art. 32. Depois de aprovado o plano da ZEIS, não será permitido o remembramento de lotes, exceto para a implantação de equipamentos comunitários coletivos.

Art. 33. O Poder Executivo deverá encaminhar anualmente a Câmara Municipal, anexo à proposta orçamentária, programa de intervenção nas ZEIS, com indicação dos recursos correspondentes.

## CAPÍTULO V

### DOS INSTRUMENTOS PARA A POLÍTICA URBANA

#### Seção I

##### Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória

Art. 34. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, nos termos do Art. 182, § 4º, da Constituição Federal, nos Artigos 5º e 6º da Lei Federal nº10.257/2001, e do Art. 145 da Lei Orgânica do Município de Schroeder, os imóveis não-edificados, subutilizados ou não utilizados, delimitados em mapa a ser elaborado pela municipalidade, aprovado mediante Decreto do Poder Executivo, denominado Mapa de Imóveis Não-Edificados, Subutilizados ou Não-Utilizados do Município de Schroeder.

Parágrafo único. Lei Municipal específica poderá definir outros imóveis para aplicação do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, excluídos os imóveis localizados nas Zonas Especiais e nas Zonas de Preservação.

Art. 35. Considera-se subutilizado o imóvel, público ou particular que apresente:

I - Subutilização ocupacional: imóveis edificados em Índice de Aproveitamento (IA) superior a 10% (dez por cento) do Índice de Aproveitamento (IA) permitido para a zona, e cuja área ocupada da edificação para o exercício da(s) atividade(s) existente(s) no imóvel, for inferior a 10% (dez por cento) da área construída total, ou;

II - Subutilização construtiva: quando o Índice de Aproveitamento (IA) utilizado no imóvel considerando a somatória da área construída da(s) edificação (ões) existente(s) no imóvel for inferior a 10% (dez por cento) do Índice de Aproveitamento (IA) permitido.

§ 1º Para efeito de aplicação da utilização compulsória para imóveis não utilizados ou com subutilização ocupacional, nos termos do inciso I deste artigo, serão considerados os imóveis edificados que estejam desocupados por período superior a 02 (dois) anos.

§ 2º Não serão consideradas para efeito de cálculo das áreas su-

butilizadas para efeito da subutilização construtiva, nos termos do inciso II deste artigo, as porções do imóvel recobertas por vegetação de interesse ambiental, conforme análise dos órgãos competentes da Administração Municipal.

Art. 36. O proprietário será notificado pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação prevista no Art.34 da presente Lei, devendo promover o cumprimento da função social de sua propriedade, nos termos do Art. 6º desta Lei, observando os seguintes prazos:

I - 01 (um) ano para:

a) utilização de imóveis não utilizados ou com subutilização ocupacional, conforme definido no inciso I, do artigo anterior;

b) protocolização de pedido de Alvará de Construção e/ou Parcelamento, instruído com cronograma para execução do empreendimento, nos casos de imóveis não edificados ou com subutilização construtiva, nos termos do inciso II, do artigo anterior.

II - 02 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 1º A notificação a que alude o caput será feita por servidor municipal competente, na seguinte conformidade:

I - pessoalmente ao proprietário do imóvel, no endereço constante do cadastro imobiliário municipal, ou no caso de o proprietário ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II - por edital, quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista no inciso I.

§ 2º A notificação deverá ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarimir, sendo que a transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios ao(s) novo(s) proprietário(s) ou sucessor(es), sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 3º Os empreendimentos de grande porte, excepcionalmente, poderão ser executados em etapas, em prazo superior ao previsto no inciso II do caput deste artigo, desde que o projeto seja aprovado na íntegra, juntamente com o cronograma de execução de todas as etapas.

§ 4º A paralisação das obras ou o não atendimento do cronograma de obras previsto no parágrafo anterior, sem justificativa aceita pelo Poder Executivo Municipal representado pela figura do Conselho da Cidade de Schroeder, implicará na imediata caracterização do imóvel como não edificado, subutilizado ou não utilizado, sujeitando o proprietário às cominações legais aplicáveis a espécie, nos termos do disposto nesta Lei e na legislação federal.

§ 5º Serão aceitos como formas de aproveitamento de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados a construção de equipamentos comunitários ou espaços livres arborizados, desde que seja previsto o uso público e garantida a melhoria da qualidade ambiental, conforme diretrizes fornecidas pelo Poder Executivo Municipal e análise do órgão ambiental municipal competente.

§ 6º Não serão considerados aproveitados, nos termos desta Lei, os imóveis dotados de edificação abandonada ou utilizada por alguma forma de ocupação transitória ou móvel (barraca de acampamento e/ou coberturas leves).

#### Seção II

##### Do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação

Art. 37. Em caso do descumprimento das condições e prazos previstos no Art. 36 desta Lei, o Poder Executivo Municipal procederá à aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota durante cinco exercícios fiscais consecutivos, nos termos estabelecidos em lei municipal específica.

§ 1º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja

atendida em 05 (cinco) anos, o Poder Executivo Municipal:

I - manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra à obrigação prevista no Art. 29 desta Lei, ou;

II - poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, desde que o imóvel esteja cadastrado como de interesse do Poder Público.

§ 2º Os títulos da dívida pública previstos no inciso II deste parágrafo, terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização, nos termos do § 2º, do Art. 8º, da Lei Federal nº10.257/2001, de 10 de julho de 2001, e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º A partir da incorporação do imóvel ao patrimônio público, o Poder Executivo Municipal procederá ao seu adequado aproveitamento no prazo máximo de 05 (cinco) anos, diretamente ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observado nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§ 4º O instrumento de que trata o caput deste artigo e as sanções a que está sujeito o Poder Público em caso de descumprimento das obrigações nele estabelecidas somente poderão ser aplicados após elaboração e aprovação de Lei específica, com a anuência do Poder Legislativo Municipal.

### Seção III

#### Do Direito de Preempção

Art. 38. O Direito de Preempção confere ao Poder Executivo Municipal preferência na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. O Direito de Preempção poderá ser exercido sempre que o Poder Executivo Municipal necessitar de áreas prioritariamente para:

I – criação de espaços de lazer e áreas verdes;

II – implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

III - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental, histórico, cultural ou paisagístico;

V - regularização e constituição de reserva fundiária.

Art. 39. As Zonas Especiais de Interesse Social e os imóveis de Interesse Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural e os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, estão sujeitos ao Direito de Preempção, desde que tenham sido devidamente cadastrados pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º Através de Lei Municipal específica, o Poder Executivo Municipal poderá proceder à delimitação de outras áreas sujeitas a incidência do Direito de Preempção.

§ 2º O proprietário de imóvel passível de Direito de Preempção receberá aviso do Poder Público Municipal informando a inclusão do imóvel de sua propriedade no Cadastro de Imóveis Sujeitos a Direito de Preempção.

§ 3º O aviso referido no parágrafo anterior deve ser emitido num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de inclusão do imóvel e seu recebimento será comprovado através de correspondência registrada.

Art. 40. O proprietário de imóvel incluído nos termos do caput do artigo anterior deverá, antes de proceder à alienação, notificar o Poder Executivo Municipal sobre sua intenção, juntamente com as informações sobre preço, condições de pagamento, prazo de validade e proposta de compra assinada por terceiro na aquisição do imóvel.

§ 1º A partir do recebimento da notificação prevista no caput

deste artigo o Poder Executivo Municipal terá 30 (trinta) dias para se manifestar por escrito sobre a aceitação da proposta, devendo publicar em jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 2º Transcorridos 30 (trinta) dias da notificação prevista no caput sem manifestação do Poder Executivo Municipal, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§ 3º Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Poder Executivo Municipal cópia do instrumento público de alienação do imóvel, num prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º A alienação a terceiros, processada em condições diversas da proposta apresentada, poderá ser considerada nula de pleno direito, nos termos do disposto no § 5º, do Art. 27, da Lei Federal nº10.257/2001.

§ 5º Na ocorrência da hipótese prevista no § 4º deste Artigo, o poder Público poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

### Seção IV

#### Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 41. A utilização do potencial construtivo ou de adensamento para imóveis localizados nas ZRs (Zonas Residenciais), ZCS (Zona de Comércio e Serviços), ZI (Zona Industrial) e ZIC (Zona Industrial Consolidada) poderá ser concedido acima do Índice de Aproveitamento (IA), através da Outorga Onerosa do Direito de Construir e mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º A Outorga Onerosa do Direito de Construir também poderá ser concedida a proprietários de imóveis de interesse histórico e/ou cultural em permuta com o Poder Público, desde que estes imóveis tenham sido devidamente cadastrados pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º Para os fins desta Lei considera-se:

I - contrapartida financeira: o valor econômico a ser pago ao Poder Público; e

II - beneficiário: o proprietário do imóvel.

Art. 42. Lei Municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a Outorga Onerosa do Direito de Construir, determinando, dentre outras, as seguintes condições:

I – a fórmula de cálculo para a cobrança;

II - os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III - a contrapartida do beneficiário;

Art. 43. O Poder Executivo Municipal poderá autorizar a Outorga Onerosa do Direito de Construir, para imóveis edificados irregularmente como medida de regularização do imóvel, desde que garantidas as condições de salubridade e estabilidade da edificação e a salubridade das edificações do entorno.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá solicitar a apresentação de laudo assinado por profissional devidamente habilitado para atestar as condições previstas no caput deste artigo.

Art. 44. Os recursos financeiros auferidos com a contrapartida da Outorga Onerosa do Direito de Construir serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, a ser criado por meio de lei específica, devendo ser aplicados nas finalidades previstas nos Incisos I a VIII, do Art. 26 da Lei Federal nº10.257/2001, de 10 de julho de 2001, e deverão preferencialmente ser destinados à recuperação urbana e ambiental dos assentamentos habitacionais precários e de baixa renda.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao Fundo

Municipal de Desenvolvimento Urbano serão executados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, inserido o Fundo como Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 45. A Outorga Onerosa do Direito de Construir acima da densidade e coeficiente básicos será concedida mediante o seguinte procedimento:

I - o interessado dá início ao processo, fazendo uma consulta prévia ao Executivo, para verificar a viabilidade urbanística do empreendimento e disponibilidade de estoque da área edificável para uso e localização pretendidos;

II - o Executivo informará acerca da disponibilidade de estoque, do enquadramento ou não do empreendimento como empreendimento de impacto, bem como da gratuidade ou onerosidade com respectivo preço da concessão pretendida em moeda corrente nacional;

III - atendida a disponibilidade do estoque pelo Executivo, este fixará o prazo máximo para a apresentação do projeto, nunca superior a 90 (noventa) dias, e fará a reserva do estoque necessário;

IV - uma vez aprovado o projeto, o interessado deverá recolher integralmente, ou através de parcelamento indexado, o valor da Outorga Onerosa do Direito de Construir da área adicional aos parâmetros básicos, como condição necessária à concessão do alvará de licença para construir;

V - o não pagamento integral do valor devido implicará em impossibilidade da obtenção do "Habite-se" e do Alvará de Funcionamento;

VI - não sendo aprovado o projeto, a resma de estoque será cancelada.

§ 1º Os procedimentos previstos neste artigo são da competência da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por intermédio da Diretoria de Planejamento Urbano, em consonância com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

§ 2º A aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir em desacordo com os parâmetros definidos nesta Lei, sujeitarão o infrator à multa de 100% (cem por cento) do valor equivalente à Outorga Onerosa do Direito de Construir aplicada.

Art. 46. As edificações que ultrapassarem a área autorizada no alvará de construção ou que estiverem em desacordo com o projeto aprovado sujeitarão o infrator à multa de 100% (cem por cento) calculada sobre o total da área construída em excesso, pelo valor do metro quadrado do terreno.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrerem construções que excedam ao estoque disponível, utilizar-se-á o Poder Executivo dos institutos de embargo e da ação demolitória, além de outras cominações legais.

Art. 47. Lei municipal específica deverá estabelecer os critérios que regerão o armazenamento de áreas edificáveis, que serão utilizadas como instrumento de negociação entre Poder Público e particulares nas situações previstas nesta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DA UTILIZAÇÃO DOS LOTES

Art. 48. Toda e qualquer divisão de terras na área urbana se fará de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo, atendidas as prescrições legais existentes, Federais e Estaduais.

Art. 49. Para efeito desta Lei, os parâmetros a serem considerados na divisão de terras, sejam de propriedade pública ou particular, serão a testada, a profundidade e a área mínima de cada lote.

Art. 50. Nas diferentes zonas os lotes obedecerão aos parâmetros

relacionados no artigo anterior, estabelecidos no Anexo III - Quadro de Usos Admitidos.

Art. 51. A construção de edificações só pode ser feita em arruamentos urbanos já abertos.

Art. 52. Num mesmo lote poderão ser construídos mais de um prédio, independentes entre si, quando atendidas as seguintes condições, sem prejuízo das demais exigências desta Lei e das disposições do Código de Obras:

I - quando houver prédios na frente e nos fundos, o prédio da frente deverá manter afastamento do outro de, no mínimo, cinco metros;

II - quando forem construídos lado a lado, a testada mínima para cada economia não deverá ser inferior ao estipulado por esta Lei para a zona em que se situa o imóvel, conforme o Quadro II da tabela em anexo.

Art. 53. A ocupação de um lote nas diferentes zonas deverá obedecer às taxas máximas de ocupação e gabaritos máximos estabelecidas no Quadro de Usos Admitidos, além dos afastamentos mínimos laterais e frontais também estabelecidos para cada uso no Quadro de Usos Admitidos.

Art. 54. Prevalecerão para os efeitos desta Lei as seguintes observações e definições dos termos utilizados:

I - Alinhamento: linha divisória entre um terreno e o logradouro público;

II - Testada: comprimento do alinhamento;

III - Afastamento: distância entre o limite externo e da projeção horizontal da construção e a divisa do terreno. Pode ser frontal, entre a projeção da construção e o alinhamento, e lateral, entre a projeção da construção e o limite lateral com outro terreno;

IV - Índice de Aproveitamento: relação entre a área construída de uma edificação dividida pela área do terreno;

V - Taxa de Ocupação: relação entre a área construída dos pavimentos superiores dividida pela área do terreno;

VI - Recuo: faixa pertencente à propriedade particular e adjacente ao alinhamento, destinada à incorporação ao logradouro quando de modificações no alinhamento. Denomina-se frontal, conforme se refira aos limites com logradouros ou vias públicas, e de fundo e lateral, à divisa com outros lotes;

VII - Coeficiente de aproveitamento: índice obtido através da divisão da área construída pela área do terreno, não sendo computada, no seu cálculo, a área de garagem que não exceda 25% da área destinada ao uso principal do empreendimento;

VIII - Taxa de Impermeabilização: índice que se obtém dividindo a área da parcela do lote ou Gleba que não permite a infiltração de água pela área total do lote ou Gleba;

Art. 55. A altura máxima das edificações, em todas as zonas, ficará determinada através dos índices de aproveitamento e taxas de ocupação estabelecidas no Anexo III - Quadro de Usos Admitidos.

Art. 56. As dimensões mínimas das áreas destinadas a estacionamento de veículos serão na proporção de uma vaga para o número de metros quadrados de área construída e uma vaga para cada unidade de habitação, conforme Anexo III - Quadro de Usos Admitidos.

Art. 57. No caso de terrenos de esquina com uma de suas dimensões igual ou inferior a 15 metros, o recuo frontal de que trata o Art. 54, VI, não poderá ser dispensado em uma das ruas.



## CAPÍTULO VII DAS EDIFICAÇÕES

Art. 58. A Prefeitura Municipal não realizará obra nem licenciará, ainda que a título precário, em discordância com o Plano Diretor Físico-Territorial.

Art. 59. Em todo o território municipal nenhuma edificação, reforma, acréscimo, demolição ou qualquer obra para fins urbanos poderá ser feita sem prévio licenciamento pela Prefeitura Municipal.

Art. 60. O Poder Público indeferirá qualquer solicitação para a edificação se o lote onde esta se localizar não for resultante de parcelamento aprovado pela Prefeitura, ou passível de desmembramento.

Art. 61. As edificações que sofrerem modificação em mais de 60% (sessenta por cento) de sua área, deverão obedecer aos recuos e afastamentos, coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e demais disposições desta Lei, no que couber.

Art. 62. A matéria relativa à disciplina das edificações é regulada pela Lei Municipal nº1.439/2004 – Código de Obras do Município, e suas alterações.

## CAPÍTULO VIII DOS EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO URBANO

Art. 63. Empreendimentos de Impacto Urbano são aqueles, públicos ou privados, que quando implantados, sobrecarregam a infraestrutura urbana, ou que geram poluição de qualquer ordem, que impliquem em maior demanda no trânsito, ou que ameacem a sustentabilidade ambiental, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança ou do espaço natural circundante.

Parágrafo único. Todos os empreendimentos de impacto urbano, deverão apresentar um Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), prévio ao início das obras do empreendimento, para análise da concessão do alvará da construção com análise dos itens previstos no art. 68 da presente Lei.

Art. 64. Para efeitos de aplicação desta lei, os empreendimentos de impacto urbano serão classificados em dois níveis, segundo sua abrangência:

- I - Empreendimento de Impacto Urbano de Nível 1.
- II - Empreendimento de Impacto Urbano de Nível 2.

Art. 65. Caracteriza-se como Empreendimento de Impacto Urbano de Nível 1 o Projeto Especial de abrangência local, com adequação de normas quanto ao regime volumétrico, ao uso do solo e ao entorno urbano imediato.

§1º São Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 1:

- I - parcelamento do solo e edificação em AEIS;
- II - loteamentos com urbanizador social;
- III - loteamentos e empreendimentos em áreas que possuam características que remontem à preservação de seus aspectos culturais;
- IV - loteamentos e empreendimentos em áreas que apresentem fragilidade ambiental;
- V - projetos urbanísticos em glebas com área superior a 50ha (cinquenta hectares);
- VI - empreendimentos de grande porte.

§ 2º São considerados empreendimentos de grande porte:

- I - todos os empreendimentos para fins não-residenciais cuja área de venda ultrapasse 2.000,00m<sup>2</sup>;

II - empreendimentos com guarda de veículos com capacidade superior a 300 (trezentas) vagas;

III – edificações destinadas a garagens comerciais com capacidade superior a 150 (cento e cinquenta) vagas.

§ 3º Alguns empreendimentos poderão ser enquadrados como Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 1, a pedido do proprietário ou de outros interessados. São eles:

I - projetos que apresentem normas próprias relativas ao uso e regime volumétrico, em terrenos ou em somatório de terrenos contíguos, constituindo testada de quarteirão ou com área de terreno igual ou superior a 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), situados em áreas de concentração populacional;

II - projetos de passarelas aéreas ligando um prédio a outro, sobre vias públicas.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, inciso I, o plano conjunto para dois ou mais terrenos equipara-se, para efeitos desta Lei, a um único Estudo de Impacto de Vizinhança para fins de edificação.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o Estudo de Impacto de Vizinhança aprovado vigorará como regime urbanístico.

§ 6º Os Projetos Especiais que envolvam Empreendimento de Impacto Urbano de Nível 1 serão aprovados pelo Poder Executivo Municipal, mediante prévia apreciação dos Conselhos Municipais competentes, que deliberarão sobre a consulta à comunidade nas instâncias de planejamento regional.

Art. 66. São considerados Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 2 os Projetos Especiais para setores da cidade que, no seu processo de produção e pelas suas peculiaridades, envolvam múltiplos agentes, com possibilidade de representar novas formas de ocupação do solo.

§ 1º São Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 2:

- I - projetos de renovação ou revitalização urbana;
- II - projetos de reestruturação urbana ambiental;
- III - projetos de preservação de identidades culturais locais;
- IV - projetos de áreas destinadas a usos específicos de âmbito microrregional;

§ 2º Os Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 2 serão objeto de deliberação e apreciação dos Conselhos Municipais competentes, ouvidas as instâncias de planejamento regional do Município, devendo as diretrizes traçadas por esses Conselhos serem observadas pelos Órgãos Competentes quando da aprovação dos respectivos Empreendimentos.

Art. 67. Além dos Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 1 e dos Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 2, deverão obrigatoriamente apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança:

- I - os empreendimentos sujeitos à apresentação de Relatório de Impacto do Meio Ambiente – RIMA, nos termos da legislação ambiental federal, estadual ou municipal em vigor;
- II - os empreendimentos sujeitos a licenciamento especial, nos termos previstos na Portaria Intersetorial nº 02 da FATMA;
- III – todos os empreendimentos com capacidade de reunião de mais de 300 pessoas simultaneamente;
- IV - todos os empreendimentos que ocupam mais de uma quadra ou quarteirão urbano;
- V – todas as atividades relacionadas no Anexo 001, mesmo nos casos em que sua implantação esteja prevista no Quadro I do Plano Diretor de Schroeder.

§ 1º Os empreendimentos enquadrados nos incisos I a IV deste artigo deverão apresentar projeto de tratamento local dos seus efluentes.

Art. 68. Da análise dos Empreendimentos de Impacto Urbano resultarão Relatórios de Impacto de Vizinhança (RIV) nos quais



deverá constar a análise de, no mínimo os seguintes itens:

- I - localização e acessos gerais;
- II - atividades previstas;
- III - áreas, dimensões e volumetria;
- IV - adensamento populacional gerado pelo empreendimento;
- V - demanda por equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - alteração de características de uso e ocupação do solo;
- VII - valorização ou desvalorização imobiliária;
- VIII - geração de tráfego de veículos, circulação de pedestres;
- IX - demanda por transporte público;
- X - ventilação e iluminação das áreas vizinhas;
- XI - produção e nível de ruído, calor e vibração;
- XII - produção e volume de partículas em suspensão e gases gerados pelo empreendimento;
- XIII - produção e destino final do lixo gerado pelo empreendimento;
- XIV - levantamento dos usos e volumetria dos imóveis e construções existentes nas quadras limítrofes ao local onde será instalado o empreendimento;
- XV - prejuízos ou incrementos na paisagem urbana e do patrimônio natural e cultural;
- XVI - desmatamentos necessários e formas de recuperação da área degradada;
- XVII - impactos sobre a estrutura sócio-econômica nas atividades não-residenciais;
- XVIII - medidas mitigadoras necessárias para minimizar os impactos negativos.

Art. 69. Para garantir a isenção da análise do Relatório de Impacto de Vizinhança, esta deverá ser feita por uma comissão técnica permanente, denominada Comissão Técnica para Estudo de Impacto de Vizinhança (CTEIV) a ser nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A CTEIV deverá ser integrada por:

- I - um representante da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças;
- II - um representante da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo;
- III - um representante da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental;
- IV - um representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- V - um representante da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- VI - um representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social;
- VI - um representante da Associação de Municípios do Vale do Itapocu;
- VII - um representante da Associação Empresarial de Schroeder;
- VIII - um representante da comunidade envolvida.

Art. 70. As eventuais despesas decorrentes do Estudo e o Relatório de Impacto de Vizinhança serão de responsabilidade do empreendedor.

Art. 71. Caso considere necessário, a Comissão Técnica para Estudo de Impacto de Vizinhança poderá exigir que o RIV aborde aspectos específicos, em razão de características especiais do empreendimento, atividade ou projeto em análise.

Art. 72. A Diretoria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Schroeder, ao classificar um empreendimento como de impacto deverá elaborar parecer técnico para análise do empre-

endimento pela Comissão Técnica para Estudo de Impacto de Vizinhança, para que esta indique as exigências a serem feitas ao empreendedor para que, às suas expensas, realize obras ou adote medidas no sentido de atenuar, compensar ou neutralizar o impacto previsível.

§ 1º Os custos de redimensionamento ou urbanização de equipamentos que se tornarem necessários em função do projeto serão de responsabilidade do empreendedor.

§ 2º Nos casos de comprovado interesse público poderão ser estabelecidas parcerias entre a iniciativa privada e o Poder Público na execução e implantação de equipamentos públicos urbanos, mediante autorização legislativa, salvo em casos de projetos de interesse social analisados e aprovados pelos Conselhos competentes.

§ 3º Nos Projetos Especiais realizados sobre um conjunto de lotes, lei específica poderá autorizar a Transferência de Potencial Construtivo entre os mesmos, desde que sejam respeitados os índices urbanísticos pré-estabelecidos para a área e desde que da Transferência não resulte nenhum imóvel sem capacidade construtiva.

§ 4º A Transferência de Potencial Construtivo dentro da área do projeto deverá avaliar as suas repercussões na infraestrutura, na estrutura urbana, no ambiente e especialmente os impactos ambientais em relação à paisagem.

## CAPÍTULO IX

### DA TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 73. O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento e Uso do Solo de Schroeder devido a limitações urbanísticas impostas por medidas que visam à proteção e/ou preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas às disposições desta lei.

Art. 74. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, equipamentos públicos, programas habitacionais de interesse social, programas de recuperação ambiental.

Art. 75. Será admitida a transferência de potencial construtivo mediante convênios ou consórcios entre Schroeder e os demais Municípios limítrofes a Schroeder, de forma a assegurar as condições ambientais adequadas à proteção e preservação dos mananciais.

Art. 76. O potencial construtivo de um terreno é determinado em metros quadrados de área computável, e equivale ao resultado obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Pc = Ca \times A \quad \text{onde:}$$

Pc = Potencial Construtivo

Ca = Coeficiente de aproveitamento permitido na zona ou setor onde está localizado o imóvel cedente

A = Área total do terreno cedente.

Art. 77. O potencial construtivo transferível é determinado em metros quadrados de área computável e equivale ao resultado obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Pt = Pc \times \frac{Vic}{Vmr} \times \frac{Cc}{Cr}$$

onde:

Pt = Potencial Construtivo Transferível

Pc = Potencial Construtivo



Vmc = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que cede o potencial  
Vmr = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que recebe o potencial  
Cc = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que cede o potencial  
Cr = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que recebe o potencial

Parágrafo único. O valor do metro quadrado do terreno que cede e do que recebe o potencial, será avaliado com base nos critérios utilizados na apuração do Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 78. As transferências de potencial construtivo serão admitidas para os imóveis situados nas zonas e setores especiais, com os usos e parâmetros máximos estabelecidos no Anexo III – Quadro de Usos Admitidos, para os terrenos que recebem o potencial construtivo.

Parágrafo único. Além do disposto no Anexo III – Quadro de Usos Admitidos, os imóveis que recebem o potencial construtivo deverão atender aos demais parâmetros da Lei de Zoneamento e Uso do Solo.

Art. 79. A Transferência do Potencial Construtivo será efetuada mediante autorização especial a ser expedida pela Diretoria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Schroeder, ouvindo os órgãos competentes, através de:

I - expedição de certidão, onde a transferência é garantida ao proprietário, obedecidas às condições desta Lei e dos demais diplomas legais;

II - expedição de Autorização Especial para Utilização do Potencial Transferido, previamente à emissão de alvará de construção, especificando a quantidade de metros quadrados passíveis de transferência, o coeficiente de aproveitamento, a altura e uso da edificação, atendidas as exigências desta Lei e dos demais diplomas legais.

Art. 80. A Transferência do Potencial Construtivo será averbada no registro imobiliário competente, à margem da matrícula do imóvel que cede e do que recebe o potencial construtivo.

Parágrafo único. No imóvel que cede o potencial, a averbação deverá conter, além do disposto no “caput” deste artigo, as condições de proteção, preservação e conservação quando for o caso.

## CAPÍTULO X DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 81. O sistema viário compreende as seguintes categorias de vias, em função de sua hierarquia e dos usos especificados sobre elas:

I - Vias de Penetração (V1): são as que possibilitam acesso à cidade, estando conectadas às rodovias a aos principais pontos geradores de tráfego. Recebem qualquer tipo de veículo automotor e funcionar como ligação entre as estradas de rodagem e as vias de distribuição, permitindo tráfego rápido. Sobre elas poderão se localizar usos com maior demanda de tráfego e cargas pesadas;

II - Vias de Distribuição (V2): são as de ligação entre as zonas que se encarregam da distribuição do tráfego mais lento das vias locais para as de penetração. São responsáveis pela circulação dos maiores fluxos de tráfego intra-urbano e se caracterizam por maior demanda de estacionamento e cruzamento de pedestres;

III - Vias Locais (V3): são os demais vias que se asseguram a circulação no interior de uma zona. Sua utilização se restringe às quadras que lhes são contíguas e, por isso, os fluxos de trânsito devem ser lentos.

§ 1º A relação das vias, as larguras das caixas de rolamento, calçadas e passeios, bem como os recuos exigidos pelo Poder Público

Municipal, estão definidas no Anexo VI - Relação das Vias Públicas do Município de Schroeder, documento anexo a esta Lei, e no Anexo IV - Representação Gráfica das Seções Transversais das Ruas.

§ 2º Quando necessário deverá ser previsto recuo para alargamento nas vias existentes, visando adequá-las ao sistema proposto.

§ 3º Ficam desde já previstos os seguintes alargamentos e ligações:

- alargamento da Rua Erich Froehner, de 16,00 metros para 27,00 metros (trecho entre a Rua Jaraguá e o entroncamento com o futuro traçado da BR-280);
- ligação entre a Rua Brasília e a Rua Otto Hackbarth numa largura de 14,00 metros;
- alça de acesso ao município de Jaraguá do Sul numa largura de 14,00 metros (trecho entre a Avenida Imigrantes – projetada e o Rio Itapocuzinho, com previsão de uma nova ponte sobre o Rio Itapocuzinho).

§ 4º A partir da data de 31/5/2010, não será aprovado nenhum loteamento cujos leitos das ruas não possuam pavimento com asfalto e/ou lajotas; rede coletora de esgoto e arborização, independentemente da data de protocolo do pedido de aprovação junto à Diretoria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Art. 82. Todas as vias públicas deverão ser arborizadas, utilizando-se sempre para esta finalidade espécies nativas da região, adequadas à arborização urbana, de acordo com manual a ser elaborado pela Municipalidade e provisoriamente denominado Espécies Adequadas para Arborização Urbana em Schroeder.

Art. 83. As modificações no traçado do sistema viário, decorrentes do estudo de detalhe para a sua execução, desde que não modifiquem a estrutura geral do Plano Diretor nem suas disposições de ordem legal, poderão ser introduzidas nas plantas aprovadas mediante decisão do Conselho da Cidade de Schroeder, devendo ser homologadas pelo Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO XI DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOS EQUIPAMENTOS URBANOS

Art. 84. A Prefeitura Municipal determinará a época de serem realizadas as obras e melhoramentos urbanos previstos no PD-S, providenciando a execução dos estudos técnicos necessários.

Art. 85. Todo projeto de execução de equipamentos ou serviços públicos deverá ser realizado obedecendo às diretrizes e proposições do PD-S.

Art. 86. A implantação de equipamentos voltados para o atendimento de necessidades da população relativos à educação, saúde e recreação, será apreciada pelo Executivo Municipal, a fim de que opine quanto à localização, aos padrões e as dimensões.

Art. 87. Nos projetos de desmembramento e de loteamentos, os terrenos destinados a áreas públicas deverão obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 6.766, de 1979.

Art. 88. Para permutar os terrenos referidos no artigo anterior, a Prefeitura Municipal observará obrigatoriamente o seguinte:

I - as permutas visarão ampliar as áreas verdes de recreação ou de uso institucional já existentes ou previstas no Plano quando estas não atingirem as áreas mínimas indicadas ou quando for de interesse seu acréscimo;

II - as permutas serão submetidas ao parecer do Conselho da Cidade de Schroeder e aprovadas pela Câmara Municipal.

Art. 89. Antes de se completar sobre a mancha urbana uma malha

com os raios de abrangência de cada equipamento previsto, a Prefeitura Municipal não poderá dar aos lotes públicos outras destinações que não aquelas.

Art. 90. A Prefeitura Municipal poderá decretar de utilidade pública áreas não parceladas em um determinado setor visando assegurar a implantação dos equipamentos previstos no PD-S.

## CAPÍTULO XII

### DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL

#### Seção I

##### Da Política Econômica

Art. 91 - A política municipal de desenvolvimento econômico tem como compromissos a contínua melhora da qualidade urbana e o bem-estar da sociedade, com os seguintes objetivos:

I - promover a dinâmica econômica na microrregião do Vale do Itapocu;

II - incentivar a geração de emprego trabalho e renda;

III - desenvolver potencialidades locais;

IV - promover e difundir a cultura empreendedora e o desenvolvimento tecnológico na microrregião;

#### Subseção I

##### Da Agricultura

Art. 92. Baseada no disposto no Art. 138 e nos Artigos 168 a 170 da Lei Orgânica de Schroeder, a política municipal de agricultura e abastecimento tem como objetivo incrementar a produção agrícola no Município de Schroeder e promover a saúde do produtor rural, melhorando o seu padrão de vida.

Art. 93. São diretrizes gerais da política municipal de agricultura e abastecimento:

I - manter as áreas rurais, protegendo o ambiente natural e gerar empregos para a população no meio rural;

II - incentivar o emprego de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento da cultura do arroz irrigado e da bananicultura no Município;

III - criar programa voltado aos produtores rurais para desenvolvimento de novas tecnologias e de acesso às tecnologias de plantio, identificando a aptidão agrícola dos solos, visando ao aumento da renda no meio rural à diversificação da produção, e à melhor forma de utilização do solo para sua conservação;

IV - promover a agregação de valor ao produto agrícola;

V - permitir a ocorrência de usos e atividades na Zona Rural que apoiem a produção agrícola e aumentem a renda de seus proprietários, tais como turismo rural e o turismo ecológico;

VI - incentivar a produção de hortaliças, frutas, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados ociosos na Zona Urbana, para abastecimento da população;

VII - incentivar e promover ações de cooperativismo entre os pequenos produtores rurais.

Art. 94. São ações previstas pela política municipal de agricultura e abastecimento:

I - otimizar a produção agrícola do Município;

II - divulgar os produtos agrícolas do Município em escala regional, estadual e nacional.

#### Subseção II

##### Da Indústria, do Comércio e dos Serviços

Art. 95. O desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços do Município de Schroeder tem como objetivo apoiar o

setor produtivo local, visando à ampliação de sua participação no mercado, promovendo as exportações e aumento a competitividade regional e nacional.

Art. 96. São diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços no Município, com garantia do disposto no art. 142 e da Lei Orgânica de Schroeder:

I - promover a manutenção e a consolidação das atividades econômicas em todo o território municipal;

II - intensificar a promoção do desenvolvimento e aplicação de tecnologias vinculadas às necessidades e possibilidades do sistema produtivo do Município;

III - incentivar o cooperativismo;

IV - fomentar o conhecimento e o acesso à inovação tecnológica;

V - disponibilizar informações como instrumento de fomento para investimentos e negócios;

VI - adotar políticas fiscais que favoreçam a redução das desigualdades sociais;

Art. 97. São ações previstas para o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços no Município:

I - estabelecer critérios de seleção das atividades industriais e dos serviços a serem instalados no Município, assegurando o melhor aproveitamento da infra-estrutura existente, a manutenção da qualidade ambiental da cidade e retorno social à população de modo geral;

II - ampliar os serviços de divulgação de informações municipais, ressaltando as vocações econômicas do Município como estratégia para a atração de novos investimentos;

III - reduzir os procedimentos burocráticos para a instalação de empresas.

#### Subseção III

##### Do Turismo

Art. 98. Com base no disposto no Art. 140 da Lei Orgânica de Schroeder, a política municipal de turismo tem como objetivo promover a infra-estrutura necessária e adequada ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas em Schroeder, com base na valorização e conservação do patrimônio natural, ambiental e cultural do Município.

Art. 99. São diretrizes da política municipal de turismo:

I - implantar uma política de incentivo ao turismo local, possibilitando a produção e comercialização de produtos artesanais, agrícolas e derivados diretamente ao consumidor;

II - apoiar iniciativas de preservação do patrimônio cultural da cidade;

III - elaborar, constantemente, material de divulgação sobre as possibilidades de turismo rural e eco-turismo em Schroeder.

Art. 100. São ações previstas pela política municipal de turismo:

I - dotar o Município de infra-estrutura turística, adotando a sinalização específica de acordo com os parâmetros estabelecidos pela EMBRATUR, promover a identificação das principais entradas da cidade e aprimorar o acesso às áreas rurais, com ênfase aos valores cênicos;

II - resgatar as tradições culinárias e culturais ligadas à produção local, incentivando a abertura de propriedades à visitação pública e ao turismo rural;

III - criar um programa de eco-turismo.

**Seção II****Da Política Social**

Art. 101. Em cumprimento ao estabelecido no Art. 134 da Lei Orgânica de Schroeder, a política municipal de desenvolvimento social tem como objetivo a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, identificando as potencialidades regionais e locais e articulando as políticas públicas em suas várias dimensões, ouvidos os respectivos Conselhos Municipais.

**Subseção I****Da Educação**

Art. 102. A política municipal de educação é fundamentada nos princípios estabelecidos nos Artigos 153 a 163 da Lei Orgânica de Schroeder e tem como compromisso assegurar às crianças e jovens que freqüentam a escola pública um ensino de qualidade para o exercício da cidadania, com os seguintes objetivos:

I - atender à demanda da educação infantil, conforme os parâmetros do Plano Nacional da Educação;

II - universalizar o atendimento à demanda do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e estimulando a permanência na escola;

III - promover a erradicação do analfabetismo;

IV - melhorar os indicadores de escolaridade da população.

Art. 103. São diretrizes gerais da política municipal da educação:

I - promover a participação da sociedade nos programas educacionais da cidade;

II - favorecer o acesso da escola e da população às novas tecnologias;

III - promover programas de inclusão e de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - promover a elevação do nível de escolaridade da população economicamente ativa.

Art. 104. São ações previstas pela política municipal da educação:

I - otimizar o uso da estrutura física de ensino existente, ampliá-la e reformá-la, bem como aos equipamentos existentes quando houver demanda;

II - investir na capacitação e formação permanente do professorado, de acordo com o Art. 160 da Lei Orgânica de Schroeder;

III - promover uma alimentação escolar saudável, utilizando, prioritariamente, alimentos oriundos de produção local e da agricultura familiar

**Subseção II****Da Cultura**

Art. 105. A política municipal da cultura está respaldada pelos Artigos 153, 159, 161 e 163 da Lei Orgânica de Schroeder e tem por objetivo geral promover o desenvolvimento social, artístico e cultural da população do Município.

Art. 106. São diretrizes gerais da política municipal da cultura:

I - democratizar o acesso aos bens históricos, culturais e simbólicos da cidade;

II - conceber a cultura como instrumento de integração da população em situação de exclusão social;

III - promover a utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos como mecanismo de descentralização e universalização da atividade cultural, visando prioritariamente à iniciação às artes;

IV - incentivar a construção de espaços culturais na cidade, promovendo a adequação física das instalações, especialmente

em relação aos portadores de deficiências;

V - promover a preservação e conservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município;

VI - resgatar a história local, por meio de ações desenvolvidas nas escolas públicas;

VII - possibilitar a divulgação nas praças da produção artística popular e da participação da comunidade no resgate e preservação da cultura local;

VIII - ampliar as possibilidades de produção, divulgação e acesso aos bens e atividades culturais, incentivando as relações entre a arte e a tecnologia;

IX - incentivar e fomentar a participação pública e privada no financiamento de projetos culturais.

Art. 107. São ações previstas pela política municipal da cultura:

I - consolidar os projetos desenvolvidos na área, estendendo seu alcance;

II - ampliar a oferta de cursos, oficinas, palestras e eventos que permitam ao munícipe o desenvolvimento de dons e habilidades artísticas, bem como a ocupação saudável de seu tempo livre;

III - Implantar o Conselho Municipal de Cultura, conforme previsto no Art. 161 da Lei Orgânica de Schroeder.

IV - Instituir e regulamentar o Fundo Municipal da Cultura.

V - Instituir e regulamentar a Fundação Municipal de Cultura.

**Subseção III****Do Esporte e Lazer**

Art. 108. A política municipal do esporte e lazer tem como fundamento a promoção de ações que possibilitem o acesso à prática esportiva, à melhoria e conservação da saúde, educação e qualidade de vida, por meio da atividade física e sociabilização, e como objetivos:

I - formular, planejar, implementar e fomentar políticas públicas inclusivas das práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos e de seu bem-estar, conforme parágrafo 3º do art. 156 da Lei Orgânica de Schroeder;

II - desenvolver cultura esportiva e de lazer junto à população, com práticas cotidianas baseadas em valores de integração do homem com a natureza e da sua identificação com a cidade.

Art. 109 - São diretrizes gerais da política municipal do esporte e lazer:

I - promover o acesso aos equipamentos esportivos e de lazer no Município, e à prática de atividades físicas, proporcionando bem estar e melhoria da qualidade de vida para a população;

II - ampliar e consolidar programas nos segmentos de desporto escolar, desporto de rendimento e desporto de participação, como fator de promoção social;

III - implantar programas destinados à disseminação de práticas saudáveis junto à comunidade;

IV - ampliar a rede municipal de equipamentos para o esporte, lazer e atividades físicas;

V - favorecer a inclusão social, promovendo a prática de atividades motoras, esportivas e recreativas para o portador de necessidades especiais;

Art. 110. São ações previstas pela política municipal do esporte e lazer:

I - intensificar os programas ligados ao esporte;

II - ampliar e divulgar as atividades esportivas disponíveis à população;

III - promover estudos sobre a viabilização de novas áreas





esportivas e de lazer.

IV – Instituir e regulamentar a Fundação Municipal de Esportes.

#### Subseção IV

##### Da Assistência e Promoção Social

Art. 111. Complementada pelas disposições do Art. 148 da Lei Orgânica de Schroeder, a Política Municipal de Assistência Social do Município, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS) tem como objetivos

I - aprimorar e consolidar a assistência social como política pública;

II - reafirmar a centralidade da Política de Assistência Social na família, reconhecendo sua importância na formação, proteção e inclusão social de seus membros;

III - construir redes sociais protetoras e preventivas/emancipatórias, que assegurem à população em situação de vulnerabilidade social o acesso às políticas públicas, bem como às condições e oportunidades para sua inclusão, emancipação e cidadania;

IV - implementar ações junto às demais políticas setoriais do Município, especialmente as das áreas de saúde, educação e habitação.

V - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, sujeitos e grupos que deles necessitem.

VI - contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural.

Art. 112. São diretrizes gerais da política municipal de assistência social, obedecidas às disposições dos parágrafos 2º e 5º do Art. 164 da Lei Orgânica de Schroeder:

I - desenvolver, prioritariamente, os trabalhos com foco na inclusão social;

II - realizar ações que valorizem o trabalho com a família, em torno da qual devem se articular os programas, projetos, serviços e benefícios sociais;

III - promover e incentivar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, e a integração do idoso na comunidade, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso, respectivamente;

IV - promover a inclusão da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais na família e na comunidade;

V - promover, no âmbito da Assistência Social, o enfrentamento a todas as formas de abuso aos direitos humanos.

Art. 113. São ações previstas pela política municipal de assistência social:

I - cumprir a política pública de assistência social em parceria com as organizações sociais do Município e microrregião;

II - criar programas de renda mínima, com o estabelecimento de parcerias;

III - incentivar a existência e criação, além de consolidar o apoio a instituições que trabalhem com portadores de deficiências, ou com pessoas em situação de exclusão social.

IV - implementação e manutenção da Proteção Social Básica, que consiste na oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que previnam situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades/aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência da renda.

V - implementação e manutenção da Proteção Social Especial,

que consiste na oferta de programas, projetos que vigiem os direitos violados no território, que potencializem a função protetiva das famílias e a auto organização e conquista de autonomia dos usuários e suas famílias.

#### Subseção V

##### Da Saúde

Art. 114. A política municipal de saúde de Schroeder está descrita nos Artigos 150 a 152 de Lei Orgânica de Schroeder e, por ela respaldada, a presente lei acrescenta-lhe os seguintes objetivos:

I - promover a saúde, reduzir a mortalidade e aumentar a expectativa de vida da população;

II - priorizar as atividades que possibilitem ações preventivas;

III - consolidar a gestão plena do Sistema de Saúde, envolvendo Poder Público e comunidade;

IV - realizar o controle social.

Art. 115. São diretrizes gerais da política municipal de saúde:

I - promover a melhoria constante da infraestrutura pública dos serviços de saúde;

II - implementar os sistemas de gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados;

III - promover a melhoria do quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde da população;

IV - promover ações estratégicas de atenção à mulher, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso e ao portador de deficiência;

V - promover a educação em saúde, enfocando o auto-cuidado e a co-responsabilidade da população por sua saúde;

VI - consolidar as Unidades Básicas de Saúde como porta de entrada do Sistema Municipal de Saúde;

VII - viabilizar ações de prevenção, promoção, proteção e atenção à saúde, no âmbito municipal;

Art. 116. São ações previstas pela política municipal de saúde:

I - consolidar todo o sistema de saneamento básico municipal;

II - fortalecer a atenção básica de saúde, com equipe mínima periodicamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a evolução da demanda de cada área;

III - aprimorar os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de prevenção, diagnóstico e tratamento de várias doenças;

V - consolidar o trabalho do Programa Saúde da Família e do Agente Comunitário de Saúde, em regiões cuja necessidade venha a ser constatada de acordo com os parâmetros de saúde pública;

VI - implementar ações de planejamento familiar no Sistema Único de Saúde;

#### Subseção VI

##### Do Meio Ambiente

Art. 117. A política ambiental no Município pauta-se no Art. 165 da Lei Orgânica de Schroeder e tem como base os princípios de sustentabilidade ambiental.

Art. 118. São objetivos da política ambiental do Município:

I - proteger e recuperar o meio ambiente e a paisagem urbana;

II - controlar e reduzir os níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;

III - pesquisar, desenvolver e fomentar a aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais;

IV - criar um Sistema de Áreas Verdes no Município;

V - incentivar a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas

sociais e econômicas que visem à proteção e restauração do meio ambiente;

VI - conservar os ecossistemas naturais e as paisagens notáveis;

VII - garantir a produção e divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente em todos os níveis de educação.

VIII – elaborar o Plano Municipal de Saneamento, em consonância com a Política Municipal de Saneamento determinada pela Lei Municipal nº1.743/09.

Art. 119. Constituem diretrizes da política ambiental do Município:

I - a aplicação dos instrumentos de gestão ambiental, estabelecidos nas legislações federal, estadual e municipal;

II - o zoneamento ambiental compatível com as diretrizes para ocupação do solo e suas aptidões;

III - o controle do uso e da ocupação de fundos de vale, áreas sujeitas alagadiças, mananciais e áreas com declividade acentuada;

IV - a orientação e o controle do manejo do solo nas atividades agrícolas;

V - o controle da poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo;

VI - a implementação do controle de produção e circulação de produtos perigosos;

VII – reconhecer como de Utilidade Pública e/ou interesse social, áreas de interesse para atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, por processo de mineração, atendidas as demais condicionantes Federais ou Estaduais;

VIII – Reconhecer a Lei Federal no 4.771/65 – Código Florestal, e suas alterações.

Art. 120. São ações estratégicas para a gestão da Política Ambiental:

I - observar a Lei Federal nº9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais;

II - implantar parque linear às margens urbanas do Rio Itapocuzinho, dotando-o de equipamentos comunitários de lazer, desestimulando invasões e ocupações indevidas;

III - controlar as fontes de poluição sonora;

IV – Elaborar plano de arborização da cidade, que contemple ruas; áreas públicas; áreas verdes e áreas de preservação permanente.

### CAPÍTULO XIII

#### DAS PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

Art. 121 - A definição das prioridades ao desenvolvimento do Município objetiva orientar a implantação das diversas ações previstas nesta Lei.

Art. 122 - As ações prioritárias referem-se às questões essenciais da cidade atual:

I - intervenção sobre o uso inadequado do solo e a adoção de medidas que evitem e coibam a ocupação irregular do solo da cidade;

II - preservação do patrimônio ambiental natural, formado essencialmente pelos mananciais de abastecimento público e pelas áreas de vegetação nativa.

Art. 123 - Para viabilizar a implantação das ações prioritárias, o planejamento territorial valer-se-á:

I – de ações previstas em metodologias de planejamento estratégico direcionadas ao crescimento urbano sustentável;

II - da incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável em todas as políticas setoriais urbanas, priorizadas:

a) a abordagem ambiental no sentido de preservar os bens - água, solo e vegetação;

b) e saúde humana;

III - gerenciamento dos recursos naturais, utilizando instrumentos econômico-fiscais, tributário-financeiros; de financiamento e outros estímulos indutores de comportamentos ambientalmente sustentáveis pelos agentes públicos e privados;

IV - inclusão dos custos ambientais e sociais no orçamento e na contabilidade dos projetos de infra-estrutura;

V - incentivo ao surgimento de projetos de pequeno porte, pouco custo e pouco impactantes do ponto de vista ambiental;

Parágrafo único. A implementação dos planos, programas e propostas desta Lei será assegurada com a previsão dos recursos necessários aos investimentos prioritários no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual do Município.

### CAPÍTULO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 124. São atribuições da Diretoria de Planejamento Urbano, cumulativamente com as que serão especificadas e outras expressas nesta Lei e nos outros diplomas que compõem o PD-S:

I - supervisionar a implantação do PD-S;

II - receber, organizar, manter em dia e promover a atualização de todas as informações relativas ao Planejamento Urbanístico Territorial e sócio-econômico do Município;

III - realizar pesquisas próprias ou a pedido de outros órgãos da Administração, relativas à implantação e desenvolvimento do PD-S;

IV - assessorar o Prefeito nas decisões relativas ao desenvolvimento do Município, particularmente no que se refere seu planejamento físico, territorial e sócio-econômico, englobado no PD-S.

V - promover os estudos e trabalhos necessários à constante atualização do PD-S e, quando for preciso, realizar sua revisão, apresentando ao Conselho da Cidade de Schroeder relatórios e projetos decorrentes dessa revisão para serem encaminhados ao chefe do Poder Executivo, caso seja necessário, à deliberação do Legislativo Municipal;

VI - informar e ser informado pelos órgãos da Administração do andamento de obras ou atividades ligadas ao planejamento do Município previstas no PD-S e decorrentes de sua progressiva revisão e atualização;

VII - ser depositário de todos os documentos, mapas e informações relativas ao PD-S e ao planejamento do Município e simultaneamente fornecer, quando solicitado, as informações em seu poder, mesmo a terceiros, desde que não infrinjam dispositivos de sigilo e segurança;

VIII - coordenar e supervisionar projetos específicos ligados ao planejamento, quando designado pelo Prefeito ou na esfera de suas atribuições;

IX - articular-se com os órgãos correspondentes na região e no Estado;

X - projetar, detalhar, adequar e adaptar as proposições contidas no PD-S;

XI - dar apoio técnico e administrativo ao Conselho da Cidade de Schroeder;

XII - Convocar as reuniões da CTEIV.

Art. 125. Fica criado o Conselho da Cidade de Schroeder, que será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro das diretrizes determinadas nesta Lei.

Art. 126. Compete ao Conselho:

I - assessorar os Poderes Executivo e Legislativo Municipal em assuntos relativos ao Plano Físico-Territorial, baseando seus pareceres no mesmo e os fazendo por escrito;

II - sugerir ao Poder Executivo medidas que tornem eficaz a execução do Plano Diretor Físico-Territorial;

III - emitir pareceres sobre as minutas de projetos de lei, decretos, regulamentados e portarias que contenham prescritos de natureza urbanística;

IV - emitir pareceres sobre o desenvolvimento urbano com base no Plano Diretor Físico – Territorial e Lei de Parcelamento de Solo;

V - promover a revisão do Plano Diretor de Schroeder em intervalos máximos de 05 (cinco) em 05 (cinco) anos, ou sempre que se fizer necessário;

VI - orientar e proteger contra atos particulares, industrializados ou de grupos, que venham contra interesses do bem-estar do povo;

VII - emitir pareceres fundamentados acerca da conveniência ou não de se permitir à localização de atividades e construção em imóveis com tipo de uso considerado tolerado em determinado local, havendo ou não especificação na tabela anexa, conforme Zoneamento.

Art. 127. O Chefe do Poder Executivo não poderá decidir sobre assuntos ligados à matéria urbanística sem o prévio pronunciamento do Conselho.

Art. 128. O Conselho da Cidade de Schroeder constituir-se-á de 07 (sete) membros:

I - Um representante nomeado pela Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI);

II - Dois representantes do Poder Executivo Municipal;

III - Dois representantes do Poder Legislativo Municipal;

IV - Dois representantes da comunidade local.

§ 1º Sempre que possível os membros do Conselho serão arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados ou técnicos ligados às atividades que concernem ao Conselho Municipal de Urbanismo.

§ 2º O Presidente do Conselho da Cidade de Schroeder será um dos membros do próprio Conselho, a ser nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 129. O Conselho se reunirá tantas vezes quanto forem necessárias para o seu bom funcionamento ou quando o Chefe do Poder Executivo solicitar.

Art. 130. Os mandatos dos conselheiros serão de 02 (dois) anos, com substituição ou recondução no primeiro e terceiro ano de cada gestão municipal.

Art. 131. O Conselho deverá, dentro de 60 (sessenta) dias após a regulamentação desta Lei, apresentar o seu regimento interno, observando os seguintes princípios:

I - As deliberações serão sempre por maioria absoluta;

II - Deverão ser registrados em ata e arquivos adequados todas as deliberações, pareceres, plantas e demais trabalhos do Conselho.

Art. 132. O Conselho deverá instalar-se e iniciar seus trabalhos dentro de 15 (quinze) dias após a nomeação de seus membros.

Parágrafo único. A atuação dos membros do Conselho da Cidade de Schroeder no mesmo é considerada de natureza relevante e não remunerada.

Art. 133. A Prefeitura deverá fornecer ao Conselho funcionários, local, material e demais meios necessários à realização de seus trabalhos.

## CAPÍTULO XV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 134. A entrada de projetos para análise na Diretoria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal deverá ser sempre precedida de uma consulta de viabilidade.

§ 1º A consulta de viabilidade tem por objetivo prestar informações ao responsável pela elaboração do projeto sobre as disposições desta Lei e da Lei de Parcelamento do Solo, no que couber, para o local onde se pretende construir.

§ 2º O modelo da consulta de viabilidade será objeto de regulamentação por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 3º A consulta de viabilidade poderá ser dispensada, caso em que o responsável pela elaboração do projeto opte pela apresentação do projeto definitivo, assumindo, neste caso, o risco de ter seu projeto vetado pela Diretoria de Planejamento Urbano em análise posterior.

Art. 135. O Prefeito Municipal baixará decretos delimitando e declarando como não edificáveis as áreas de domínio privado necessárias à execução desta Lei, de acordo com o mapa de zoneamento e o relatório do Prognóstico.

Art. 136. Fica vedado a qualquer pessoa física ou jurídica o lançamento de quaisquer resíduos, direta ou indiretamente, nos cursos d'água, lagoas e represas, sem a prévia autorização dos órgãos municipais e estaduais competentes para dispor sobre as modalidades de tratamento em cada caso.

Art. 137. Os casos omissos na presente Lei serão resolvidos por Lei especial proposta pelo Prefeito Municipal, após parecer do Conselho da Cidade de Schroeder.

Art. 138. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Art. 139. Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº1.553/2006.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

## ANEXO I

### RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES OBRIGADOS A PROMOVER ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Deverão passar por Estudo de Impacto de Vizinhança as atividades listadas a seguir:

- boates e clubes noturnos com área superior a 200 m² de área computável
- centros comerciais e shoppings center
- centros culturais
- clubes sociais e esportivos cuja capacidade instalada ocupe mais de uma quadra ou quarteirão urbano
- comércio atacadista e depósitos maiores ou iguais a 2000 m² de área computável
- comércio varejista e serviços, maiores ou iguais a 5000 m² de área computável
- creches, escolas maternas e estabelecimentos de ensino pré-escolar
- depósitos ou postos de revenda de gás
- equipamentos de segurança pública
- estabelecimentos de ensino formal (cursos, universidades, etc.)
- estações de radiodifusão
- estações de telefonia
- estações de televisão
- garagens comerciais para mais de 100 veículos
- super e hipermercados
- hospital



- indústrias com interferência ambiental
- instituições científicas e tecnológicas (incubadoras, pólos, etc.)
- jogos eletrônicos
- templos e locais de culto em geral
- postos de abastecimento
- outras atividades especiais não previstas em Lei

**ANEXO II****CLASSIFICAÇÃO DE USO****R - USO RESIDENCIAL****R1 - Residencial Unifamiliar**

R1.1 – casa isolada, térrea ou assobradada;

R1.2 - casa geminada paralela ao alinhamento predial.

**R2 - Residencial Multifamiliar**

R2.1 – casa geminada transversal ao alinhamento predial.

R2.2 – edifício de apartamentos.

**CR - Conjuntos Residenciais**

CR.1 - Conjunto residencial aberto – quando ocorre simultaneamente os processos de parcelamento do solo, na modalidade loteamento, e o seu respectivo uso;

**C - ATIVIDADE ECONÔMICA DE NÍVEL C****C1- COMÉRCIO/SERVIÇO OU INDÚSTRIA DE ÂMBITO LOCAL****C1.1- Da alimentação:**

Açougue (e/ou casa de carnes); Armazém (secos e molhados); Avícola (aves e ovos); Bar; “Bomboniere”; Casas de chá ou café; Confeitaria; “Delicatessen”; Doceria; Empório; Frutas; Laticínios e frios; Leiteria; Lanchonete; Merceria; Padaria/panificadora; Pastifício/pastelaria; Peixaria; Quitanda; “Rotisserie”; Sorveteria; Sucos; Verdureira.

**C1.2 - Diversificado:**

Armarinhos; Artesanato (artigos de); Bazar; Boutiques; Drogarias; Farmácia; Perfumaria; Manipulação; Plantas e flores naturais ou artificiais (Floriculturas); Revistas e Jornais.

**C1.3 - Centro Comercial Diversificado de Vizinhança:**

(usos C1.1 e C1.2 associados)

**C2 - COMÉRCIO/SERVIÇO DE MATERIAIS DE PEQUENO PORTE****C2.1- Consumo Geral:**

Agropecuária; Comércio de artefatos de metal; Comércio de artigos esotéricos; Comércio de artigos de couro e similares; Comércio de artigos para bebês; Comércio de artigos para balé; Comércio de artigos para cama, mesa e banho; Comércio de artigos para decoração; Comércio de artigos para festas; Comércio de artigos para jardins; Comércio de artigos para vestuário; Comércio de artigos religiosos; Comércio de artigos e suprimentos de informática; Aviamentos; Bijuterias; Comércio de bolsas, malas e pastas; Comércio de brinquedos; Comércio de calçados; Comércio de cortinas e tapetes; Comércio de cristais / louças / porcelanas; Discos e fitas; Comércio de especiarias; Comércio de ferragens e ferramentas; Filatélica; Folclore (artigo de); Fotos / fotografias; Galerias de arte; Gelo; Importados (artigos); Livraria /papeleria / impressos; Comércio/embalagens de materiais de limpeza; Molduras /espelhos /vidros; Numismática; Presentes; Raízes e plantas medicinais; Relojoarias /joalherias; Souvenirs; Tabacaria/charutaria; Comércio de tecidos; Comércio de utensílios domésticos.

**C2.2. - Consumo Excepcional:**

Adega; Antiguidades; Design (loja de artigos de); Comércio de artigos esportivos e recreativos; Comércio de automóveis/motos; Comércio de autopeças; Comércio de bicicletas; Comércio de colchões; Comércio de eletrodomésticos; Comércio de instrumentos de mecânica técnica; Comércio de instrumentos musicais; Comércio de lonas/toldos; Comércio de luminária/material elétrico; Magazines; Comércio de máquinas e equipamentos para indústria, comércio e serviços; Comércio de material de acabamento para construção; Comércio de material de escritório (inclusive mobiliário); Comércio de motores de lanchas; Comércio de móveis / estofados / cozinhas; Óticas; Concessionária de automóveis.

**C2.3 - Consumo Especializado (p/profissionais):**

Comércio de instrumentos dentários; Comércio de instrumentos elétricos e eletrônicos; Comércio de instrumentos médicos; Comércio de instrumentos de precisão; Mapas e impressos especializados; Comércio de máquinas e equipamentos para profissionais liberais; Comércio de material para desenho e pintura; Comércio de material médico cirúrgico; Comércio de material ortopédico; Preparados químicos de uso médico; Preparados de uso dentário; Comércio de roupas profissionais ou de proteção.

**C2.4 - Centro Comercial Diversificado de Bairro**

(usos C1. C2.1, C2.2, C2.3, S1, S2.1 associados)

**C3 - COMÉRCIO/SERVIÇO DE MATERIAIS DE GRANDE PORTE**

Comércio de artefatos p/ construção em concreto, madeira, plástico ou barro cozido (telhas e tijolos); Comércio de artefatos para máquinas e instalações mecânicas; Comércio de bebidas (depósitos/distribuidores); Comércio de cal e cimento; Comércio de artigos de cerâmica; Comércio de garrafas e/ou outros recipientes; Comércio de metais e ligas metálicas; Comércio de minerais; Comércio de pedras para construção; Comércio de pisos (revestimentos); Comércio de barcos e motores marítimos; Concessionário de caminhões e ônibus; Comércio de equipamentos pesados; Comércio de ferro para construção; Comércio de implementos agrícolas; Comércio de pequenos aviões; Comércio de “Trailers” e Tratores.

**C4 - COMÉRCIO/ SERVIÇO DE MATERIAIS PERIGOSOS**

Comércio de Armas e munições; Comércio de Equipamentos para combate ao fogo; Comércio de Gás engarrafado; Postos de serviços e revenda de combustíveis e derivados de petróleo;

**C5 – COMÉRCIO/SERVIÇO DE MATERIAIS DIVERSIFICADOS**

Grupo A - Mercados; Supermercados; Cooperativa de consumo; Centro Comercial.

Grupo B - Outlet Center; Shopping Center; Hipermercados.

**C6 - COMÉRCIO/SERVIÇO ATACADISTA DE PEQUENO PORTE ( lote até 2.500 m2)**

Depósito de instalações comerciais; Depósito de gêneros alimentícios; Depósito de fios têxteis; Depósito de madeiras aparelhadas; Depósito de materiais de construção em geral; Depósito de produtos agropecuários e extrativos; Depósito de sacos e embalagens; Depósito de móveis em geral; Depósito de vidros.

**C7 - COMÉRCIO/SERVIÇO ATACADISTA DE GRANDE PORTE (lote acima de 2.500 m2)**

Depósito para máquinas de uso comercial e industrial; Depósito de equipamentos pesados; Depósito de ferro e chapas de aço; Depósito de metais e ligas metálicas; Depósito de minerais; Ferro velho e sucatas.

**C8 - COMÉRCIO/SERVIÇO ATACADISTA DE PRODUTOS PERIGOSOS**

Abugos, Defensivos agrícolas e fertilizantes; Artefatos de borrachas; Artefatos de plásticos; Depósito de carvão; Depósito de tintas e vernizes; Derivados de petróleo; Materiais lubrificantes; Papel e derivados; Pneus; Produtos químicos; Gás engarrafado.

**S - ATIVIDADES ECONÔMICAS DE NÍVEL S****S1 - SERVIÇO/ COMÉRCIO DE ÂMBITO LOCAL****S1.1 - Profissionais Pessoais:**

Alfaiate, Camiseiro; Assessores de importação e exportação; Assessores fiscais e tributários; Avaliadores; Barbeiro; Cabeleireiro; Chaveiro; Consultores (empresarial, jurídico e técnico); Corretores de bens móveis e imóveis; Costureiras, Bordadeiras, cerzadeiras e similares; Desenhistas/pintores; Eletricista; Encanador; Lava-deiras; Pintores; Professor particular; Profissionais autônomos, liberais ou qualificados; Sapateiro; Serviços de datilografia, taquigrafia, editoração eletrônica e digitação; Técnico em eletrônica; Tradutores; Vidraceiro.

**S1.2. - Profissionais de Negócios:**

Artigos de couro; Carimbos; Copiadora, Fotocópia e plastificação; Cutelaria, Amoladores; Engraxataria; Taxidermia; Estúdio de reparação de obras de arte; Fotógrafo, Estúdio Fotográfico; Guarda-chuva e chapéus; Instrumentos científicos (reparos); Instrumentos musicais (reparos); Jóias, gravação, ourivesaria e relógios;



Maquetista; Moldureiros; Tapetes, cortinas, estofados e colchões (reparos); Produção de vídeo; Lapidagem.

## S2 - SERVIÇO/ COMÉRCIO OU INDÚSTRIA DE ÂMBITO GERAL

### S2.1 - Geral e Escritórios:

Administradores (bens, negócios, consórcios, fundos mútuos, imóveis); Ações e valores imobiliários; Aerofotogrametria e cartografia; Agência de capitalização; Agência de casamento; Agência de cobranças; Agência de detetives; Agência de emprego de mão-de-obra temporária; Agência de informações e centro de informações; Agência de propaganda e publicidade; Agência noticiosa; Agentes de propriedade industrial (marcas e patentes); Análise e pesquisa de mercado; Aviação agrícola e comercial (agência passagens, escritório); Agência bancária; Bolsa de valores, negócios; Caderneta de poupança (agência, posto de arrecadação); Caixas beneficentes; Câmaras de comércio; Câmbio (estabelecimentos); Cartões de crédito (administradoras); Cartório de notas e protesto, registro civil; Comissário de despachos; Consignação e comissões (agência); Construção por administração/empreiteira de mão-de-obra (escritório); Consulados e delegações (representações diplomáticas); Cooperativas de produção (escritório); Corretora de valores; Crédito imobiliário; Crédito - sistema de vendas; Cursos por correspondência; Despachantes; Editoras de livros, jornais e revistas; Empresas de seguros; Escritório representativos ou administrativos de indústria, comércio e ou serviços; Escritórios técnicos profissionais (engenharia, arquitetura, contabilidade, advocacia); Funerária (sem câmara mortuária); Incorporadoras (escritórios); Mala-direta, central de compras, televendas; Mensageiros e entregas de encomendas; Organização de congressos e feiras; Organização e método de trabalho; Previdência privada; Processamento de dados; Promoção de vendas; Recados telefônicos, central de "bip"; Reflorestamento (escritório); Seleção de pessoal, treinamento empresarial; Serviços de limpeza, desratização, descupinização e conservação; Serviços de lavagem de automóveis; "Trading" (companhia de); Vigilância domiciliar e empresarial.

### S2.2 - Técnicos e de Saúde:

Análise técnica; Banco de sangue; Centros de Estética e Massoterapia; Saunas; Clínicas dentárias e médicas; Controle tecnológico; Eletroterapia e radioterapia; Estúdio fotográfico; Fisioterapia e hidroterapia; Gravação de filmes e som; Institutos psicotécnicos, orientação vocacional; Instrumentos científicos e técnicos (consertos e aferição); Laboratório de análises clínicas; Laboratórios de análises químicas; Microfilmagem; Radiografias.

### S2.3 - Aluguel e Distribuição:

Autolocadoras; Bicicletas; Edifício-garagem; Equipamentos de "buffet"; Equipamentos de som e eletro-eletrônica; Estacionamentos; Filmes; Móveis; Videogames; Videolocadoras; Vestimentas e toalhas.

### S2.4 - Educação Informal:

Academia de ginástica e esportes; Auto-escola; Cursos de computação e informática; Cursos de línguas; Cursos de modelo e manequim; Cursos profissionalizantes; Escolas de arte; Escolas de arte marciais; Escolas de dança; Escolas de datilografia; Escolas de músicas; Escolas de natação; Escolas de prendas domésticas; Escolas de ioga; Escolas profissionalizantes.

## S3 - SERVIÇO/COMÉRCIO ASSOCIADOS A DIVERSÕES PÚBLICAS

Grupo A: Bilhar; Bingo; Boliche, Bolão, Bocha; Casas lotéricas; Cinemas; Churrascarias; Diversões eletrônicas, Pebolin; Petisqueiras; Pizzarias; Restaurantes.

Grupo B: Autocine; Boates/ danceterias/ similares; Cantinas/ "pub" (bar); Choperias/ drinks (casas de); Quadra de escola de samba; Salão de festas e bailes.

## S4 - SERVIÇO/COMÉRCIO/INDÚSTRIAS (APENAS OFICINAS E CONCERTOS)

Grupo A: Acessórios/som; Alinhamentos/balanceamento; Aparelhos eletrodomésticos; Aquecedores e ar condicionado; Balanças; Bicicletas; Borracharia (sem recape); Confecções; Eletricidade; Embalagem, rotulagem, encaixotamento; Entalhadores, escultores (sem fusco de metais); Escapamentos; Estamparia "silk-scre-

en"; Estofamento; Esportivos e recreativos (artigos); Extintores; Fechaduras; Freios; Funilaria, calhas e dutos; Gráfica, clichéria. linotipia, fotolito, litografia e tipografia; Hidráulica (aparelhos e equipamentos); Lanternagem/latoeiro; Marcenaria e movelaria (consertos); Molas; Motores elétricos e transformadores; Pintura de placas, cartazes (publicidade); Radiadores; Serviços de montagens, acoplagens e similares; Veículos automotores; Vidros; Soldagens.

Grupo B: Barcos e lanchas; Baterias; Cantaria (beneficiamento de pedras); Carpintaria; Chassis (retificação); Compressores/betoneiras; Fibra de vidro/resinas; Galvanização; Jato de areia; Madeiras, Marmorearias, Mecânica, Motores, Máquinas em geral; Pinturas; Recauchutadora de pneus; Serralheiros.

## S5 - SERVIÇO/COMÉRCIO ASSOCIADOS A TRANSPORTES

Empresas de mudanças e transportadoras; Garagem de frota de caminhões; Garagem de frota de táxis; Garagem de ônibus; Garagem de tratores e máquinas afins; Aluguel de máquinas e equipamentos pesados (guindastes e guias); Aluguel de veículos pesados; Central de fracionamento de cargas (rodoviárias); Guarda de veículos de socorro; Depósito de materiais e equipamentos de empresas comerciais ou prestadoras de serviços.

## S6 - SERVIÇO/COMÉRCIO ASSOCIADOS A HOSPEDAGEM

Grupo A: Hospedaria; Pensões; Pousadas.

Grupo B: Albergues; "Apart"-hotel; Hotel; Motéis.

Grupo C: Hotel-fazenda; SPA.

## E - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

### E1 - INSTITUCIONAL/ECONÔMICA DE ÂMBITO LOCAL

#### E1.1- Educação/cultura:

Acervo, Biblioteca; Ensino pré-escolar (creches, maternal, jardim de infância, pré-primário); Ensino básico de primeiro e/ou de segundo grau; Fundações Culturais.

#### E1.2- Saúde:

Ambulatório; Posto de saúde;

#### E1.3- Social/Lazer/Administrativo:

Área para recreação infanto-juvenil; Associações, Institutos e/ou Fundações Comunitárias, Benéficas e Filantrópicas; Posto de Serviços: correios e telégrafos, policial, telefônico, lotérico; Representação da administração pública municipal (escritório), campo de futebol. Circo, clubes associativos, recreativos e esportivos, ginásios.

### E2 - INSTITUCIONAL/ECONÔMICA DE ÂMBITO GERAL

#### E2.1 - Educação/Cultura:

Associações e Fundações científicas e tecnológicas; Auditórios/anfiteatros; Centro de formação profissional; Cinemateca/filmoteca; Ensino superior; Ensino técnico-profissional; Museu; Pinacoteca; Teatro.

#### E2.2- Saúde:

Casa de saúde; Centro de saúde; Consultórios comunitários; Dispensários; Hospital; Hospital psiquiátrico; Maternidade; Pronto atendimento médico; Pronto-socorro.

#### E2.3- Social:

Albergue; Asilo; Centro de reintegração social; Clubes de serviços; Colonização e migração (centro assistencial); Templos e Igrejas, Conventos; Mosteiros; Orfanatos; Organizações associativas de profissionais;

#### E2.4- Lazer:

Aquário; Autódromo; "Camping"; Cartódromo; Centro de convenções e de eventos; Centro de exposições; Circo; Clubes associativos, recreativos e esportivos; Ginásios; Hípica; Hipódromo; Jardim Botânico; Moto clube (escritórios); Parque de diversões; Parques públicos; Planetário; Zoológico.

E3 – EQUIPAMENTO DE CIRCULAÇÃO URBANA E TRANSPORTE  
Aeroporto/Heliportos/Hangares; Bases/quartéis militares; Ferrovias/estação e terminais ferroviários; Marinas/estaleiros/portos.

### E4 – EQUIPAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Grupo A - Área para depósito de resíduos/aterro sanitário; Usinas de incineração; Usinas de tratamento de resíduos;

Grupo B - Estação de controle, processamento e tratamento de

água;

Grupo C - Estação de controle, processamento e tratamento de esgotos (sanitário e efluente industrial);

Grupo D - Estação de controle, processamento e tratamento de gás;

Grupo E - Estações e subestações reguladoras de energia elétrica;

Grupo F - Torre de telecomunicações, de radiodifusão e de televisão.

Grupo G - Cemitérios horizontais/verticais; Cemitérios Jardim;

E5 - EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS DE ÂMBITO GERAL

Base de treinamento militar; Casa de detenção, Distrito Policial;

Instituto Correcional; Penitenciária; Polícia Ambiental/Florestal (quartel).

#### I - ATIVIDADES ECONOMICAS DE NÍVEL I

##### I.1 - ATIVIDADES COM PEQUENO POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E PEQUENO OU MÉDIO DA ÁGUA E DO SOLO.

###### - DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS:

- Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso.

###### - DE PRODUTOS METÁLICOS

- Metalurgia dos metais preciosos.

###### - DE MECÂNICA

- Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos.

###### - DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES

- Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais e elétricos e eletrônicos.

- Fabricação de material elétrico.

- Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para comunicação e informática.

###### - DE MADEIRA.

- Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada ou prensada.

- Fabricação de estruturas de madeira e artigos de carpintaria.

- Fabricação de chapas de madeira compensada, revestida ou não com material plástico.

- Fabricação de artigos de tanoaria e madeira arqueada

- Fabricação de cabos para ferramentas e utensílios.

- Fabricação de artefatos de madeira torneada.

- Fabricação de saltos e solados de madeira.

- Fabricação de formas e modelos de madeira - exclusive de madeira arqueada.

- Fabricação de molduras e execução de obras de talha - exclusive artigos de mobiliário.

- Fabricação de artigos de madeira para usos domésticos, industrial e comercial.

- Fabricação de artefatos de bambu, vime, junco, xaxim ou palha trançada (móveis e chapéus).

- Fabricação de artigos de cortiça.

###### - DE MOBILIÁRIO

- Fabricação de móveis de madeira, vime e junco.

- Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com laminas plásticas- inclusive estofados.

- Fabricação de artigos de colchoaria.

- Fabricação de armários embutidos de madeira.

- Fabricação e acabamento de artigos diversos do mobiliário.

- Fabricação de móveis e artigos do mobiliário, não especificados ou classificados.

###### - DE PAPEL E PAPELÃO.

- Fabricação de pasta mecânica.

###### - DA BORRACHA

- Fabricação de laminados e fios de borrachas.

- Fabricação de espuma de borracha e artefatos de espuma de borracha - inclusive látex.

- Fabricação de artefatos diversos de borracha não especificados ou não classificados.

###### - DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES

- Secagem e salga de couros e peles.

- Fabricação de artigos de selaria e correaria.

- Fabricação de malas, valises e outros artigos para viagem.

- Fabricação de artefatos diversos de couros e peles - exclusive calçados e artigos de vestuário.

###### - DE PRODUTOS QUÍMICOS.

- Fabricação de velas.

- Fabricação de produtos de perfumaria.

###### - DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

- Fabricação de laminados plásticos.

- Fabricação de artigos de material plástico para usos industriais.

- Fabricação de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico para todos os fins.

- Fabricação de artigos de material plástico para usos doméstico pessoal - exclusive calçados, artigos do vestuário e de viagem.

- Fabricação de artigos de material plástico para embalagem e acondicionamento, impressos ou não.

- Fabricação de artigos diversos de material plástico, fitas, flâmulas, disticos, brindes, objetos de adornos, artigos de escritórios.

- Fabricação de artigos diversos de material plástico, não especificados ou não classificados.

- Fabricação de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis.

- Malharia e fabricação de tecidos elásticos.

- Fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filós, rendas e bordados.

###### - DE VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS

- Confecções de roupas e artefatos de tecido de cama, mesa, copa e banho.

###### - DE PRODUTOS ALIMENTARES.

- Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, drops, bombons, chocolates, gomas de mascar e outros similares.

- Refeições conservada, conservas de frutas, legumes, e outros vegetais, fabricação de doces - exclusive de confeitaria e preparação de especiarias e condimentos.

- Preparação de sal de cozinha.

- Fabricação de massas alimentícias e biscoitos.

- Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.

- Fabricação de gelo - exclusive gelo seco.

- Fabricação de sorvetes, bolos e tortas geladas - inclusive coberturas.

- Fabricação de vinagre.

- Resfriamento e distribuição de leite.

- Fabricação de fermentos e leveduras.

###### - EDITORIAL E GRÁFICA

- Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.

###### - DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO.

- Fabricação e engarrafamento de vinhos.

- Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas.

- Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, exclusive maltes.

- Fabricação de bebidas não alcoólicas - inclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais.

- Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.

##### I.2 - ATIVIDADES COM MÉDIO POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E PEQUENO OU MÉDIO DA ÁGUA E DO SOLO.

###### - DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS:

- Beneficiamento de Minerais com Cominuição;

- Beneficiamento de Minerais com classificação e/ou concentração física

- Fabricação e elaboração de vidro e cristal

- Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido (exclusive de cerâmica)

- Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras.

- Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta

- Fabricação e elaboração de produtos diversos de minerais não metálicos.

###### - DE PRODUTOS METÁLICOS



- Produção de laminados de aço - inclusive ferro-liga, a frio, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de forjados, arames e relaminados de aço, a frio, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico
- Produção de laminados de aço - inclusive ferro-liga, a quente, sem fusão.
- Produção de canos e tubos de ferro e aço, sem fusão e sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de fundidos de ferro e aço, exclusive em forno cabilot sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de laminados de metais e de ligas de metais não-ferrosos (placas, discos, chapas lisas ou corrugadas, bobina, tiras e fitas, perfis, barras redondas, chatas ou quadradas, vergalhões), sem fusão - exclusive canos, tubos e arames.
- Produção exclusive em forno cabilot, de formas, moldes, e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de fios e arames de metais e de ligas de metais não-ferrosos - inclusive fios, cabos e condutores elétricos, sem fusão.
- Relaminação de metais não-ferrosos - inclusive ligas
- Produção de soldas e ânodos.
- Fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos - exclusive móveis, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.
- Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou esmaltação.
- Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais, e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico - exclusive ferramentas para máquinas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e /ou esmaltação.
- DE MADEIRA.
- Serrarias.
- Desdobramento de madeiras - exclusive serrarias.
- DE PAPEL E PAPELÃO.
- Fabricação de papelão, cartolina e cartão.
- Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel.
- Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, simples ou plastificados, não associada à produção de produção de papelão, cartolina e cartão.
- Fabricação de artigos de papel, papelão, cartolina e cartão, para revestimento, não associada à produção de papel, papelão, cartolina e cartão.
- Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.
- DA BORRACHA.
- Beneficiamento de borracha natural.
- Fabricação e recondicionamento de pneumáticos e câmaras de ar e fabricação de material para recondicionamento de pneumáticos.
- Fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas e aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) - exclusive artigos de vestuário.
- DE PRODUTOS QUÍMICOS
- Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos.
- Fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para

- caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos.
- Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.
- Produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto, de óleos de essências vegetais e outros produtos de destilação da madeira - exclusive refinação de produtos alimentares.
- Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - inclusive mescla.
- Fabricação de sabão, detergentes e glicerinas.
- TÊXTIL.
- Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais.
- Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis artificiais e sintéticas.
- Beneficiamento, fiação e tecelagem de materiais têxteis de origem animal.
- Fabricação de tecidos especiais.
- Acabamento de fios e tecidos, não processado em fiações e tecelagens.
- Fabricação de artefatos têxteis, com estamparia e/ou tintura.
- DA ALIMENTAÇÃO
- Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.
- Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas a alimentação.
- Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados.
- DE FUMO
- Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas.
- DIVERSAS
- Usinas de produção de concreto.
- I.3 - ATIVIDADES COM GRANDE POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E PEQUENO OU MÉDIO DA ÁGUA E DO SOLO.
- DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS.
- Fabricação de cimento
- Fabricação de material cerâmico.
- Produção de fundidos de ferro e aço em forno cubilot, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de formas, moldes e peças fundidas de metal não-ferrosos - inclusive ligas, em forno cubilot, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de fios e arames de metais e de ligas de metais não-ferrosos - inclusive fios, cabos e condutores elétricos, com fusão.
- Produção de laminados de metais e de ligas de metais não-ferrosos (placas, discos, chapas lisas ou corrugadas, bobinas, tiras e fitas, perfis, barras redondas, chatas ou quadradas, vergalhões), com fusão - exclusive canos, tubos e arames.
- Metalurgia do pó - inclusive peças moldadas.
- I.4 - ATIVIDADES COM PEQUENO POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E MÉDIO OU GRANDE DA ÁGUA E DO SOLO.
- DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS.
- Beneficiamento de Minerais com Flotação
- DE PRODUTOS METÁLICOS.
- Beneficiamento de Minerais com Flotação
- DA ALIMENTAÇÃO.
- Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios.
- I.5 - ATIVIDADES COM MÉDIO POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E MÉDIO OU GRANDE DA ÁGUA E DO SOLO.
- DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS.
- Fabricação de peças, ornatos e estruturas de amianto.
- Beneficiamento e preparação de carvão mineral, não associado à extração.
- DE PRODUTOS METÁLICOS
- Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação



- Serviços de galvanotécnica.
- Têmpera e cementação de aço, recozimento de arame e serviços de galvanotécnica.
- Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de metal para escritórios, usos pessoal e doméstico, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Estamparia, funilaria e latoaria, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.
- Fabricação de artefatos de treilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos - exclusive móveis, com tratamento químico-superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Fabricação de estruturas metálicas, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.
- Produção exclusive em forno cubilot, de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive em forno cubilot, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de fundidos de ferro e aço, exclusive em forno cubilot, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de forjados, arames e relaminados de aço, a quente, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de laminados de aço - inclusive ferro-liga, a frio, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- Produção de canos e tubos de ferro e aço, sem fusão, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- DE MATERIAIS DE TRANSPORTE
- Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.
- Montagem e reparação de veículos rodoviários e aeroviários.
- DE PAPEL E PAPELÃO
- Fabricação de celulose.
- Fabricação de papel.
- DE COURO E PELES E PRODUTOS SIMILARES.
- Curtimento e outras preparações de couros e peles.
- DE PRODUTOS QUÍMICOS
- Produção de elementos químicos e produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânico - exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão mineral e de madeira.
- Fabricação de corantes e pigmentos.
- Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes e inseticidas, germicidas e fungicidas.
- DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS.
- Todas as atividades industriais dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários.
- DE VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS.
- Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos.
- Fabricação de fécula, amido e seus derivados.
- Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado.
- Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes, e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal.
- Fabricação e refino de açúcar.
- DA ALIMENTAÇÃO
- Fabricação de fécula, amido e seus derivados.
- Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado.
- Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes, e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal.
- Fabricação e refino de açúcar.
- DIVERSAS
- Usinas de produção de concreto.
- Usinas de produção de concreto asfáltico.
- Fabricação de carvão vegetal, ativado e cardiff.

- Destilação de álcool etílico.

1.6 - ATIVIDADES COM GRANDE POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR DO AR E MÉDIO OU GRANDE DA ÁGUA E DO SOLO.

- DE PRODUTOS METÁLICOS

- Produção de fundidos de ferro e aço em forno cubilot, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

- Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive ligas, com fusão e com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

- Produção de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, em forno cubilot com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

- Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios - inclusive ferro-gusa.

- Produção de ferro e aço e suas ligas em qualquer forma, sem redução de minérios, com fusão.

- Produção de canos e tubos de ferro e aço, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

- Metalurgia dos metais não-ferrosos em formas primárias - inclusive metais preciosos.

- Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição.

- DE MECÂNICA

- Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios com tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição.

- DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES

- Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores

- DE MATERIAIS DE TRANSPORTE.

- Fabricação de veículos rodoviários, aeroviários e navais, peças e acessórios.

- DE PRODUTOS QUÍMICOS

- Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

- Fabricação de produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas e do carvão mineral.

- Recuperação e refino de óleos minerais, vegetais e animais.

- DO REFINO DE PETRÓLEO E DESTILAÇÃO DO ÁLCOOL.

- Refino do petróleo e destilação de álcool por processamento de cana de açúcar, mandioca, madeira e outros vegetais.

- DE PRODUTOS ALIMENTARES.

- Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinhas de carne, sangue, osso, peixe e pena.



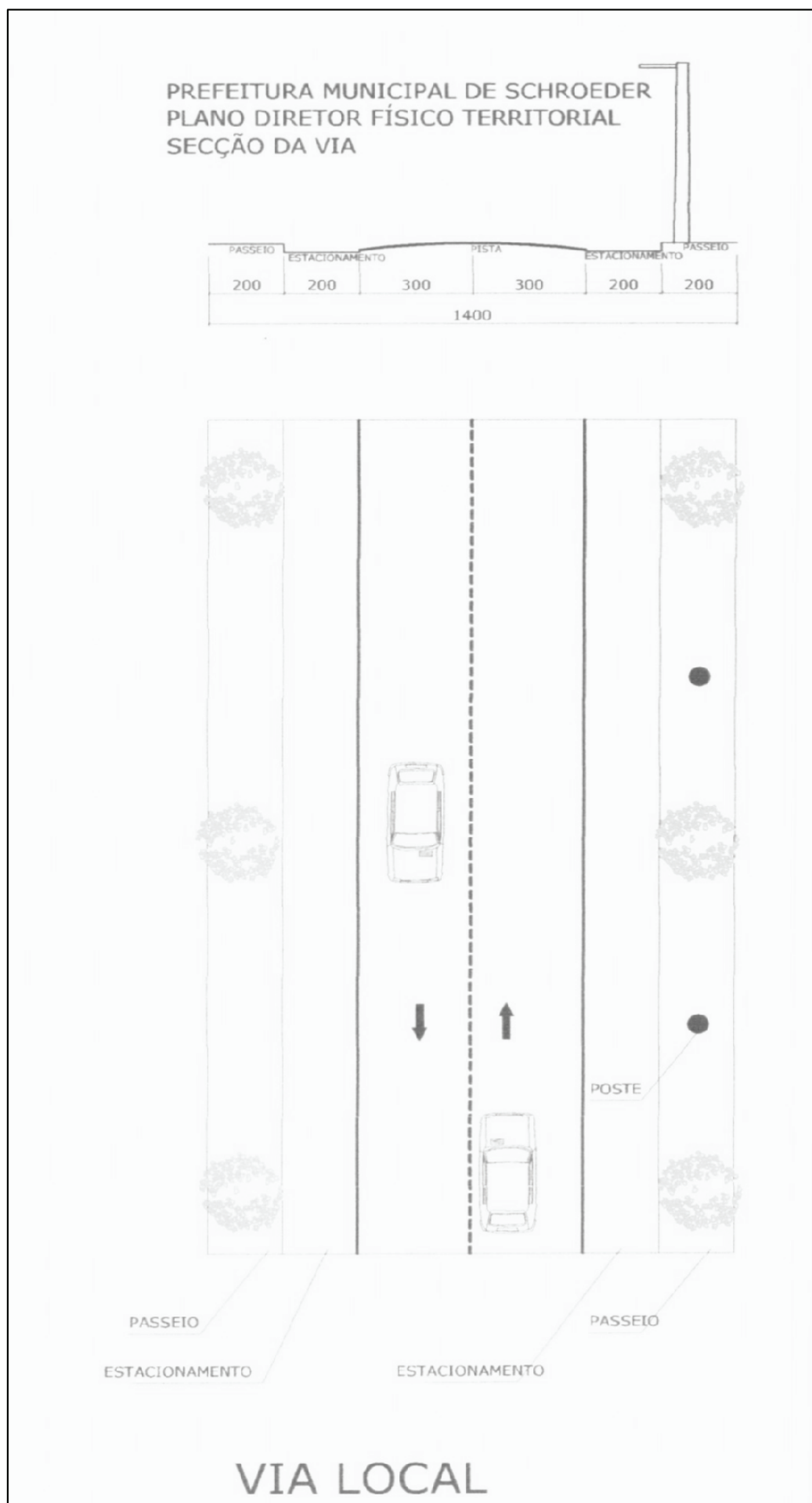
**ANEXO III**  
**QUADRO DE USOS ADMITIDOS**
**QUADRO DE USOS ADMITIDOS**

ZONAS	USOS ADMITIDOS	RECUOS MÍNIMOS ( metros )			TAXA DE OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	GABARITO	DIMENSÕES MÍNIMAS DOS LOTES			nº mín. de vagas para estacionamento
		FRONTAL	LATERAL	FUNDOS				ÁREA MIN.	FRENTE MÍN.	PROFUNDID. MÍN.	
ZR1	R1;R2;CR	4,00	1,50 (**)	1,50 (**)	65%	2,0	4	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/habitação
	C1;C2;C5A	6,00	2,00	2,00	65%	2,0	2	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	S1;S4A;S6A;S6C	6,00	2,00	2,00	65%	2,0	2	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	E1(1); E2(1);E4B;E4C;E4F	6,00	2,00	2,00	65%	2,0	2	450,00m²	15,00m	15,00m	1/50,00m²
ZR2	R1;R2;CR	4,00	1,50 (**)	1,50 (**)	65%	3,0	8	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/habitação
	C1;C2;C3(2);C4(2);C5A(2);C6; C7(2);C8(2)	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	6	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	S1;S2;S4A(2);S5(2);S6A;S6C	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	6	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	E1	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	6	450,00m²	15,00m	15,00m	1/50,00m²
	I1(2)	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	50%	1,5	3	2.000,00m²	25,00m	25,00m	1/50,00m²
ZR3	R1;R2;CR	4,00	1,50 (**)	1,50 (**)	65%	3,0	8	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/habitação
	C1;C2;C3(3);C4(3);C5A(3);C6; C7(3);C8(3)	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	6	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	S1;S2;S4A(3);S6A;S6C	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	6	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	E1;E2.1(3);E2.2(3);E2.3(3);E2.4; E4B; E4C; E4F	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	60%	3,0	6	450,00m²	15,00m	15,00m	1/50,00m²
	I1(3)	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	60%	1,5	3	2.000,00m²	25,00m	25,00m	1/50,00m²
ZCS	R1;R2;CR1	4,00	1,50 (**)	1,50 (**)	65%	4,0	10	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/habitação
	C1;C2;C3(4);C4(4); C5A(4);C6(4); C7(4);C8(4)	0,00 / 6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	8	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	S1;S2; S3(4);S4(4);S5(4);S6	0,00 / 6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	8	330,00m²	12,00m (*)	15,00m	1/50,00m²
	E1; E2; E4B; E4C; E4F	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	65%	3,0	8	450,00m²	15,00m	15,00m	1/50,00m²
	I1(4)	6,00	2,00 (**)	2,00 (**)	60%	1,5	3	2.000,00m²	25,00m	25,00m	1/50,00m²
ZE	R1.1	4,00	1,50	1,50	65%	1,0	2	450,00m²	15,00m	15,00m	1/habitação
ZI	R	4,00	1,50	1,50	65%	1,0	2	1.500,00m²	25,00m	25,00m	1/habitação
	C;S;E	6,00	2,00	2,00	60%	1,0	2	2.000,00m²	25,00m	25,00m	1/50,00m²
	I1	6,00	2,00	2,00	60%	1,0	3	2.000,00m²	25,00m	25,00m	1/50,00m²
	I2;I3;I4;I5;I6	8,00	3,00	3,00	60%	1,0	3	3.000,00m²	30,00m	30,00m	1/50,00m²

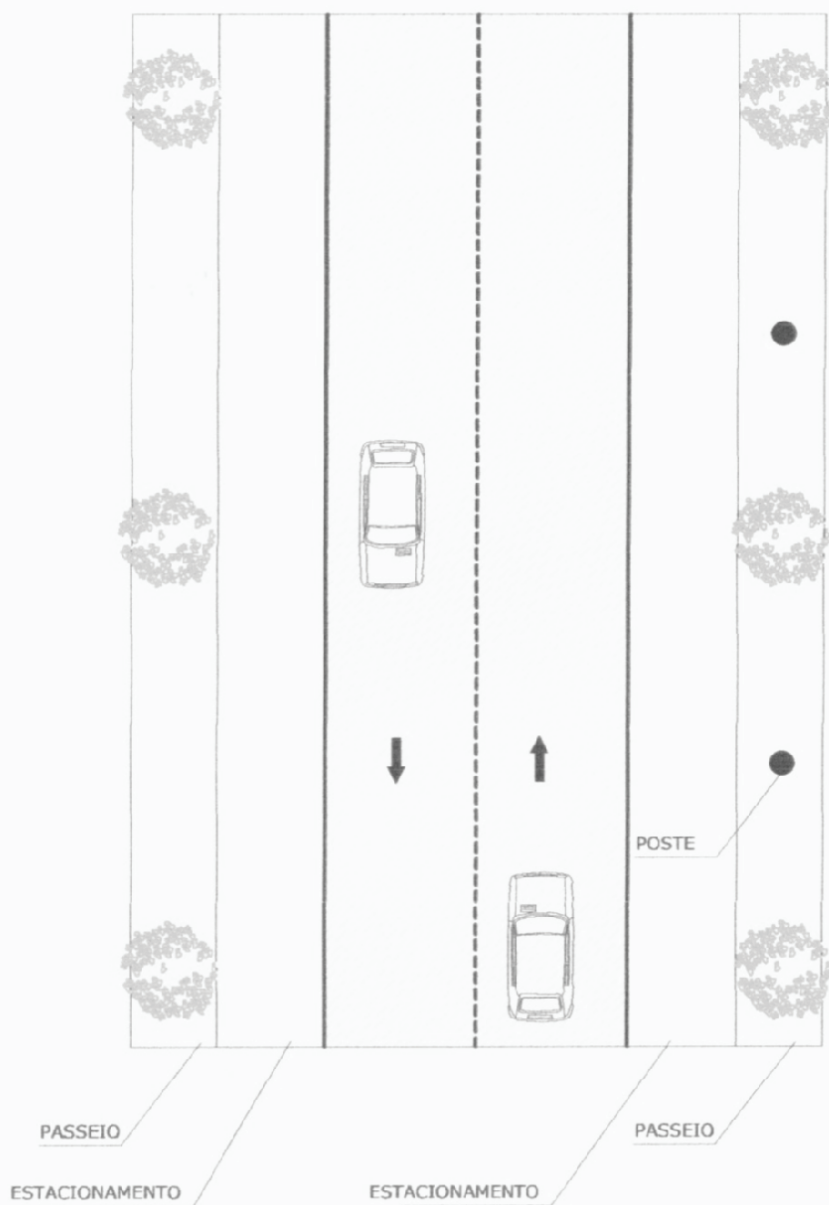
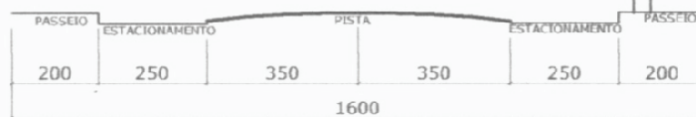
**QUADRO DE USOS ADMITIDOS**

(1)	Apenas ao longo da rua 23 de Março	
(2)	Apenas ao longo das ruas Barão do Rio Branco, Presidente Costa e Silva, Alberto Zanella, Guaramirim, Rio de Janeiro e Erich Froehner	
(3)	Apenas ao longo das ruas 03 de Outubro, Cândido Tomaselli, Gustavo Streit, Travessa Amandus Muller	
(4)	Ao longo da Rua Marechal Castelo Branco e Avenida dos Imigrantes	
(*)	Lotes localizados em esquina terão testada mínima de 15,00 metros e área mínima de 412,50m²; a testada dos lotes coincide com a linha do alinhamento predial.	
	Lotes localizados em esquina, em virtude da concordância dos alinhamentos por um arco de círculo de 05 ( cinco ) metros de raio mínimo, poderão ter reduzidos 5,37m² ( cinco metros e trinta e sete decímetros quadrados ) da área mínima permitida.	
(**)	Para recuos mínimos laterais e fundos após o 2º pavimento acrescer 0,50m por pavimento subsequente.	
Obs.: - Em casos de usos mistos, o limite de gabarito será o maior gabarito entre os usos admitidos dentro da zona específica.		
- Imóveis com área maior ou igual a 1.000,00m² poderão ter até 03 edificações isoladas, para fins residenciais.		
- Imóveis com área maior ou igual a 1.500,00m² poderão ter até 04 edificações isoladas, para fins residenciais.		

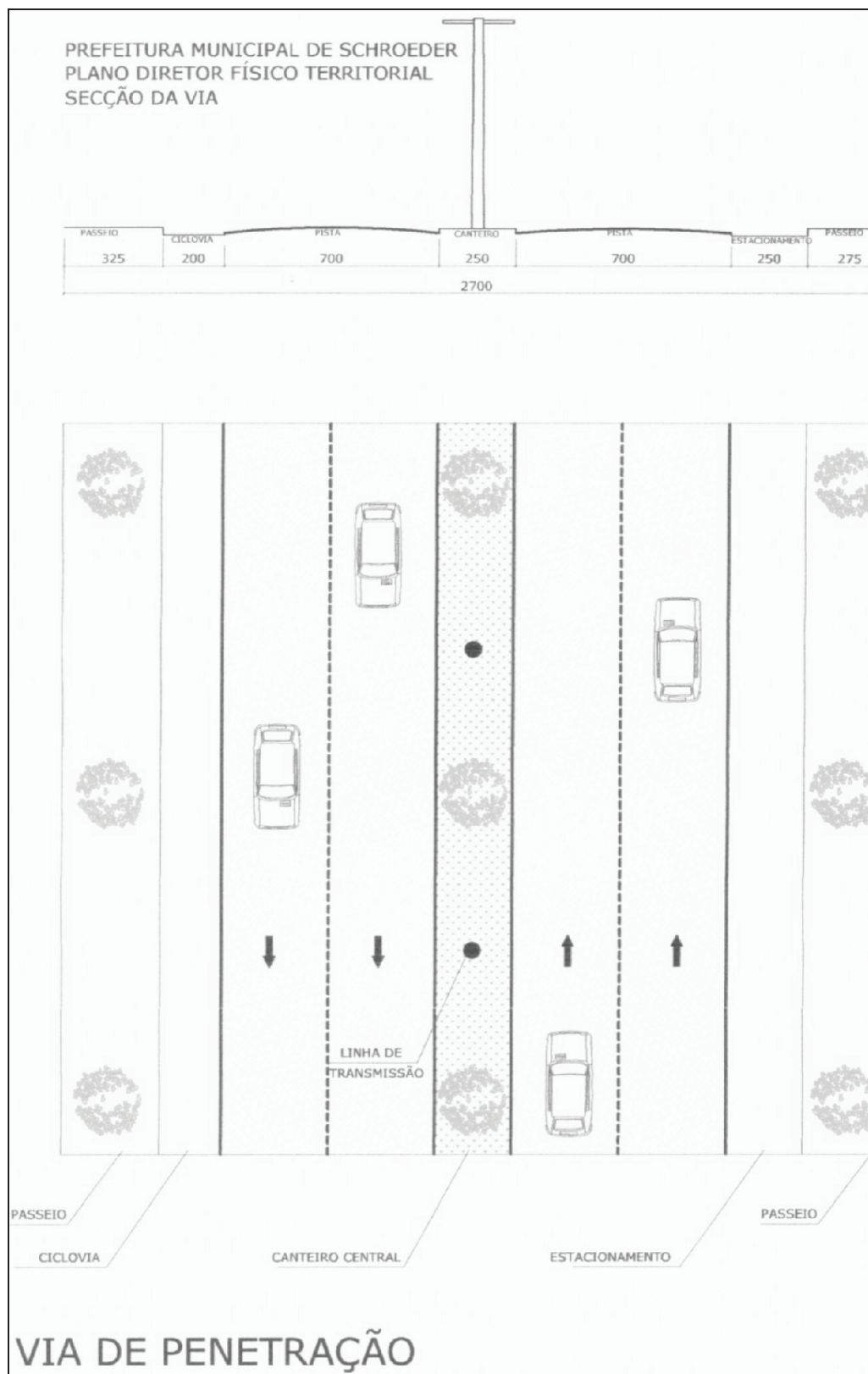
## ANEXO IV



PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL  
SECÇÃO DA VIA



VIA DE DISTRIBUIÇÃO





**ANEXO V**  
**IMÓVEIS INSERIDOS NA ZONA INDUSTRIAL PREESTABELECIDADA – ZIPE**

NOME	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	N.º IMÓVEL	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
ADELTEX IND. ACABAMENTO TEXTIL	RUA JOINVILLE	CENTRO LESTE	619	01.03.004.0105
ANGERO IND. E COM. DE MALHAS (FLAJO)	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	1006	01.04.018.0133
ARTEFATOS DE CIMENTO COSTA	RUA 03 DE OUTUBRO	CENTRO NORTE	716	01.04.002.0554
AUGE CONFECÇÕES	RUA INDEPENDENCIA	BRAÇO DO SUL	8693	01.11.003.2572
BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO SUL	423	01.02.006.2614
BANANA BRASIL	RUA 03 DE OUTUBRO	BRAÇO DO SUL	8361	01.11.002.0390
BANANA DA TERRA	RUA 03 DE OUTUBRO	BRAÇO DO SUL	2888	01.11.002.0487
BANANA MANIA	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	664	01.04.001.1438
BM E BORRAX	RUA DOM PEDRO	RIO HERN	8094	01.06.001.0729
CALHAS BORTOLINI	RUA DOM PEDRO	RIO HERN	323	01.02.003.1029
COREMACO COM. E REPRES.	RUA PRINCESA ISABEL	CENTRO	2104	01.01.013.0711
COREMACO COM. E REPRES.	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	3156	01.01.011.0088
COREMACO COM. E REPRES.	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	3209	01.01.014.4438
DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	1111	01.04.031.0736
DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	1226	01.04.025.0422
DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	6071	01.04.025.1117
DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	8679	01.04.025.0422
EMME PRE MOLDADOS	RUA MARECHAL HERMES	CENTRO	3090	01.01.014.4021
ESQUADRIAS DE ALUMINIO SCHROEDER	RUA PONTE PENSIL	CENTRO SUL	456	01.02.007.0798
ESQUADRIAS DE FERRO POLACO	RUA SANTA CATARINA	SOSSEGO	2966	01.11.003.3140
ESQUADRIAS IRMÃOS DAHLKE	RUA FLORIANOPOLIS	CENTRO NORTE	840	01.04.009.0076
ESTIMAÇÃO CONFECÇÕES	RUA PONTE PENSIL	CENTRO SUL	347	01.02.006.0666
ESTOFARIA SCHROEDER	RUA ADOLFO BORCHARDT	CENTRO NORTE	1295	01.04.029.0396
FÁBRICA DE ESQUADRIAS KLUG	RUA ARGENTINA	SCHROEDER I	4091	01.10.003.3494
FÁBRICA DE LAJE PRE-MOLDADA	RUA GUARAMIRIM	SCHROEDER I	4136	01.10.008.0378
KAUÃ INDÚSTRIA DE MOVEIS	RUA OSVALDO LENZI	SCHROEDER I	2797	01.10.003.2305
FAMAC IND. DE MAQUINAS LTDA	RUA PONTE PENSIL	CENTRO SUL	463	01.02.007.1425
GESSO SCHROEDER	RUA APIUNA	RIO HERN	214	01.02.001.0251
GRAMEYER EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	4191	01.01.007.1632
GRAMEYER EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	8663	01.01.007.1632
HEINS WEISS M.E BEBIDAS	RUA DANIEL ANDRADE CASTRO	ITOUPIAVA-AÇU	6598	01.25.010.0050
IDEIA VAGA	RUA LEODADO RIBEIRO	SCHROEDER I	5692	01.20.001.0118
K-CEL	RUA PONTE PENSIL	CENTRO SUL	340	01.02.006.0516
KIENEN	RUA GUSTAVO STREIT	TOMASELLI	1912	01.08.001.1440
MADEIRAS E EMBALAGENS MASKE	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	946	01.04.013.0529
MADEIREIRA JOQUE	RUA KURT HANS CLAUS	CENTRO	3712	01.04.001.1705
MARCENARIA RIEGER	RUA EUGENIO ALBRECHT	CENTRO NORTE	4233	01.04.027.0927
MARISOL IND. DO VESTUARIO	RUA ALPHONS MARIA SCHMALZ	CENTRO NORTE	699	01.04.002.0432
MARISOL IND. DO VESTUARIO	RUA GUILHERME ZASTROW	SOSSEGO	706	01.04.002.0073
MARISOL IND. DO VESTUARIO	RUA ALPHONS MARIA SCHMALZ	CENTRO NORTE	8666	01.04.002.0432
MARLON VOGEL EPP	RUA DOM PEDRO	RIO HERN	4320	01.06.005.0211
MENEGOTTI IND. METALURGICA LTDA	AVENIDA IMIGRANTES	CENTRO NORTE	3634	01.04.021.2617
MENEGOTTI IND. METALURGICA LTDA	AVENIDA IMIGRANTES	CENTRO NORTE	8674	01.04.021.2617
MODELPIK IND. E COMERCIO LTDA	RUA PARANA	CENTRO NORTE	1214	01.04.024.1177
MOVEIS TANK	RUA CARLOS ZERBIN	RIO HERN	3884	01.06.003.1008
MVS – TEXTIL	RUA GUILHERME DUWE	RIO HERN	1710	01.06.002.0882
NEKI	RUA GERMANO MULLER	CENTRO NORTE	960	01.04.014.0078
NEKI	RUA GERMANO MULLER	CENTRO NORTE	961	01.04.014.0108
NEKI	RUA FRANCISCO WEISS	CENTRO NORTE	987	01.04.014.0892
NEKI	RUA GERMANO MULLER	CENTRO NORTE	1027	01.04.018.0857

NEKI	RUA FRANCISCO WEISS	CENTRO NORTE	3590	01.04.016.0911
NEKI	RUA GERMANO MULLER	CENTRO NORTE	8667	01.04.014.0108
PEDRO PESSATE ME	RUA MARIO BAGATOLLI	SCHROEDER I	2259	01.10.002.0185
SANTO ANTONIO - FABRICA	RUA FLORIANOPOLIS	CENTRO NORTE	836	01.04.010.0650
SELAMIX IMPERMEABILIZANTES LTDA EPP	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO NORTE	4209	01.04.001.1413
TECELAGEM E MALHARIA CARIBE	RUA SÃO PAULO	CENTRO	3068	01.01.008.0054
TEXTIL CAIMÃN	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO SUL	370	01.02.006.1375
TINGICOLOR	RUA GUILHERME BAUER	CENTRO NORTE	4458	01.04.001.1735
TOMASELI S.A	RUA CANDIDO TOMASELLI	TOMASELLI	1829	01.07.001.0300
VIDRAÇARIA SCHROEDER	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	CENTRO	4885	01.01.007.1201

## ANEXO VI

## Relação das Vias Públicas do Município de Schroeder

Nº	RUA	C	L	C	BAIRRO
		A	E	A	
		L	I	L	
		Ç	T	Ç	
		A	O	A	
		D		D	
		A		A	
1	Marechal Castelo Branco	2	10	2	Centro
2	Presidente Costa e Silva	2	10	2	Rio Hern
3	Barão do Rio Branco	2	10	2	Centro Leste
4	03 de Outubro	2	10	2	Braço do Sul
5	Alberto Zanella	2	10	2	Rio Hern
6	Cândido Tomaselli	2	10	2	Tomaselli
7	Gustavo Streit	2	10	2	Rancho Bom
8	Alberto Krause	2	10	2	Schroeder III
9	Alphons Maria Schmalz	2	10	2	Centro Norte
10	Ponte Pênsil	2	10	2	Centro Sul
11	Jaraguá	2	16	2	Centro Sul
12	Princesa Isabel	2	10	2	Centro
13	Valentin Zoz	2	10	2	Centro Sul
14	Das Nações Unidas	2	10	2	Centro
15	Tiradentes	2	10	2	Centro
16	Duque de Caxias	2	10	2	Centro Norte
17	Ricardo Gori	2	10	2	Schroeder III
18	Guilherme Zastrow	2	10	2	Sossego
19	Germano Muller	2	10	2	Centro Norte
20	Guilherme Zerbin	2	10	2	Centro
21	Carlos Pommerening	2	10	2	Schroeder III
22	Bandeirantes	2	10	2	Schroeder III
23	Paulo Lindner	2	10	2	Schroeder III
24	Jorge Lacerda	2	10	2	Centro Norte
25	XV de Novembro	2	10	2	Sossego
26	Santa Catarina	2	10	2	Braço do Sul
27	Cristina Bauer	2	10	2	Centro Norte
28	Expedicionário Osvaldo Kanzler	2	10	2	Rio Hern
29	Carlos Zerbin	2	10	2	Rio Hern
30	Dom Pedro	2	10	2	Rio Hern

31	Willy Ziebell	2	10	2	Rio Hern
32	Marechal Hermes	2	10	2	Centro
33	07 de Setembro	2	10	2	Centro
34	Paulo Jahn	2	10	2	Centro
35	Willy Wulf	2	10	2	Centro
36	Bela Vista	2	10	2	Centro
37	Jerônimo Tomaselli	2	10	2	Tomaselli
38	Ricardo Pommerening	2	10	2	Schroeder III
39	Reinoldo Pommerening	2	10	2	Schroeder III
40	Herman Hertel	2	10	2	Schroeder III
41	João Reck	2	10	2	Schroeder III
42	Brusque	2	10	2	Schroeder III
43	Emílio Mundt	2	10	2	Schroeder III
44	Deputado Lauro Loyola	2	10	2	Centro
45	Pedro Hang	2	10	2	Centro
46	Timbó	2	10	2	Centro
47	Blumenau	2	10	2	Centro
48	Alemanha	2	10	2	Centro Norte
49	01 de Maio	2	10	2	Centro Norte
50	Paraná	2	10	2	Centro Norte
51	Carlos Eggert	2	10	2	Sossego
52	Artur Klabunde	2	10	2	Schroeder III
53	Teodoro Weiss	2	10	2	Centro Norte
54	Rodolfo Viebrantz	2	10	2	Centro Norte
55	Palmiro Gneipel	2	10	2	Centro Norte
56	Leana Voigt	2	10	2	Centro
57	Paulo Setter	2	10	2	Centro Sul
58	Bernardo Zoz	2	10	2	Centro Sul
59	Marcelino Zanella	2	10	2	Centro
60	Carlos Krogel	2	10	2	Centro
61	25 de Julho	2	10	2	Rancho Bom
62	Alberto Jacob	2	10	2	Centro
63	Adolfo Borchardt	2	10	2	Centro Norte
64	Ottoli Peschke	2	10	2	Centro Norte
65	Minas Gerais	2	10	2	Centro Norte
66	14 de Abril	2	10	2	Centro Norte
67	Florianópolis	2	10	2	Centro Norte
68	Francisco Weiss	2	10	2	Centro Norte
69	Bom Pastor	2	8	2	Centro Norte

70	Goiás	2	10	2	Tomaselli
71	Bahia	2	10	2	Tomaselli
72	31 de Março	2	10	2	Tomaselli
73	Alagoas	2	10	2	Tomaselli
74	Rio Grande do Sul	2	10	2	Tomaselli
75	Leo Schultz	2	10	2	Rio Hern
76	Apiúna	2	10	2	Rio Hern
77	São Paulo	2	10	2	Centro
78	André Tietz	2	10	2	Centro Sul
79	Jacó Alvise	2	10	2	Tomaselli
80	Amazonas	2	10	2	Centro
81	Nova Trento	2	10	2	Centro
82	Itoupava	2	10	2	Centro Norte
83	Benhamino Conzatti	2	10	2	Centro Norte
84	Acre	2	10	2	Centro Norte
85	15 de Outubro	2	10	2	Centro Leste
86	Clara Borinelli	2	10	2	Centro Leste
87	Henrique Ziebel	2	10	2	Rio Hern
88	Pará	2	10	2	Centro
89	Das Flores	2	10	2	Centro
90	São Luis	2	10	2	Centro
91	Martinho Lutero	2	8	2	Centro
92	Cancelada – Falta de Abertura – Lei 1152/99				
93	Beira Rio	2	10	2	Centro Sul
94	Eugênio Albrecht	2	10	2	Centro Norte
95	Guilherme Bauer	2	10	2	Centro Norte
96	Guarani	2	10	2	Schroeder III
97	Úrsula Sievers	2	10	2	Centro Norte
98	Ulisses Guimarães	2	10	2	Centro Norte
99	Ernesto Krogel	2	10	2	Centro
100	João Schmitt	2	8	2	Centro Norte
101	Antonio Zoz	2	10	2	Centro Norte
102	Guaíba	2	10	2	Rio Hern
103	Bertholdo Kanzler	2	10	2	Schroeder III
104	Wendelin Reiner	2	10	2	Centro Sul
105	Leopoldo Fiedler	2	10	2	Centro
106	Gottfried Maske	2	10	2	Centro Norte
107	Helena Koplin	2	7	2	Centro
108	Avenida dos Imigrantes	2	23	2	Centro
109	Joinville	2	10	2	Duas Mamas
110	Julio Bauer	2	10	2	Centro Norte
111	Wilson José Mondini	2	10	2	Rio Hern
112	Independência	2	10	2	Braço do Sul
113	Da Canela	2	10	2	Braço do Sul
114	Leopoldo Prust	2	10	2	Braço do Sul
115	Ricardo Ruediger	2	10	2	Braço do Sul
116	Travessa Amandos Muller	2	10	2	Braço do Sul
117	Alvina Pommerening	2	10	2	Schroeder III
118	Marguerita Tomaselli	2	10	2	Tomaselli

119	Guilherme Piske	2	10	2	Centro Norte
120	Helmuth Kanzler	2	10	2	Centro Norte
121	Alfonso Zils	2	10	2	Centro Norte
122	Ricardo Viergutz	2	10	2	Centro Norte
123	Kurt Hans Clauss	2	10	2	Centro Norte
124	Germano Jahn	2	10	2	Rancho Bom
125	(Sem Nome) ao lado 15 Novembro	2	10	2	Sossego
126	Cristiane Zerbin	2	10	2	Rio Hern
127	Mário Zerbin	2	10	2	Centro Sul
128	Hilário Guckert	2	10	2	Centro Leste
129	(Sem Nome) Terreno Mário Zanella (Barreiro)	2	10	2	Centro
130	DESAFETADA	2	10	2	
131	Inez Tietz	2	10	2	Centro Sul
132	Dora Pommerening	2	13	2	Schroeder III
133	Luan Carlos Pommerening	2	10	2	Schroeder III
134	Ida Luiza Bertha Jacob Wulf	2	10	2	Centro
135	Frederico Trapp	2	10	2	Centro
136	Volkmar Gustav Berchtold	2	10	2	Centro
137	João Arnoldo Moritz	2	10	2	Centro
138	(Sem Nome) terras Rolando Setter	2	10	2	Centro Norte
139	Roberto Bauer	2	10	2	Centro Norte
140	Guilherme Duwe	2	10	2	Rio Hern
141	João Maria Tomaselli	2	10	2	Centro Leste
142	Emilio Reck	2	10	2	Centro Leste
143	(Sem Nome) Lot. Braço do Sul	2	10	2	Centro Leste
144	Palmeiras	2	10	2	Centro Norte
145	Germano Oberthir	2	8	2	Schroeder III
146	José Ivo Ribeiro	2	7	2	Centro Leste
147	Antonio Pasquali	2	10	2	Centro
148	(Sem Nome) Final Guilherme Bauer (Amarildo Toma)	2	10	2	Braço do Sul
149	Vitor Walkinir Moreira	2	12	2	Schroeder III
150	(Sem nome) Lateral Willy Ziebel- De- frente Vidraceiro	2	10	2	Rio Hern
151	17 de Fevereiro	2	10	2	Sossego
152	Bruna Walkinir Moreira	2	12	2	Schroeder III
153	(Sem Nome) Lado direito escola Sarita B. Ext. 68,50m (Rudolfo Duwe)	2	10	2	Rio Hern
154	Lateral Guilherme Zerbin entre Valmor Jesus e Tepasse	2	10	2	Centro
155	Silvio Pretti	2	10	2	Centro
156	Rua Sem Nome -Lateral Guilherme Bauer – Final Loteamento Garcia(lado direito)	2	10	2	Sossego
157	Rua JOSÉ FLOR ( PELUDO )Lateral da Marcelino Zanella	2	10	2	Centro
158	Sem Nome (Defrente Oficina Zanella)	2	10	2	Centro Leste
159	Marilete Neumann	2	10	2	Centro
160	Rogate Pasold	2	10	2	Rio Hern
161	Carolina Meier Duwe	2	7	2	Rio Hern
162	Sem Nome (Lateral Super Jói)	2	10	2	Centro
163	Rua Ademar Lindner	2	8	2	Schroeder III

164	Bartira Hertel	2	10	2	Rio Hern
165	Luiza Maske	2	10	2	Centro Norte
166	Reinoldo Maske	2	10	2	Centro Norte
167	Maravilha	2	8	2	Centro Norte
168	Frederico Zils	2	8	2	Centro Leste
169	Rua Sem Nome (lat. Paulo Lindner – secador)	2	8	2	Schroeder III
170	Rua sem Nome (lat. Paulo Lindner - Neri Muller)	2	8	2	Schroeder III
171	Projetada - terras Evaldo Pfleger	2	10	2	Centro Norte
172	Loteamento José <sup>a</sup> Eick (Prox. Rua Alemanha)	2	10	2	Centro Norte
300	23 de março	2	8	2	Itoupava-Açú
301	Otto Carlos Doege	2	8	2	Itoupava-Açú
302	Antonio Marcos Cisério	2	8	2	Itoupava-Açú
304	Olívio Schiochet	2	8	2	Itoupava-Açú
305	Ernesto Neida	2	8	2	Itoupava-Açú
306	Nilo dos Santos	2	8	2	Itoupava-Açú
307	Armando Sebastiani	2	6	2	Itoupava-Açú
308	Danilo Milan	2	6	2	Itoupava-Açú
309	Otto Elert	2	8	2	Itoupava-Açú
310	Daniel Andrade Castro	2	10	2	Itoupava-Açú
311	Constantino Gascho	2	10	2	Itoupava-Açú
312	Guilherme Lafin	2	8	2	Itoupava-Açú
500	Erich Froehner	2	12	2	Schroeder I
501	Erfried Klabunde	2	7	2	Schroeder I
502	Guilherme Ristau	2	10	2	Schroeder I
503	Paulo Méier	2	10	2	Schroeder I
504	Rio de Janeiro	2	10	2	Schroeder I
505	Brasília	2	10	2	Schroeder I
506	Maceió	2	7	2	Schroeder I
507	Argentina	2	10	2	Schroeder I
508	Porto Alegre	2	7	2	Schroeder I
509	Regina Tissi	2	10	2	Schroeder I
510	Maria Gesser	2	10	2	Schroeder I
511	Walter Ginow	2	8	2	Schroeder I
512	Vigando Winter	2	7	2	Schroeder I
513	Guilherme Daren	2	10	2	Schroeder I
514	Mario Bagatolli	2	10	2	Schroeder I
515	Verônica Kniss	2	10	2	Schroeder I
516	Alberto Jacobi	2	7	2	Schroeder I
517	Tancredo Neves	2	10	2	Schroeder I
518	Ayrton Senna	2	7	2	Schroeder I
519	Tarcísio José Bertoldi	2	7	2	Schroeder I
520	João Correia	2	10	2	Schroeder I
521	Leopoldo Gorges	2	10	2	Schroeder I
522	Professora Nilza Kuster	2	10	2	Schroeder I
523	Guaramirim	2	10	2	Schroeder I
524	Paulo Roberto Bertoldi	2	5	2	Schroeder I
525	Delfino Demarchi	2	10	2	Schroeder I
526	Fortaleza	2	10	2	Schroeder I

527	Heins Winter	2	7	2	Schroeder I
555	Leodato Ribeiro	2	10	2	Schroeder I
556	Otto Hackbarth	2	10	2	Schroeder I
557	Moisés Rabello	2	10	2	Schroeder I
558	Osvaldo Lenzi	2	10	2	Schroeder I
559	Antonio Méier	2	10	2	Schroeder I
560	Carlos Jacobi	2	10	2	Schroeder I
561	Palotina	2	10	2	Schroeder I
563	Tecla W. Negherbon	2	10	2	Schroeder I
564	Sem Nome - Lateral Guilherme Daren	2	10	2	Schroeder I
565	09 de Maio	2	10	2	Schroeder I
566	Bruno Henrique Zoz	2	10	2	Schroeder I
567	Gabriel Vargas	2	10	2	Schroeder I
568	Paulo Schmitt	2	10	2	Schroeder I
569	Erwino Alberto Winter	2	10	2	Schroeder I
570	Lat. Walter Guinow (Silvio Valcanaia)	2	10	2	Schroeder I

### Lei Complementar N° 081/2009

LEI COMPLEMENTAR N°081/2009

FIXA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a fixar a Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2010, em R\$125,30 (cento e vinte e cinco reais e trinta centavos).

Parágrafo único. O reajuste do valor da Unidade Fiscal Municipal está baseado no percentual acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de novembro do ano de 2008 a outubro do ano de 2009, correspondente a 4,17% (quatro inteiros e dezessete décimos por cento), conforme Lei Complementar n.º 057/2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º 1.669/2008, de 17/6/2008, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### Lei Complementar N° 082/2009

LEI COMPLEMENTAR N°082/2009

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR No 004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona





a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar no 004/1998, passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### ANEXO I

#### QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	03	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	01	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	03	75 a 95
	Farmacêutico	01	50 a 70
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	02	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
	Médico	15	106 a 126
	Médico Cardiologista	01	110 a 130
	Médico Pediatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	01	75 a 95
	Nutricionista	01	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	03	50 a 70
	Psicopedagogo	01	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70
II	Atividades de Nível Médio e Técnico		
	Agente de Endemias	01	21 a 41
	Almoxarife	01	25 a 45
	Auxiliar de Administração	06	25 a 45
	Auxiliar de Biblioteca	03	25 a 45
	Auxiliar de Consultório Dentário	02	20 a 40
	Auxiliar de Contabilidade	06	25 a 45
	Auxiliar de Enfermagem	05	25 a 45
	Auxiliar de Expediente	15	21 a 41
	Auxiliar de Fiscalização	03	25 a 45
	Auxiliar de Recursos Humanos	01	25 a 45
	Auxiliar de Topógrafo	01	15 a 35

	Coordenador de Desportos	01	25 a 45
	Desenhista	01	25 a 45
	Fiscal de Obras e Posturas	03	45 a 65
	Fiscal Sanitarista II	02	25 a 45
	Instrutor de Dança	01	25 a 45
	Músico Regente	01	30 a 50
	Operador de ETA/ETE	04	35 a 55
	Recepcionista	05	21 a 41
	Técnico Agrícola	01	30 a 50
	Técnico em Contabilidade	01	60 a 80
	Técnico em Enfermagem	05	30 a 50
	Técnico em Química	01	45 a 65
	Telefonista	04	21 a 41
	Topógrafo	02	25 a 45

III	Atividades de Nível Básico		
	Agente de Saúde	02	21 a 41
	Auxiliar de Mecânico	02	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – I	25	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – II	15	07 a 27
	Carpinteiro	03	15 a 35
	Coveiro	01	24 a 44
	Cozinheiro	02	07 a 27
	Eletricista	01	15 a 35
	Encanador	04	28 a 48
	Jardineiro	02	07 a 27
	Mecânico	02	15 a 35
	Merendeira	10	07 a 27
	Motorista	10	19 a 39
	Motorista de Ambulância	06	19 a 39
	Motorista de Caminhão	12	19 a 39
	Motorista de Microônibus	01	19 a 39
	Operador de Máquina I	12	24 a 44
	Operador de Máquina II	05	40 a 60
	Operador de Máquina III	03	50 a 70
	Pedreiro	05	15 a 35
	Pintor	01	15 a 35
	Servente	30	07 a 27
	Técnico em Inseminação	02	15 a 35
	Vigia	04	07 a 27
	Viveirista Florestal	02	07 a 27

#### Lei Nº 1.763/2009

LEI Nº1.763/2009

REESTRUTURA O CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Schroeder, regem-se pela presente Lei, atendida a



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Schroeder, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§3º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§4º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela mesma autoridade, com fundamento na legislação em vigor.

§5º Todo estabelecimento deverá cumprir as normas técnicas de acessibilidade ao público.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com os demais órgãos especializados, desenvolverá programas de educação sanitária.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Água bruta: Água de mananciais antes de receber qualquer tratamento.

II - Água pluvial (água de chuva): Proveniente de precipitações atmosféricas que poderão ser captadas (canalizada ou não), para o sistema público de água pluvial (galeria ou sarjeta).

III - Água potável: Água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereçam riscos à saúde.

IV - Caixa de gordura: Dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede de esgotos sanitários.

V - Caixa de inspeção: Caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações.

VI - Consumo de água: É todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período.

VII - Despejo: Refugo líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino final.

VIII - Despejo industrial: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas.

IX - Esgoto ou despejo: Efluente líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado.

X - Esgoto pluvial: Resíduo líquido proveniente de precipitações atmosféricas ("água de chuva"), que não se enquadra como esgoto industrial ou sanitário.

XI - Esgoto sanitário: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene.

XII - Esgoto tratado: Esgoto submetido a tratamento parcial ou completo, para a remoção de substâncias indesejáveis e a mineralização de matéria orgânica.

XIII - Fossa séptica ou tanque séptico: Tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas.

XIV - Fossa absorvente ou sumidouro: Unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos.

XV - Instalação predial de água: Conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água.

XVI - Instalação predial de esgoto: Conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o poço de inspeção e limpeza (TIL), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto.

XVII - Ligação: Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário.

XVIII - Manancial: Corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público, para consumo humano.

XIX - Padrão de potabilidade: Conjunto de valores máximos permissíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano.

XX - Rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgotos.

XXI - Rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água.

XXII - Reservatório domiciliar (caixa d'água): Depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água.

XXIII - Saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drena-

gem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

XXIV - Sistema de abastecimento de água: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água.

XXV - Sistema de esgoto: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

XXVI - Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao serviços objeto do presente Regulamento.

## TÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular a política municipal de saúde, manter o controle de sua execução, pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem à promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Município.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Saúde estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão sanitário no Município de Schroeder, através da Vigilância Sanitária, manterá:

I - a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento industrial, comercial (de qualquer espécie), funcionamento de laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos e correlatos; de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública; de estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual; de hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde; de consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e de estabelecimentos de atividades afins; institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação; estabelecimentos de ensino público ou privado; estabelecimento veterinário; estabelecimento agropecuário; de veículos que transportam produtos de interesse da saúde.

II - O registro de antecedentes relativos, às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Saúde, ou outro profissional eventualmente designado pelo órgão e credenciados para vigilância sanitária têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Schroeder, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

Art. 8º O Chefe da Vigilância Sanitária – VISA da Secretaria Municipal de Saúde é competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Chefe da Vigilância Sanitária – VISA da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. O Prefeito Municipal é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Secretário Municipal de Saúde na forma do disposto no artigo 90, §1º, desta Lei.

Art. 11. A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I - Constar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção.

II - Ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

## TÍTULO III

### DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

#### CAPÍTULO I

#### DA SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA E DE TERCEIROS

#### SEÇÃO I

#### DEISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Toda pessoa tem direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes, devendo, para tanto, cumprir, cuidadosamente, as instruções, normas, ordens, avisos e medidas, prescritos por profissional em ciência da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de saúde de que se utilize.

Art. 13. Toda pessoa tem o direito de obter do serviço de saúde competente, a informação e/ou a orientação indispensáveis à promoção e defesa da saúde, principalmente a respeito de doenças transmissíveis e evitáveis do bem-estar físico, mental e social, da dependência de drogas e dos perigos da poluição e contaminação do ambiente.

Art. 14. Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes que atenuem contra a própria saúde, e de sua família e de terceiros, devendo, consequentemente, cumprir as exigências da autoridade de saúde competente, seguir as advertências que acompanham os produtos ou objetos considerados perigosos, e cumprir as normas de segurança.

Art. 15. Toda pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

#### SEÇÃO II

#### ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

#### SUBSEÇÃO I

#### DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 16. A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

§1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve

possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§2º Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 17. O profissional de ciência da saúde deve:

I - Colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II - Cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

III - Comunicar a Vigilância Sanitária a ocorrência de doenças de interesse sanitário.

Art. 18. O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 19. A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder à pesquisa ou experiências clínicas no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

#### SUBSEÇÃO II

##### DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 20. Toda pessoa poderá instalar ou alterar a destinação e/ou local de estabelecimento de saúde, no Município de Schroeder, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais competentes, nos termos da Lei e dos regulamentos.

§1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de saúde: hospital, laboratório, unidade de hemoterapia, farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidades volantes, dispensário de medicamentos, distribuidor, representantes, importador e exportador, ambulatório, pronto-socorro, policlínica, unidade de emergência, consultório médico, odontológico, veterinário e demais locais onde se realizem diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção, sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.

§2º A pessoa deve, para autorização, registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, cumprir as normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades, assim como sobre meios de proteção da saúde da comunidade.

§3º Os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alterações e rescisões, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto.

Art. 21. Toda pessoa, ao encerrar atividade de estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais, de acordo com as normas regulamentares.

#### SEÇÃO III DAS DOENÇAS

##### SUBSEÇÃO I

##### DOS MÉTODOS DE CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 22. Toda pessoa tem direito à proteção contra as doenças transmissíveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 23. Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis.

§ 1º Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

§ 2º A pessoa apresentará atestado de vacina nas circunstâncias especiais previstas em regulamento.

§ 3º Atestado de vacina e a carteira de saúde não serão retidos, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada ou por pessoa física.

Art. 24. Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos deve cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescreverem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela autoridade de saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo Único - A pessoa deve permitir o acesso à habitação ou estabelecimento, de autoridade de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 25. Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§1º A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em regulamento.

§2º A pessoa, criadora, proprietária ou que comercializa animais, deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

##### SUBSEÇÃO II

##### DAS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Art. 26. Secretaria Municipal de Saúde compete planejar, coordenar, executar e orientar as providências destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, especialmente o câncer, as afecções cardiovasculares, as doenças da nutrição e abiotróficas, as intoxicações e outras.

Parágrafo único. As doenças não transmissíveis, quando conveniente, poderão ser consideradas de notificação compulsória.

#### SEÇÃO IV

##### ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS



**SUBSEÇÃO I****DIPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 27. Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§1º A pessoa, para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

**SUBSEÇÃO II****HABITAÇÃO URBANA E RURAL**

Art. 28. Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

§ 3º A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, asilos, cárceres, quartéis, conventos e similares.

§ 5º A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de compartimento para o depósito de lixo com acesso para o logradouro e com capacidade suficiente para 24 horas no mínimo, atendendo o código de obras.

a) O compartimento destinado ao depósito de lixo terá paredes revestidas por material liso, resistente, impermeável e lavável.

b) No compartimento destinado ao depósito do lixo é obrigatório a existência de uma torneira, para a lavagem do compartimento e de um ralo para o escoamento das águas oriundas da lavagem.

c) As pessoas que habitam prédio de apartamentos, conjuntos residenciais ou residências unifamiliares, não será permitido depositar materiais ou exercer atividades, que pela sua natureza constituam perigo ou sejam prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores vizinhos.

**SEÇÃO V****ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO**

Art. 29. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou

pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

§ 1º O estabelecimento industrial obedecerá às exigências sanitárias regulamentares no que concerne a:

I - projeto de construção;

II - localização, mediante os seguintes critérios:

a) distância do perímetro urbano, para a instalação de indústrias insalubres, ruidosas ou perigosas;

b) preferência em zona industrial;

c) acessibilidade de vias de tráfego e trânsito;

d) ocupação de área disponível;

e) drenagem natural;

f) lançamento ou destino final de despejos industriais;

g) disponibilidade de abastecimento d'água, sistema de esgoto sanitário, remoção e destino final de lixo, e ventilação de matérias-primas;

h) urbanismo e áreas verdes;

i) segurança do trabalho;

j) aprovação pelo órgão de controle ambiental, em sendo o caso.

III - Outros critérios estabelecidos pela autoridade competente, inclusive atendendo a peculiaridades locais e regionais.

§ 2º O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário que utiliza substância radioativa, deve obter permissão prévia e especial do serviço competente para seu funcionamento e reunir condições de segurança adequada à proteção de seu pessoal, de terceiros e do ambiente.

**SEÇÃO VI****ESTABELECIMENTO DE ENSINO - ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER****SUBSEÇÃO I****ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

Art. 30. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que neles estudem ou trabalhem, nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo único. A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em regulamento.

Art. 31. Os estabelecimentos de ensino deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo.

§ 1º É obrigatória a existência de instalações sanitárias nas áreas de recreação.

§ 2º Em todas as escolas é obrigatória a existência de bebedouros higiênicos nos corredores e nas áreas de recreação.

Art. 32. Nos estabelecimentos de ensino, as cozinhas e copas, quando houver, deverão satisfazer as exigências mínimas estabelecidas para tais compartimentos, concernentes a restaurantes, porém, atendidas as peculiaridades escolares.

Art. 33. Nos internatos serão observadas as disposições refe-

rentes às habitações em geral e às de fins especiais, no que lhes forem aplicáveis.

## SUBSEÇÃO II

### ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER

Art. 34. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento ou local para lazer, deve contar, para construção, instalação, funcionamento ou utilização dele, com a aprovação do serviço de saúde competente, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o ambiente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a expressão lugar ou estabelecimento para lazer, inclui, entre outros: aeródromo, autódromo, balneário, boate, camping, campo e centro esportivo, cinema, circo, clube, colônia de férias, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, jardim público, jardim zoológico, locais de amostras, kartódromo, museu, parque, piscina, pista de corridas, pista de patinação, praia, sauna, teatro e termas.

§ 2º A pessoa usuária de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 3º As águas das piscinas públicas e privadas, exceto as residenciais deverão sofrer controle físico-químico e bacteriológico, com a periodicidade estabelecida pela autoridade sanitária, obedecendo às exigências estabelecidas em regulamento no que diz respeito à sua qualidade.

## SEÇÃO VII

### ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 35. Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

§ 1º A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, independente de sua categoria profissional, é obrigada para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde, fornecida gratuitamente pela rede de serviço básico de saúde a qual deve ser exigida pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º As carteira de saúde devem ser mantidas atualizada anualmente, o tipo de exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 3º A obrigatoriedade de que trata o parágrafo primeiro é extensiva aos proprietários de/ou responsáveis que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 4º Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 36. Toda pessoa, poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercie, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes a projeto de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades,

assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

## SEÇÃO VIII

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 37. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas técnicas e regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de aparelhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água.

Art. 38. Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais naturais ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 39. Toda pessoa responsável por sistema de abastecimento de água deve proceder conforme as normas técnicas relativas ao tratamento, desinfecção, fluoração e outros procedimentos.

Art. 40. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água, deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

§ 2º É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção na ligação ou no ramal predial de água, que implique em variação na pressão de serviço da rede de distribuição.

§ 3º Nos imóveis onde haja instalação própria de abastecimento de água alimentada por fonte alternativa, e ligação de água da rede pública, ficam proibidos quaisquer recursos hidráulicos que possibilitem a intercomunicação entre as instalações.

§ 4º É vedado o despejo de águas pluviais tanto nas instalações prediais, quanto nos ramais prediais de esgoto.

## SEÇÃO IX

### SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 41. Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercie ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º Considera-se agrotóxico as substâncias ou misturas de substâncias e/ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 3º A pessoa está proibida de entregar ao público substâncias e

produtos mencionados neste artigo sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

## SEÇÃO X

### DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA

Art. 42. Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes, ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de saúde.

Parágrafo único. O profissional em comunicação deverá solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária, para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa causar atitudes enganosas ou reações de pânico na população.

## SEÇÃO XI

### DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 43. É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 44. A concessão de fiscalização por parte do Governo Federal ou Estadual isenta o estabelecimento ou entreposto da fiscalização municipal, ficando, porém obrigado ao prévio licenciamento no que tange as instalações físico-sanitária e pessoal junto ao serviço de vigilância sanitária municipal.

Parágrafo único. A fiscalização de abate de animais e da industrialização produtos de origem animal é de competência dos órgãos de agricultura, na esfera federal, estadual ou municipal, cabendo à Vigilância Sanitária a fiscalização da comercialização e transporte dos produtos de origem animal.

## CAPÍTULO III

### DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

#### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45. Toda pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, que se agrave a poluição ou a contaminação existente.

Art. 46. Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos ou gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 47. Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéficas ou inócuas, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada e/ou a extinção das espécies.

#### SEÇÃO II

##### POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO DO SOLO E/OU DA ÁGUA

###### SUBSEÇÃO I

###### DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 48. Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamentos, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo único. A pessoa é proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários, sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde, e demais órgãos competentes.

Art. 49. A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino de resíduos sólidos urbanos mantido pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

§ 1º Enquanto não for implantado o serviço público, a pessoa deve dispor os resíduos sólidos conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

§ 2º O serviço público urbano de coleta e remoção do lixo, onde não houver incineração ou tratamento adequado, depositá-lo-á em aterros sanitários, ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

## SUBSEÇÃO II

### ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 50. Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como em lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

§ 3º A pessoa proprietária de habitações construídas em locais servidos por coletores públicos de esgotos, é obrigada a usá-lo, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e complementares.

§ 4º É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

§ 5º A pessoa que instalar sistema de esgoto sanitário implantado através de fossas sépticas e complementares deverá deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde quando da concessão do alvará de habite-se, e seguir determinações das normas da ABNT para o dimensionamento e localização.

§ 6º A autoridade de saúde negará a licença de habite-se se não for cumprido o disposto neste artigo e intimará o proprietário da habitação a fazê-lo imediatamente.

## SUBSEÇÃO III

### SERVIÇOS DE LIMPA FOSSA

Art. 51. O Município fiscalizará, através da Vigilância Sanitária Municipal, a atividade da prestação do serviço privado de limpeza de fossa no âmbito de seu território, notificando todos os prestado-

res do serviço para exigir o devido licenciamento do(s) prestador (es) do serviço perante o órgão ambiental competente, aplicando, quando pertinente, as sanções administrativas.

Art. 52. O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar mensalmente à Vigilância Sanitária Municipal, as Notas Fiscais de prestação de serviço, das quais deverá constar o volume em metros cúbicos, recolhido de cada cliente.

Art. 53. O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar relatórios mensais à Vigilância Sanitária Municipal, demonstrando o volume tratado e a destinação dos efluentes coletados, a qual deverá obrigatoriamente seguir as determinações contidas na legislação.

#### CAPÍTULO IV

##### CEMITÉRIOS, DISPOSIÇÃO E TRANSLADO DE CADÁVERES, NECROTÉRIO

Art. 54. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por cemitério, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º Para efeitos desta Lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 55. Toda pessoa responsável por sepultamento, embalsamento, exumação e cremação deve cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes a prazo do enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e métodos empregados.

Parágrafo único. Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, a autoridade de saúde poderá exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica de óbito.

Art. 56. Toda pessoa, para construir, instalar ou fazer funcionar necrotério ou similar, deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção e saneamento.

#### CAPÍTULO V

##### HIGIENE OCUPACIONAL

Art. 57. Antes de iniciada a construção, reforma ou instalação de qualquer estabelecimento de trabalho, deverá ser ouvida a autoridade de saúde quanto ao local e projeto.

Parágrafo único. Quanto a aprovação de local, a autoridade de saúde levará em conta a natureza dos trabalhos a serem executados no estabelecimento, tendo em vista assegurar a saúde dos funcionários e da população.

Art. 58. Nos estabelecimentos de trabalho que venham oferecer perigo à saúde dos funcionários e da população, a juízo da autoridade de saúde, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos necessários, a remover ou fechar estabelecimentos, quando não forem saneáveis.

§ 1º Na hipótese de remoção ou fechamento será concedido o prazo máximo de 06 (seis) meses para que tal fechamento ou remoção se concretize.

§ 2º Os estabelecimentos deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e proporcionais ao número de trabalhadores.

Art. 59. Os responsáveis pelos locais de trabalho deverão auxiliar a educação higiênica do trabalhador, facilitar a realização de conferências, fazer campanha intensiva de propaganda e educação contra os infortúnios do trabalho e afixar, em locais apropriados, cartazes e boletins fornecidos pelas autoridades de saúde.

Art. 60. Todos os locais de trabalho, inclusive corredores, passagens, escadas e demais dependências devem ter iluminação e ventilação adequada, conforme disposto em Lei, regulamentos e normas técnicas.

Art. 61. A autoridade de saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho poderá tornar obrigatório o uso de protetores, sistema de revezamento, pequenas pausas para descanso, a redução do tempo de trabalho e a realização de exames médicos periódicos para os trabalhadores.

#### CAPÍTULO VI

##### DOS LOCAIS PARA ABRIGO OU CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 62. É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidas limpas e desinfetadas.

Art. 63. Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 1º Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interditada.

§ 2º Se houver resistência por parte da pessoa proprietária de/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade policial para a adoção das medidas cabíveis, correndo as despesas à conta da pessoa que deu causa à diligência.

Art. 64. A pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e equinos, podendo tais instalações situarem-se em zona urbana ou rural, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres, obedeçam as exigências de normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários e ainda as seguintes:

I - as pocilgas deverão estar localizadas a uma distância de 50 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

II - os estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres deverão estar localizadas a uma distância de 20 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

III - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

Art. 65. Os estabelecimentos de que trata o presente capítulo, não beneficiados pelos sistemas públicos de água e esgoto, ficam obrigados a adotar medidas indicadas pela autoridade sanitária, no que concerne à provisão suficiente de água e à disposição dos





resíduos sólidos e líquidos.

#### TÍTULO IV

#### DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66. Ficam convalidadas as taxas sobre os atos de vigilância sanitária municipal atualmente existentes, que serão pagas na rede bancária autorizada, através de documento hábil emitido pela repartição fazendária municipal competente.

Art. 67. É fato gerador da taxa dos atos de vigilância sanitária municipal a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia.

Art. 68. Os serviços e atividades sujeitos à taxa dos atos de vigilância sanitária municipal são:

I - Vistoria Sanitária: a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar a saúde pública;

II - Vistoria Prévia: vistoria realizada, sempre para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;

III - Concessão de Alvará Sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da vigilância sanitária municipal, a ser renovado anualmente, por determinação da Vigilância Sanitária, ou solicitação do cadastrado.

IV - Concessão de Licença Especial: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - Concessão de Licença Provisória: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado inferior a um ano;

VI - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado: relativos a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;

VII - Análise e Aprovação Sanitária de Projetos de Construção, Reconstrução, Reforma e ou Ampliação;

VIII - Concessão de Alvará Sanitário: para construção, reconstrução, reforma e ou ampliação;

IX - Vistos, licenças, liberações e autenticações, baixas e alterações: relativos a receitas, notificações, produtos sujeitos a controle ou de interesse da saúde e livros de controle.

Art. 69. As taxas são estabelecidas com base na UFM - Unidade Fiscal Municipal nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 001/95 – Código Tributário Municipal, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária da taxa, bem como das penalidades de multa previstas nesta Lei, a época que se der o recolhimento.

Parágrafo único. Os valores das taxas são os expressos e codificados na tabela anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 70. Contribuinte da taxa é o usuário efetivo ou potencial, de serviço sujeito à sua incidência, ou o destinatário de atividade

inerente ao exercício do poder de polícia.

Art. 71. A arrecadação e fiscalização da taxa compete à repartição fazendária municipal e a Secretaria Municipal de Saúde e será recolhida:

I - até a data em que deva ser requerido o serviço ou atividade, quando este ou aquele estiver sujeito a prazo certo;

II - até a data do requerimento do serviço ou atividade, nos demais casos.

III - até a data de vencimento do alvará sanitário, renovado anualmente.

#### TÍTULO V

#### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. Para os efeitos desta Lei, considera-se a infração, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 73. Autoridade de Saúde, para os efeitos da Lei, é todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos desta Lei, seus regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo único. Regulamento específico ocupar-se-á da ordem hierárquica em que exercita a autoridade de saúde no Município.

##### CAPÍTULO II

##### GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 74. As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 75. Para a graduação e imposição de pena, a autoridade de saúde levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 76. São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;

V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 77. São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 78. Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

### CAPÍTULO III

#### ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 79. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do produto;

IV - inutilização de produto;

V - interdição de produto;

VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;

VII - cancelamento de registro de produto;

VIII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 80. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de 100% a 1000% UFM;

II - nas infrações graves, de 1001% a 3000% UFM;

III - nas infrações gravíssimas, de 3001% a 5000% UFM.

§ 1º Sem prejuízo do disposto nos artigos 83 e 84 desta Lei, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 2º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da

data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil, sob pena de cobrança judicial.

Art. 81. A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei e de seus regulamentos e normas técnicas ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

### CAPÍTULO IV

#### CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 82. A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção, e recuperação da saúde, estabelecimentos de ensino, público ou privado, de qualquer fim, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armaze-

na, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação sanitária:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em Lei e normas regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmaférese, ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza-os contrariando as disposições legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfu-

mes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

Pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - Não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua posse:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde das pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres, ou utiliza-os contrariando as normas sanitárias pertinentes:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXI - expor, ou entregar ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metálico por quilograma de produto:

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XXXII - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento; proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIII - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações:

Pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXIV - inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamento, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

Pena - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXV - atribuir a alimento e medicamento ou qualquer produto que interesse à saúde, através de alguma forma de divulgação, qualidade nutricional, medicamentosa, terapêutica ou de favorecimento à saúde, superior a que realmente possuir, assim, como, divulgar informação que possa induzir o consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem, qualidade e identidade do produto:

Pena - advertência e/ou multa, apreensão dos produtos, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXVI - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, alimento interdito ou apreendido por autori-

dade de saúde:

Pena - multa, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou a cassação da licença para funcionamento;

XXXVII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, ou em situação que induza a venda para consumo humano, tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação com exceção dos produtos destinados ao plantio, sendo que para isso, deverá constar no invólucro esta indicação:

Pena - advertência, apreensão dos produtos, e/ou multa;

XXXVIII - contrariar, omitir e/ou negligenciar no cumprimento das normas pertinentes à proteção da flora e da fauna:

Pena - advertência e/ou multa;

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente:

Pena - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

§1º Independem de licença para funcionamento, os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, e à assistência e responsabilidade técnicas.

§2º O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

## CAPÍTULO V

### CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 83. O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 84. O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, bem como os demais elementos conhecidos à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo único. Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição,



por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art.85. O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não-sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 84.

§ 2º O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias pós a publicação.

§ 3º Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no § 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 86. As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento, caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 87. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação.

§ 1º Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 88. A apuração do ilícito em se tratando de produto ou substância referidos no inciso V do artigo 92 far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo único. Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal e estadual, para a execução do previsto no presente artigo.

Art. 89. Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de quinze dias.

Art. 90. Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ciência ou publicação nas penalidades pecuniárias que ultrapassem o valor de 500% (quinhentos por cento) UFM.

§ 2º Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º Os recursos interpostos das decisões não-definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 85.

Art. 91. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso.

Art. 92. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição da pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Art. 93. A regulamentação específica do processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias será realizada por meio de Decreto do Poder Executivo, respeitadas as diretrizes básicas dessa Lei.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 94. A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das normas sanitárias em vigor.

§ 1º Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade de saúde lavrará auto de infração e intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores a facilitar a visita, imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2º Persistindo o embaraço, a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial civil, militar e ou judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 95. Os pedidos de restituição de taxas indevidamente pagas ou recolhidas a maior só serão aceitos quando instruídos com as vias destinadas ao contribuinte e cópia da via destinada ao órgão prestador do serviço.

Art. 96. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 97. O quadro de recursos humanos necessários à implementação das ações efetivas de Vigilância Sanitária está regulamentado no Plano de Cargos do Município de Schroeder.

Art. 98. Os termos técnicos que se empregam nesta Lei e nela não se encontram definidos explicitamente, serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação federal e estadual, e na ausência desta, o constante nas regulamentações decorrentes da presente Lei.

Art. 99. Toda pessoa, física ou jurídica, ao encerrar ou suspender as atividades de qualquer estabelecimento ou prestador de serviço deverá requerer cancelamento do respectivo registro junto ao

órgão fazendário municipal. Caso contrário, continuará a incorrer as taxas devidas anualmente a Vigilância Sanitária, até a efetiva baixa de sua inscrição.

Art. 100. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Art. 101. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as constantes da Lei Municipal n.º 967/95, de 28 de dezembro de 1995, e dos Decretos n.º 1.087/96, 1.404/01 e 1.723/06.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

## ANEXO I

### TABELA DE TAXAS DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Item 1. Taxa para concessão/renovação de Alvará Sanitário:

1	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
11	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
1101	Frigorífico	4,2
1102	Conservas de produtos de origem vegetal	4,2
1103	Doces / produtos de confeitaria (com creme)	4,2
1104	Massas frescas	4,2
1105	Panificação (fabricação e/ou distribuição)	4,2
1106	Produtos alimentícios infantis	4,2
1107	Produtos congelados	4,2
1108	Produtos dietéticos	4,2
1109	Refeições industriais (cozinhas)	4,2
1110	Sorvetes e similares	4,2
1199	Congêneres	4,2
12	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
1201	Aditivos	2,8
1202	Água mineral	2,8
1203	Amido e derivados	2,8
1204	Bebidas não alcoólicas, sucos e outras	2,8
1205	Biscoitos e bolachas	2,8
1206	Cacau, chocolates e sucedâneos	2,8
1207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	2,8
1208	Condimentos, molhos e especiarias	2,8
1209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	2,8
1210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc.)	2,8
1211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	2,8
1212	Farinhas (moinhos) e similares	2,8
1213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	2,8
1214	Produtos Alimentícios Coloniais	0,7
1215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fabricação/refinamento/ envasamento)	2,8
1216	Marmeladas, doces e xaropes	2,8
1217	Massas secas	2,8
1218	Refinadora e envasadora de açúcar	2,8

1219	Torrefadora de café	2,8
1220	Salgadinhos/batata frita (empacotado)	2,8
1221	Salgadinhos e frituras (risóis, coxinha, pastel, etc.)	1,4
1222	Suplementos alimentares enriquecidos	2,8
1223	Tempero à base de sal	2,8
1299	Congêneres	2,8
21	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
21	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
2101	Açougue/ entreposto	1,4
2102	Assadora de aves e outros tipos de carne (por unidade)	0,3
2103	Cantina escolar	0,3
2104	Casa de carnes	0,9
2105	Casa de frios (laticínios e embutidos)	0,6
2106	Sorveteria e/ou posto de venda	0,6
2107	Comércio atacadista – Depósito de produtos perecíveis	1,8
2108	Confeitaria	1,1
2109	Cozinha de escolas	0,9
2110	Cozinha clube/hotel/motel/creche/boate/pensão/similares	0,9
2111	Cozinha de lactários/hospitais/maternidades/casas de saúde	0,9
2112	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	0,6
2113	Lanchonete e petiscarias	0,9
2114	Mercados/super/mini-mercado (somatório das atividades)	
2115	Mercearia/armazém (única atividade)	0,6
2116	Padaria / panificadora	1,1
2117	Pastelaria	0,6
2118	Peixaria (pescados e frutos do mar)	1,1
2119	Pizzaria	1,1
2120	Produtos congelados	1,4
2121	Restaurante/buffet/churrascaria refeitório/Rotisserie	1,4
2122	Venda ambulante (cachorro-quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	0,6
2123	Serv-carro/drive-in/quiosque/trailer e similares	0,6
2124	Transportador e ou transportadora de alimentos (por veículo)	0,6
2199	Congêneres	0,9
22	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
2201	Bar/boate/wisqueria	0,6
2202	Bomboniere	0,6
2203	Café/casa de sucos/caldo de cana e similares	0,6
2204	Depósito de bebidas	0,6
2205	Depósito de frutas e verduras	0,6
2206	Depósito de alimentos não perecíveis	0,6
2207	Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias	0,6
2208	Feira livre/comércio ambulante de alimentos não perecíveis	0,3
2209	Quitanda, frutas e verduras	0,3
2210	Venda ambulante/carrinho de pipoca, milho, sanduíches, etc.)	0,2
2299	Congêneres	0,6
3	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
31	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM



3101	Agrotóxicos	4,2
3102	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	4,2
3103	Insumos farmacêuticos	4,2
3104	Produtos biológicos	4,2
3105	Produtos de uso laboratorial	4,2
3106	Produtos de consumo médico / hospitalar	4,2
3107	Produtos de uso odontológico	4,2
3108	Produtos Farmacêuticos	4,2
3109	Próteses (ortopedia, estética, auditiva, etc.)	4,2
3110	Saneantes domissanitários	4,2
3199	Congêneres	4,2
32	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
3201	Embalagens	2,8
3202	Equipamentos, aparelhos ou instrumentos laboratoriais	2,8
3203	Equipamentos, aparelhos ou instrumentos médico/hospitalares	2,8
3204	Equipamentos, aparelhos ou instrumentos odontológicos	2,8
3205	Produtos veterinários	2,8
3206	Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	2,8
3207	Equipamentos, aparelhos ou instrumentos radiológicos	2,8
3299	Congêneres	2,8
4	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
41	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
4101	Comércio/Distribuição de Agrotóxicos	1,4
4102	Comércio/Distribuidora de medicamentos	1,4
4103	Comércio/Distribuição de produtos laboratoriais	1,4
4104	Comércio/Distribuição de produtos médico / hospitalar	1,4
4105	Comércio/Distribuição de produtos odontológicos	1,4
4106	Comércio/Distribuição de produtos veterinários	1,4
4107	Comércio/Distribuição de saneantes domissanitários	1,4
4108	Produtos químicos	1,4
4199	Congêneres	1,4
42	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
4201	Alimentação animal	1,1
4202	Comércio/Distribuidora de cosméticos, perfumes, produtos de Higiene	1,1
4203	Embalagens	1,1
4204	Equipamentos/Instrumentos agrícolas ou ferragens	1,1
4205	Equipamentos/Instrumentos laboratoriais	1,1
4206	Equipamentos/Instrumentos médico/hospitalares.	1,1
4207	Equipamentos/Instrumentos odontológicos	1,1
4208	Fertilizantes/Corretivos	1,1
4209	Prótese (Ortopédica,/ Estética/ Auditiva, etc.)	1,1
4210	Sementes selecionadas/mudas	1,1
4299	Congêneres	1,1
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
51	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
5101	Ambulatório: médico/odontológico/fonoaudiologia e similares	0,9
5102	Clinica médica	2,3
5103	Clinica veterinária	2,3

5104	Policlinicas (multiprofissional)	2,8
5105	Pronto socorro	2,8
512	FONTES DE RADIAÇÕES IONIZANTES	UFM
5201	Radiologia médica (por equipamento)	1,4
5202	Radiologia odontológica	0,9
5203	Radioterapia	1,4
5214	Congêneres	1,4
513	ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS	UFM
5301	Dispensário de medicamentos	1,4
5302	Ervanária	1,4
5304	Farmácia (manipulação)	2,8
5305	Drogaria	1,4
5205	Posto de medicamentos	1,4
5206	Unidade volante	1,4
514	ESTABELECIMENTOS LABORATORIAIS	UFM
5119	Laboratório de análises clínicas	2,8
5120	Laboratório de anatomia e patologia	2,8
5121	Laboratório químico-toxicológico	2,8
5122	Posto de coleta de material para laboratório	1,1
52	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
5201	Clinica de fisioterapia e/ou reabilitação	2,3
5202	Clinica de fonoaudiologia	2,3
5203	Clinica de odontologia	2,3
5204	Clinica de ortopedia	2,3
5205	Clinica de psicanálise	2,3
5206	Clinica de desintoxicação	2,3
5207	Clinica de tratamento e repouso	2,3
5208	Clinica de diagnóstico por imagem	2,8
5209	Clinica de tratamento e repouso	2,8
5210	Consultório psicanálise	1,4
5211	Consultório médico	1,4
5212	Consultório nutricional	1,4
5213	Consultório odontológico	1,4
5214	Consultório veterinário	1,4
5215	Estabelecimento de massagem/massoterapia/estética	1,4
5216	Laboratório de ótica	1,4
5217	Laboratório de prótese auditiva	1,4
5218	Laboratório de prótese dentária	1,4
5219	Laboratório de prótese ortopédica	1,4
5220	Ótica	0,9
5221	Prestação de serviço de profissional da área de saúde	1,4
5222	Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipagem de sangue)	0,3
5223	Sala de Vacina	0,9
5224	Lavação hospitalar	0,9
5225	Unidade móvel de serviços de saúde (terrestre, marítimo ou aéreo/por unidade.	0,6
5299	Congêneres	0,9
6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	

61	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
6101	Asilo/ancionato	1,4
6102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	2,3
6103	Estabelecimento do ensino (todos os graus) em regime de internato	1,4
6104	Estabelecimento do ensino pré-escolar maternal, pré-escolar, creche, pré-escolar, jardim de infância.	2,3
6105	Estabelecimento do ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	1,4
6106	Estação hidromineral/ termal/climatério	1,4
6107	Radiologia industrial	2,8
6108	Piscina coletiva	0,6
6109	Sauna	1,4
6110	Zoológico	0,6
6111	Cursos livres (não profissionalizantes)	0,6
6112	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e municípios	Isento
6199	Congêneres	0,6
62	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
6201	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	0,9
6202	Aviário/pequenos animais	0,9
6203	Agência bancária e similares	0,6
6204	Clubes e sociedades esportivas	0,6
6205	Camping	0,6
6206	Cárcere/penitenciária/quartel e similares	Isento
6207	Casa de espetáculos (discoteca/baile, similares)	0,6
6208	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	0,6
6209	Cemitério/necrotério/crematório	1,4
6210	Cinema/auditório/teatro	0,3
6211	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	0,3
6212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vestuário, etc.)	0,6
6213	Salão de beleza/manicure/pedicle/cabeleireiro	0,6
6214	Escritório em geral	0,3
6215	Estação de tratamento de água para abastecimento público	0,6
6216	Estação de tratamento de esgoto	0,6
6217	Floricultura (plantas e mudas)	0,6
6218	Posto de combustível / lubrificante	0,6
6219	Serviço de lavagem de veículo	0,3
6220	Lavanderia	0,6
6221	Templos religiosos	Isento
6222	Oficina / consertos em geral	0,6
6223	Pet Shop	0,6
6224	Centro de formação de condutores	0,6
6225	Orfanato / patronato/ albergue	0,3
6226	Indústria têxtil/facção	0,6
6227	Pensão/hotel/motel/dormitório (por cômodo)	0,1
6228	Unidade de reciclagem de resíduos sólidos urbanos	0,9
6229	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	0,9
6230	Serviço de limpeza de fossa	0,6
6231	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços e caixas d'água	0,6
6232	Serviço de veículo e transporte de alimentos	0,6
6233	Transportadora de produtos perecíveis (por veículos)	0,6
6234	Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo)	0,6

6299	Congêneres	0,6
NOTAS EXPLICATIVAS:		
1) Para cada atividade exercida e/ou para cada produto industrializado pelo contribuinte que se caracterize como secundário em relação aos itens acima ou que daqueles derive, a taxa será acrescida de 1,0 (uma) UFM para as hipóteses de atividade e/ou produto de maior risco epidemiológico, ou de 0,65 (sessenta e cinco centésimos) de uma UFM para os de menor risco epidemiológico.		
2) Nos estabelecimentos que explorem mais de um das atividades referidas nos itens acima, o valor da taxa será igual ao somatório, em UFM's, das correspondentes incidências.		
7	ALVARÁ SANITÁRIO PARA CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE HABITAÇÃO	
	ÁREA	UFM
7001	DE 41 A 80 m2	0,3
7002	DE 81 A 100 m2	0,4
7003	DE 101 A 200 m2	0,5
7004	DE 201 A 300 m2	0,6
7005	DE 301 A 500 m2	0,7
7006	DE 501 A 1000 m2	0,8
7007	DE 1001 A 1500 m2	1,3
7008	DE 1501 A 2000 m2	1,5
7009	DE 2001 A 3000m2	1,9
7010	DE 3001 A 4000 m2	2,4
7011	DE 4001 A 5000 m2	2,8
7012	DE 5001 A 6000 m2	3,2
7013	DE 6001 A 7000 m2	3,8
7014	DE 7001 A 8000 m2	4,4
7015	DE 8001 A 9000 m2	4,8
7016	DE 9001 A 10000 m2	5,1
7017	ACIMA DE 10000 m2	5,5
8	OUTROS	UFM
8001	Alteração de Responsabilidade técnica	0,1
8002	Autenticação de livro	0,1
8003	Baixa de responsabilidade técnica (com certidão)	0,2
8004	Baixa de responsabilidade técnica (sem certidão)	0,1
8005	Baixa da empresa (com certidão)	0,2
8006	Baixa da empresa (sem certidão)	0,1
8007	Análise de Projeto de edificação de estabelecimento de saúde e de interesse da saúde	0,2
8008	Segunda via do Alvará Sanitário/ Mudança de endereço	0,1
8009	Vistoria prévia	0,2

### Lei Nº 1.764/2009

LEI Nº1.764/2009

ALTERA AS NORMAS PARA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída a Avaliação Especial de Desempenho de Ser-





vidor em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Art. 2º O servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

§ 1º O servidor em estágio probatório somente será nomeado para exercer função gratificada se as funções assumidas forem compatíveis com as atividades do cargo efetivo para o qual foi nomeado, aplicando-se os critérios de avaliação de desempenho definidos nesta Lei, mesmo durante o exercício da mesma.

§ 2º O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se de suas atividades para exercer cargos em comissão, dentro ou fora do Poder Executivo Municipal, excetuando-se os casos enquadrados em permissivos constitucionais.

Art. 3º A avaliação será feita por comissão especialmente designada para este fim, composta de 5 (cinco) servidores estáveis, tendo um deles, pelo menos, cinco anos de exercício na Prefeitura Municipal de Schroeder, observados os procedimentos e parâmetros fixados nos Anexos I a V, integrantes desta Lei.

Art. 4º O processo de avaliação dos servidores nomeados deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento capaz de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 5º Compete à Comissão designada para promover a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

a. proceder o levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data de nomeação, exercício e lotação;

b. acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com os servidores;

c. identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado, definindo se o mesmo deve ser avaliado;

d. avaliar semestralmente o desempenho do servidor com base nos registros feitos pela chefia imediata, no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório (Anexo II), propondo as ações previstas no item 3.2.1 do Anexo I, necessárias a melhoria do desempenho do servidor, na hipótese de ter alcançado conceito "AP" e "NA" em duas avaliações consecutivas ou não;

e. orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;

f. emitir parecer final sobre o servidor de forma a homologar ou não a sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado;

g. comunicar e publicar o resultado final da avaliação.

Parágrafo único. Como forma de dinamizar o atendimento aos pressupostos desta Lei, poderá o Poder Executivo designar Comissões específicas para uma ou mais Secretarias Municipais.

Art. 6º Compete à Chefia Imediata:

a. fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório, sobre os procedimentos da avaliação;

b. acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu

desempenho em relação a cada fator considerado no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório (Anexo II), sem levar em conta fatores de ordem pessoal como simpatias, antipatias e opiniões alheias sobre o servidor, para garantir um resultado imparcial e impessoal na avaliação de seu desempenho;

c. identificar as dificuldades do servidor com a finalidade de orientá-lo na busca dos resultados esperados;

d. oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento de como está atuando e o que espera dele.

Art. 7º Compete ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder:

a. subsidiar tecnicamente as ações da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, informando à mesma, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias os nomes dos servidores que deverão ser avaliados dentro do mês subsequente;

b. manter informadas as Chefias imediatas sobre os servidores que deverão ter sua avaliação realizada dentro do mês imediatamente subsequente ao da informação, remetendo às mesmas os relatórios devidos, na forma dos Anexos desta Lei;

c. auxiliar no trabalho da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, realizando os procedimentos burocráticos necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 8º A avaliação será realizada semestralmente, iniciando-se a partir do primeiro semestre após a investidura no cargo.

Parágrafo único. A avaliação do último semestre do estágio probatório do servidor (Avaliação Final) deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de 03 (três) anos de estágio probatório, de forma que a avaliação final seja realizada dentro desse prazo, e que, sendo o caso, eventuais exonerações sejam realizadas antes do final do terceiro ano de estágio probatório.

Art. 9º O servidor durante o estágio probatório não poderá exercer atividades não compatíveis com as do cargo para o qual foi nomeado.

Art. 10. O servidor somente será confirmado no cargo para o qual foi nomeado se atingir, na Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, a pontuação que lhe assegure o conceito SD ou AD.

Art. 11. O servidor avaliado, em todas as etapas, tomará ciência do resultado de sua avaliação, datando e assinado o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo único. No caso do servidor não estar satisfeito com o resultado final de sua avaliação deverá, formalmente, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da ciência, manifestar-se junto à Comissão, a qual reavaliará todas as anotações e registros de forma a verificar a procedência ou não da sua manifestação.

Art. 12. A comissão Especial de Avaliação deverá, após apreciação e conclusão do resultado final, emitir para fins de homologação do Prefeito Municipal, relatório circunstanciado com parecer conclusivo, identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Parágrafo único. Aos servidores atualmente concursados, que estejam em estágio probatório, aplicam-se as regras da Lei n.º 1.384/2003, de 18 de novembro de 2003.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei no 1.384/2003, de 18 de novembro de 2003, ressalvado o disposto no art. 12, Parágrafo Único desta Lei.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### ANEXO I

Procedimentos Administrativos para Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

##### 1.Fundamentação Legal:

Art. 41,da Constituição Federal com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19,publicada no D.O.U. de 05.06.98.

##### 2.Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

O Prefeito Municipal designará servidores ocupantes de cargos efetivos, para comporem a “Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório”,visando confirmar ou não a permanência do servidor avaliado, no cargo para o qual foi nomeado, através de procedimentos de avaliação individual e periódica de desempenho.

Compete à comissão:

- a) proceder levantamento dos servidores em estágio probatório,por categoria funcional,matrícula,data da nomeação e exercício e lotação;
- b) comunicar,tanto os supervisores como o servidor a ser avaliado,o grau de responsabilidade do estágio probatório e suas ações decorrente;
- c) acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com os supervisores;
- d) identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado,definindo se o mesmo deve ser avaliado;
- e) orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;
- f) avaliar semestralmente o desempenho do servidor com base nos registros efetuados pelo supervisor no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório;

Compete ao supervisor:

- a) acompanhar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório,através do cumprimento dos objetivos,normas e procedimentos definidos pela Comissão acima referida;
- b) responder ao Questionário de Avaliação,considerando os seguintes aspectos:
  1. que cada individuo é diferente do outro, evitando comparações;
  2. procurar ser justo e imparcial;
  3. evitar deixar-se influenciar por fatores externos, simpatias, antipatias, pessoas e opiniões;

4. estar ciente do objetivo principal de desempenho e de sua responsabilidade pessoal.

5. fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório,sobre os procedimentos da avaliação;

6.oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor,dando conhecimento de como está indo e o que espera dele.

##### 3.Procedimentos para avaliação:

Cada servidor, ao ser nomeado, deverá passar por 06 (seis) avaliações no decorrer do estágio probatório, incluindo-se nessa a Avaliação Final, devendo cada uma das avaliações ser realizada no mês imediatamente posterior ao semestre em curso, à exceção da Avaliação Final, que deverá ocorrer conforme art. 8º, Parágrafo Único, da presente Lei.

A Avaliação Final (6ª Avaliação) será a média das avaliações realizadas até a data da mesma, constituindo-se essa a avaliação que será objeto do relatório final a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo.

O servidor que durante o semestre da avaliação estiver em afastamento remunerado, terá a avaliação suspensa. Caso o afastamento remunerado incida sobre parte de um semestre, a avaliação será efetuada considerando-se os dias trabalhados.

Ao servidor afastado para exercer função gratificada caberá à comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório definir se a área de atuação é compatível com as atribuições do cargo efetivo para o qual foi nomeado sendo, nesta situação, avaliado. Caso contrário, deverá ser imediatamente revertido para o cargo efetivo ao qual foi nomeado e, dessa forma, ser avaliado.

##### 3.1. Sistemática de avaliação:

Compete a Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório definir os procedimentos a serem adotados em todas as etapas da avaliação.

3.1.1. Os supervisores - Chefia Imediata, Inspetor e/ou Diretor - serão convocados pela Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório para proceder ao preenchimento do Questionário de Avaliação Especial do Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

3.1.2. A Comissão dará ciência aos avaliados das anotações a respeito de seu desempenho feitas pelos supervisores, entregando aos avaliados cópia dos Anexos II e III, devidamente preenchidos, devendo ser protocolado o recebimento pelo avaliado.

3.1.2.1. A Comissão procederá à tabulação dos resultados.

3.1.2.2. Não havendo concordância por parte do avaliado, o mesmo poderá se manifestar por escrito no “Formulário Considerações Avaliado/Supervisor”.

##### 3.2. Instrumentos de avaliação:

O sistema de avaliação especial emite menção em escala pontuada, na forma de conceitos de avaliação.

3.2.1. Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

O “Questionário de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório”, relaciona os itens (questões) a serem avaliados, devendo ser assinalada apenas uma resposta em que o avaliado se enquadrar, para cada item.

O instrumento de avaliação contém 19 (dezenove) questões, de-

finindo a partir de então, a escala de pontuação para verificar o desempenho do servidor.

Os campos do formulário "Considerações do Avaliado e do Supervisor" devem ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação atribuída em qualquer item, e no caso do supervisor, o campo poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

O desempenho do servidor será obtido considerando os conceitos de cada grupo de itens, isoladamente ou de forma global, como o descrito abaixo:

a. Grupo de Itens:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	26 a 34 pontos
AD- atinge desempenho esperado	15 a 25 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	08 a 16 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 8 pontos

2. Assiduidade e Pontualidade: É composto de 03 (três) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	13 a 15 pontos
AD- atinge desempenho esperado	10 a 12 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	6 a 9 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 6 pontos

3. Disciplina: É composto de 02 (dois) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	7 a 8 pontos
AD- atinge desempenho esperado	5 a 6 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	3 a 4 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 2 pontos

4. Eficiência: É composto de 06 (seis) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	21 a 26 pontos
AD- atinge desempenho esperado	14 a 20 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	6 a 12 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 6 pontos

b. Geral

Conceito	Pontuação
SD- supera o desempenho esperado	67 a 83 pontos
AD- atinge desempenho esperado	46 a 66 pontos
AP- atinge parcialmente o desempenho esperado	22 a 45 pontos
NA- não atinge o desempenho esperado	abaixo de 22 pontos

O servidor que obtiver conceitos "SD" ou "AD" está preenchendo os requisitos necessários ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo ocupado.

Quando o servidor em 02 (duas) avaliações semestrais, consecutivas ou não, obtiver conceitos "AP" ou "NA" em qualquer Grupo de Itens ou na Avaliação Geral, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório deverá propor as seguintes ações para melhoria do desempenho:

1. analisar sua adaptação ao local de trabalho;
2. identificar possíveis dificuldades profissionais ou pessoais;

3. encaminhar para capacitação;
4. propor remanejamento.

No último semestre antes de completo o prazo do estágio probatório, será finalizado o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, momento em que será efetuado o somatório do total geral de pontos obtidos a cada semestre e dividido pelo número de avaliações, verificando-se a conceituação final obtida.

Os servidores que atingirem conceituação "SD" ou "AD" serão considerados aptos para o exercício do cargo para o qual foram nomeados.

Os servidores que atingirem conceituação final "AP" ou "NA", tendo a Comissão executado as ações previstas para melhoria de seu desempenho no transcorrer das avaliações semestrais, serão considerados inaptos para o cargo e exonerados.

Da avaliação caberá ao avaliado possibilidade de recurso no prazo de 3 dias úteis após a publicação do Resultado Final a ser efetuado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

O recurso à Comissão será analisado no prazo máximo de 10 (dez) dias, levando-se em consideração todas as fases do processo de avaliação e, em especial, as pontuações obtidas e manifestação do avaliado e do servidor.

Nos 15 (quinze) dias após a última avaliação e/ou análise de recurso, a Comissão emitirá, para fins de homologação do Prefeito Municipal, um relatório circunstanciado com parecer conclusivo identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado e que devem, deste modo, ser exonerados.

## ANEXO II

### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

#### 1. IDONEIDADE MORAL

##### 1.1 ÉTICA PROFISSIONAL:

1.1.1 Guarda sigilo quanto às informações da Instituição e/ou Unidade de lotação:

Avalie o comportamento do servidor quanto às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe foram repassadas ou teve acesso:

1. ( ) O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações de seu trabalho;
2. ( ) o servidor mantém sempre em sigilo as informações do seu trabalho;
3. ( ) o servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo portanto, confiança quanto a essa questão;
4. ( ) pela forma com que o servidor age não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas.

##### 1.1.2 Observância de hierarquia

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional:

1. ( ) o servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional;
2. ( ) o servidor sempre observa a hierarquia;
3. ( ) o servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições;
4. ( ) o servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

#### 1.2 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL:

##### 1.2.1 Clima/ambiente de trabalho:

Avalie a forma como o servidor age e procura manter um bom clima de trabalho, levando em consideração os valores e sentimentos individuais e coletivos:

1. ( ) o servidor age mantendo um bom clima de trabalho e considera os valores e sentimentos individuais e coletivos;
2. ( ) o servidor é problemático, não se envolve com os demais do grupo tratando a todos com desprezo e arrogância;
3. ( ) o servidor mantém certa distância de seus colegas, mais respeita os valores e sentimentos individuais e coletivos;
4. ( ) o servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar o moral de seus colegas e demais servidores;
5. ( ) o servidor não se integra à equipe de trabalho, e nem sempre os trata com respeito e dignidade.

##### 1.2.2 Relacionamento com o Público:

Avalie a maneira como o servidor trata o público interno e externo:

1. ( ) o servidor demonstra educação, porém às vezes, tem um temperamento explosivo;
2. ( ) o servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas;
3. ( ) o servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente;
4. ( ) o servidor trata a todos com educação, mostrando moderação com as pessoas.

#### 1.3 ZELO POR EQUIPAMENTO E MATERIAIS:

##### 1.3.1 Materiais de Trabalho:

Avalie o grau de interesse e preocupação com a guarda e economia do material de trabalho por parte do servidor:

1. ( ) o servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais, incorrendo no desvio dos mesmos;
2. ( ) O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho;
3. ( ) o servidor é econômico e otimiza os seus insumos (materiais de trabalho), porém não zela por sua conservação;
4. ( ) o servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.

##### 1.3.2 Patrimônio Público:

Avalie em que nível o servidor observa a conservação do patrimônio público:

1. ( ) o servidor utiliza o patrimônio público sem, no entanto se importar com sua preservação;
2. ( ) o servidor não demonstra respeito para com os bens públicos, utilizando-os de forma inadequada, provocando danos aos mesmos;
3. ( ) o servidor utiliza o bem público de maneira adequada;
4. ( ) o servidor demonstra grande interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

##### 1.4.1 Receptividade a críticas:

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas:

1. ( ) o servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria a instituição e ao seu local de trabalho;
2. ( ) o servidor ouve as críticas, porém não utiliza para progredir profissionalmente;

3. ( ) o servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre;
4. ( ) o servidor mostra-se indiferente às críticas;
5. ( ) o servidor, quando recebe críticas, analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.

##### 1.4.2 Superação de dificuldades:

Avalie o grau em que o servidor supera as suas dificuldades e carências profissionais:

1. ( ) freqüentemente;
  2. ( ) ocasionalmente;
  3. ( ) raramente;
  4. ( ) normalmente
- #### 2. ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE
- ##### 2.1 PRESENÇA AO TRABALHO:

##### 2.1.1 Frequência no local de trabalho:

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho:

1. ( ) falta com muita frequência ao trabalho, sem justificativa;
2. ( ) falta com muita frequência ao trabalho, com justificativa;
3. ( ) raramente falta ao trabalho sem justificativa;
4. ( ) raramente falta ao trabalho com justificativa;
5. ( ) não falta ao trabalho.

##### 2.1.2 Permanência no local de trabalho:

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:

1. ( ) ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa;
2. ( ) ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa;
3. ( ) raramente ausenta-se, com justificativa;
4. ( ) raramente ausenta-se, sem justificativa;
5. ( ) não se ausenta.

##### 2.2 PONTUALIDADE:

##### 2.2.1 Observância de horário e comparecimentos:

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros do seu trabalho:

1. ( ) chega atrasado ao trabalho ou a compromissos rotineiros do seu trabalho;
2. ( ) quase sempre chega ao trabalho ou a compromisso com algum atraso;
3. ( ) raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso;
4. ( ) eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso;
5. ( ) não se atrasa.

#### 3. DISCIPLINA

##### 3.1 COMPROMETIMENTO:

##### 3.1.1 Zelo e dedicação as suas atribuições:

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

1. ( ) freqüentemente;
2. ( ) ocasionalmente;
3. ( ) raramente;
4. ( ) normalmente.

##### 3.1.2 Responsabilidade com o trabalho:

Avalie o grau em que o servidor atende os prazos previstos e o nível de supervisão necessário:

1. ( ) normalmente não atende os prazos previstos e as tarefas que lhe são atribuídas, necessitando de constante vigilância;
2. ( ) necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas;



3. ( ) realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização;

4. ( ) merece confiança e raramente necessita fiscalização.

#### 4. EFICIÊNCIA

##### 4.1 QUALIDADE DO TRABALHO:

4.1.1 Apresentação dos trabalhos realizados (documentos da rotina burocrática):

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o trabalho é realizado:

1. ( ) o trabalho é bem feito e demonstra um cuidado excepcional;

2. ( ) comete muitos erros e o trabalho denota falta de cuidado;

3. ( ) geralmente satisfaz;

4. ( ) o trabalho é bem feito e apresentado.

##### 4.1.2 Informações e orientações:

Avalie o nível em que o servidor presta informações no que diz respeito as suas atribuições:

1. ( ) o servidor não é seguro nas informações e ou orientações que presta;

2. ( ) o servidor presta informações e ou orientações com clareza, segurança e objetividade;

3. ( ) o servidor nem sempre presta informações e ou orientações com clareza e objetividade necessária;

4. ( ) o servidor, quando solicitado, demonstra desconhecer suas atribuições;

5. ( ) o servidor quando não tem certeza das informações, procura-as para orientar com clareza.

##### 4.1.3 Atinge a expectativa da área em que atua:

1. ( ) totalmente;

2. ( ) ocasionalmente;

3. ( ) na maioria das vezes;

4. ( ) muito pouco;

5. ( ) supera as expectativas.

#### 4.2 DOMÍNIO DO TRABALHO/ÁREA DE CONHECIMENTO

##### 4.2.1 Conhecimento na área

Avalie o grau de conhecimento e domínio do trabalho realizado:

1. ( ) familiarizado com o serviço, satisfazendo as exigências do cargo;

2. ( ) possui algum conhecimento do trabalho, mas precisa melhorar;

3. ( ) conhecimento insuficiente e ou ultrapassado;

4. ( ) conhece bem e desempenha todas as fases e operações atinentes ao seu serviço.

##### 4.2.2 Capacidade de decidir e inovar

Avalie a capacidade que o servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:

1. ( ) não apresenta idéias e nem procura tomar a frente diante de novas situações;

2. ( ) demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente;

3. ( ) demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica;

4. ( ) normalmente esta a frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas.

#### 4.3 COOPERAÇÃO

##### 4.3.1 Colaboração com colegas de trabalho

Avalie a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho, tendo em vista as necessidades do setor:

1. ( ) regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho;

2. ( ) colabora com o grupo de trabalho quando solicitado;

3. ( ) é prestativo, colaborando com a equipe de trabalho;

4. ( ) não mostra disposição em colaborar com o grupo de trabalho.

Schroeder(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Nome do Supervisor/Avaliador: \_\_\_\_\_

Assinatura do Supervisor/Avaliador: \_\_\_\_\_

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Recebido na data de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

#### ANEXO III

#### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

##### Ficha de resultados da avaliação

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

GRUPOS	ITENS DE AVALIAÇÃO/QUESTÕES	PONTOS A SEREM SOMADOS DE ACORDO COM A ALTERNATIVA MARCADA				
		1	2	3	4	5
1.IDONEIDADE MORAL	Guarda sigilo quanto às informações	3	4	1	2	
	Observância de hierarquia	2	4	1	3	
	1.2.1 Clima/ambiente de trabalho	4	1	3	5	2
	1.2.2 Relacionamento público	2	4	1	3	
	1.3.1 Materiais de trabalho	1	4	2	3	
	1.3.2 Patrimônio público	2	1	3	4	
	1.4.1 Receptividade a críticas	5	3	1	2	4
	1.4.2 superação de dificuldades	4	2	1	3	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 1					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 1					
OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 1:						

ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE	Frequência no local de trabalho	2	1	3	4	5
	Permanência no local de trabalho	1	2	4	3	5
	2.2.1 Observância horário e comparecimentos	2	1	4	3	5
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 2					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 2					
OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 2:						

DISCIPLINA	Zelo e dedicação as suas atribuições	4	2	1	3	
	Responsabilidade com o trabalho	1	2	4	3	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 3					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 3					
OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 3:						
EFICIÊNCIA	Apresentação dos trabalhos realizados	4	1	2	3	
	Informações e orientações	2	5	3	1	4
	Atinge expectativa área em que atua	4	2	3	1	5
	Conhecimento na área	3	2	1	4	
	Capacidade de decidir e inovar	1	3	2	4	
	Colaboração com colegas de trabalho	3	2	4	1	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 4					
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 4					
OBSERVAÇÕES SOBRE O GRUPO 4:						
PONTUAÇÃO E CONCEITUAÇÃO FINAL DO SEMESTRE	TOTAL GERAL DE PONTOS					
	CONCEITO GERAL OBTIDO					
OBSERVAÇÕES GERAIS DA COMISSÃO:						

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Schroeder(SC), \_\_\_\_de\_\_\_\_de\_\_\_\_

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

**ANEXO IV**  
**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Considerações Avaliado/Supervisor

Secretaria:	
Nome do Avaliado:	
Matrícula:	
Nome do Supervisor/Avaliador:	
Semestre/Ano da Avaliação:	

Este formulário deverá ser preenchido caso houver divergência da parte do avaliado em relação a pontuação e no caso do supervisor, poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO: \_\_\_\_\_

Local e Data:

Nome: Assinatura:

CONSIDERAÇÕES DO SUPERVISOR: \_\_\_\_\_

Local e Data:

Nome: Assinatura:

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

Recebido na data de \_\_\_\_de\_\_\_\_de\_\_\_\_

Nome e assinatura de todos os membros da Comissão.

**Lei Nº 1.765/2009**

LEI Nº1.765/2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER GRATIFICAÇÃO NATALINA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05/4/90, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação aos servidores efetivos, contratados em caráter temporário, comissionados, estagiários e inativos da Prefeitura Municipal de Schroeder, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), a ser paga juntamente com o salário no mês de dezembro de 2009.

Art. 2º As despesas para execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica do orçamento vigente, prevista na Lei n.º 1.691/2008 – Lei Orçamentária Anual – Exercício 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 3.244/2009**

PORTARIA Nº3.244/2009, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009  
RETIFICA E RATIFICA A PORTARIA Nº3.232/2009, QUE CONSTITUI A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL E DEFINE E APROVA O REGIMENTO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Inciso IX, art. 71, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e do art. 4º do Decreto Municipal nº2028/2009.



**RESOLVE:**

Art. 1º Fica retificado o Art. 3º, da Portaria nº3.232/2009, de 10 de novembro de 2009, que constituiu a Comissão Preparatória Municipal e definir e aprovar o Regimento da Conferência Municipal da Cidade, etapa preparatória da 4ª Conferência Estadual e da 4ª Conferência Nacional das Cidades, que passa a ter a seguinte redação:

...

“Art. 3º A composição da Comissão Preparatória Municipal contará com representantes titulares e respectivos suplentes dos segmentos indicados no art. 15 do Regimento da 4ª Conferência Estadual das Cidades, segundo a proporcionalidade ali constante e Quadro I anexo a Portaria nº2.232/2009, como determina o Regimento.

**I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

- Marcelo da Silva (titular)
- Osnir Pavanello (suplente)

**II – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:**

- Valmor Heins Stricker (titular)
- Moacir Zamboni (suplente)

**IV – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL:**

- Aldo Romeo Pasold (titular) – Associação dos Bananicultores de Schroeder - ABS
- Hilmar Rubens Hertel (titular) – Associação Empresarial de Schroeder – ACIAS
- Marilei Lenzi Tomaselli (suplente) – Círculo Italiano de Schroeder
- Jonathan Hasselmann (suplente) – Núcleo dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos em Edificações

Art. 2º Ficam ratificadas os demais artigos da Portaria descrita no Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder, 24 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria N° 3.245/2009**

PORTARIA N°. 3.245/2009, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Silvane Waltrick Ferreira, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria N° 3.246/2009**

PORTARIA N°. 3.246/2009, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Geziane Machado, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria N° 3.247/2009**

PORTARIA N°. 3.247/2009, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Srta. Catia Cristina Stinghen, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Declaração de dispensa de licitação nº 53/2009-PMS**  
**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 53/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa C.E. MACEDO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.965.552/0001-83, estabelecida na Carlos Essensfelder, nº. 1326, Bairro Boqueirão, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81650-090, com o valor total de R\$ 6.369,50 (Seis mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme orçamento constante no processo, proveniente da dotação orçamentária 260 do ano corrente, cujo objeto é o seguinte: aquisição de materiais para execução da nova rede de água do Município de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Schroeder/SC, 26 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Declaração de dispensa de licitação nº 54/2009-PMS**  
**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 54/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa DIFUSO DISTRIBUIDORA DE PARAFUSOS EWALD LTDA, CNPJ nº. 82.887.175/0001-27, com endereço à Rua Bernado Dornbush, nº. 1136, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.256-100, com o valor total de R\$ 354,24 (trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), conforme orçamento constante no processo, proveniente da dotação orçamentária 260 do ano corrente, cujo objeto é o seguinte: aquisição de parafusos, porcas e arruelas para execução da nova rede de água do Município de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Schroeder/SC, 26 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Cancelamento da Licitação Pregão Presencial**  
**Registro de Preço Nº. 41/2009-FMS**  
**CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2009-FMS**  
**PROCESSO Nº. 52/2009-FMS**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Cancelamento da Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 41/2009-FMS, Processo nº. 52/2009-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tiras para teste de glicemia para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, tendo em vista o

pedido de cancelamento feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/ SC, em virtude de divergências existentes na descrição do objeto, bem como Artigo 49 da lei 8.666 de junho de 1993.

Schroeder, 27 de Novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 255/2009-PMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 255/2009-PMS

Dispensa de Licitação nº. 51/2009-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº. 270, Centro, Florianópolis/SC.

Objeto: Programa a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Schroeder no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), para o ano de 2010.

Valor: Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 300,00 (trezentos reais) com valor total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 27/11/2009

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 256/2009-PMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 256/2009-PMS

Dispensa de Licitação nº. 52/2009-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: MATTOS, MAYER, BIANCHI & DALCANALE E ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 01.103.964/0001-28, estabelecido na Rua Marina Frutuoso, nº. 111, Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-500.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para levantamento de dados técnicos (jurídico/contábeis) in loco, e junto aos Tribunais Superiores, acerca da reintegração dos serviços de fornecimento de água e esgoto pelo Município, em face da CASAN, como subsídio à contestação a ser realizada nos autos do processo nº. 036.09.000121-0, que move a CASAN contra o Município de Schroeder/SCC.

Valor: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 27/11/2009

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Editais de Concurso Público Nº 001/2009 – GAB/PMS**  
**- Errata N.º 001/2009**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009 – GAB/PMS  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS



**NA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SCHROEDER (SC)  
ERRATA N.º 001/2009**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER, Felipe Voigt, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder, tendo em vista a decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança n.º 2009.72.09.001132-4/SC – Vara Federal de Jaraguá do Sul/SC, bem como a Comunicação Interna Circular n.º 51/2009, da Controladoria Municipal de Schroeder, promove a retificação do Edital n.º 001/2009 – GAB/PMS, nos termos abaixo mencionados:

1. O Item 2.4.2 do Edital n.º 001/2009 – GAB/PMS passa a vigorar com a seguinte redação:

**2.4.2 Auxiliar de Serviços Gerais II:**

a) Atribuições: Executar serviços manuais e braçais, tais como: construção e conservação de estradas, pontes, bueiros, colocação de tubos e outros serviços, carregar e descarregar viaturas em geral. Conservação de ruas, parques, atividades de cemitérios e auxiliar em serviços de calceteiro, pontes, pedreiros, carpinteiros e conservação e manutenção de prédios escolares e construções em geral.

b) Requisitos: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

c) Remuneração: R\$ 634,15.

d) Jornada de trabalho: 44 horas semanais.

2. O Item 13 do Edital n.º 001/2009 – GAB/PMS, passa a vigorar com o seguinte subitem:

13.6 O candidato aprovado para o cargo de Analista de Recursos Humanos que seja bacharel em Administração (ou suas modalidades) deverá, no ato do chamamento para a entrega de documentos para comprovação dos requisitos de habilitação ao cargo, comprovar o registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

3. Mantém-se inalteradas as demais disposições editalícias.

4. Publique-se nas formas da lei.

Schroeder(SC), 26 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Edital N° 004/2009/SMSAS/PMS - Estratégia Saúde da Família**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL N° 004/2009/SMSAS/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, fixa normas para realização de Concurso Público para admissão de pessoal por tempo indeterminado, para atender à Estratégia Saúde da Família, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n.º. 060, de 11 de novembro de 2008, e no Decreto n.º. 1.897/2008, bem como demais disposições legais aplicáveis.

**I – DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REGIME DE TRABALHO:**

1.1 Serão objetos desse concurso público os cargos descritos no Anexo I do presente Edital.

1.2 As vagas, a remuneração, carga horária e requisitos estão descritos no Anexo I do presente Edital.

1.3 Será reservada 01 (uma) vaga no cargo de Agente Comunitário

de Saúde para portadores de necessidades especiais, de acordo com a Lei Federal n. 7853/89, bem como decreto regulamentar ao diploma.

1.4 As contratações oriundas desse Concurso Público serão regidas pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (DL 5.452/43), bem como pelas disposições específicas da Lei Complementar Municipal n.º. 060, de 11 de novembro de 2008, e demais legislações pertinentes.

1.6 Será devido a todos os profissionais contratados o pagamento de Auxílio Alimentação no valor de R\$ 70,40 (setenta reais e quarenta centavos).

1.7 A descrição sumária das atividades encontra-se no Anexo II do presente Edital.

**II - DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 As inscrições para o Concurso Público serão realizadas conforme abaixo:

**2.1.1 Período, Horário e Local:**

Dias 11, 14, 15, 16 e 17 de novembro de 2009, no horário das 8h às 11h e 30 min e das 13h às 15h e 30 min, presencialmente, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, situada na Rua Paulo Jahn, n° 147, Centro, Município de Schroeder/SC;

2.2 Não serão aceitas inscrições por via eletrônica, correios, por procuração ou qualquer outro modo que não seja com a presença do candidato no local e horários determinados no item 2.1.1 acima.

2.3 As taxas para inscrição no concurso público serão as seguintes:

Profissionais de Nível Fundamental	R\$ 15,00 (quinze reais)
Profissionais de Nível Superior	R\$ 30,00 (trinta reais)

2.4 As guias de recolhimento dos valores descritos no item 2.3 supra deverão ser retiradas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Schroeder, nos mesmos períodos descritos no item 2.1.1 supra, e o recibo de pagamento deverá ser apresentado no momento da inscrição, sob pena de indeferimento da mesma.

**III – REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:**

3.1 São requisitos para inscrição no concurso público os seguintes:

3.1.1 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

3.1.2 Ser portador de documentos que evidenciem o atendimento aos requisitos definidos no item 1.1 supra;

3.1.3 Ser residente na Microárea em que irá atuar, no caso de Agente Comunitário de Saúde.

**IV – DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO**

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade;

b) Fotocópia do CPF;

c) Fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos mínimos de escolaridade definidos no item 1.1 supra;

d) Fotocópia do Título de Eleitor, juntamente com comprovante de quitação eleitoral das duas últimas eleições;

e) Comprovação de que é residente na Microárea em que irá atuar, no caso de Agente Comunitário de Saúde, devendo esta ser documental, servindo para tal fim cópias autenticadas ou às vistas do original de comprovantes de residência dos últimos 02 (dois) anos, que poderão ser contas de água, energia elétrica ou telefone, no nome do candidato ou de seu cônjuge, devidamente comprovado, ou ainda em nome de locador, com a devida declaração, por parte deste, de que o candidato de fato reside no imóvel pelo prazo solicitado.

4.2 No caso das fotocópias, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original respectivo, para que possa ser confrontada com a fotocópia e evidenciada a autenticidade da mesma. Também poderão ser apresentadas fotocópias autenticadas em Cartório.

4.3 O candidato portador de deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.

4.4 No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

4.5 A lista das inscrições homologadas será divulgada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, e também no sítio [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

4.5.1 Não haverá devolução da taxa de inscrições caso o candidato tenha seu pedido de inscrição indeferido.

#### V – DAS PROVAS:

5.1 Serão aplicadas provas objetivas e prova de títulos, abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital para os cargos, conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS			
PROVAS/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS	
(P1) Objetiva	Português	10	CLASSIFICATÓRIO E ELIMINATÓRIO
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	
	Conhecimentos Específicos	15	
(P2) Títulos	-	-	CLASSIFICATÓRIO

5.2 As provas objetivas terão a duração de 04 (quatro) horas e serão aplicadas no dia 24 de janeiro de 2.010, no turno da tarde, com início às 14 horas e término às 18 horas.

5.3 As provas objetivas serão realizadas na Escola Municipal Prof. Emílio da Silva, localizada à Rua Paulo Jahn, n°215, Centro, no Município de Schroeder/SC. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

5.3.1 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo III do presente Edital.

5.4 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta. As respostas dos candidatos deverão ser transcritas para a folha-resposta de acordo com as instruções específicas constantes da prova e na folha-resposta. A folha-resposta não será substituída em caso de erro do candidato.

5.5 Para a entrada nos locais de prova os candidatos deverão apresentar o mesmo documento de identidade original mencionado no requerimento de inscrição.

5.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte válido; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas pelo por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo novo, com foto).

5.7 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.8 No dia da realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

5.9 Os candidatos deverão ingressar na porta de entrada do local de prova, até às 13h45m (treze horas e quarenta e cinco minutos). Será vedado o acesso ao local da prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado para o seu início.

5.10 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do processo seletivo.

5.11 Os telefones celulares, demais equipamentos e pertences do candidato, devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, do processo seletivo.

5.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita e de títulos, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.13 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado(s) na folha-resposta;
- d) folha-resposta preenchida fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo na folha.

5.14 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, a folha resposta e o caderno de prova, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do concurso.

5.14.1 A organização do certame oferecerá ao candidato folha para transcrição do gabarito, de modo que o mesmo possa confrontar suas respostas com aquelas a serem divulgadas pela organização.

5.15 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.16 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de



prova somente poderão entregar as suas provas e a folha-resposta e retirar-se do local simultaneamente.

5.17 O gabarito preliminar da prova será divulgado na internet no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

5.17.1 O gabarito oficial será divulgado após o transcurso do prazo recursal, pelo mesmo meio em que será divulgado o gabarito preliminar.

5.18 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

#### VI – DAS PROVAS OBJETIVAS:

6.1 Cada prova objetiva será constituída por questões objetivas cuja resposta será somente uma das cinco alternativas a ela apresentadas.

6.2 Para cada resposta correta, o candidato terá computado o valor correspondente à questão, sendo os mesmos os seguintes:

Valor Total Prova de Português	3,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	1,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Específicos	6,0 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

Valor computado por resposta correta para a Prova de Português	0,3 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	0,2 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Específicos	0,4 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

6.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

6.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção.

6.6 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.7 Serão eliminados do certame os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis) pontos no somatório final da prova objetiva.

#### VII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:

7.1 A avaliação de títulos, de caráter classificatório, valerá no máximo 22,5 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

7.2 O recebimento da prova de títulos, dos classificados na prova objetiva, ocorrerá no dia 04 de fevereiro de 2010, das 17 às 21 horas, no auditório do Centro de Múltiplo Uso, sito a Rua Paulo Jahn 245, Centro, Schroeder/SC.

7.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos dos quadros a seguir.

ALÍNEA	TÍTULOS	PONTOS
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de doutorado, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	6,0
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de mestrado, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	5,0
C	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de especialização, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	4,0
D	Cursos de extensão com carga horária superior a vinte horas, cuja área seja correlata à área-objeto do concurso público. Valor máximo possível: 1,5 pontos.	Até 40 horas: 0,5 ponto. Até 60 horas: 0,75 ponto. Até 80 horas: 1,0 ponto. Acima de 80 horas: 1,5 pontos
E	Tempo de serviço público efetivamente prestado na área-objeto do concurso público, superior a 06 (seis) meses.	1,0 por ano completo, sem sobreposição de tempo, até o máximo de 4,0 pontos.
F	Tempo de serviço privado efetivamente prestado na área-objeto do concurso público, superior a 06 (seis) meses.	0,5 por ano completo sem sobreposição de tempo, até o máximo de 2,0 pontos.
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		22,5

7.4 Receberá nota zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo, no horário e no local estipulados no edital de convocação para a prova de títulos.

7.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

7.6 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pela organização do certame, no qual indicará a quantidade de títulos apresentados. Juntamente com esse formulário deverá ser apresentada uma cópia, autenticada em cartório judicial ou extrajudicial, de cada título declarado. Os documentos apresentados não serão devolvidos, nem serão fornecidas cópias desses títulos.

7.6.1 Não serão aceitos documentos ilegíveis, como também, os emitidos via fax, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

7.7 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

7.8 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado mestrado e/ou especialização será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

7.8.1 Para receber a pontuação relativa ao título, relacionado na alínea A, B ou C do quadro de títulos do subitem 7.3 o candidato

deverá comprovar que o curso foi realizado de acordo com a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou de acordo com as normas do CNE ou do extinto CFE.

7.8.2 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea D do quadro de títulos do subitem 7.3, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária do respectivo curso.

7.8.3 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas E e F do quadro de títulos do subitem 7.3, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo a página de identificação do trabalhador e a página que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) acrescida de declaração do empregador com a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego e a espécie do serviço realizado;

b) Para exercício de atividade/instituição pública: declaração/certidão de tempo de serviço que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas ou, no caso de contratação regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas, observar o subitem anterior;

7.8.4 A declaração/certidão mencionada na opção "b" do subitem anterior deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

7.8.5 Para efeito de pontuação das alíneas E e F do quadro de títulos do subitem 7.3, não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo.

7.8.6 Não será computada, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria, de bolsa de estudo ou de trabalho voluntário.

#### VIII – DA NOTA FINAL DO CONCURSO PÚBLICO:

8.1 A nota final no concurso público será a soma algébrica da nota final nas provas objetivas e da pontuação total obtida na avaliação de títulos.

8.2 Os candidatos aprovados serão ordenados por emprego/especialidade, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso público.

8.3 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se não eliminados no concurso público e considerados portadores de deficiência, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por emprego/especialidade.

8.4 A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

#### IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

9.1 Em caso de empate na nota final no concurso público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste concurso público, conforme artigo 27, parágrafo

único, do Estatuto do Idoso;

b) obtiver maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;

c) obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de Português.

9.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

#### X – DOS RECURSOS:

10.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos dos processos seletivos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

Parágrafo único. Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva.

#### XI – PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO:

11.1 A lista classificatória resultante do concurso público terá validade de seis meses, conforme art. 8º, §2º, da Lei Complementar nº 060/2008, a partir de sua homologação, prorrogável por igual período, por conveniência da Administração, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

11.2 O concurso público destina-se ao provimento das vagas descritas deste Edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste concurso público.

#### XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

12.1 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

12.2 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

12.3 Os candidatos classificados serão primeiramente contactados via telefone, caso não sendo possível, será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

12.4 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinado para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

12.5 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

12.5.1 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos a serem solicitados pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder, certidão que ateste que o candidato está desvinculado ou inativado de qualquer outro Programa de Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.



12.6 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

12.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Municipal de Saúde e Assistência Social e Comissão.

Schroeder (SC), 30 de novembro de 2009.

INGRIT ELI ROWEDER EICHEMBERGER

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

EDITAL N°. 004/2009/SMSAS/PMS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO.

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Horário de Trabalho	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Médico	Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	40h/semana	13h00 às 16h00 17h00 às 22h00	01	6.861,96
Médico			8h00 às 12h00 13h00 às 17h00	01	6.861,96
Enfermeiro			13h00 às 16h00 17h00 às 22h00	01	2.544,70

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Agente Comunitário de Saúde – Área 001 – Microárea 02*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 001 – Microárea 01	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 001 – Microárea 03*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 001 – Microárea 04*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 001 – Microárea 05*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68

ÁREA DE ABRANGÊNCIA 001 – Bairro Schroeder I:

Cadastro de Reserva:

\*Microárea: 01

Ruas: Erich Froehner, Guilherme Ristau, Paulo Méier, Leodato Ribeiro, Otto Hackberth e Erick Klabunde.

\*Microárea: 02

Ruas: Guaramirim, Leopoldo Gorges, Moisés Rabelo, Paulo Schmidt, João Correia, Paulo Bertoldi, Tarcísio José, Walter Ginow, Porto Alegre e Nove de Maio.

\*Microárea: 03

Ruas: Rio de Janeiro (dentro dessa microárea), Verônica Kniss, Carlos Jacobi, Tancredo Neves, Ayrton Senna e Alberto Jacobi.

\*Microárea: 04

Ruas: Rio de Janeiro (dentro dessa microárea), Maria Guesser, Walter Ginow (dentro dessa microárea), Vigando Winter, Heins Winter, Guilherme Daren, Verônica Kniss (dentro dessa microárea), Palotina e Regina Tissi.

\*Microárea: 05

Rua: Erich Froehner (dentro dessa microárea), Mário Bagátoli, Gabriel Vargas, Osvaldo Lenzi, Argentina, Fortaleza, Delfino Demarchi, Brasília, Maceió, Antonio Méier e Tecla W. Negherbon.

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 07*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 08*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 09*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 01*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 02*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 3*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 3*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 3*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68

Agente Comunitário de Saúde – Área 002 – Microárea 3*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
---	--	------------	---------------------	-----------

**ÁREA DE ABRANGÊNCIA 002 - Centro:****\*Microárea: 07**

Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro da microárea), Jaraguá, Beira Rio, Presidente Costa e Silva, Cristiane Zerbin, Paulo Setter, Bernardo Zoz, André Tietz e Inês Tietz.

**\*Microárea: 08**

Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro da microárea), Paulo Jahn, Blumenau, Timbó, Leana Voigt, Deputado Lauro Loyola, 07 de Setembro, Marechal Hermes, Tiradentes, Antonio Pasquali, Das Flores, São Luis, Princesa Isabel (dentro das microárea), Nações Unidas, Valentin Zoz, Wendelin Reinert e Ponte Pensil.

**\*Microárea: 09**

Ruas: Francisco Weiss, Alemanha, 1º de Maio, Guilherme Piske, Germano Muller, Cristina Bauer, Godtfried Maske, Palmiro Gneipel, Adolfo Borchardt, Julio Bauer, Helena Koplin, Martinho Lutero, Carlos Krogel, Ernesto Krogel, João Moritz, Ida Wulf, Willy Wulf, Bela Vista e Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea).

**Cadastro de Reserva:****\*Microárea: 01**

Ruas: Carolina M. Duwe, Guaíba, Dom Pedro, Osvaldo Kanzler, Willy Ziebel, Henrique Ziebel, Apiúna, Wilson José Mondini e Rorate Passold.

**\*Microárea: 02**

Ruas: Princesa Izabel, José Ivo Ribeiro, Presidente Costa e Silva, Leo Shulz, Carlos Zerbin, Loteamento 169 e Alberto Zanella (dentro dessa microárea).

**\*Microárea: 03**

Ruas: Barão do Rio Branco, Alberto Zanella (dentro da microárea), Hilário Guckert, 15 de outubro, Silvio Pretti, Marcelino Zanella e Clara Borinelli.

**\*Microárea: 04**

Ruas: Estrada Das Mamas (Joinville), Tifa Silvado, Tifa Rio Camarada, João Maria Tomaselli.

**\*Microárea: 05**

Ruas: Candido Tomaselli, Marguerita Tomaselli, Gustavo Streit, Jacó Alvise, Jerônimo Tomaselli, Rio Grande do Sul, Alagoas, 31 de março, Bahia, Goiás, Rancho Bom e Barão do Rio Branco.

**\*Microárea: 06**

Ruas: Rancho Bom, Gustavo Streit, 25 de Julho e Germano Jahn.

**\*Microárea: 10**

Ruas: Bela Vista, Ida Wulf, João Moritz, São Paulo, Amazonas, Guilherme Zerbin, Pedro Hang, Nova Trento, Ernesto Krogel, Wolkmar G. Berchtold, Marilete Neumann, Frederico Trapp, Leopoldo Fiedler e Willy Wulf.

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 04*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68

Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 05*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 07*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	01	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 01*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 02*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 03*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 003 – Microárea 06*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68

**ÁREA DE ABRANGÊNCIA 003 – Bairro Schroeder III:****\*Microárea: 04**

Ruas: Alphonz Maria Schmauch, 14 de Abril, 03 de Outubro, Minas Gerais, Ursula Sievers, Rudolfo Wiebrantz, Ulisses Guimarães, Itoupava, Teodoro Weiss, Paraná e Marechal Castelo Branco (dentro dessa microárea).

**\*Microárea: 05**

Ruas: Ricardo Viergutz, Kurt Klaus, Maravilha, Canela, 17 de fevereiro, Independência, 03 de outubro e Guilherme Bauer.

**\*Microárea: 07**

Ruas: Emilio Reck, Leopoldo Prust, Ricardo Ruediger e 03 de outubro.

**Cadastro de Reserva:****\*Microárea: 01**

Ruas: Minas Gerais, Ottoli Peschke, Guilherme Zastrow, Carlos Eggert e Alphonz Maria Schmalz.

**\*Microárea: 02**

Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro da microárea), Roberto Bauer, Afonso Zilz, Guilherme Bauer, Helmuth Janzler, Maravilha, Bom Pastor, João Schmidr e Ricardo Viergutz.

**\*Microárea: 03**

Ruas: Florianópolis, Jorge Lacerda, Eugênio Albrecht, Acre, Palmeiras, Duque de Caxias, Antonio Zoz e Marechal Castelo Branco (dentro dessa microárea), Alphonz Maria Schmalz, 14 de abril.

**\*Microárea: 06**

Ruas: Emilio Reck, Canela, 17 de Fevereiro, Alphonz Maria Schmauch, Independência, Santa Catarina, 15 de Novembro e Duque de Caxias. Jorge Lacerda.

## GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Agente Comunitário de Saúde – Área 004 – Microárea 01*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 004 – Microárea 02*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 004 – Microárea 03*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 004 – Microárea 04*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68
Agente Comunitário de Saúde – Área 004 – Microárea 05*	Titular, no mínimo, de ensino fundamental concluído, devendo residir a, no mínimo, dois anos na comunidade em que irá atuar.	40h/semana	Cadastro de Reserva	R\$578,68

ÁREA DE ABRANGÊNCIA 004 – Bairros Itoupava-Açu e Bracinho:  
Cadastro de Reserva:

\*Microárea: 01

Ruas: 23 de Março, Ernesto Leida, Nilo dos Santos, Otto Elert, Daniel A. Castro, Castorino Constantino e Guilherme Lafin.

\*Microárea: 02

Ruas: 23 de março, Nilo dos Santos, Otto Elert, Daniel Andrade Castro, Constantino Gascho e Guilherme Lafin.

\*Microárea: 03

Ruas: Tifa Arariba, Estrada Bracinho e Oto Carlos Doege.

\*Microárea: 04

Ruas: Marechal Castelo Branco, Ricardo Pommerening, Emilio Mundt, Ademar Lindner, Germano Oberthür, Arthur Klabunde e Bertoldo Kanzler.

\*Microárea: 05

Ruas: R: Alberto Krause, Brusque, Paulo Lindner, Herman Hertel, Luan Pommerening, Bandeirantes, Dora Pommerening, Carlos Pommerening, Reinoldo Pommerening, Ricardo Pomerening e Marechal Castelo Branco (dentro dessa microárea).

EDITAL N°. 004/2009/SMSAS/PMS

ANEXO II

Atribuições dos Profissionais de Saúde da Família

1) Atribuições comuns a todos os profissionais:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos

demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente; e

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

2) Atribuições específicas a cada profissional:

Além das atribuições definidas, são atribuições mínimas específicas de cada categoria profissional:

a) Do Agente Comunitário de Saúde:

I - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

II - trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

III - estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

IV - cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;

V - orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

VI - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

VII - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

VIII - cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria n° 44/GM, de 03 de janeiro de 2002.





**b) Do Enfermeiro:**

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;

III - planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;

IV - supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;

V - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e

VI - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

**c) Do médico ESF:**

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc);

III - realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

IV - encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

V - indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

VI - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

EDITAL N°. 004/2009/SMSAS/PMS

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL – EXIGÊNCIAS COMUNS E ESPECÍFICAS:

PORTUGUÊS: DE ACORDO COM O NOVO TRATADO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Interpretação de texto; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; As classes gramaticais; Concordância verbal e nominal; Pronomes: cargo e colocação e Regência nominal e verbal. Noções da norma culta da língua portuguesa na modalidade escrita.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: O mundo atual (aquecimento global e ecologia). Continentes, países mais populosos, maiores países em extensão territorial. O Brasil atual e alguns problemas: fome, segurança, saúde e educação. Conhecimentos sobre o município de Schroeder.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS): Conceito de agente Comunitário de Saúde e suas atribuições. Quem é o ACS, o ACS na Estratégia Saúde da Família; cadastramento e acompanhamento dos dados coletados; Microárea. SIAB. Lei Complementar Municipal n° 060/2008. Portarias 648/2006 e 2489/2008 – Ministério da Saúde.

**NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS COMUNS:**

PORTUGUÊS: Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos de oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordâncias verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossímia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: O mundo atual, ecologia, aquecimento global, AIDS. O Brasil atual e alguns problemas do Brasil contemporâneo: distribuição da terra, fome, segurança, saúde e educação, Nova república. Conhecimentos sobre o município de Schroeder.

**NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS:**

ENFERMEIRO ESF: Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Código de Ética da Enfermagem. Resolução COFEN n° 160/93 e n° 195/97. Lei do exercício profissional: Lei n° 7498/96 e Decreto n° 94406/87. Lei n° 8080/90 e 8142/90. NOAS 01/2002. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência de enfermagem na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, consulta de enfermagem e atribuições. Assistência de enfermagem a portadores de doenças infecto-contagiosas de notificação compulsória. Imunização. Planejamento e programação local de saúde.

MÉDICO ESF: Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Código de Ética Médica, sigilo médico e segredo profissional. Noções de Bioética. Lei n° 8080/90 e 8142/90. NOAS 01/2002. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência médica na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, noções de medicina comunitária, trabalho em equipe e atribuições. Sistema de Notificação compulsória e vigilância epidemiológica e sanitária. Planejamento e programação local de saúde.

**OBS:**

A Legislação Municipal está disponibilizada na página oficial da Prefeitura Municipal de Schroeder – [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br);

A Legislação Federal está disponibilizada na página oficial do Governo Federal – [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br);

As Portarias do Ministério da Saúde estão disponibilizadas na página oficial do Ministério da Saúde – [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

**Edital N° 005/2009/SMSAS/PMS - Estratégia Saúde da Família - NASF**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL N° 005/2009/SMSAS/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, fixa normas para realização de Concurso Público para admissão de pessoal por tempo indeterminado, para atender à Estratégia Saúde da Família - Núcleo de Apoio a Saúde da Família, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n°. 060, de 11 de novembro de 2008, e no Decreto n°. 1.897/2008, bem como demais disposições legais aplicáveis.



**I – DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REGIME DE TRABALHO:**

1.1 Serão objetos desse concurso público os cargos descritos no Anexo I do presente Edital.

1.2 As vagas, a remuneração, carga horária e requisitos estão descritos no Anexo I do presente Edital.

1.3 As contratações oriundas desse Concurso Público serão regidas pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (DL 5.452/43), bem como pelas disposições específicas da Lei Complementar Municipal n°. 060, de 11 de novembro de 2008, e demais legislações pertinentes.

1.4 Será devido a todos os profissionais contratados o pagamento de Auxílio Alimentação no valor de R\$ 70,40 (setenta reais e quarenta centavos).

1.5 A descrição sumária das atividades encontra-se no Anexo II do presente Edital.

**II - DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 As inscrições para o Concurso Público serão realizadas conforme abaixo:

**2.1.1 Período, Horário e Local:**

Dias 11, 14, 15, 16 e 17 de novembro de 2009, no horário das 8h às 11h e 30 min e das 13h às 15h e 30 min, presencialmente, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, situada na Rua Paulo Jahn, n° 147, Centro, Município de Schroeder/SC;

2.2 Não serão aceitas inscrições por via eletrônica, correios, por procuração ou qualquer outro modo que não seja com a presença do candidato no local e horários determinados no item 2.1.1 acima.

2.3 As taxas para inscrição no concurso público serão:

Profissionais de Nível Superior	R\$ 30,00 (trinta reais)
---------------------------------	--------------------------

2.4 As guias de recolhimento dos valores descritos no item 2.3 supra deverão ser retiradas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Schroeder, nos mesmos períodos descritos no item 2.1.1 supra, e o recibo de pagamento deverá ser apresentado no momento da inscrição, sob pena de indeferimento da mesma.

**III – REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:**

3.1 São requisitos para inscrição no concurso público os seguintes:

3.1.1 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

3.1.2 Ser portador de documentos que evidenciem o atendimento aos requisitos definidos no item 1.1 supra;

**IV – DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO**

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade;

b) Fotocópia do CPF;

c) Fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos mínimos de escolaridade definidos no item 1.1 supra;

d) Fotocópia do Título de Eleitor, juntamente com comprovante de quitação eleitoral das duas últimas eleições;

4.2 No caso das fotocópias, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original respectivo, para que possa ser confrontada com a fotocópia e evidenciada a autenticidade da mesma. Também poderão ser apresentadas fotocópias autenticadas em Cartório.

4.3 A lista das inscrições homologadas será divulgada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, e também no sítio [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), dois dias úteis após o término do período de inscrições.

4.3.1 Não haverá devolução da taxa de inscrições caso o candidato tenha seu pedido de inscrição indeferido.

**V – DAS PROVAS:**

5.1 Serão aplicadas provas objetivas e prova de títulos, abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital para os cargos, conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS			
PROVAS/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS	
(P1) Objetiva	Português	10	CLASSIFICATÓRIO E ELIMINATÓRIO
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	
	Conhecimentos Específicos	15	
(P2) Títulos	-	-	CLASSIFICATÓRIO

5.2 As provas objetivas terão a duração de 04 (quatro) horas e serão aplicadas no dia 24 de janeiro de 2.010, no turno da manhã das 08 às 12 horas.

5.3 As provas objetivas serão realizadas na Escola Municipal Prof. Emílio da Silva, localizada à Rua Paulo Jahn, n° 215, Centro, no Município de Schroeder/SC. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado, observando o disposto no Artigo 5.9.

5.3.1 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo III do presente Edital.

5.4 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta. As respostas dos candidatos deverão ser transcritas para a folha-resposta de acordo com as instruções específicas constantes da prova e na folha-resposta. A folha-resposta não será substituída em caso de erro do candidato.

5.5 Para a entrada nos locais de prova os candidatos deverão apresentar o mesmo documento de identidade original mencionado no requerimento de inscrição.

5.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte válido; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas pelo por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo novo, com foto).

5.7 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ates-

te o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.8 No dia da realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

5.9 Os candidatos deverão ingressar na porta de entrada do local de prova, até às 07h45m (treze horas e quarenta e cinco minutos). Será vedado o acesso ao local da prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado para o seu início.

5.10 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do processo seletivo.

5.11 Os telefones celulares, demais equipamentos e pertences do candidato, devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, do processo seletivo.

5.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita e de títulos, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.13 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado(s) na folha-resposta;
- d) folha-resposta preenchida fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo na folha.

5.14 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, a folha resposta e o caderno de prova, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do concurso.

5.14.1 A organização do certame oferecerá ao candidato folha para transcrição do gabarito, de modo que o mesmo possa confrontar suas respostas com aquelas a serem divulgadas pela organização.

5.15 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.16 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e a folha-resposta e retirar-se do local simultaneamente.

5.17 O gabarito preliminar da prova será divulgado na internet no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

5.17.1 O gabarito oficial será divulgado após o transcurso do prazo recursal, pelo mesmo meio em que será divulgado o gabarito preliminar.

5.18 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

#### VI – DAS PROVAS OBJETIVAS:

6.1 Cada prova objetiva será constituída por questões objetivas cuja resposta será somente uma das cinco alternativas a ela apresentadas.

6.2 Para cada resposta correta, o candidato terá computado o valor correspondente à questão, sendo os mesmos os seguintes:

Valor Total Prova de Português	3,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	1,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Específicos	6,0 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

Valor computado por resposta correta para a Prova de Português	0,3 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	0,2 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Específicos	0,4 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

6.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

6.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção.

6.6 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.7 Serão eliminados do certame os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis) pontos no somatório final da prova objetiva.

#### VII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:

7.1 A avaliação de títulos, de caráter classificatório, valerá no máximo 22,5 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

7.2 O recebimento da prova de títulos, dos classificados na prova objetiva, ocorrerá no dia 04 de fevereiro de 2010, das 17 às 21 horas, no auditório do Centro de Múltiplo Uso, sito a Rua Paulo Jahn, n.º 245, Centro, Schroeder/SC.

7.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos dos quadros a seguir.

ALÍNEA	TÍTULOS	PONTOS
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de doutorado, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	6,0
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de mestrado, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	5,0

C	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de especialização, em qualquer nível, na área-objeto do concurso público.	4,0
D	Cursos de extensão com carga horária superior a vinte horas, cuja área seja correlata à área-objeto do concurso público. Valor máximo possível: 1,5 pontos.	Até 40 horas: 0,5 ponto.
		Até 60 horas: 0,75 ponto.
		Até 80 horas: 1,0 ponto.
		Acima de 80 horas: 1,5 pontos
E	Tempo de serviço público efetivamente prestado na área-objeto do concurso público, superior a 06 (seis) meses.	1,0 por ano completo, sem sobreposição de tempo, até o máximo de 4,0 pontos.
F	Tempo de serviço privado efetivamente prestado na área-objeto do concurso público, superior a 06 (seis) meses.	0,5 por ano completo sem sobreposição de tempo, até o máximo de 2,0 pontos.
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		22,5

7.4 Receberá nota zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo, no horário e no local estipulados no edital de convocação para a prova de títulos.

7.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

7.6 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pela organização do certame, no qual indicará a quantidade de títulos apresentados. Juntamente com esse formulário deverá ser apresentada uma cópia, autenticada em cartório judicial ou extrajudicial, de cada título declarado. Os documentos apresentados não serão devolvidos, nem serão fornecidas cópias desses títulos.

7.6.1 Não serão aceitos documentos ilegíveis, como também, os emitidos via fax, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

7.7 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

7.8 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado mestrado e/ou especialização será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

7.8.1 Para receber a pontuação relativa ao título, relacionado na alínea A, B ou C do quadro de títulos do subitem 7.3 o candidato deverá comprovar que o curso foi realizado de acordo com a Lei n° 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou de acordo com as normas do CNE ou do extinto CFE.

7.8.2 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea D do quadro de títulos do subitem 7.3, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária do respectivo curso.

7.8.3 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas E e F do quadro de títulos do subitem 7.3, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo a página de identificação do trabalhador e a página que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) acrescida de declaração do empregador com a

descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego e a espécie do serviço realizado;

b) Para exercício de atividade/instituição pública: declaração/certidão de tempo de serviço que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas ou, no caso de contratação regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas, observar o subitem anterior;

7.8.4 A declaração/certidão mencionada na opção "b" do subitem anterior deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

7.8.5 Para efeito de pontuação das alíneas E e F do quadro de títulos do subitem 7.3, não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo.

7.8.6 Não será computada, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria, de bolsa de estudo ou de trabalho voluntário.

#### VIII – DA NOTA FINAL DO CONCURSO PÚBLICO:

8.1 A nota final no concurso público será a soma algébrica da nota final nas provas objetivas e da pontuação total obtida na avaliação de títulos.

8.2 Os candidatos aprovados serão ordenados por emprego/especialidade, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso público.

#### IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

9.1 Em caso de empate na nota final no concurso público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste concurso público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- obtiver maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de Português.

9.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

#### X – DOS RECURSOS:

10.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos dos processos seletivos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

Parágrafo único. Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva.

#### XI – PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO:

11.1 A lista classificatória resultante do concurso público terá validade de seis meses, conforme art. 8º, §2º, da Lei Complementar n° 060/2008, a partir de sua homologação, prorrogável por igual período, por conveniência da Administração, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

11.2 O concurso público destina-se ao provimento das vagas descritas deste Edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste concurso público.

## XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

12.1 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

12.2 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

12.3 Os candidatos classificados serão primeiramente contactados via telefone, caso não sendo possível, será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

12.4 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinado para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

12.5 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

12.5.1 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos a serem solicitados pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder, certidão que ateste que o candidato está desvinculado ou inativado de qualquer outro Programa de Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

12.6 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

12.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Municipal de Saúde e Assistência Social e Comissão.

Schroeder (SC), 30 de novembro de 2009.

INGRIT ELI ROWEDER EINCHEMBERGER

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

EDITAL N° 005/2009/SMSAS/PMS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO.

Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração (R\$)
Educador Físico	Portador de certificado de conclusão do curso superior com registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional	40h/semana	01	1.119,48
Farmacêutico			01	1.832,75
Fisioterapeuta			01	1.832,75
Psicólogo			01	1.832,75

EDITAL N° 005/2009/SMSAS/PMS

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA

1) Atribuições comuns a todos os profissionais:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente; e

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

2) Atribuições específicas a cada profissional:

Além das atribuições definidas, são atribuições mínimas específicas de cada categoria profissional:

a) Do Educador Físico:

I - Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;

II - Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;

III - Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais, nutrição e saúde, juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;

IV - Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto



de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;

V - Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as ESF;

VI - Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;

VII - Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;

VIII - Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território - escolas, creches etc.;

IX - Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; e

X - Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

**b) Do Farmacêutico:**

I - Coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família;

II - Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;

III - Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;

IV - Assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Atenção Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família;

V - Selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;

VI - Receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos na Atenção Básica/ Saúde da Família;

VII - Elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;

VIII - Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;

IX - Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; e

X - Treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica.

**c) Do Fisioterapeuta:**

I - Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vis-

tas ao autocuidado;

II - Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;

III - Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;

IV - Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;

V - Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;

VI - Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;

VII - Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;

VIII - Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;

IX - Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

X - Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;

XI - Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;

XII - Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;

XIII - Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;

XIV - Realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

**d) Do Psicólogo:**

I - Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;

II - Apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;

III - Discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;

IV - Criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;

V - Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatria e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;

VI - Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;

VII - Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial, como Conselhos tutelares, associações

de bairro, grupos de auto-ajuda etc.;

VIII - Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; e

IX - Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

EDITAL N° 005/2009/SMSAS/PMS

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS COMUNS:

**PORTUGUÊS:** Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos de oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordâncias verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossemia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem.

**CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:** O mundo atual, ecologia, aquecimento global, AIDS. O Brasil atual e alguns problemas do Brasil contemporâneo: distribuição da terra, fome, segurança, saúde e educação, Nova república. Conhecimentos sobre o município de Schroeder.

NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS:

**EDUCADOR FÍSICO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Atividade Física na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, atividade de grupo e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área da educação física.

**FARMACÊUTICO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência farmacêutica na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área de farmácia.

**FISIOTERAPEUTA ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência de fisioterapia na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área de fisioterapia.

**PSICÓLOGO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência psicológica na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área da psicologia.

OBS:

A Legislação Municipal está disponibilizada na página oficial da Prefeitura Municipal de Schroeder – [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br);

A Legislação Federal está disponibilizada na página oficial do Governo Federal – [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br);

As Portarias do Ministério da Saúde estão disponibilizadas na página oficial do Ministério da Saúde – [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

EDITAL N° 005/2009/SMSAS/PMS

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS COMUNS:

**PORTUGUÊS:** Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos de oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordâncias verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossemia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem.

**CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:** O mundo atual, ecologia, aquecimento global, AIDS. O Brasil atual e alguns problemas do Brasil contemporâneo: distribuição da terra, fome, segurança, saúde e educação, Nova república. Conhecimentos sobre o município de Schroeder.

NÍVEL SUPERIOR – EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS:

**EDUCADOR FÍSICO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Atividade Física na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, atividade de grupo e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área da educação física.

**FARMACÊUTICO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência farmacêutica na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área de farmácia.

**FISIOTERAPEUTA ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência de fisioterapia na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área de fisioterapia.

**PSICÓLOGO ESF:** Estratégia Saúde da Família. O Pacto pela Saúde e consolidação do SUS e suas diretrizes. Lei n° 8080/90 e 8142/90. Portarias: 648/2006, 649/2006, 750/2006 e 2489/2008. SIAB. Assistência psicológica na Estratégia Saúde da Família: visitas domiciliares, trabalhos em equipe e atribuições. Planejamento e programação local de saúde. Conhecimentos pertinentes à área da psicologia.

OBS:

A Legislação Municipal está disponibilizada na página oficial da Prefeitura Municipal de Schroeder – [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br);

A Legislação Federal está disponibilizada na página oficial do Governo Federal – [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br);

As Portarias do Ministério da Saúde estão disponibilizadas na página oficial do Ministério da Saúde – [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

## Turvo

### Prefeitura Municipal

#### Decreto 103/2009

DECRETO N° 103/09, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 6° da Lei n° 1.915/08 (LOM) de 16 de dezembro de 2008.

#### DECRETA

Art. 1° - Fica suplementado o Crédito no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para ser utilizado na aquisição de terreno para construção de casas populares assim classificados:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0017.1.026 – Aquisição de Terrenos para Moradias Populares  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (106) – Aplicações Diretas..R\$ 200.000,00

Art. 2° - A execução do disposto no art. 1° correrá à conta do Recurso de convênios assinados entre a Prefeitura Municipal de Turvo e o Governo do Estado de Santa Catarina Através da COHAB

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 24 de Novembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Videira

### Prefeitura Municipal

#### Decreto n° 9.315/09

DECRETO N° 9.315/09, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

#### DECRETA

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 211.500,00 (Duzentos e onze mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	76.000,00

02 – Gabinete do Prefeito	
04 – Procon	
2.006 – Manutenção do Procon	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	2.500,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.012 – Inativos	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	4.000,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.013 – Pensionistas	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	1.000,00
04 – Secretaria de Finanças	
01 – Departamento Financeiro e Tributário	
2.023 – Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	10.000,00
06 – Secretaria de Planejamento	
01 – Departamento de Planejamento	
2.032 – Manutenção da Secretaria de Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	11.000,00
10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento Rural e Meio Ambiente	
2.058 – Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	95.000,00
20 – Secretaria de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo	
2.028 – Manutenção do Departamento de Turismo	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	12.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	211.500,00

Art. 2° A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2009.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de novembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### Decreto n° 9.316/09

DECRETO N° 9.316/09, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

#### DECRETA

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito	
04 – Procon	
2.006 – Manutenção do Procon	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	300,00
03 – Secretaria de Administração	
04 – Departamento Administrativo	
2.010 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	13.200,00
06 – Secretaria de Planejamento	
01 – Departamento de Planejamento	
2.032 – Manutenção da Secretaria de Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	1.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	
02 – Assessoria Jurídica	
2.004 – Manutenção da Assessoria Jurídica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	5.000,00
09 – Secretaria de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 – Manutenção de Desenvolvimento e Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	4.500,00
09 – Secretaria de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.057 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0	3.500,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	27.500,00

Art. 2° A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de novembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### Dispensa de Licitação N° 31/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 31/09-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 31/09-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 26/11/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: FARMÁCIA SDM LTDA

Valor R\$: 3.808,40 (três mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira-SC, 26 de Novembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

## Consórcios Públicos

### CIS-AMUREL

#### Edital de Convocação

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CIS-AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os prefeitos dos municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2009, às 16:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em primeira convocação, e às 17:00 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n° 67, sede da Amurel, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I - Aprovação da ata da Assembléia anterior;

(cópia anexo)

II - Apreciação dos Registros Contábeis, referente ao 5° bimestre de 2009;

(cópia anexo)

III - Assuntos diversos.

Tubarão (SC), 20 de novembro de 2009.

MANOEL ANTONIO BERTONCINI SILVA

Presidente do CIS-AMUREL

